

**MARCELA VERÔNICA DA SILVA**

**O POEMA “VILA RICA” E SEU FUNDAMENTO**

**HISTÓRICO: engenho do poeta e arte do letrado**

**ASSIS**

**2013**

**MARCELA VERÔNICA DA SILVA**

**O POEMA “VILA RICA” E SEU FUNDAMENTO  
HISTÓRICO: engenho do poeta e arte do letrado**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Orientador: Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes

**ASSIS**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

S586f Silva, Marcela Verônica da  
O poema “Vila Rica” e seu Fundamento Histórico: engenho do poeta e arte do letrado. Marcela Verônica da Silva. Assis, 2013  
255 f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes

1. Costa, Claudio Manuel da, 1729 – 1789. 2. Academia Brasílica dos Renascidos. 3. História. 4. Poética. 5. Mito. I. Título.

CDD 869.91  
907.2

*Aos meus pais, Antônio e Vera.  
Ao Naga.*

## **AGRADECIMENTOS**

### **AGRADEÇO**

Ao meu orientador Carlos Eduardo Mendes de Moraes por acompanhar meu percurso acadêmico, sempre me auxiliando com seus sábios conselhos.

Aos professores doutores Melânia Silva de Aguiar, Sezinando Luiz Menezes, Cleide Antonia Rapucci, Marco Antônio Domingues Sant'Anna, Jarbas Vargas Nascimento e Sandra Aparecida Ferreira pela valiosa contribuição.

A Professora Dr<sup>a</sup> Vânia Pinheiro Chaves por ter me recebido com cordialidade e contribuído no desenvolvimento de minhas pesquisas com seus apontamentos.

Ao reitor, ao corpo docente e discente da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *campus* de Jacarezinho por todo o apoio.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos no país e no exterior.

As amigas: Juliana, Carina e Maria Júlia, que mesmo longe, estão sempre presentes e aos amigos da “Turma do Sítio”.

A todos os familiares pelo apoio.

Aos sogros Eunice e Gilvan Costa, com quem eu sempre posso contar.

A minha mãe, Vera e ao meu pai Antônio, a quem eu devo tudo. É por eles minha luta diária.

Ao Naga, companheiro de todos os momentos.

*“Ouvi, que não vereis com vãs  
façanhas,  
Fantásticas, fingidas, mentirosas,  
Louvar os vossos, como nas entranhas  
Musas, de engrandecer-se desejosas.  
As verdadeiras vossas são tamanhas,  
Que excedem Rodamonte e o vão  
Rugeiro  
E Orlando, inda que fora verdadeiro”*

*(Os Lusíadas, I, 11)*

SILVA, M. V. **O poema “Vila Rica” e seu Fundamento Histórico: engenho do poeta e arte do letrado**. 2013. 255f. Tese (Doutorado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

## RESUMO

Esta tese propõe ser continuação do trabalho realizado no mestrado intitulado *Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa* (2009), o qual estabeleceu um *corpus* de parte da obra do poeta mineiro, produzida por ele na condição de integrante do corpo de acadêmicos supranumerários da Academia Brasílica dos Renascidos, em 1759, e, a partir dessa coleta, realizaram-se estudos acerca da retórica e da poética que orientaram esses trabalhos. Ora, visando a determinar os elementos essenciais para a construção do poema “Vila Rica”, publicado em 1839, contextualizou-se o período de transição barroco-árcade e procedeu-se a uma análise documental, pela qual foram colocados em debate os textos-suporte que embasaram a produção do poema e do “Fundamento Histórico”, preliminar que acompanha a obra. Em outra perspectiva, tratando já de questões internas ao texto poético, procurou-se analisar sua estrutura a partir de uma classificação que o enquadrasse no modelo geral de um poema épico. Deste modo, o conceito de epopéia foi debatido em sua estrutura geral. As discussões que se seguem ampliam os estudos acerca das atividades dos acadêmicos e permitem observar as múltiplas faces do letrado, autor do poema “Vila Rica”. Confrontando o poema ao seu “Fundamento Histórico”, estabeleceu-se como tese defender a presença dos dados documentais que mitificam o objeto do poema e denunciam a relação entre a composição da obra “Vila Rica” e a participação do seu autor como acadêmico correspondente da capitania das Minas Gerais na Academia Brasílica dos Renascidos (1759). Assim, o primeiro capítulo trata do Arcadismo, ressaltando a necessidade de um olhar filológico e crítico sobre o texto do “Fundamento Histórico” e da exposição dos panoramas histórico, político e filosófico que apontam para essa fase na escrita da América portuguesa, principalmente no que diz respeito às mudanças no âmbito da educação e da própria estrutura das academias letradas. O segundo capítulo coloca Cláudio Manuel da Costa no eixo da discussão, explorando sua biografia e a transição de estéticas verificada em sua produção - seu lado poeta e seu lado acadêmico. O terceiro capítulo trata do poema “Vila Rica” e das dificuldades de se produzir um poema épico no Brasil. Associando o poema ao contexto, observa-se a política das *mercês* no âmbito das letras, em especial, discutem-se as intenções de louvor e propaganda no poema “Vila Rica” e em seus textos anexos - além de comprovar o vínculo do poema “Vila Rica” às propostas da Academia Brasílica dos Renascidos, por intermédio das correspondências trocadas entre os membros da agremiação. A escrita do poeta mineiro revela fortes marcas dessas práticas laudatórias e na construção do “Fundamento Histórico” nota-se o empenho de Cláudio Manuel da Costa na construção de um mito, no qual possa extrair o tema de um poema épico. O quarto

SILVA, M. V. **O poema “Vila Rica” e seu Fundamento Histórico: engenho do poeta e arte do letrado**. 2013. 255f. Tese (Doutorado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

capítulo explora a relação entre história e verossimilhança, durante a análise do “Fundamento Histórico”, de acordo com suas fontes, explícitas e não explícitas, mas que podem auxiliar na compreensão do momento histórico narrado no poema e no “Fundamento Histórico”, culminando com a demonstração da presença do mito “necessário” para a existência do poema “Vila Rica” segundo preceitos das poéticas clássicas. Esse processo evidencia a combinação do engenho do poeta com a arte do ex-acadêmico supranumerário da Academia Brasileira dos Renascidos.

Palavras-chave: Costa, Claudio Manuel da, 1729 – 1789; Academia Brasileira dos Renascidos; História; Poética; Mito.



SILVA, M. V. **O poema “Vila Rica” e seu Fundamento Histórico: engenho do poeta e arte do letrado.** 2013. 255f. Tese (Doutorado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

#### ABSTRACT

This thesis proposes to be a continuation of the work carried out in the Master entitled: “*Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa (2009)*”, in which a *corpus* of texts, produced by Cláudio Manuel da Costa when he was a member of the *Academia Brasílica dos Renascidos*, was established and, starting from this *corpus*, studies were conducted on the rhetoric and the poetics that guided these works. Thus, in order to determine the essential elements for the construction of the poem “Vila Rica”, published in 1839, this work contextualizes the transition of *barroco-árcade* and then a documental analysis, consisting on the discussion around the support texts that based the production of the poem and the “Fundamento Histórico”, the preliminary text that accompanies the work, was performed. In contrast, dealing with internal issues about the poetic text, it was attempted to analyze its structure from a classification that fits in the general model of an epic poem. Thus, the concept of epic poem was discussed in its general structure from this perspective. The discussions realized expand the studies about the activities of the academics and allow observing the multiple faces of the erudite, author of the poem “Vila Rica”. Confronting the poem and the “Fundamento Histórico”, it was established as a thesis the defense of the presence of a documental information that mythicizes the object of the poem and indicates a relation between the composition of “Vila Rica” and the participation of its author as a correspondent academic of the region of *Minas Gerais* in the *Academia Brasílica dos Renascidos* (1759). Thus, the first chapter deals with Arcadism, emphasizing the necessity of a philological and critical look about the text “Fundamento Histórico” and the exposition of the historical, political and philological overviews that indicate this historical phase in the script of the *América Portuguesa*, particularly with regard of changes in education and the structures of academies. The second chapter introduces Cláudio Manuel da Costa in the discussion, exploring his biography and the transition of the esthetics verified in his production – his poetry and academic sides. The third chapter deals with the poem “Vila Rica” and the difficulties in producing an epic poem in Brazil. Associating the poem and the context, the policy of favoring is observed, and the intentions of praise and publicity in the poem “Vila Rica” and its attached texts are discussed. Also, the link between the poem “Vila Rica” and the proposals of the *Academia Brasílica dos Renascidos* is verified through the letters exchanged between the members of the association. The writing of the poet reveals strong marks of these laudatory practices, and it is observed the effort of Cláudio Manuel da Costa in producing a myth in the construction of “Fundamento Histórico” to extract the theme of an epic poem. The fourth

SILVA, M. V. **O poema “Vila Rica” e seu Fundamento Histórico: engenho do poeta e arte do letrado**. 2013. 255f. Tese (Doutorado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

chapter explores the relationship between history and likelihood during the analysis of the “Fundamento Histórico”, according to its sources, explicit or not, that can help to comprehend the historical moment narrated in the poem and the “Fundamento Histórico” and finally demonstrating the presence of the myth “necessary” to the existence of the poem “Vila Rica” according to the precepts of the classical poetics. This process highlights the combination of the ingenuity of the poet with the art of the ex-member of the “*Academia Brasílica dos Renascidos*”

Keywords: Costa, Claudio Manuel da, 1729 – 1789; Academia Brasílica dos Renascidos; History; Poetic; Myth.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO  | 12  |
| 1. ARCADISMO LUSO-BRASÍLICO: O PENSAMENTO ILUSTRADO E SUA REPERCUSSÃO NO MOVIMENTO ACADEMICISTA | 16  |
| 1.1. O Arcadismo e a formação da literatura brasileira  | 16  |
| 1.2. A educação e a política a favor do novo pensamento   | 25  |
| 1.3. Pombal como precursor do Arcadismo Luso-Brasílico  | 30  |
| 1.4. Retórica e Poética no Arcadismo  | 38  |
| 1.5. Da Escolástica à Ilustração: práticas acadêmicas e político-sociais                        | 47  |
| 1.6. As contribuições dos movimentos academicistas de Portugal e do Brasil                      | 48  |
| 2. CLÁUDIO MANUEL DA COSTA: AS FACES DO HOMEM PÚBLICO   | 54  |
| 2.1. Biografia  | 55  |
| 2.2. Transição para o Arcadismo   | 63  |
| 2.3. Poeta e Acadêmico: da formação escolástica à adesão ao Arcadismo                           | 65  |
| 2.4. O propósito de uma parcela da História da América Portuguesa                               | 86  |
| 3. O POEMA VILA RICA  | 94  |
| 3.1. As tentativas de composição de poemas épicos no Brasil                                     | 95  |
| 3.2. Lugares (não) comuns nos poemas épicos: algumas considerações gerais                       | 99  |
| 3.3. Louvor e Mecenato  | 102 |
| 3.4. “Vila Rica”  | 110 |
| 3.5. O poema “Vila Rica” e a sociedade  | 129 |
| 4. O FUNDAMENTO HISTÓRICO   | 136 |
| 4.1. Histórico, Verossímil e Ficcional: “mitificação” necessária ao poema épico                 | 136 |
| 4.2. O “Fundamento Histórico” e as razões de sua escrita  | 138 |
| 4.3. Os Fundamentos e suas fontes declaradas e não declaradas                                   | 148 |
| 4.3.1. Breve resumo do documento e suas fontes declaradas                                       | 153 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 170 |
| REFERÊNCIAS   | 174 |
| BIBLIOGRAFIA  | 192 |
| APÊNDICE  | 213 |
| ANEXOS  | 227 |

## INTRODUÇÃO

A ideia de estudar a obra de Cláudio Manuel da Costa relacionada às academias setecentistas surgiu da leitura da obra *Academia Brazílica dos Renascidos: sua fundação e trabalhos inéditos* de Alberto Lamego (1923), na qual o autor apresentava alguns documentos sobre a Academia Brasílica dos Renascidos, entre os quais, algumas cartas do poeta aos demais sócios acadêmicos. A dissertação de mestrado intitulada *Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa* (2009) buscou, através da análise do modo de escrita do Brasil colonial segundo os fundamentos de retórica e poética em vigor naquele tempo, apreender, das cartas e demais documentos formais e do drama musicado *O Parnaso Obsequioso*, o perfil do letrado vinculado à figura do poeta.

Assim, procurando dar continuidade às pesquisas já iniciadas no mestrado optou-se pela análise do poema “Vila Rica” e do seu “Fundamento Histórico”, justamente pelo fato de o próprio poeta atestar que a reunião de documentos comprobatórios utilizada para compor o “Fundamento Histórico” veio, principalmente, das mãos de um acadêmico, que, como ele, também teria a missão de escrever uma das partes da História da América Portuguesa.

Segundo Lima (2007) consta sempre a data de 1773 nas marcações dos manuscritos do poema “Vila Rica”, disponíveis nas bibliotecas do Brasil e de Portugal. Porém, a primeira edição impressa do poema “Vila Rica” foi publicada apenas em 1839, na *Typografia do Universal*, de Ouro Preto, pelo redator e proprietário José Pedro Dias de Carvalho (1805-1881), que também faz a primeira crítica desta obra constante em uma carta, na qual conta a história da publicação do texto. Tal carta é endereçada ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Segue a carta divulgada por Lopes (1997):

Ilmo. e Revmo senhor Januário da Cunha Barbosa.  
Pelo Sr. Dr. Agostinho José Pereira Bretas tenho a honra de remeter a V. S. dez exemplares do Poema de Cláudio Manuel da Costa sobre a fundação de Vila Rica, hoje Ouro Preto, capital desta província, cuja obra fiz imprimir em obséquio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual me honro de ser sócio correspondente. Sabe V. S. que este precioso manuscrito se conserva inédito desde que seu ilustre autor o concluiu. Apenas me constam que apareceram impressos os primeiros dois ou três contos em um período mensal desta corte. Era, pois, justo que não continuasse a ser privado de sair à luz o poema Vila Rica tão recomendável pela noção variada de história que

contém, como pela beleza e eufonia dos versos, além das notas e do fundamento histórico de que é acompanhado.

Ao nosso Instituto cabe a glória de tirar do pó dos arquivos ou dos gabinetes particulares os manuscritos que nele jaziam enterrados, para servirem à história de nossa pátria, e eu como um dos seus membros, não podendo prestar-lhe outro serviço julguei que esse seria bem aceito, porque ao menos servirá para provar o desejo que tenho de concorrer para o crédito do Instituto. Dando à luz este poema eu pretendi também honrar a memória do distinto Mineiro, seu autor, fazendo publicar pela primeira vez a sua obra naquela cidade, cuja fundação foi o objeto principal dos seus trabalhos literários, dando por este modo uma prova de gratidão a aquele que tanto fez para honrar o pátrio berço.

Possuía eu o manuscrito desde muitos anos e algumas vezes tentei dá-lo à luz; porém desistia sempre do meu propósito, receando, por falta de precisa ilustração, cometer erros que pudessem manchar a reputação do autor. Decidi-me porém, a tomar a empresa, e a oferecer a obra publicada a exame crítico e circunspecto do Instituto, por ser este o meio mais fácil de conseguir a correção de quaisquer defeitos que escapassem na primeira empresa, quando para o futuro se haja de fazer outra edição deste Poema.

Começado em 1839, apenas pôde concluir-se este ano. A minha ausência desta cidade, incômodos domésticos e trabalhos públicos muito concorreram para esta demora. A perda de um hábil impressor foi também causa de que a obra se não concluísse com a mesma perfeição com que lhe foi principiada.

Depois desta exposição que julguei necessária levar ao conhecimento de V. S. a quem rogo este particular obséquio, permita-me V. S. que eu renove os protestos de consideração e estima que lhe tributo, por ser de V. S.

Amigo e mo. Obrigado.

José Pedro Dias de Carvalho

Ouro Preto, 31 de janeiro de 1840.

*P.S.:* Por querer aproveitar o portador que sai com brevidade não houve tempo de fazer encadernar [*sic*] os folhetos; por isso vão [...]. Incluso vai um embrulho que leva 2 exemplares para o nosso amigo Geraldo Leite Bastos, os quais V. S. me fará o favor de me mandar entregar.

Dias de Carvalho

(LOPES, 1997, p. 95-96 *apud* IHGB, lata 142, Doc. 17).

A carta é importante por apontar além da edição do poema “Vila Rica” já com o “Fundamento Histórico” anexado a ele, uma notícia de que os dois ou três primeiros cantos do manuscrito teriam sido impressos e havia circulado pela corte.

Antes da publicação dos textos no jornal *O Universal*, porém, o “Fundamento Histórico” havia sido publicado isoladamente pelo jornal *O Patriota* em 1813.

A segunda edição foi publicada cinquenta e oito anos depois, em 1897, em folhetim e livro, pelo jornal *O Estado de Minas*. Segundo Aguiar (2011) as duas primeiras edições apresentavam erros evidentes, possivelmente de transcrição, uma vez que seria impossível atribuir a Cláudio Manuel da Costa, reconhecido por seu engenho e arte, a autoria de versos sem continuidade e imperfeitos. Tais erros continuaram na edição de dois tomos das *Obras Completas* de Cláudio Manuel da Costa publicados em 1903 por João Ribeiro, editados pela editora Garnier, o que demonstra que as edições

das obras do período colonial são, muitas vezes, baseadas em manuscritos não autógrafos, nem sempre confiáveis.

A quarta edição, de 1957, foi publicada no *Anuário do Museu da Inconfidência*. A segunda, terceira e a quarta edição baseiam-se claramente na primeira publicação do poema pelo jornal *O Universal*. Por fim, a quinta edição foi divulgada sob a responsabilidade de Augusto de Lima Júnior, o qual afirma ter consultado um manuscrito autógrafo herdado de seu pai, que teria recebido de um arcebispo da cidade de Mariana, chamado Dom Silvério Gomes Pimenta. Tal versão possuía diferenças consideráveis em relação às demais edições.

Hélio Lopes em sua *Introdução ao poema Vila Rica*, de 1985, foi um dos pesquisadores que mais estudou os manuscritos de Cláudio Manuel da Costa. Nesse trabalho e em outro, que recebeu o título de *Letras de Minas e outros ensaios*, publicado em 1997, confronta os diversos manuscritos por ele encontrados no Brasil:

O nome de dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), arcebispo de Mariana desde 1897, não faltaria na notícia do *Minas Gerais*, caso o manuscrito fosse o mesmo. E não é, porque a oferta de Francisco de Paula Barbosa é “cópia do original” e a do arcebispo é apresentada como “autógrafo”. O Arquivo Público Mineiro deveria, no entanto, possuir dois manuscritos. E onde está o outro? Cremos ter sido a oferta de dom Silvério de caráter pessoal e não feita ao Arquivo Público Mineiro. Nesse caso, o manuscrito autógrafo passou de pai a filho. Segundo informação oral, se o arquivo de Augusto de Lima Júnior foi para a Biblioteca Nacional, lá se deve procurar o precioso manuscrito do *Vila Rica*, que serviu de base para a última edição do poema (LOPES, 1997, p.97).

Retomando Lima (2007, p. 14) era necessária uma crítica de edição da obra que comparasse todos os manuscritos encontrados “com todas as edições publicadas, recompondo palavras, versos perdidos, sanando equívocos e anulando diferenças etc”. Essa pesquisa foi realizada por Melânia Silva de Aguiar e Eliana Muzzi publicada no volume *A poesia dos inconfidentes*, em 1996, pela editora Nova Aguilar.

Segundo Aguiar (2011), com relação ao poema “Vila Rica”, o empenho em localizar o manuscrito autógrafo foi frustrado, pois nem no Arquivo Público Mineiro (onde supostamente se encontrava), nem em outros acervos foi encontrado o mencionado códice. A localização, entretanto, de dez manuscritos em locais diversos (sete no Rio de Janeiro, um em Belo Horizonte, um em Lisboa e um em Paris) permitiu, na comparação entre uns e outros, chegar a uma versão mais fiel possível ao original. De acordo com as notas da edição, dentre os dez manuscritos cotejados, o da Biblioteca

Nacional de Lisboa parecia ser o mais fiel a primeira versão por conter 84 versos a mais, no canto V e por não conter emendas de censura feitas por Cláudio Manuel da Costa nas outras versões. A versão foi oferecida ao Conde de Cavaleiros (oferecimento escrito à mão do topo da página) em um livro encadernado. A falta de censura demonstra que não precisaria ser encoberta (do Conde) a identificação de dois religiosos envolvidos em corrupção nas Minas. Assim, a publicação de 1996 corresponde a sexta e última edição do poema. Deste modo, é a mais completa e será a utilizada para os trabalhos de investigação tanto do poema como dos demais textos de Cláudio Manuel da Costa.

Confrontando o poema ao seu “Fundamento Histórico”, estabeleceu-se como tese defender a presença dos dados documentais que mitificam o objeto do poema e denunciam a relação entre a composição do poema “Vila Rica” e a participação do seu autor como acadêmico correspondente da capitania das Minas Gerais na Academia Brasileira dos Renascidos (1759). Para isso deve-se levar em conta a matéria histórica da dissertação que era semelhante à matéria proposta para os membros supranumerários; a utilização das fontes obtidas na relação de Cláudio Manuel da Costa com o também acadêmico Pedro Taques de Almeida Paes Leme e a suposta facilidade que o vínculo com a academia fornecia ao acesso a arquivos de documentos, além de outras notas e remissões a acadêmicos e práticas acadêmicas.

Apesar de, à época do término da escritura do documento “Fundamento Histórico”, bem como do poema “Vila Rica”, a academia já estar extinta, pretende-se comprovar que ela influenciou ainda, uma vez que era instituição importante e viva nas mentalidades e nos costumes dos letrados do século XVIII. Dessa maneira, suas práticas continuavam muito semelhantes mesmo adquirindo outras intenções, como se pode perceber pelas práticas inerentes à instituição denominada Arcádia Ultramarina.

Todavia, importa observar que o acadêmico não se sobrepôs ao poeta: Cláudio Manuel da Costa, na verdade, consegue, pelo entrecruzamento de gêneros que caracteriza a obra em debate, *historicizar* o poema “Vila Rica” com os dados do “Fundamento Histórico” e, ao mesmo tempo, *mitificar* o poema com a inserção de elementos verossímeis mesclados aos dados desses fundamentos. Estratégia parelha observa-se em Virgílio, quando da criação de um mito para a *Eneida*, tendo de enfrentar a quase impossibilidade de fazê-lo ao tratar de matéria contemporânea.

## CAPÍTULO 1

### ARCADISMO LUSO-BRASÍLICO: O PENSAMENTO ILUSTRADO E SUA REPERCUSSÃO NO MOVIMENTO ACADEMICISTA

#### 1.1. O Arcadismo e a formação da literatura brasileira

Na Europa e na América, a partir da segunda metade do século XVIII, o pensamento iluminista, que pregava a valorização do saber racional e da inteligência, reage contra as ideias religiosas, consideradas retrógradas e medievais. Todo o espírito de renovação une-se aos ideais burgueses em detrimento dos aristocráticos. Assim, as colônias francesas, espanholas e portuguesas vivenciam um momento de ideologias libertárias, marcadas pela queda da Bastilha na França e pela Independência dos Estados Unidos.

O desenvolvimento das cidades provoca o êxodo rural. Nesse contexto, Jean Jacques Rousseau, filósofo francês, em sua obra *Emílio* (1999), sugere que o homem cresça em contato com o campo, já que apenas nele poderia permanecer puro e natural. É a teoria do “bom selvagem”, que justificaria a expressão *fugere urbem* preconizada nas temáticas dos poemas árcades<sup>1</sup>.

Para que se compreenda o teor das produções arcádicas, é necessário adentrar o terreno histórico, político e filosófico do século XVIII, bem como no plano de composição artística, do qual se considera também os manuais retóricos e poéticos que definiam a escrita nesse período, a fim de compreender a ideologia escolástica e iluminista embutidas em todos esses meios. Segundo Holanda (2000, p. 287):

[...] a vitalidade de uma poesia depende em grande parte daquilo que nela descobre e continuam a descobrir as gerações seguintes, e não nego o alto interesse que possa ter uma investigação crítica animada, sobretudo, por semelhante consideração. Contudo, a pretensão deste estudo consiste em querer tanto quanto possível – e admito que nem sempre é rigorosamente possível - situar cada obra em seu ambiente natural e na perspectiva histórica, determinar, em outras palavras, não o que significaria ela para o autor e seus contemporâneos, mas, além disso, até que ponto conseguiu responder às

---

<sup>1</sup> O Arcadismo, como o próprio nome indica, faz referência à Arcádia, região do Peloponeso, conhecida por seu clima ameno e vegetação campestre. Na Grécia antiga, essa região era considerada lugar ideal de inspiração poética, região lendária dominada pelo deus Pan habitada por pastores que cultivavam a música, a poesia e a natureza. Assim, em contato com tão sublime paisagem, era impossível deixar de constar nos versos. Deste modo, uma das características latentes nas poesias desta estética seria a exaltação da natureza e a adoção pelos poetas de pseudônimos de pastores gregos ou latinos a fim de imitar ou resgatar a cultura.



exigências, aos apelos, em uma palavra, às 'perguntas' do público de seu tempo (HOLANDA, 2000, p. 287).

Assim, estudar as obras do século XVIII, como é o caso do poema “Vila Rica” e dos demais documentos históricos, implica uma dupla visão: de resgate, dando a estes textos uma interpretação com o olhar atual; e de busca por um olhar do tempo em que esses documentos foram produzidos, tentando, deste modo, responder às “perguntas do público de seu tempo”. Isso implica questionar dois mundos silenciosos: o do texto, que requer um olhar filológico, e o olhar do público a fim de projetar um olhar crítico acerca das revelações do texto. O olhar dito filológico relaciona-se ao estudo de uma língua, literatura, cultura ou civilização sob uma visão histórica, a partir de documentos escritos. Explora os problemas de datação, localização e edição de textos, apoiando-se em disciplinas distintas como a história, a linguística, a gramática, a estilística, a arqueologia etc.. Une, portanto, as investigações sobre a língua e a literatura, seus contextos históricos e culturais. Compreendendo a gramática, a retórica, a história, a interpretação de autores, de críticos e de tradições. O olhar dito “atual” investiga o ato de recepção do texto antigo na contemporaneidade e busca perceber as “atualidades” que o tornam perene.

Estudar uma obra do século XVIII é muito mais que ater-se a seu texto. Segundo Alcides (2003, p. 15-16):

É necessário dirigir as perguntas não exclusivamente à obra literária em sentido restrito, nem, por outro lado, ao âmbito social e intelectual que lhe serviu de cenário; melhor seria focar da maneira mais dinâmica possível, a relação entre esses dois termos – texto e contexto – debaixo do postulado teórico de uma via de mão dupla, tecendo determinações de parte a parte. Sem o exame da sociabilidade contemporânea e local, cruzado com o estudo das ideias que estavam no ar e da sensibilidade capaz de captá-las e ordená-las, não teremos alternativa ao anacronismo psicológico além da mera verificação estilística, formal, que se limita a descrever o texto e a constatar que ele não se encaixa nos moldes daquilo que se convencionou chamar de arcadismo.

Existem diversos posicionamentos teóricos acerca da gênese da literatura brasileira e o Arcadismo tem importância fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento das *belas letras* em terras brasílicas. Nesse sentido serão enfatizados neste capítulo os trabalhos de Bosi (1972), Candido (2007), Castello (1962) e Teixeira (1999) acerca das principais renovações de pensamento ocorridas no século XVIII e da formação de academias e arcádias em Portugal e no Brasil.

Candido (2007) distingue a existência no Brasil das manifestações literárias e da literatura propriamente dita, definida como um conjunto de obras ligadas por dominantes numa fase, constituída por elementos internos (língua, tema, imagens) e certos elementos de natureza social e psíquica.

Partindo de “quando” e “como” foi definida uma continuidade ininterrupta de obras e autores cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária, o teórico afirma que é a partir do século XVIII até a primeira metade do século XIX, que nossa expressão literária adquiriu plena nitidez. Com os árcades mineiros e com as últimas academias e certos intelectuais ilustrados surgem os letrados da colônia, formando conjuntos orgânicos e manifestando a vontade de fazer literatura sobre o Brasil. Tais homens foram considerados fundadores pelos que os sucederam, estabelecendo-se uma tradição contínua de estilos, temas e formas. Candido, assim, toma como ponto de partida a *Academia dos Seletos*, a Academia Brasílica dos Renascidos e os primeiros trabalhos de Cláudio Manuel da Costa como iniciadores do que se tornaria um sistema literário, formado por autor-obra-público.

Os neoclássicos foram motivados pelo desejo de construir uma literatura para mostrar que eram tão capazes de praticarem esta arte quanto os europeus. Percebe-se essa intenção, por exemplo, na ideia do acadêmico renascido Domingos da Silva Teles, de compor uma epopeia sobre assuntos brasileiros, a *Brasileida* que, infelizmente, ficou restrita à ideia. Têm-se ainda os poemas épicos que foram construídos visando à descrição de fatos importantes ocorridos no Brasil setecentista, como *O Uruguai* de Basílio da Gama, *Caramuru* de Frei de Santa Rita Durão e “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa, os quais, apesar da presença de um herói português, retratam o território brasílico com suas especificidades.

Após a Independência, a vontade de construir uma literatura voltada para o Brasil acentuou-se: a atividade literária era parte do esforço de construção de um país livre. Esse era um momento de tomada de consciência. Assim, Candido reitera que o momento decisivo em que as manifestações literárias vão adquirir, no Brasil, características orgânicas de um sistema, é marcado por três correntes: Neoclassicismo, Ilustração e Arcadismo. É a sua reunião que caracteriza o período.

O Arcadismo é, então, para Candido, consciência de integração de ajustamento a uma ordem natural, social e literária, decorrendo disso a estética da imitação, por meio da qual o espírito reproduz as formas naturais, não apenas como elas aparecem à razão,

mas como as conceberam e recriaram os bons autores da Antiguidade e os que modernamente seguiram a sua trilha.

Outro teórico que define o período em questão é José Aderaldo Castello (1967), que parte de uma revisão crítica das fontes da origem da literatura brasileira e constata que a data histórica de 1808 impõe-se como o marco que divide dois momentos distintos de nossas letras: um momento colonial e um momento autônomo. O século XVI foi pré-colonial, uma vez que nossas produções escritas pautavam-se na herança deixada por cronistas e nos ecos da influência camoniana. Assim, as épocas barroca e arcádica apresentam seus correspondentes transplantados para o Brasil e submetidos a um processo de assimilação, embora inconsistente, mas suficiente para oferecer elementos diferenciadores.

Na segunda metade do século XVII, o Barroco entra em declínio na Europa. Já no Brasil, o final do Barroco concretizou-se apenas em 1768, com a fundação da *Arcádia Ultramarina* e com a publicação de *Obras*, de Cláudio Manuel da Costa. Porém, desde 1724, o movimento academicista já assinalava a decadência do estilo barroco e a ascensão do estilo árcade. A difusão desta estética iniciou-se em 1690 com a criação da Arcádia Romana, que contribuiu para a criação de outras associações letradas em diversas regiões da Europa.

O Arcadismo repercutiu durante o século XVIII na Europa, pois há muito as tendências da arte refletiam um exagero ornamental. Tal atitude fazia com que as artes em geral, principalmente a literatura, vissem comprometido um dos pilares da escrita, apresentados em manuais retóricos e poéticos: a verossimilhança, entendida como algo que apresenta probabilidade de verdade na relação estabelecida entre imagem e ideia.

Bosi (1972) discorre sobre a verossimilhança e afirma que seu conceito fora herdado da poética renascentista. O significado tem por fundamento a noção de arte como cópia da natureza e a ideia de que essa mimese pode ser feita por graus, sendo o matiz idealizante que esbate qualquer pretensão de um realismo absoluto. Assim, os primeiros teóricos da Arcádia propunham mediações entre o natural e o ideal nas suas fórmulas áureas de bom gosto. A Arcádia enquanto estilo melífluo, musicalmente fácil e ajustado a temas bucólicos, retomou tendências do quatrocentismo de Sanazzaro, da lira pastoril de Guarini e da tradição anticultista da Itália que se opôs à poética de Marino e do poeta espanhol Góngora. No século XVIII, esse retorno à Arcádia, passou a integrar

um estilo de pensamento marcado por racionalismo, clareza, regularidade e verossimilhança.

Há dois momentos ideais na literatura do Setecentismo, dos quais um seria poético, surgido do encontro com a natureza e as inclinações comuns do homem, refletidos através da tradição clássica e de formas bem definidas, julgadas dignas de imitação; outro ideológico, surgido em meados do século XVIII, cujos ecos exprimem a crítica da burguesia culta aos abusos da nobreza e do clero. No Brasil, à medida que o tempo passa, a estética adapta-se ao gosto dos homens das letras e é representada pela poesia de Cláudio Manuel da Costa, pelo poema épico *O Uruguai* de Basílio da Gama, pela sátira política de *Cartas Chilenas*, atribuída a Tomás Antônio Gonzaga e pelo poema *O Desertor* de Silva Alvarenga.

As transformações no âmbito individual e social passam a ocorrer em Portugal durante o reinado de D. José, que, pouco afeito à política, conta com a experiência de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (posteriormente Marquês de Pombal), o qual possuía autorização para suas ações de modernização da sociedade portuguesa. Essas ações principalmente atreladas à educação. Todavia, os meios para sua execução conferiram ao governo pombalino a designação de despótico esclarecido.

A postura despótica deu-se pela intolerância evidenciada, entre outras causas, pela expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, e por seu conseqüente afastamento das funções pedagógicas, passando a tarefa aos profissionais leigos e à congregação dos Oratorianos, que havia chegado a Portugal em 1640, após a Restauração e a dissolução da União Ibérica (1580-1640). Dessa congregação fez parte Luís António Verney (1713-1792), que se consagraria pela composição de sua obra *Verdadeiro Método de Estudar* (1742). Assim, o termo “esclarecido” tem seu significado atrelado às ideias do Iluminismo, cujo principal objetivo era racionalizar a educação.

A ordem religiosa dos Oratorianos foi responsável pela introdução em Portugal de experimentações científicas, depois de o terem feito por toda Europa católica. Eles foram os oponentes dos jesuítas no campo da pedagogia e responsáveis pela promoção das ciências naturais, levando para Portugal o pensamento de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antônio Genovesi, que até então eram desconsiderados no âmbito do ensino.

O processo de modificação educacional ocorrido em 1756 é denominado Laicização Cultural, uma vez que, em lugar dos jesuítas, leigos passaram a tomar conta

do ensino. Foi nesse contexto que as obras clássicas foram revalorizadas. Horácio, Teócrito, Virgílio entre outros, foram interpretados, traduzidos e divulgados. Assim, inspirados na frase *fugere urbem*, de Horácio, e afeitos à teoria do "bom selvagem" de Jean-Jacques Rousseau, os poetas setecentistas pregavam o retorno utópico a uma idade de ouro, o refúgio na natureza e a busca por um modo de vida simples, bucólico e pastoril em um *locus amoenus*, em oposição aos centros urbanos dominados pelo Antigo Regime. Cumpre salientar que essa busca configurava apenas um estado de espírito, uma posição política e ideológica, uma vez que esses autores viviam nos centros urbanos e eram burgueses e, nas cidades mantinham os seus interesses econômicos.

Sobre os aspectos da ilustração em Portugal que concorreram para o surgimento do Arcadismo, Teixeira (1999) afirma que no reinado de D. João V, vinha ocorrendo uma renovação do pensamento evidenciada pelo surgimento de academias, laboratórios, traduções e edições importantes. Essa renovação corresponde, nas letras, à assimilação da poética de Boileau e à censura à poesia seiscentista, principalmente na vertente gongórica. Duas obras, segundo o teórico, merecem destaque no processo de formação do ideário setecentista português: o já mencionado *Verdadeiro método de estudar* (1746) de Luís António Verney e *A Arte Poética ou Regras da verdadeira poesia* (1748), de Francisco José Freire, conhecido também por Candido Lusitano, seu pseudônimo. Esse material fez parte do projeto de atualização do ensino que se transferia da mão dos jesuítas para a dos Oratorianos.

Ainda segundo Teixeira (1999) há motivos para não classificar o Iluminismo como a "era da razão". O que define a razão como componente do discurso setecentista talvez seja o caráter com que é invocado tanto para fundamentar convicções progressistas e renovadoras quanto para justificar a repressão contra a renovação e o progresso. Um possível conceito de Iluminismo corresponde à ideia de progresso, eficiência da estrutura administrativa, observação científica da natureza e de valorização do saber aplicado à busca da felicidade terrena e do bem estar social.

O teórico também se refere ao primeiro ataque à poesia de Góngora, que foi acusado de produzir uma narrativa pobre, de mau gosto e obscura. A crítica partiu da obra *Della perfetta poesia italiana*, de Muratori (1706), na qual esclarece que Marino, ao afastar-se de Petrarca afastava-se também do verdadeiro padrão de bom gosto. Muratori, em sua obra, utilizou três noções recomendadas por Boileau em sua *Arte*

*Poética* e que se tornariam fundamentais para o século XVIII: verdade, natureza e razão.

A *Arte Poética* de Boileau configura-se como coletânea de preceitos aristotélicos e horacianos, a qual acrescenta alguns conceitos de sua interpretação, também decorrentes da mentalidade do período. A semelhança com a poética horaciana, na realidade, mantém-se em todas essas poéticas. Assim como Aristóteles, o poeta latino era constantemente citado e pode-se caracterizá-lo, principalmente por três aspectos: a importância da composição e da harmonia das partes, a supremacia do gosto e a perfeição da arte.

Na poesia setecentista a maior contribuição de Muratori seria sua teoria da metáfora, recuperada por Luzán e Francisco José Freire, na qual ambos defendiam que a metáfora inverossímil não deveria constar do enunciado poético. Apenas a apreensão correta da natureza retórica das coisas conduziria à boa poesia, a qual necessariamente deveria eliminar os mecanismos deformadores das convenções do real. Luzán considera que as imagens elaboradas com juízo e arte embelezam a poesia, assim como as que o ignoram prejudicam sua perfeição. A verdadeira imagem orienta-se pela proporção, pela ordem e pela unidade.

A ideia de clareza na poesia setecentista é percebida como instrumento da reforma cultural do país, que se fazia adequada em virtude do descompasso de Portugal em relação ao pensamento europeu. Os estudiosos sustentavam as três distribuições básicas da poesia no Antigo Regime: ensinar, deleitar e persuadir. Deste modo, eles esforçavam-se para produzir um poema com a clareza, entendida como adequação do discurso ao juízo, contrária a clareza relativa da fantasia seiscentista. Buscava-se resgatar o ideal utilitário da poesia defendido por todas as inteligências do período, exceto por Verney. A função da clareza como prioridade poética era, portanto, “legitimar pela arte o poder político instituído, com louvores inequívocos e transparentes. Isso explica, em parte, a abundância de poesia encomiástica no período neoclássico luso-brasileiro” (TEIXEIRA, 1999, p. 163).

A *Arcádia Lusitana*, também conhecida como *Arcádia Olissiponense*, foi fundada em 1756 em Lisboa à imitação da *Arcádia Romana*. Sua instauração marca a consagração da expressão árcade na literatura luso-brasileira. O capítulo I do estatuto da *Arcádia Lusitana* mostra um pouco de sua organização e funcionamento. Na

*Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (p. 370) a proposta da Arcádia Lusitana é descrita da seguinte forma:

Chamar-se-á a esta nova Academia – Arcádia – e o lugar das suas conferências o monte *Mênalo*, bastantemente celebrado das frutas dos Pastores. Os seus alunos se fingirão de Arcades e escolherá cada um, nome e sobrenome de pastor adequado a esta ficção, para por ele ser conhecido e nomeado em todos os exercícios e funções da Arcádia.

A ação surgiu da iniciativa dos poetas e bacharéis em Direito recém-formados, Antônio Diniz da Cruz e Silva, Manuel Nicolau Esteves Negrão e Teotônio Gomes de Carvalho, aos quais se uniu Pedro Antônio Correia Garção. Assumiam pseudônimos pastoris em seus exercícios literários e obedeciam às normas preestabelecidas pela Arcádia, ou seja, as composições deveriam ser calcadas na racionalidade, simplicidade e na busca por referenciais retóricos e poéticos de escrita. A escrita destes textos era feita sem o teor “carregado” e “obscuro” do Barroco. As temáticas horácianas do *fugere urbem*, que levavam a conceber o *locus amoenus* como lugar ideal representado pela paz do campo; da *áurea mediocritas*, que sugeria a serenidade, o controle de si mesmo e a fuga dos excessos e do *carpe diem*, que se relacionava à efemeridade da vida e a busca por momentos felizes do presente, entre outras, também eram utilizadas nas composições.

Seus membros poderiam ser eleitos de acordo com as regras do grêmio, que já se mostravam diferentes das rígidas normas que restringiam à entrada nas academias seiscentistas. Na *Arcádia Lusitana*, não era dada extrema importância à estirpe, sendo considerados aptos a ingressarem nela, homens possuidores de “méritos pessoais”: “Poder-se-ão eleger para membros desta sociedade todos os sujeitos que parecerem capazes de a ilustrar, [...] só se olhará para o mérito pessoal, sem atender a outras circunstâncias” (SILVA, 2004, p. 282).

A agremiação, no entanto, teve uma existência efêmera (entrou em declínio em 1759). Em 1790 renasceu em Lisboa sob a designação de *Nova Arcádia*, integrando nomes como os de Bocage, Curvo Semedo, José Agostinho de Macedo (Elmiro Tagideu), Nicolau Tolentino, Francisco Manuel do Nascimento (*Filinto Elísio*) e Marquesa de Alorna (*Alcipe*). Definitivamente extinta em 1794, a agremiação deixou o *Almanaque das Musas*.

No Brasil, a fase literária predominantemente arcádica aconteceu cerca de doze anos após o início da estética em Portugal. Cláudio Manuel da Costa, que havia cursado colégios jesuíticos do Rio de Janeiro para ingressar na universidade presenciou em Lisboa e Coimbra a renovação e o surgimento de obras vinculadas ao novo modelo.

Se sua produção, até então, orientava-se pelo método escolástico, aplicado pelos religiosos da Companhia de Jesus, diante de toda a atmosfera que o orientava para o “novo”, compreende-se que seus escritos tenham sofrido influências de sua primeira formação e também tenham recebido a tônica das ideias ilustradas. Em *Obras* (1768), essa transição fica bem marcada pela mudança de postura indicada nos textos – de ingênua à crítica - uma vez que nas obras *Culto Métrico* e *Munúsculo Métrico* da primeira fase observa-se o tom encomiástico sem outro fim que não o elogio, e em *Obras* o louvor une-se à reivindicação por melhorias nas Minas. Castello (1962, p.125) o considera um “perfeito poeta de ‘transição’ foi ele o primeiro a reconhecer os fundamentos de sua formação nas últimas manifestações barrocas, para logo preferir a renovação do gosto literário, processada pela reforma arcádica ou neoclássica”.

De volta ao Brasil, Cláudio Manuel da Costa fundou a *Arcadia Ultramarina*, sociedade literária brasileira, fundada em Vila Rica em data incerta<sup>2</sup>. Dela fizeram parte homens ilustres como Tomás Antônio Gonzaga, Manuel Ignácio da Silva Alvarenga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Basílio da Gama, Domingos Caldas Barbosa, Manoel Arruda Câmara, José Ferreira Cardoso, Antônio Cordovil, João Pereira da Silva, Mariano José Pereira da Fonseca e Inácio de Andrade Souto Maior entre outros. Em diversas obras pode-se notar a real existência dessa agremiação, que apesar de não possuir um registro junto às demais arcádias europeias, regulamentavam-se pelos seus pressupostos. Os poetas adotavam pseudônimos pastoris, autodenominavam “arcades ultramarinos” e escreviam com base nos principais temas do movimento.

Na *Arcadia Ultramarina*, mais precisamente na sessão de cinco de dezembro foi representado o drama musicado “O Parnaso Obsequioso” de 1768. Quanto à temática, essa associação foi buscar nos cânones do Arcadismo, ou seja, nos ensinamentos de Horácio e nos elementos greco-latinos, muitos aspectos típicos, tais como o bucolismo, referências a pastores e a personagens mitológicos com propósitos simbólicos e ornamentais. Tal drama representa o caráter de transição da obra de Cláudio Manuel da Costa, uma vez que reúne os elementos árcades em um modo de escrita barroco.

---

<sup>2</sup> As referências à Arcadia Ultramarina nos textos de Cláudio Manuel da Costa aparecem a partir de 1768.



Da mesma forma que Cláudio Manuel da Costa fundou a *Arcádia Ultramarina*, Silva Alvarenga tentou estabelecer, em 1786, a *Sociedade Literária do Rio de Janeiro* autorizada pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza. Era uma associação de intelectuais que possibilitava o debate entre poetas e escritores, sobre assuntos culturais e científicos. Em 1794, porém, uma acusação de conspiração fez com que o Conde de Resende fechasse suas portas e prendesse a maioria dos seus membros residentes no Rio de Janeiro.

Cabe mencionar também que, não obstante o formalismo que prendia as arcádias às convenções do “estilo acadêmico”, estas composições recebiam o interesse da coroa portuguesa pelo cunho de conspiração política que elas suscitavam. Segundo Castello (1962, p. 124), tais iniciativas “equivalem às das sociedades arcádicas. Mas preferimos antes filiá-las no movimento academicista do século XVIII, no Brasil, predominantemente barroco, ou considerá-las com ele relacionadas”. Assim, entende-se a Arcádia como mais uma manifestação decorrente da época que se estende do século XVI ao XVIII.

Para que seja possível compreender a escrita e as intenções dos poetas árcades faz-se necessária uma incursão na mentalidade da época. Deve-se saber em quais autores esses poetas fiavam-se para defenderem seus posicionamentos. Sabe-se, pela própria nomenclatura do movimento, que revisitavam os clássicos gregos e latinos como Virgílio, Teócrito, Horácio entre outros. Mas, além dessas influências, outras também colaboravam para a formação de um *zeitgeist*<sup>3</sup>, espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos, ou seja, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

## 1.2. A educação e a política a favor do novo pensamento

No século XVIII europeu, uma das características mais evidentes no ramo da educação talvez seja o gosto pelas grandes sistematizações do saber (enciclopédias). O

---

<sup>3</sup> Apesar do termo ser pós-romântico e, portanto, anacrônico, acredita-se que seja o único encontrado para definir o conceito de espírito de época. A aparição desse conceito remonta a Johann Gottfried Herder e outros românticos alemães, mas ficou conhecido pela obra de Hegel, *Filosofia da História*. A palavra *Zeitgeist* pode ser entendida como tradução de *genius seculi* (Latim: genius - "espírito guardião" e saeculi - "do século"). Os românticos alemães redefiniram o "espírito da época" como um argumento histórico de sua defesa intelectual.

*Verdadeiro Método de Estudar* (1746) se enquadra nesse movimento de compilação utilitária do saber, sem deixar de esboçar uma reforma polêmica na maneira de conceber a própria realidade em Portugal. Com efeito, tal livro, procura situar a cultura portuguesa frente aos progressos do pensamento europeu mediante dezesseis cartas que abordam quase todas as áreas do saber: língua portuguesa e línguas clássicas, retórica e poesia, lógica, metafísica e física, direito civil e canônico, medicina e teologia que apresentam um pequeno traço ficcional por serem cartas hipotéticas. Verney assimila a visão empírica de Locke, a qual chega também a Francisco José Freire.

O *Verdadeiro Método de Estudar* concentrou em dois volumes algumas considerações a respeito do sistema de ensino das universidades setecentistas, bem como um questionamento sobre os pontos negativos da educação teológica baseada na Escolástica, seguida pelos jesuítas e, por conseguinte, sua apologia ao método adotado pelos Oratorianos.

A respeito das relações entre os letrados e das associações de produção do saber, como as academias, arcádias, e a política praticada por esses grupos, ou ainda pela corte, especialmente nos aspectos em que essas relações tornam-se importantes para a sua existência, é necessário entender as ideologias que marcaram as produções escritas nos espaços Portugal e América Portuguesa, todas elas indissociáveis da figura de Sebastião José de Carvalho e Melo primeiramente Conde de Oeiras e, posteriormente, Marquês de Pombal<sup>4</sup>.

D. Luís da Cunha, por sua vez, foi um importante magistrado nos fins do século XVII e exerceu a função de desembargador da Relação do Porto, em 1685, e da Casa da Suplicação, em 1688. Um dos episódios mais marcantes de sua carreira foi a atuação no caso do envolvimento de Portugal na sucessão espanhola. Representou, juntamente com o conde de Tarouca, os interesses de Portugal no Congresso de Utrecht na questão dos limites da América. Merece destaque em sua biografia a permanência em alguns estados europeus, que o colocaram em contato com a ciência e as artes, meios que influenciaram sua tentativa de renovação cultural em Portugal, patrocinada por D. João V.

A obra de D. Luís da Cunha, o *Testamento Político*, foi uma das obras políticas mais lidas e conhecidas da segunda metade do século XVIII em Portugal, mesmo tendo circulado por meio de cópias manuscritas. Foi apresentado pela primeira vez em 1815, no *Observador Português*, jornal português publicado em Londres e relaciona-se à

---

<sup>4</sup> Esta honra foi-lhe conferida em 1769 como recompensa pelos trabalhos prestados à Monarquia.

necessidade de entender as novas propostas políticas oferecidas em forma de manual a D. José I, antes mesmo de sua posse como rei de Portugal. O autor inicia seu texto justificando a liberdade e a sinceridade de suas palavras, com base na sua dedicação e na antiga condição de Ministro, dada a ele pelo avô de D. José I, que o tirou da Casa da Suplicação para que servisse no Ministério Estrangeiro. Assim, suas ideias tiveram por base o modelo observado por ele na Inglaterra, Holanda e França.

A primeira questão política que o autor defende é a do absolutismo. Mostra-se a favor da centralização do poder do rei, o que implica em uma discordância em relação à nomeação de um ministro, sobre isso estabelece duas razões:

A primeira porque Deus não pôs os cetros nas mãos dos príncipes para que descansem, senão para trabalharem no bom governo dos seus reinos; trabalho que lhe será muito suave, se repartir bem e alternativamente as suas horas, porque estou certo que lhe sobejarão as que bastem para as empregar nos divertimentos que convém ao seu caráter [...]. A segunda, e ainda mais forte razão, vem a ser, que o dito ministro ordinariamente tira ao soberano o crédito que ele se arroga a si mesmo, desconsola os naturais, e perde muito com os estrangeiros (CUNHA, 1976, p. 19-20).

A sugestão de D. Luís da Cunha de não nomear um ministro não foi acatada pelo rei, que, a partir de sua ascensão ao trono, nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo para o cargo. Apesar de não ver com bons olhos a nomeação de Ministros, D. Luís da Cunha cita o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo para a Secretaria do Reino, o que mostra que Pombal já havia conquistado seu espaço no cenário político e também mantinha pensamentos em comum com D. Luís da Cunha. A nomeação do ministro, como previa D. Luís da Cunha, confirmou seu temor de que um ministro poderia “tirar os créditos do soberano”, pois o Marquês de Pombal, como ficou conhecido, não demorou a atuar de forma independente, uma vez que suas decisões eram sempre confirmadas por D. José I.

Ainda sobre a opção pelo absolutismo, o texto do desembargador revela concordância com o pensamento de Maquiavel, um dos maiores defensores deste governo na Itália e cuja obra, *O Príncipe*, escrita em 1513, pode ser considerada uma espécie de guia para governantes, alertando-os sobre as armadilhas da política. Sobre isso, D. Luís da Cunha revela: “Se alguém me acusar de que nesta parte abraço as máximas de Maquiavelo, enquanto diz que o governo monárquico seria o mais perfeito de todos, se o príncipe não tivesse validos, nem confessor” (CUNHA, 1976, p. 23). Com estas palavras, o autor demonstra sua opção política e organiza seu texto, mostrando os pontos positivos da centralização do poder do rei. As propostas de

reforma da política portuguesa da obra de D. Luís da Cunha influenciaram as ações pombalinas.

Assim, além de apoiar o absolutismo monárquico, o *Testamento Político* traz ainda questões que merecem ser associadas aos pensamentos do Marquês de Pombal: a desconfiança em relação aos jesuítas, muitas vezes escolhidos pelos reis como confessores, mas que por serem “os que mais estudam e por isso mais aptos para adotarem as opiniões” (CUNHA, 1976, p. 23), poderiam influenciar negativamente o soberano em suas decisões. Trata-se de uma aversão aos métodos utilizados pelos eclesiásticos e que impediam muitas das suas ações políticas.

D. Luís da Cunha revela outras questões para melhor compreensão deste período de mudanças em Portugal. Seguindo a ordem dos fatos, o desembargador associa a figura do rei à de um pai de família e assim descreve as principais obrigações que cabem a um governante. Após essa comparação, inicia uma discussão acerca da localização estratégica de Portugal que permite saber quando o inimigo se aproxima e trata também do exército, das armas, das fortificações de fronteiras e da marinha, sugerindo a quantidade que a nação deveria de cada item, sempre comparando Portugal a outros países europeus. Em seguida, comenta a necessidade de segurança para o rei e as punições que deveriam ser imputadas aos réus, defendendo a pena de morte. Sugere também a necessidade de reduzir o número de advogados em Portugal.

Assim, mais uma vez D. Luís da Cunha se coloca contra os jesuítas na condição de advogado, mostrando que as duas funções não eram compatíveis e que em Portugal havia um excesso de homens formados em leis. Ainda a respeito dos jesuítas e dos demais eclesiásticos, sugere a promulgação de uma lei para impedir a Igreja de receber ou herdar bens, pois essa prática prejudicava o Estado, uma vez que fazia da Igreja a detentora de parte do reino. Esta ideia também é aceita pelo Marquês de Pombal, que, como será tratado posteriormente, defendia a administração dos referidos bens pelo Estado.

Para D. Luís da Cunha, Portugal, nesta época, sofria com quatro sérios problemas chamados por ele de *sangrias*: o primeiro era o excesso de pessoas que entravam nos conventos; o segundo era a religião dos soldados que os impossibilitava de exercer suas funções de modo satisfatório, fazendo-os morrer ou entrar para conventos; o terceiro era causado pelo despovoamento de Portugal, pois muitos habitantes iam para o Brasil em busca de condições melhores de vida e o quarto problema seria a Inquisição, que

proporcionava uma péssima imagem de Portugal diante dos países estrangeiros. Para todos estes problemas, D. Luís da Cunha mostra sugestões de correção, todas elas baseadas em referenciais retóricos.

A Inquisição foi uma prática iniciada em 1184 em Languedoc, sul da França e que se espalhou pela Europa a partir de então. Defendida por várias congregações da igreja católica, acabou por formar um tribunal eclesiástico destinado a defender a fé católica. Assim, vigiava, perseguia e condenava suspeitos de praticar heresias.

Em Portugal recebeu o nome de Tribunal do Santo Ofício e exercia rígida vigilância sobre o comportamento moral da sociedade, censurando toda a produção cultural, apresentando-se contra todas as inovações científicas. Havia o receio de que essas ideias conduzissem as pessoas à dúvida religiosa e à contestação da autoridade do Papa.

As novas propostas filosóficas ou científicas eram, geralmente, vistas com desconfiança pela Inquisição que submetia a um regime de censura prévia todas as obras a publicar, criando o *Index*, catálogo de livros cuja leitura era proibida aos católicos acarretando aos desobedientes, excomunhão, tortura e, caso houvesse condenação, prisão e morte na fogueira, chamada “auto de fé”.

No século XVIII, com o aparecimento do Iluminismo foi criada a Real Mesa Censória para substituir o Tribunal do Santo Ofício por alvará de 5 de abril de 1768. Em Portugal, foi instituída durante o governo de Pombal, com o intuito de transferir das mãos da Igreja para o controle direto do Estado, a censura dos livros e publicações consideradas perturbadoras em matéria religiosa, política e civil. Era composta por funcionários régios e membros do clero, embora estes últimos desempenhassem a sua função dentro de uma instituição do Estado. Havia também um presidente e sete deputados ordinários, sendo um deles inquisidor da Mesa do Santo Ofício da Inquisição. A Real Mesa Censória foi extinta a 21 de junho de 1787 e substituída pela Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura dos livros.

Apesar da Inquisição não ter sido oficialmente abolida, ela sofreu um profundo abalo com a criação de medidas que a levaram à subordinação ao poder real. Esta atitude de Pombal evidencia, assim, mais uma característica em comum com os pensamentos de D. Luís da Cunha.

Ao fim do *Testamento Político* há algumas considerações sobre o comércio português e como o país poderia deixar de depender das exportações estrangeiras. O

texto é importante na medida em que fornece algumas características do pensamento ilustrado que começam a entrar em Portugal e também é um importante material para ser contrastado com a metodologia de governo utilizada pelo Marquês de Pombal como poderá ser visto a seguir.

Com base na produção teórica acima, nota-se que o Brasil não possuía ainda identidade própria e, sendo assim, constituía-se como produto da mentalidade europeia. As produções letradas, neste momento histórico eram projetadas também a partir das europeias, principalmente das portuguesas e o topo do corpo místico, cuja figura do líder era representada pelo rei e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo constituía matéria de louvor entre os colonos. Assim, nota-se nas produções dos homens eruditos da colônia uma tentativa de “mostrarem-se” como parte ativa e integrante desse sistema de *mercês*/privilégios, assim como era na corte. Tal ideologia pode ser vislumbrada inclusive na própria proposta da academia brasílica, cuja intenção era perpetuar o nome de seus homenageados e, conseqüentemente, de seus contribuintes, uma vez que se tratava de uma empresa de maior utilidade, comparada à construção de monumentos, por exemplo, como era comum na Europa.

A apresentação dos pilares do Arcadismo, a saber, as mudanças políticas engendradas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo através dos escritos de D. Luís da Cunha, as transformações na educação iniciadas por Verney, bem como os temas da tradição clássica, recuperados por Rousseau, Voltaire, Freire, entre outros, permitem compreender o contexto político e artístico ao qual Cláudio Manuel da Costa estava inserido. A época moldou o poeta e o homem público. Sua prática letrada buscava constantemente o aprimoramento e causava-lhe a insegurança comum à época: necessidade de buscar a perfeição, medo em faltar com a verdade e com a razão.

### **1.3. Pombal como precursor do Arcadismo luso-brasílico**

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 - 1782) foi secretário de Estado do Reino (primeiro-ministro) de D. José I (1750-1777), sendo considerada, ainda hoje, a figura mais polêmica da história portuguesa. Representante do Despotismo Esclarecido em Portugal no século XVIII. Viveu num período marcado pelo Iluminismo e pretendia impor as luzes da razão às trevas da ignorância. Em Portugal esse pensamento desempenhou papel importante na aproximação de Portugal à realidade econômica e

social dos países do Norte da Europa, mais dinâmica do que a portuguesa. Iniciou, com esse intuito, várias reformas no âmbito da fé, da administração, da economia e da sociedade. Acabou na prática com os autos de fé em Portugal e com a discriminação dos cristãos-novos, apesar de não ter extinguido oficialmente a inquisição portuguesa, em vigor até 1821.

Segundo Maxwell (1996), apesar de ser proveniente de uma família de nobreza menor formada por fidalgos que exerciam função de funcionários públicos, sacerdotes e soldados, Pombal, ao casar-se com a viúva Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, conseguiu chegar à alta nobreza. Após a morte de sua esposa, em um segundo casamento com a Condessa de Daun, Pombal estreitou ainda mais seus laços com a corte, pois foi visto com bons olhos pelas pessoas mais ilustres da época, entre elas, a esposa de D. João V que, inclusive, o convidou, em 1749, para ocupar o Ministério de Lisboa.

Ainda de acordo com Maxwell, Pombal, antes de se tornar ministro de D. José I, adquiriu considerável experiência diplomática na Áustria, representando o rei português na corte de St. James de 1739 a 1743:

Na verdade, o cargo de Pombal na Áustria deu um impulso decisivo a sua carreira. Ele chegou a Viena, via Londres, em 1745. Sua atividade na capital austríaca alcançou sucesso considerável [...]. Em termos de contatos em Viena, Pombal encontrou um aliado bem colocado ao se tornar amigo muito íntimo de Manuel Teles da Silva, emigrado português de linhagem aristocrática que galgou altos postos dentro do estado austríaco [...]. Foi feito duque Silva-Tarouca pelo imperador austríaco Carlos VI em 1732, serviu no importante posto de presidente do conselho dos Países Baixos e da Itália e foi confidente da imperatriz Maria Teresa (MAXWELL, 1996, p. 08).

Pombal travou bons relacionamentos com nomes importantes. Conseguiu chegar ao ministério português. Adquiriu experiência, riquezas e forças para Grã Bretanha e Áustria. Durante sua permanência nestes países entrou em contato com novas ideologias, denominadas *jansenistas* e *galicanas*, que constituíam uma nova relação entre Estado e Igreja, proporcionando ao Estado um poder administrativo ante os assuntos que até então exclusivamente o papa e os integrantes do alto clero resolviam. No nível ideológico-político, o pombalismo expressou simpatia pelo movimento jansenista e ligações de convivência aos seus organismos de difusão internacional, assim como se pode encontrar patenteada alguma influência dos filósofos afeitos ao jansenismo na sua doutrina regalista. Tanto mais que esta simpatia deriva, desde logo, do fato dos jansenistas se terem afirmado como os maiores inimigos dos Jesuítas e da

sua teologia e serem um dos movimentos que melhor simbolizam a luta contra a Cúria Romana dentro da própria Igreja, tendo, nesta linha, colaborado para informar as doutrinas e reivindicações do galicanismo francês. Cumpre, assim, especificar que o regalismo português e o seu ultra-antijesuitismo são também elaborados ideologicamente com o recurso a autores ligados ao jansenismo e galicanismo francês.

Após o terremoto de Lisboa, em 1755, e o atentado (regicídio) de 1758, atribuído à família Távora e ao Duque de Aveiro contra D. José I, o poderio de Pombal expandiu-se ainda mais, pois, sem demora o Ministro mandou executar os envolvidos (o que lhe conferiu o título de conde de Oeiras, conferido por D. José I) e em menos de um ano reconstruiu parcialmente a cidade destruída.

Encantado pelas novas ideias e pelo nascente Iluminismo, o Ministro tentou implantá-las em Portugal, causando muitos embates dentro das relações entre Monarquia e Igreja. Sua tentativa de modernizar Portugal era feita de modo autoritário, por isso, muitos dos conflitos oriundos do período pombalino têm sua raiz nessa nova postura despótica esclarecida.

Um dos fatores interessantes que mostrou esse choque de pensamentos foi a mudança do método de ensino, instaurada por Pombal. A catequese, de acordo com o texto de Leite (1983), utilizava para o ensino o catecismo produzido pelo jesuíta Padre Marcos Jorge, impresso em 1561 e reeditado, posteriormente, com o nome de *Cartilha* pelo confrade Inácio Martins. Pombal, adepto de mudanças educacionais e não concordando com o método adotado neste material por não preconizar as ideias *jansenistas* e *regalistas*, proibiu sua utilização, recolhendo todos os exemplares e substituindo-o pelo *Catecismo de Montpellier*, publicado por Carlos Joaquim Colbert, bispo e prelado jansenista. Ainda sobre as teorias regalistas e antipapais, encontra-se na Universidade de Coimbra um Estatuto datado de 1772, cujo teor gira em torno do estabelecimento de normas administrativas e conteúdos dos cursos, também baseados nas ideias jansenistas e regalistas utilizadas na época do governo do marquês e que demonstra o fato de a política, de modo geral, e da cultura, de modo particular, serem marcadas e geridas conforme o programa estabelecido pelo ministro.

A educação em Portugal era dominada quase exclusivamente pela *Companhia de Jesus* e outras ordens religiosas. Com a reforma pombalina, de 1759, os jesuítas foram expulsos de todo o território português e se fez publicar um alvará para a mudança da educação no país. Assim, foi criado pela primeira vez o cargo de Diretor Geral dos



Estudos (para observar o progresso dos estudos e elaborar relatórios sobre a situação do ensino). A censura estava presente no projeto de Pombal, com a destruição e proibição de livros de autores considerados corruptores da Religião e da Moral e que poderiam prejudicar a paz e o sossego público. Igualmente, o sistema de ensino superior, controlado pela Igreja, passou ao controle do Estado.

A aplicação no Brasil Colônia de um mandato de desnaturalização, prisão e expulsão dos jesuítas, ocorrido após um longo processo de tentativas, foi o momento que ficou marcado como um dos mais conflituosos da ação pombalina. O pedido de supressão da ordem religiosa foi primeiramente feito ao papa Clemente XIII, que não aceitou tal medida. Após essa negação, Pombal propôs que Espanha e França enviassem tropas para invadir os domínios da Igreja, com o objetivo de intimidar o papa. Porém, a França considerou o procedimento arriscado e a Espanha também recuou, fazendo com que o ministro desistisse da invasão.

Com a morte de Clemente XIII foi eleito Clemente XIV, que diante da pressão exercida por Pombal e pelos governos francês e espanhol, acabou por consentir com a extinção da *Companhia de Jesus*. Este fato ocorreu após denúncia à Inquisição do padre Gabriel Malagrida, muito respeitado em sua função, porém condenado por heresia, sem que de fato existissem provas. Sua execução foi tão violenta que scandalizou toda uma época. O regalismo de Pombal, sua política reformista e os excessos que cometia em seu governo eram baseados no pensamento político e religioso do catolicismo iluminista, que queria reedificar um Estado e uma Igreja a partir de novos paradigmas.

De acordo com Leite (1983), outras acusações contra a *Companhia de Jesus* levaram Pombal a extinguir a ordem religiosa no Brasil. Uma primeira acusação dizia respeito a uma discordância e resistência dos jesuítas e índios à execução do Tratado de Madri de 1750, que entregava aos espanhóis a *Colônia do Sacramento* em troca do Sul do Brasil, transferindo sete aldeias indígenas para a margem esquerda do rio Paraguai. Também existia o problema dos missionários do norte brasileiro que não queriam a extinção da autoridade temporal nas aldeias que haviam recebido dos reis anteriores, que lhes dava o direito de enviarem a Portugal objetos produzidos pelos índios em troca de objetos que faltavam na colônia e que, por sua vez, eram trazidos de Portugal. Sobre essa questão, outra acusação pertinente feita por Pombal - e que deveria caber apenas aos jesuítas do Norte do Brasil, mas foi estendida aos demais - foi a incompatibilidade de funções, pois, os jesuítas, como membros da Igreja, eram proibidos de atuarem como

comerciantes, mesmo nas trocas de mercadorias, era uma atitude contrária às leis estabelecidas pela própria Igreja, que condenava o lucro. As atitudes dos jesuítas podem ter sido vistas como um ato de corrupção, o que os apartava de sua condição de religiosos e os tornavam indignos de pertencerem à Igreja. Porém, essa acusação não tirava os seus méritos, uma vez que eram vistos como religiosos sérios e muito comprometidos com suas atividades eclesiásticas.

Além dessas acusações, também existia o argumento de que os jesuítas “difamavam” o rei na Colônia, na forma de reclamações relativas aos atos de perseguição sofridos e revelados com o intuito de conseguirem a proteção e a ajuda papal.

Também consta a acusação referente ao motim do Porto, de 23 de fevereiro de 1757. Este conflito tinha semelhança com outro ocorrido em 1661. Um jesuíta tomou conhecimento de uma carta considerada ofensiva ao rei e que, de certa forma, possuía correspondência com um tumulto ocorrido na cidade há quase um século. Com a notícia desta carta, sabendo que sua existência seria revelada, Pombal acusou o padre e os demais jesuítas que tiveram acesso à carta, de cumplicidade moral com o motim.

Outro motivo pelo qual Pombal expulsou os jesuítas pode ter sido o fato de estes serem muito ligados e fiéis ao papa, enquanto o ministro era heterodoxo. Sobre essa atitude antipapal, manifestada tão claramente pelo Marquês de Pombal, cabe esclarecer que:

O que se atacava, ou não se queria admitir, eram algumas das suas prerrogativas, em especial a sua autoridade sobre toda a Igreja, ao menos no que não fosse estritamente espiritual ou de foro interno da consciência. Tal autoridade externa sobre a Igreja e os fiéis julgava-se que se opunha ou constituía um limite ou cerceamento da autoridade absoluta e suprema do rei. Por conseguinte, negava-se, praticamente, ainda que tal não fosse dito de forma explícita e categórica, o poder da jurisdição do Pontífice Romano, que seria apenas um presidente de honra da Igreja (LEITE, 1983, p.54).

Em um meio tradicional e incompatível com suas ambições, a única maneira de Sebastião José de Carvalho e Melo revolucionar seus domínios, tanto política quanto culturalmente, era exacerbando o domínio de seu poder e conseqüentemente tornar-se um tirano.

Segundo Teixeira (1999, p.44) a maior conquista da reforma pombalina foi a reformulação do conceito de universidade. Antes da expulsão dos jesuítas o ensino superior funcionava, sobretudo, como diferenciador hierárquico (superioridade social).

O ensino fundava-se na “manipulação de conceitos e no estudo de comentários aos textos de Aristóteles. Newton, Descartes, Leibniz e Locke eram ignorados pelo ensino oficial” (SARAIVA *apud* TEIXEIRA, 1999, p. 44).

O autor ainda afirma que o método de Ribeiro Sanches denuncia o pensamento escolástico em Portugal e apresenta um projeto contra ele. Tal texto atinge na alma o ensino jesuítico. Daí a proposta de uma expressão clara, ordenada e elegante, pois a deles era obscura. Este é o estilo racional preconizado por toda a mentalidade ilustrada em Portugal. Quase todos os poetas luso-brasileiros do século XVIII participavam da propagação pombalina, dentre os quais se destacam José Basílio da Gama, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Francisco de Melo Franco e Cláudio Manuel da Costa.

Segundo Carrato (1968), o Iluminismo português não era sedicioso ou irreligioso, mas era progressista, reformista, nacionalista e humanista. Além disso, as relações econômicas, principalmente entre Portugal e Inglaterra, acabaram com as possibilidades de aparecimento de praças manufactureiras e debilitaram o desenvolvimento de uma classe burguesa. Falcon (1993) afirma que os preceitos ilustrados não atingiam sua capacidade crítica mais acabada em Portugal, pois os grupos burgueses não eram suficientemente numerosos ou preponderantes, política e economicamente, para fazer sua ideologia dominar o universo mental lusitano. Silva (2006), ainda sobre essa questão, observa que havia uma defasagem *cronológica do Reino*, no processo de incorporação das novas ideias, devido à *resistência* do meio lusitano, a sociedade era apegada a tradições e a inserção das novas ideias impunha uma situação marginal aos primeiros divulgadores do discurso ilustrado.

Essa resistência também ocorre no Brasil, pois se na metrópole a mentalidade ainda aceitava a religião como condutora da sociedade e dos saberes proporcionados a ela, na colônia era ainda maior. Os acadêmicos tiveram que lutar contra sua própria formação intelectual, alicerçada em bases essencialmente escolásticas. Tal duelo é sentido na obra de Cláudio Manuel da Costa, que diz preferir o pensamento ilustrado, mas confessa não conseguir executá-lo em sua arte (cf. Anexo – *Prólogo ao leitor*).

Temeroso do compromisso dos poetas portugueses com a velha nobreza, Pombal pode dispor dos brasileiros sem raízes em Portugal e, portanto, mais dóceis à assimilação das ideias e dos valores que então se propunham. Poderiam, com a arte, contribuir para a unidade político-administrativa do Estado. Não se trata aqui de considerar a adesão psicológica dos poetas, mas a incorporação artística das mensagens

(matéria sujeita ao condicionamento retórico da comunicação poética). A decisão dos poetas deve ser entendida como “ajuste de um caso particular ao esquema geral dos dispositivos retórico-poéticos do costume. Isso possui implicações políticas que, na época, devem ser interpretadas pela equação: *mecenato + mecenas = produção artística*” (TEIXEIRA, 1999, p. 49). A retórica regulava não somente o funcionamento da poesia, mas também sua prática.

Pombal procurou arregimentar em torno de si os mais importantes letrados da colônia, dando-lhes a possibilidade de participação na vida pensante do Brasil, por intermédio da criação de uma associação que viria para dar continuidade às propostas de elaboração de uma história da América Portuguesa já iniciadas em 1724, com a Academia Brasílica dos Esquecidos<sup>5</sup>. No entanto, apesar de ter os mesmos projetos, a constituição da Academia Brasílica dos Renascidos era mais aberta a outras ocupações e isto foi projeto e resultado de uma visão iluminista que insere no centro das discussões os problemas do homem do Brasil Colônia.

Heynemann (2000) afirma que os portugueses tinham o projeto de inserir a exploração das colônias nos pressupostos da ciência experimental moderna, compreendida como a história natural, o que inevitavelmente colocaria a realidade colonial em contato direto com aspectos do pensamento científico setecentista europeu.

Todavia, antes de contar com a colaboração dos poetas brasileiros, Pombal ajustou a seu projeto dois escritores, originários do reinado de D. João V, a saber, Luís António Verney e Francisco José Freire. De fato, o *Verdadeiro método de estudar* é antes um livro de combate, de crítica da cultura, do que uma obra de teoria. A *Arte Poética*, do contrário, mantém um coeso organismo doutrinário, em que se condensam todas as questões emergentes para uma poesia que se prestasse aos novos tempos (combate a poesia seiscentista, tida por obscura e associada ao luxo da corte joanina), pautada no projeto de uma arte clara, simples e útil, empenhada na veiculação das verdades do Estado, em conformidade com a filosofia moral, importante disciplina da época.

---

<sup>5</sup> A Academia Brasílica dos Esquecidos tinha seu corpo acadêmico formado, principalmente, por integrantes do clero. Tal característica se distingue da Academia Brasílica dos Renascidos, cuja composição abarcava integrantes de diversas funções sociais. Esta formação mais abrangente mostrava a intenção de Pombal em arregimentar os acadêmicos em torno de suas ideias iluministas e, nas relações de favor, visava a um auxílio nos trabalhos de expulsão da *Companhia de Jesus* do Brasil, visto que a congregação era empecilho para que seus planos fossem colocados em prática.

O projeto inovador trazido pelo *Testamento Político* de D. Luís da Cunha colocado em prática por Sebastião José de Carvalho e Melo, contribuiu para a penetração dos ideais iluministas no século XVIII em Portugal, porém, é de suma importância observar a construção deste novo período, contrastando-o com a escrita de Luís António Verney, cuja formação em teologia deu-se em Évora, alcançando o doutoramento em Teologia e Jurisprudência. Por pedido de D. João V, o pensador apresentou em sua obra *Verdadeiro Método de Estudar*, a renovação pedagógica baseada no Iluminismo. Essa reforma deveria partir da revolução das concepções e métodos pedagógicos, da substituição dos compêndios, da revisão dos programas, da reorientação e da preparação dos mestres. A ideologia iluminista foi presenciada por Verney em suas viagens pela Europa no momento em que Portugal vivia a intolerância da Inquisição. Sobre a obra em questão observa-se que:

Após a divulgação do seu programa de renovação, *O Verdadeiro Método de Estudar*, assistimos à ultrapassagem do reinado da escolástica dos jesuítas medievalizantes, expulsos por Pombal, e sua substituição no ensino pela empreendedora Congregação do Oratório, edificadora da modernidade científica no ensino superior.

O Verdadeiro Método de Estudar, verdadeiro manifesto da modernidade do pensamento de Verney, à luz da Europa iluminista, é uma obra em dois generosos volumes, publicada em 1746, reeditada em 1747, escrita por um enigmático religioso Barbadinho da Congregação de Itália, máscara onomástica do nosso renovador que sabiamente preferiu ocultar o seu nome devido à onnipresença e onisciência de um clima cultural profundamente avesso a obras de ruptura. De facto, as suas páginas são de um progressismo notável que motivou fortíssimas reacções e acesa polémica devido às orientações pedagógicas defendidas, tributo às investigações desenvolvidas por Verney e aos seus contactos com as ideias basilares do Iluminismo (CARDOSO, s/d. p.01).

A obra de Luís António Verney surgiu em um momento de mudanças significativas no ensino de modo geral, e particularmente no método de ensino teológico que passou a discordar do método escolástico e a aceitar uma modernização instaurada pelo método oratoriano, baseado do racionalismo ilustrado. Para superar o sistema de ensino rígido, pesado e punitivo do ensino escolástico, indicava uma metodologia de ensino atraente, que recorresse a métodos lúdicos e divertidos que proporcionassem aos alunos vontade de aprender. Defende, também, o fim dos castigos mais severos e a importância dos livros escolares ilustrados para facilidade de assimilação dos conteúdos.

Essas mudanças já estavam ocorrendo em alguns países do norte europeu, mas suscitaram polêmicas quando foram apresentadas a um país ainda tradicional e fechado às mudanças. As temáticas tratadas no *Verdadeiro Método de Estudar* abordam o ensino da Gramática, Latinidade e Retórica, os estudos intermédios de Filosofia e os estudos superiores de Medicina, Direito Civil e Canônico, bem como de Teologia alterando o pensamento que os rege. A dificuldade da penetração das ideias iluministas em Portugal pode ser notada pela maneira extrema com que Pombal impôs suas mudanças na política, na religião e na educação portuguesa, o que, de modo pacífico, não ocorreria.

O programa educativo pombalino fez vingar as ideias iluministas à semelhança do que fizeram as propostas dos Oratorianos, incorporando-as na sua legislação e doutrinação pedagógica. Em 1762, Verney é colocado entre os sábios que mais contribuíram para a reforma do ensino. Entre as práticas iluministas cabe mencionar as propostas de mudanças, principalmente do latim, defendidas por alguns pensadores da época, e que também forneceram as bases para as ações de Pombal. Dentre estes pensadores destacam-se António Félix Mendes<sup>6</sup>, António Nunes Ribeiro Sanches e o oratoriano Padre Francisco José Freire, cuja obra era de cunho mais horaciano que aristotélico.

#### **1.4. Retórica e Poética no Arcadismo**

A forma neoclássica, por meio da qual se manifesta a maior parte de nossa poesia no século XVIII, é a corrente arcádica, de recorte italiano. Segundo Lopes (1997), suas características são a linguagem simples, limpa e precisa, o respeito às medidas, aos ritmos, aos vocabulários e aos moldes formais da tradição clássica, o soneto, a égloga, a cantata, o epicédio, a ode, o romance, a fábula, a epístola, o culto à clareza e ao decoro do enunciado, o bom gosto, a aversão à vulgaridade, a citação erudita, o recurso ao intertexto das mitologias clássicas, tudo o que decorre das artes poéticas de Aristóteles e Horácio vai formar a apurada produção prática-teórica de Boileau, Pope, Dryden, Luzán e Francisco José Freire.

Francisco José Freire, mais conhecido pelo seu pseudônimo Candido Lusitano foi seguidor dos teóricos do Renascimento Italiano, do Classicismo Francês e dos

---

<sup>6</sup> António Félix Mendes participou com Cláudio Manuel da Costa na Academia Brasílica dos Renascidos.

pensamentos de Luzán, Muratori e Boileau. Pode-se notar que o tema geral de sua obra é a condenação da literatura barroca:

Candido Lusitano condena veementemente a literatura barroca e vê na poesia a expressão da verossimilhança das coisas imitadas, mas aceita alguma fantasia, entendendo que ela deve ser fiscalizada pelo juízo e que ao engenho cabe encontrar o artifício adequado ao embelezamento de cada matéria. Pretendendo que a poesia reúna deleite e instrução, considera-a de grande utilidade para a sociedade (CHAVES, 1997, p. 25).

Foi um dos teóricos ilustrados mais importantes. Na passagem acima, observa-se que além da obra ser um objeto de instrução, ela também deveria proporcionar deleite. Tal ideia também era apoiada por Verney, que acreditava que a instrução precisaria ser conquistada de forma mais prazerosa, como por exemplo, a partir de meios lúdicos.

Verney atribuía essa suposta má qualidade da poesia portuguesa à falta de um manual que ensinasse aos jovens do país as regras da arte segundo uma orientação prudente e equilibrada. Freire reconhece a necessidade de um guia dessa espécie e, deste modo, publica sua *Arte Poética*. Nesta obra, a poesia é representação da natureza humana, decorrente do idealismo cristão. Ele estabelece diversas ligações com a cultura clássica, sobretudo, com o princípio horaciano de beleza e utilidade da obra de arte.

Segundo Teixeira (1999), assim como sobrepunha a retórica à poesia, Freire a entendia como subordinada a filosofia moral concebida como a ética de seu momento político, a principal função da poesia deveria ser o auxílio ao governo dos povos, reforçando os princípios da religião, ratificando a autoridade dos reis e justificando a obediência geral ao Estado e à Igreja. Enquanto ‘arte fabricante’, a poesia deveria proporcionar prazer e entretenimento, enquanto atividade sujeita a filosofia moral – deveria ensinar os caminhos da felicidade eterna e temporal, isto é, competia à poesia ser útil à realização dos desígnios da República e da Igreja.

A obra de Candido Lusitano teve o caráter de manifesto apriorístico na literatura portuguesa. Sua função era pedagógica, pois se dirigia a leitores sem nenhuma experiência específica com a proposta de Freire. De fato, nos primeiros quarenta anos do século XVIII, a poesia portuguesa ainda se achava dominada pela agudeza seiscentista.

Para Candido Lusitano a beleza poderia derivar da escolha apropriada da matéria ou da aplicação do artifício correto na imitação. O poeta não deveria afastar-se da verdade que poderia assumir duas feições: a verdade certa e evidente e a verdade

hipotética, possível, crível ou verossímil. Se os objetos ou verdades da imitação (tópicas, casos retóricos, *res*) não fossem belos, o poeta deveria torná-los belos e maravilhosos, pois uma das funções da poesia, segundo essa concepção, era corrigir a natureza. Verdade e beleza, assim, eram indissociáveis para Candido Lusitano. Entre as condições para a obtenção da beleza, a utilidade era, a seu ver, a mais importante, pois, para ele não existia beleza sem ensinamento.

A noção de verdade para Candido Lusitano possuía duas áreas de referência: a ética e a poética. Do ponto de vista poético, a verdade consistia na adequação da invenção do poeta (escolha da matéria) em relação ao gênero, à espécie, ao estilo e aos ornatos. Isso tudo tem relação com a brevidade, energia e clareza.

A verdade, em sua teoria, deveria ser dividida em duas esferas: efetiva e verossímil. A primeira pertencia aos cientistas, historiadores e teólogos; a segunda, aos poetas e artistas. Aristóteles considerava a verdade hipotética do poeta mais ampla e filosófica que a do historiador (TEIXEIRA, 1999, p. 226).

No livro IX, Aristóteles diferencia poesia e história. Segundo Costa (1992), nele, o filósofo inicia tecendo considerações sobre o mito visto como um conjunto elaborado de elementos escolhidos e agenciados segundo uma ordem necessária, que se opõe a diversidade aleatória dos acontecimentos reais, subentendendo a distinção entre a obra do poeta e a do historiador. Cabe ao poeta representar não o que aconteceu realmente, mas o que poderia acontecer, ou seja, o possível, na ordem do verossímil e do necessário. A diferença entre o poeta e o historiador não está no meio que empregam para escrever (verso ou prosa), mas no conteúdo daquilo que dizem: enquanto o poeta representa o verossímil e o necessário, o historiador narra os acontecimentos que realmente sucederam. A poesia (arte literária), então, sendo anunciadora de verdades mais gerais (universais), é mais filosófica do que a história, circunscrita a relatos de acontecimentos particulares. O geral ou o universal, próprio da poesia, decorre do encadeamento causal que estrutura a ação e se configura naquilo que responde às exigências lógicas do espírito (necessário) ou à expectativa comum de todos os espíritos (verossímil).

[...] é manifesto que a missão do poeta consiste mais em fabricar fábulas do que versos, visto que ele é poeta pela imitação e porque imita as ações. Embora lhe aconteça apresentar fatos passados, nem por isso deixa de ser poeta, pois nada impede que a existência de alguns dos acontecimentos ocorridos seja verossímil ou possível, e por isso o poeta seja o criador deles. (ARISTÓTELES, 2005, p. 44-45).



Assim, Candido Lusitano bebia da fonte do filósofo para delinear sua *Arte Poética*. Para ele a fantasia exercia a função de apreender as coisas do mundo sensível. A projeção do mundo exterior na fantasia recebe o nome de imagem, espécie de reflexo mecânico da realidade exterior na psicologia do indivíduo. “As sensações se traduzem na mente por imagens ou representações que se distinguem pelo juízo, depois, quando exteriorizadas, são representadas, ou seja, a imagem poética é, no discurso, a representação de uma representação” (TEIXEIRA, 1999, p. 277).

Aristóteles associando a imitação do universal à poesia julgava-a mais elevada e mais filosófica do que a imitação dos fatos concretos e singulares, própria da história. Considerava que a verdadeira poesia deveria imitar ações, isto é, conter uma fábula. Imitar a natureza equivalia, a seu ver, a inventar os casos retóricos, ou seja, escolher as tópicas ou lugares da tradição poética e organizá-los de acordo com a conveniência dos gêneros literários. Francisco José Freire, nesse sentido, pensava na questão da imitação de outro modo: enquanto Aristóteles considerava a fábula como sendo mais completa (que em relação à história), aquele admitia que a poesia imitava a natureza e deveria ser construída com a finalidade de deleitar e ser útil.

O engenho para Candido Lusitano era a virtude com que o entendimento associava as coisas captadas pela fantasia e caberia a ele descobrir e captar as semelhanças ou outros tipos de relação entre os três objetos da imitação poética: o celeste, o humano e o material.

Outro nome que merece destaque nesse contexto e que orientou a prática letrada em Portugal e no Brasil foi Baltasar Gracián, importante prosador espanhol do século XVI, conhecido como líder do conceptismo, cujo estilo caracterizava-se pela sobriedade e a concisão. Gracián ingressou na Companhia de Jesus quando ainda era muito jovem e tornou-se pregador renomado e reitor das Universidades de Terragona e Valência. A maioria de suas obras de conteúdo filosófico e mundano foi publicada sob pseudônimo. Sua produção inclui ao todo seis livros, sobre a arte da escrita e a ética. Sobre sua prosa didática destacou-se a obra *A Arte da Prudência* (1647). Esta obra influenciou pensadores como François de La Rochefoucauld, Voltaire, Jacques Lacan e principalmente os filósofos Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche.

A obra é uma resposta a *O Príncipe* de Maquiavel (1513) e a *O cortesão* de Castiglione (1508-16). Não é um tratado sobre a arte de governar, como a obra de Maquiavel, nem um manual do saber viver, do refinamento, como o de Castiglione; é

um compêndio sobre o querer viver/saber relacionar-se. A *Arte da Prudência* destina-se ao “Homem Novo”, individualista e voluntarista. O objetivo de Gracián era fornecer subsídios para a vida em sociedade, para que o homem soubesse moldar o seu destino *ad majorem Dei gloriam* ou “para a glória de Deus”, lema da Sociedade de Jesus. O jesuíta não se dirige a uma categoria social claramente definida, nem aos homens chamados a segurar as rédeas do Estado, entorno do príncipe. Seu ideal de “herói” – de elite moderna – poderia ser resumido pelo início da literatura clássica, nas palavras de Salústio: “todos os homens que se aplicam a se distinguir”, seja qual for sua origem ou sua ambição: política, militar, artística, literária. O homem, a seu ver, vive em constante mutação:

Ninguém nasce perfeito. Deve-se aperfeiçoar dia a dia, tanto pessoal quanto profissionalmente, até se realizar por completo, repleto de dotes e de qualidades. Será reconhecido pelo requintado gosto, inteligência aguda, intenção clara, discernimento maduro. Alguns nunca se realizam. Falta-lhes sempre alguma coisa. Outros requerem um longo tempo para se formar. O homem completo – sábio na expressão, prudente nas ações – é aceito e até desejado para privar do seletto grupo dos discretos (GRACIÁN Y MORALES, 2010, p. 26).

A *Arte da Prudência* foi escrita para “o homem do mundo”, aquele que o século XVIII transformaria em modelo: “o homem universal”. Para Gracián a agudeza deveria resultar do método e do estudo e não depender apenas do esforço do engenho.

As redefinições na mentalidade e, conseqüentemente, na prática letrada, levou o homem a reconstruir um método de produção poética, Emanuele Tesauro, retor e poeta italiano, revisita Aristóteles em seu *Il Cannocchiale Aristotèlico* (1654), que segundo Moraes<sup>7</sup>:

Trata de estabelecer um *modus faciendi* para a prática da escrita, tanto no que diz respeito à poética, quanto à retórica, respeitando, em todos os seus pormenores, as orientações do pensador grego. Apresenta-se na forma de um catálogo, que discute no eixo horizontal do tempo, o conjunto (bastante amplo) de possibilidades de imitação / emulação para a composição de um texto “arguto”, recorrendo aos exemplos já explorados desde os tempos Aristotélicos, principalmente na literatura latina; enquanto no eixo vertical do tempo, trata de listar e ajustar este conjunto de regras (transformadas, no seu texto, em prescrições) segundo exemplos encontrados ao longo da própria existência da literatura praticada pelos romanos e pelos italianos que, sendo sucessores de Aristóteles, tem a função de ilustrar a exemplaria das ocorrências no presente da obra, fazendo convergir, desta maneira, os dois eixos para um ponto comum, que vem a ser a imitação dos antigos com

---

<sup>7</sup> Citação retirada do periódico on-line (Revista Philologus). Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/>. Acesso em 28 de junho de 2012.

objetivos de “melhora” do modelo. Quanto ao enfoque desta apresentação, será selecionado o capítulo VI “Delle figure ingeniose”, no bojo do qual Tesouro discute o uso da língua italiana em detrimento da língua latina, fazendo valer a importância e a maturidade que esta língua assume no conjunto das línguas nascidas do próprio latim.

O manual reflete a busca por sistematizações e por métodos que demonstrassem o modo de fazer poesia segundo os modelos clássicos. Assim, a poética antiga mostrava-se adequada àqueles tempos por primar pela simplicidade e clareza.

Ainda sobre a retomada dos modelos antigos, a poética setecentista também se fia em Platão e em seu conceito de imitação do particular e do universal e, mais uma vez ocorre uma separação e diferenciação entre poesia e história: a primeira sendo a representante tanto do particular quanto do universal e a segunda representando apenas o particular. Nasce daí a divisão entre imitação *icástica*, que tem por objeto a verdade e a *fantástica*, que tende para a representação de algo possível, mas não verificado. Assim, pode-se afirmar que, boa parte da poesia do século XVIII, era construída visando à imitação icástica, no sentido de glosar partes de crônicas históricas, como, por exemplo, nos poemas épicos *Ulisséia* ou *Lisboa Edificada* de Gabriel Pereira de Castro, ou mesmo dos poemas *O Uruguai* de Basílio da Gama, *Caramuru* de Santa Rita Durão e “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa, pois tais textos reproduziam eventos confirmados pela crônica histórica dos portugueses na América. “Evidentemente, há graus de historicismo na imitação, podendo haver mistura de ambos os processos. Assim, a fábula imaginada dos índios em *O Uruguai* é fantástica enquanto que a ação de Gomes Freire de Andrade é icástica” (TEIXEIRA, 1999, p. 249).

Procede deste modo a imitação em “Vila Rica”. Há a presença do texto “Fundamento Histórico” para suprir a imitação icástica, ou seja, serve de suporte ao texto poético por apresentar dados supostamente concretos enquanto a imitação fantástica é direcionada ao poema. Porém, não se pode deixar de considerar os graus de historicismo no poema e os graus de ficção na descrição histórica.

Os poemas de Virgílio, Teócrito, Horácio e Ovídio também influenciaram os escritores árcades. Virgílio, por exemplo, compôs entre os anos 41 e 37 a. C., dez poemas pastoris, agrupados, após a sua morte, em uma coletânea intitulada *Bucólicas*, palavra grega que significa “cantos de boiadeiros”. A poesia bucólica tinha como protagonista o boiadeiro ou vaqueiro, mas em sentido *lato* trata-se de um gênero literário e poderia compreender como protagonistas os guardadores de gado (boiadeiros, cabreiros, vaqueiros, pastores de ovelhas) ou apenas camponeses.

Teócrito (III a. C.), assim como Virgílio, também escreveu poesias ligadas ao gênero pastoril. A ele são atribuídos trinta poemas, denominados *Idílios* que apresentam temas variados, mas os de temática bucólica conferiram notoriedade ao poeta.

Outro pensador latino retomado no período setecentista foi Horácio. Em 1790 surge a tradução por Pedro José da Fonseca de sua *Arte Poética*. A importância concedida à *Arte Poética* de Horácio vem de Francisco José Freire e do árcade Pedro Antônio Correia Garção. Baseando-se no dualismo de Platão referente à estética e ética, Horácio pregava que a arte tinha duas finalidades: agradar e educar, funções estas retomadas por Francisco José Freire. Assim, sua ideia diferencia-se da ideia de Aristóteles, que entendia que a *Poética* deveria valorizar a arte como imitação e aceitava que o feio na natureza pudesse agradar na arte.

A poética de Horácio apresenta os pontos de semelhança entre a pintura e a literatura e certas ousadias nas obras, desde que a razão prevaleça em relação à fantasia e ao sentimento. Tal apego à razão também correspondia, como já foi demonstrado, aos ideais da Arcádia e, deste modo, também foram apreendidos pelos poetas setecentistas.

Cláudio Manuel da Costa, mais que os outros poetas árcades, recebeu muitas influências de Ovídio (43 a. C. —17 ou 18 d. C.), poeta latino que foi expulso de Roma pelo imperador Augusto.

Um dos pontos passíveis de comparação entre o poeta latino e Cláudio Manuel da Costa é que ambos falam sobre sua própria vida em suas produções poéticas. Outro ponto de semelhança reside no fato de Cláudio Manuel da Costa ser um “poeta de metamorfoses”, como foram Hesíodo, na Grécia e Ovídio, em Roma. A recorrência à *Metamorfose* de Ovídio aparece na retomada de mitos desta obra pelo poeta mineiro, como, por exemplo, na frequente citação do mito de Polifemo. Há três poemas nas *Obras* de Cláudio Manuel da Costa com referências explícitas a esse mito. A cantata “Galatéia”, que foca o amor entre a ninfa e Ácis, a cantata “Lise”, que, segundo Candido (2007) perpassa a vontade de aniquilamento que acompanha a frustração amorosa e, colocada pelo crítico esteticamente entre ambas, a *Écloga VIII*, “Polifemo”, que aponta o drama pessoal do gigante, que por amor a Galatéia, muda sua aparência e aceita tornar-se menos bruto, mas mesmo assim não consegue ter sua amada.

Não sei que mais pertendes.  
Desprezas meu desvelo,  
E excedendo o rigor da crueldade,  
Com a chama do zelo,  
O coração me acendes:

Não é assim cruel a Divindade.  
 Abranda extremo tanto;  
 Vem a viver nos mares do meu pranto:  
 Talvez sua ternura  
 Te faça a natureza menos dura (COSTA, 1996, p. 178).

O poeta mineiro, assim como os poetas antigos, constrói os seus próprios mitos, os quais relatam o aparecimento de seres primordiais para o novo mundo, como se pode notar na “Fábula do Ribeirão do Carmo” e no poema “Vila Rica”, com a construção de figuras míticas locais. Em seus mitos os elementos da natureza são louvados, bem como os sentimentos de solidão e o eterno questionamento do eu-lírico sobre a invasão da natureza pela civilização, como no Soneto LXIII de *Obras* (1768) em que o tema pautado no *fugere urbem* horaciano e do pastoralismo pode ser percebido.

Já me enfado de ouvir este alarido,  
 Com que se engana o mundo em seu cuidado;  
 Quero ver entre as peles, e o cajado,  
 Se melhora a fortuna de partido.

Canse embora a lisonja ao que ferido  
 Da enganosa esperança anda magoado;  
 Que eu tenho de acolher-me sempre ao lado  
 Do velho desengano apercebido.

Aquele adore as roupas de alto preço,  
 Um siga a ostentação, outro a vaidade;  
 Todos se enganam com igual excesso.

Eu não chamo a isto já felicidade:  
 Ao campo me recolho, e reconheço,  
 Que não há maior bem, que a soledade. (COSTA, 1996, p. 79).

Há também em Cláudio Manuel da Costa a transformação da natureza, que, em alguns momentos, deixa de obedecer ao *locus amoenus* horaciano e passa a *locus horrendus*. O conceito refere-se a uma tópica mais corrente no Romantismo, que se relaciona a descrição de cenários sombrios, isolados, lúgubres, inquietantes e decadentes, propícios ao desafogo das mágoas do poeta. A paisagem de Minas Gerais rodeada de rochedos, matas escuras e densas e de rios turvos seria, assim, contrária à paisagem ideal da Arcádia e condizente com a melancolia desse eu-lírico, como se pode notar no Soneto VII de *Obras* (1789):

Onde estou? Este sítio desconheço:  
 Quem fez tão diferente aquele prado?  
 Tudo outra natureza tem tomado;  
 E em contemplá-lo tímido esmoreço.

Uma fonte aqui houve; eu não me esqueço

De estar a ela um dia reclinado:  
 Ali em vale um monte está mudado:  
 Quanto pode dos anos o progresso!

Árvores aqui vi tão florescentes,  
 Que faziam perpétua a primavera:  
 Nem troncos vejo agora decadentes.

Eu me engano: a região esta não era:  
 Mas que venho a estranhar, se estão presentes  
 Meus males, com que tudo degenera! (COSTA, 1996, p. 53-54).

No soneto acima, o eu-lírico observa o cenário e, utilizando-se dos preceitos de Rousseau, de que o homem nasce bom, e a sociedade o corrompe, critica o progresso que transforma os homens em seres ambiciosos e destruidores. A ausência da fonte de água (sinônimo de vida e um dos elementos bucólicos) e das árvores - em cujas sombras os pastores repousavam - condiz com a condição do homem desterrado, que não reconhece mais sua própria pátria.

O tema do homem que em seu próprio país se sente um peregrino é também recorrente na tradição clássica. Remete à obra epistolar de Ovídio. Nota-se que Cláudio Manuel da Costa é um assíduo conhecedor da obra ovidiana e busca emular constantemente seus versos. Recupera também alguns dos termos recorrentes em sua produção. Em fragmento do “Prólogo ao leitor” de *Obras*, Cláudio Manuel da Costa afirma que “A desconsolação de não poder substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego, me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço: mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão” (COSTA, 1996, p. 47) (grifo meu). Sobre essa aproximação entre o poeta mineiro e o poeta latino, Alcides (2008) afirma que o verbo “entorpecer” aparece em ambos. Nas elegias *Tristia* de Ovídio consta o verso: *Adde quod ingenium (...) torpet*<sup>8</sup> (OVÍDIO *apud* ALCIDES, 2008, p. 49), cuja utilização do verbo entorpecer indica a semelhança entre os usos.

Além dessas, outras referências às obras de Ovídio podem ser percebidas nos poemas de Cláudio Manuel da Costa, como, por exemplo, na epígrafe presente na “Eclóga III – Albano”. Nesse poema, Virgílio também tem lugar de destaque entre as leituras do poeta mineiro. O tema da Idade de Ouro, por exemplo, é recuperado em versos de louvor a Sebastião José de Carvalho e Melo. A discussão da égloga consta no capítulo 3 da presente tese, pois se entende que além das referências a poetas clássicos, outros temas importantes merecem ser tratados, como, por exemplo, a relação composição *poética x sociedade* e a própria noção de encômio como prática letrada.

<sup>8</sup> Tr.: “Deve-se acrescentar que meu engenho (...) entorpecer-se”.

### **1.5. Da Escolástica à Ilustração: práticas acadêmicas e político-sociais**

Visando ainda à contextualização e procurando mostrar como se constituíram as academias luso-brasílicas, faz-se necessário traçar uma explanação mais específica sobre as relações de Sebastião José de Carvalho e Melo com as instituições letradas do século XVIII. Assim, será utilizada como referencia nos itens 1.4 e 1.5 a dissertação de mestrado de Silva (2009).

Ao ser lançado aos ideais iluministas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Portugal precisou modernizar-se. Porém tais mudanças eram impostas através de uma postura despótica esclarecida. Deste modo, os primeiros laivos de ilustração trazidos ao Brasil pelo Marquês de Pombal foram introduzidos e impostos de forma violenta, mas de certa forma não chocavam o Brasil, uma vez que a violência, o abuso e a exploração eram fatos corriqueiros assistidos desde sempre e, segundo Lamego (1923), têm ligação bastante íntima com a criação da Academia Brasílica dos Renascidos, agremiação que contava com os mais importantes letrados da colônia, dando-lhes a possibilidade de participação na vida intelectual do Brasil, por intermédio da criação de uma associação que viria para dar continuidade às propostas de elaboração de uma história da América Portuguesa já iniciadas em 1724, com a Academia Brasílica dos Esquecidos. No entanto, apesar de ter os mesmos projetos, a constituição da Academia Brasílica dos Renascidos era mais aberta a outras ocupações, e isto foi projeto e resultado de uma visão iluminista que inseria no centro das discussões os problemas do homem do Brasil Colônia.

O início e a consolidação dos pensamentos iluministas em Portugal e, em seguida no Brasil, são a chave para a compreensão das mudanças de foco das academias, que passaram a se preocupar mais com a comprovação dos fatos, procurando estabelecer bases mais sólidas para suas produções. Assim, a visível mudança de enfoque da Academia Brasílica dos Esquecidos, (cuja principal temática era o encômio) em relação à Academia Brasílica dos Renascidos (cujo principal objetivo era estabelecer uma pesquisa geográfica e histórica) torna-se clara, mas não anula as motivações para o louvor, uma vez que, como foi dito anteriormente, essas composições abriam portas para o reconhecimento e o poder.

O movimento academicista, ocorrido no Brasil entre meados do século XVII foi influenciado pelo movimento português, que, pode ser caracterizado por associações de

eruditos, quase sempre orientadas por rígidos estatutos. Podiam ter objetivos literários, históricos e culturais, e, por terem surgido em meio à estética barroca, possuíam, de início, marcas deste estilo.

Uma das academias portuguesas que mais se assemelham em sua estrutura e objetivos às academias brasílicas dos Esquecidos e dos Renascidos, com maior destaque para a segunda, é a Academia Real de História Portuguesa que foi instituída em 1720 por D. João V. Seu objetivo era escrever a história secular e eclesiástica de Portugal, proposta também vislumbrada pela Academia Brasílica dos Esquecidos, que se propunha a escrever a história brasílica.

### **1.6. As contribuições dos movimentos academicistas de Portugal e do Brasil**

No âmbito de debates das academias seiscentistas, ainda não era comum, segundo Kantor (2004), a divisão de assuntos como os experimentos artísticos, retóricos e matemáticos. Eles eram discutidos juntamente com a filologia, arqueologia e história antiga. Apenas no final do século XVII, com a criação das academias de escultura, dança e música, ciências e belas letras, patrocinadas na maioria das vezes pelo mecenato régio, é que ocorrem as graduais especializações e a compartimentação das discussões.

No século XVII, as academias que valorizavam a literatura nacional proliferaram-se em Portugal e eram cuidadas pela primeira nobreza do Reino. Deste momento, pode-se destacar a *Academia dos Singulares de Lisboa* (que elaborou uma coletânea de impressos em dois tomos, o primeiro em 1665 e o segundo em 1668). Outra importante academia portuguesa foi a *Academia dos Generosos*, do final do século XVII, cujas reuniões eram feitas na casa de Antônio da Cunha, genealogista e guarda-mór do Arquivo da Torre do Tombo. Ainda no mesmo século, outras agremiações portuguesas foram a *Academia Instantânea* (cujas reuniões eram feitas na casa de D. Fernando Correia de Lacerda), a *Academia dos Únicos* (presidida por Teodósio de Contreiras da Silva) e a *Academia dos Estudiosos* (cujas produções se condensam num pequeno códice arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, composto por duas orações).

No século seguinte, muitas academias foram organizadas em Portugal. Como a quantidade destas agremiações é grande, cabe destacar algumas: *Academia Real da História Portuguesa*, cuja intenção foi a de sistematizar os dados históricos relativos à Igreja e ao Estado em Portugal, tanto no espaço europeu como nas suas possessões,



desde o ano de 1720; *Academia dos Ocultos* (que conserva a maior coleção de inéditos, com o primeiro tomo datado de 1745); a *Academia dos Anônimos* (que como o próprio nome indica não dá notícias de seus sócios, que preferiram o anonimato, mas que deixou uma coletânea datada de 1718)<sup>9</sup>; a *Academia dos Ilustrados* (de 1716, que deixou um certame poético); a *Academia dos Aplicados* (que organizou dois certames eucarísticos, um de Setembro de 1723 e outro de Junho de 1724); a *Academia dos Unidos de Torre de Moncorvo* (cuja primeira conferência data de abril de 1731 e deixou ao que se sabe – duas orações); a *Academia Vimaranesa* (cuja atividade data de 1721 e deixou um códice); a *Academia dos Escolhidos* (apoiada por D. João V, e cujos escritos foram reunidos em um volume em 1743).

Outras agremiações que devem ser destacadas entre as associações letradas setecentistas portuguesas são a *Arcádia Lusitana ou Olissiponense* de 1757, que trouxe as novas tendências literárias inicialmente alicerçadas no neoclassicismo castelhanizante e em seguida ajustada ao neoclassicismo francês e a *Nova Arcádia*, ou *Academia das Belas Letras*, fundada em 1790, que deixou como produção coletiva apenas o *Almanak das Musas oferecido ao gênio português*.

O movimento academicista, ocorrido no Brasil entre meados do século XVII e início do século XIX, é de grande importância para a compreensão de nossas raízes culturais, bem como de nossa historiografia literária. Foi influenciado pelo movimento academicista português, que, pode ser caracterizado por associações de eruditos, quase sempre orientadas por rígidos estatutos. Podiam ter objetivos literários, históricos e culturais, e, por terem surgido em meio à estética barroca, possuíam, de início, marcas deste estilo.

Uma das academias portuguesas que mais se assemelham em sua estrutura e objetivos às academias brasílicas dos Esquecidos e dos Renascidos, com maior destaque para a segunda, é a Academia Real de História Portuguesa que foi instituída em 1720 por D. João V. Tratava-se de uma agremiação apoiada financeiramente pela realeza que, inclusive, concedia para algumas de suas reuniões (sessões) as salas do Palácio. Seu objetivo era escrever a história secular e eclesiástica de Portugal, proposta também vislumbrada pela Academia Brasílica dos Renascidos, que se propunha a escrever a *História Brasílica* dividida em quatro partes, a natural, a militar, a eclesiástica e a

---

<sup>9</sup> Três dos seus integrantes foram também fundadores da Academia Brasílica dos Esquecidos: Caetano de Brito e Figueiredo (mestre de história natural), José da Cunha Cardoso (secretário geral e presidente da primeira conferência) e Luís Siqueira da Gama (mestre de história política) (cf. MORAES, 1992).

política, e pela Academia Brasílica dos Renascidos que, pretendia escrever a História Universal, eclesiástica e secular da América Portuguesa.

A Academia Real de História Portuguesa obedecia aos estatutos organizados por uma comissão que estipulava a criação de cargos de diretor, secretário e censores e estabelecia normas de trabalho que deveriam ser seguidas pelos acadêmicos numerários e correspondentes. Tal estrutura também era partilhada pela Academia Brasílica dos Renascidos, que também dividia os empregos desta forma, além de ter organizado um estatuto, cujas normas deveriam ser obedecidas. Além destas questões, a Academia Brasílica dos Renascidos também se baseava na organização da Academia Real de História Portuguesa quando estabelecia como fontes de pesquisa dados fornecidos por documentos, que exigiam dupla redação da obra, com uma versão em português e outra em latim. Destarte, os dados apresentados permitem associar o histórico da Academia Real de História Portuguesa com as academias brasílicas e, deste modo, demonstram que o academicismo “oficial” no Brasil era reflexo das manifestações portuguesas, uma vez que à Colônia era vedado o direito de “criar”, de ter autonomia.

Segundo Moraes (1999) nasce desta Academia a proliferação de instituições do gênero para as colônias portuguesas. O acadêmico Antônio Caetano de Souza, idealizador da Academia Real de História Portuguesa contando com o apoio de D. João V, coloca seu irmão Manuel Caetano de Souza como o acadêmico responsável pelo estudo das colônias ultramarinas, na Academia. No Brasil, especificamente, esta tarefa foi “terceirizada” para outros dois acadêmicos supranumerários da Academia Real de História Portuguesa, Sebastião da Rocha Pita (que se tornou presidente da segunda conferência da ABE) e Gonçalo Soares da Franca (mestre de história religiosa, na mesma instituição), que, ao lado de outros cinco notáveis, foram os fundadores da Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724, antecessora da Academia *Brasílica dos Renascidos*, de 1759, objeto de nossas discussões sobre parte da obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa.

O século XVIII foi a época de maior concentração de academias com atividades no Brasil Colônia. Porém, de acordo com Lima (1980), as academias instituídas nesse tempo existiram somente em Salvador e no Rio de Janeiro. Segundo Castello (1969), essas agremiações surgiram antes mesmo do século XVIII. Entretanto, como organizações literárias regulares, datam de 1724, com o aparecimento da Academia Brasílica dos Esquecidos, uma das mais antigas de que se tem notícia.

Seguindo esta linha, outras associações com as mesmas finalidades merecem destaque, entre elas a *Academia dos Felizes* (1736)<sup>10</sup>; a *Academia Científica* do Rio de Janeiro, que, de acordo com Castello (1981), foi apoiada pelo Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, e fundada por José Henriques Ferreira<sup>11</sup>; a *Academia Franciscana* e a *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, ambas de 1786<sup>12</sup>. A primeira se ligava aos franciscanos como o próprio nome revela e a segunda fundada por Manuel Inácio da Silva Alvarenga, época do vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa, tem como principal mérito histórico ser o ponto de partida de movimentos libertários no Brasil. A coleção de documentos feita a respeito desta Sociedade, por José Aderaldo Castello, leva aos primeiros movimentos libertários do Brasil em relação a Portugal, tanto que seus escritos têm valor muito maior pela história das prisões e pelos interrogatórios dos acadêmicos envolvidos do que pelas ideias discutidas num plano de trabalho preestabelecido.

Outra agremiação de destaque é a Academia Brasílica dos Renascidos (1759) que surgiu como continuação da Academia Brasílica dos Esquecidos. Porém, diferentemente daquela, de caráter predominantemente laudatório e religioso, esta possuía teor mais científico e propunha-se igualmente a escrever uma História da América Portuguesa. Sua fundação foi atribuída ao Conselheiro do Ultramar José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, na Bahia, e contava, entre seus sócios, com a figura de Cláudio Manuel da Costa, reconhecido poeta que se sobressaiu segundo os parâmetros da estética arcáde.

Para Castello (1969), as atividades desenvolvidas no movimento academicista podem ser divididas em três grupos, de acordo com a estrutura formal de cada associação:

A academia era uma organização seleta formada por sócios (homens letrados) chamados acadêmicos e divididos entre “numerários” e “supranumerários” (residentes em outras cidades ou até outro país) e por um mecenas e fundador. Sua organização era geralmente baseada em rígidos estatutos e suas produções possuíam caráter religioso, literário, histórico ou científico. Segundo Lima (1980), eram entendidas ainda como organizações cujos trabalhos eram previstos em programas sem delimitação temporal.

---

<sup>10</sup> Data mantida por Silvio Romero ao abordar esse assunto em sua crítica. Porém, de acordo com Lima (1980) apesar dos escritos se referirem a este ano, os documentos encontrados atestam apenas o período de 1749 a 1750.

<sup>11</sup> Seus estatutos datam de 1771, porém sua sessão acadêmica aconteceu um ano depois.

<sup>12</sup> Esta Academia antes foi denominada *Sociedade Científica*

Academia propriamente dita, dentro da compreensão ampla de associação cultural com objetivos, organização e atuação temporariamente ilimitada, fixados em estatutos próprios. Definiam-se tanto pela atividade literária como matéria de suas reuniões diárias quanto pelos estudos e trabalhos históricos e até científicos, em cumprimento de planos previamente traçados ou de recomendações (CASTELLO *apud* MORAES, 1992).

De acordo com Lima (1980), a inserção nestas academias deveria ser feita a partir de um juramento, para em seguida serem entregues os respectivos títulos de acadêmicos e seus termos de posse. Na Academia Brasílica dos Renascidos, por exemplo, os acadêmicos numerários eram eleitos por votos e poderiam atuar como diretor, secretário, subsecretário e censores. Suas funções eram distribuídas especificamente para cada sócio de acordo com os temas escolhidos para as conferências.

O festejo público comemorativo pode ser considerado, dentro do movimento academicista, a atividade mais complexa no sentido de abranger, além da realização da festividade, o ato acadêmico ou academia. Os festejos eram manifestações artísticas seletas, no caso dos teatros, dos saraus e das óperas, pois apenas a elite participava. Porém, existiam também as manifestações populares, como as cavalhadas, a folia, os bailes de máscaras e as manifestações religiosas como procissões, missas e exposição do Santíssimo, que reuniam desde a elite até a população menos favorecida. A relação destes festejos, ou seja, a sua descrição ou relato para a corte, muitas vezes era feita de forma anônima e levava em conta um acontecimento fúnebre ou de regozijo público. Em relação ao ato acadêmico, pode-se dizer que, o festejo público era mais longo e o que abrangia maior espaço, pois existiram em diversos locais. De acordo com a festividade poderia durar semanas. O festejo público, muitas vezes, marcava também a efeméride no movimento academicista, uma vez que muitas “relações” foram publicadas posteriormente a estes festejos.

Os atos acadêmicos podem ser classificados como reuniões (certames ou tertúlias literárias) geralmente de caráter laudatório, direcionadas aos governantes da Coroa Portuguesa, enviados para o Brasil. De acordo com Lima (1980), esses atos acadêmicos eram formados por um patrono, um diretor, um secretário e subsecretários, censores e acadêmicos e eram organizados com antecedência. A rigor, podem ser considerados como atos acadêmicos no movimento academicista do Brasil duas obras:

A primeira trata de uma *Academia em homenagem ao Senhor Bernardo José de Lorena*, datada de 1797. Os feitos destacados neste certame literário, em princípio, foram a construção da estrada que liga Santos a São Paulo e a inauguração da primeira cadeia pública de São Paulo. Entretanto, devido à necessidade de se interpor o caráter laudatório às composições, o ato se tornou exercício de louvor às qualidades de pacificador, que caracterizaram, pelos manifestantes, o governo de Lorena.

A segunda corresponde a um drama musicado intitulado *O Parnaso Obsequioso*, datado de 1768, de autoria de Cláudio Manuel da Costa, escrito com o intuito de parabenizar o Conde de Valadares pelo seu aniversário e também em razão de exaltar a figura do governador demonstrando suas expectativas em torno da nova administração das Minas.

Pode-se dizer que, no Brasil Colonial, as academias e as outras manifestações como os atos acadêmicos e os festejos públicos comemorativos eram de extrema importância dentro da vida cultural daquele tempo. Nestes acontecimentos, valores como a religiosidade e a hierarquia entre os participantes permitem o estudo não só da formação acadêmica, mas da formação de uma sociedade colonial, marcada por rígidos costumes.

**CAPÍTULO 2**  
**CLÁUDIO MANUEL DA COSTA: AS FACES DO HOMEM PÚBLICO**



Imagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (SOUZA, 2011, s/p).

## 2.1. Biografia

A biografia de Cláudio Manuel da Costa recorre aos estudos de Souza (2011), pois se entende que este recente trabalho seja o mais completo. Seu diferencial está nas pesquisas realizadas a documentos sobre a administração de Minas Gerais e sobre a genealogia do poeta, que permitiram uma investigação mais consistente, na qual foi possível estabelecer inferências sobre seu modo de vida, suas relações familiares, seu círculo de amigos e comprovações sobre sua trajetória profissional e intelectual. Recomenda-se, pois, a leitura da obra, pois os dados apresentados abaixo constituem uma resenha em que se ressaltam alguns elementos de importância para a tese proposta, como as referências ao círculo social ao qual Cláudio Manuel da Costa estava inserido.

A vida e a morte de Cláudio Manuel da Costa sempre foram temas obscuros. O documento mais utilizado pelos biógrafos são os *Apontamentos para se unir ao catálogo da Academia Brasileira dos Renascidos* (cf. Anexo), que se refere aos dados que todos os sócios da Academia Brasileira dos Renascidos deveriam informar para a participação oficial no grêmio. Já sobre a morte do poeta, muitas são as suposições: alguns biógrafos dizem que o poeta cometeu suicídio, outros dizem que foi assassinado, mas essas conjecturas talvez nunca possam ser confirmadas.

O documento *Apontamentos para se unir ao catálogo da Academia Brasileira dos Renascidos* já havia sido divulgado por Lamego (1923) e constam na dissertação de mestrado de Silva (2009). Foram um dos mais utilizados por Souza (2011) para constituir seus estudos biográficos sobre Cláudio Manuel da Costa e ajudaram a orientar pesquisadores e a permitir o preenchimento de uma série de lacunas que ficavam expostas entre uma consulta e outra a documentos esparsos do poeta mineiro.

Cláudio Manuel da Costa era filho do português João Gonçalves da Costa e da paulista Teresa Ribeiro de Alvarenga. Nasceu em Minas Gerais, no distrito da Vargem (ou Vargem do Itacolúmi), no dia 5 de junho de 1729.

Os dados genealógicos indicam que Teresa (sua mãe) nasceu em São Paulo ou na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Guarapiranga, (hoje município de Piranga, na Zona da Mata). Os avós eram lavradores bem situados na escala social, casados na Matriz de São Paulo em 1697. Emboabas era a denominação dada aos forasteiros que chegavam às Minas. Eles atacaram Guarapiranga, reduto paulista, mas o

arraial escapou da destruição. Em 1823, a freguesia contava com pouco mais de duas mil pessoas “confirmadas”.

O episódio emboaba, ainda segundo Souza (2011, p. 24-25) ficaria marcado na imaginação de Cláudio Manuel da Costa. Sua história pessoal provinha da junção dos dois lados de um embate: a mãe, ainda criança, assistindo ataques das tropas, ou fugindo delas e se escondendo em algum sítio nos arredores de Guarapiranga e o pai, português e forasteiro (emboaba), de origem humilde (descendia de lavradores, de artesãos modestos, de comerciantes de azeite), cruzara o oceano para tentar a sorte e conseguir riqueza nas novas minas auríferas do Brasil. O poeta, já maduro e consagrado, escreveria, assim, o poema épico “Vila Rica”, em que celebraria o estabelecimento do governo português nas Minas e o choque entre civilização e barbárie por meio da guerra emboaba que já fazia parte de sua vida. Teresa e João Gonçalves, paulista e emboaba, estariam por trás da matéria poética.

A informação da origem dos pais de Cláudio Manuel da Costa não havia sido até então mencionada como possível fonte para a escrita do poema “Vila Rica”. Seus pais possivelmente possuíam opinião formada a respeito da revolta e por ser cada um proveniente de um lado, foi possível a Cláudio Manuel da Costa, optar pelo lado mais convincente.

Ainda segundo a biógrafa, as evidências sugerem que Teresa e João Gonçalves, diferente de muitos habitantes embrutecidos das Minas, prezavam o conhecimento e davam importância aos estudos. Muitos pesquisadores afirmam que Cláudio Manuel da Costa começou a ler e escrever ainda no ambiente doméstico. Só muito tempo depois, no início da década de 1770, o futuro Marquês de Pombal criaria o sistema público de primeiras letras, pago com o imposto do subsídio literário. Minas seria justamente uma das regiões a receber número mais significativo de mestres destinados a essa finalidade, mas Cláudio, nessa ocasião, já advogava e era conhecido e renomado, tanto na capitania como em outras regiões. Na infância, se a mãe o ensinou o alfabeto, a educação mais formal, conforme ele mesmo relatou já maduro, ocorreu através do tio, Francisco Vieira de Jesus Maria: “Principiou a grammática e estudos de Latinidade debaixo da protecção do seu tio o Dr. Frei Francisco Vieira, Opositor que foi na Faculdade de Coimbra, hoje Procurador geral da Religiam da Santíssima Trindade no Estado do Brasil”.

Frei Francisco havia se formado em Cânones, e pode ter influenciado na decisão de João Gonçalves para que enviasse seus filhos homens a Coimbra, pois sabia que



naquele mundo dominado pela ambição, o bacharelado e uma dose de esperteza advinda do conhecimento acrescentariam prestígio e dinheiro à sua família. Assim, o terceiro momento na formação do estudante se cumpriu entre os jesuítas no Rio de Janeiro. Cláudio Manuel da Costa deixou Minas entre os quinze e os dezoito anos. Essa etapa de estudos era determinante para que pudesse ingressar em um curso superior.

Mesmo quando abastados, poucos mineradores mantinham seus filhos estudando fora. O número de rapazes mineiros cursando Coimbra aumentaria enormemente a partir da década de 1750, o que situa Cláudio Manuel em um universo muito restrito, tanto do ponto de vista cultural quanto social e econômico, pertencendo a uma verdadeira elite, a nata da sociedade mineira, então ainda meio informe.

Em 1749, Cláudio Manuel da Costa deixa o Rio de Janeiro e vai para Lisboa, provavelmente instala-se por um período na capital portuguesa, e depois segue para Coimbra. O tempo passado nessa cidade marcou sua vida. A Universidade representou a abertura de horizontes, uma vez que tal instituição, desde o século XIII formava homens letrados. No século XVIII, apenas quinze por cento dos estudantes eram filhos de lavradores, categoria a qual Cláudio Manuel estava incluído. A grande maioria dos estudantes era formada por filhos de homens abastados.

Alguns aspectos da trajetória posterior do poeta sugerem que ele não permaneceu alheio ao influxo mais voltado para as ciências exatas que, após a publicação d'*O Verdadeiro método de estudar* abalou o ensino dominante e abriu horizontes reformadores em Portugal. Mesmo porque, até o terceiro quartel do século, os homens de letras e o de ciências eram vistos sem diferença e, em Paris, por exemplo, D'Alembert, matemático e filósofo, desempenharia os dois papéis, controlando tanto as atividades da Academia Francesa quanto as da Academia de Ciências.

Em 1751, quando Cláudio Manuel da Costa estava no meio de sua formação universitária, D. José I publicou uma resolução referente a essas novas perspectivas científicas e filosóficas, que deveriam atingir o *Colégio das Artes*. E havia ainda outro aspecto a atrair um estudante curioso para domínios variados: a filosofia portuguesa mostrou-se marcada, até a implantação das reformas pombalinas – que só se viabilizariam de fato na década de 1770 – pelo ecletismo. As matemáticas despertavam interesse desde o início do século XVIII; se não chegaram, no tempo de Cláudio Manuel da Costa, a atingir os cursos universitários, as obras sobre o assunto se sucediam – a *Recreação filosófica*, do oratoriano Teodoro de Almeida, foi publicada em Lisboa em

1751, e entre 1754 e 56, o *Compêndio dos elementos de matemática*, de Inácio Monteiro – é provável que houvesse, em Coimbra e Lisboa, círculos de estudiosos do assunto. Em 1758, quando já vereador em Vila Rica, o poeta receberia pagamento por ter apresentado uma carta topográfica daquela região: trabalho que requeria conhecimento específico. Ou adquiriu na volta às Minas, o que parece pouco possível, o militar e também cartógrafo José Joaquim da Rocha, com quem Cláudio Manuel da Costa conviveu anos depois e poderia tê-lo influenciado, só chegou à capitania na metade da década de 1760 – ou já veio do Reino com os conhecimentos necessários para concretizar tal tarefa. (SOUZA, 2011, p.58-59).

Cláudio Manuel da Costa retornou às Minas com vinte e quatro anos. Seu pai a essa altura já havia falecido e a mãe e os irmãos mais novos provavelmente contavam com seu retorno para assumir o papel de chefe de família. O caminho de volta era árduo, pois as montanhas e as passagens tortuosas dificultavam a chegada. Segundo Souza (2011, p. 71), o trajeto era entrecortado por sítios e pousos, alguns antigos, datando dos primeiros tempos da ocupação daquelas partes. Alguns dos homens que viviam ao longo do caminho, dando pouso aos viajantes e cobrando, nos registros, o imposto devido ao rei, eram antigos estudantes de Coimbra, como Pedro Dias Pais Leme, filho de Garcia Rodrigues, desbravador do Caminho, e neto de Fernão Dias, o conhecido Caçador de Esmeraldas.

Pedro Dias era, na época, o “guarda mor de todas as Minas”, tendo sucedido ao pai, morto onze anos antes: o grande potentado daquelas partes, onde outros membros da parentela também ocupavam roças, compondo uma constelação que se espalhava ao longo da coluna dorsal constituída pelo Caminho Novo. O patriarca vivia junto às margens do Paraibuna, em casas de madeira e sobrado, “com dez janelas de sacada” e duas grandes varandas laterais, a edificação sendo toda coberta de telhas e contrastando vivamente com as palhoças circunvizinhas. Assim como fez com o ouvidor, Pedro Dias pode ter hospedado Cláudio, garantindo-lhe talvez o melhor pernoite da viagem (SOUZA, 2011, p. 71-72).

Cláudio Manuel da Costa, ao chegar, primeiro estabeleceu-se em Mariana, que era a cidade sede do bispado, onde funcionava o Seminário, e que era dividida pelo Ribeirão do Carmo, rio que de *turvo e feio*, se tornaria o *rio pátrio* e protagonista de uma fábula ao longo de sua produção poética.

De acordo com Souza (2011) Cláudio Manuel da Costa desempenhou alguns papéis políticos após sua chegada às Minas. Iniciou sua participação como Almotacé da Câmara Municipal de Mariana. De acordo com o que determinavam as Ordenações, essa função tinha como tarefa a supervisão do mercado e dos aspectos construtivos e

sanitários de cidades e vilas. A qualidade dos gêneros alimentícios e sua oferta no mercado municipal, o tabelamento dos preços, as tentativas de se evitar monopólios, o racionamento de alimentos, quando necessário, eram tarefas desempenhadas pela almotaçaria. Enfim, o almotacé deveria fiscalizar o abastecimento de víveres para a localidade, fazendo cumprir as determinações do concelho; incumbir-se-ia também das penas pecuniárias impostas pela câmara aos moradores; despacharia rapidamente os feitos, sem grandes processos nem escrituras; daria apelação e agravo para os juízes de qualquer feito despachado; teria que repartir a carne dos açougues entre os moradores do lugar, fiscalizar o abate do gado. Deveria aferir, mensalmente, com o escrivão da almotaçaria, os pesos e medidas, principalmente dos açougues<sup>13</sup>. Para almotacés eram escolhidos os “homens bons”, ou seja, os que tinham berço e posses.

Entre 1756 e 1757 Cláudio Manuel da Costa muda-se para Vila Rica, que era a sede do governo e no dia 01 de janeiro de 1758 toma posse como terceiro vereador da Câmara de Vila Rica, o cargo não era remunerado. Nesse momento percebe-se que no Brasil colonial não era apenas o dinheiro que determinava o prestígio do indivíduo, mas principalmente a posse de um cargo, o poder político que ele garantia e as relações sociais que se estabeleceriam entre os demais “homens bons”. Segundo Souza (2011, p.85), houve a posse, no mesmo dia, de outros dois vereadores, João Lourenço de Magalhães e Antônio José da Cunha Vasconcelos.

Ao longo de 1758, Cláudio Manuel da Costa esteve presente na sessão da posse e faltou às demais realizadas em janeiro. Depois, contudo, participou de praticamente todas, chegando a ser *juiz presidente de mesa*. Os dados sobre as sessões da Câmara de Vila Rica apontam que durante as três décadas, nas quais Cláudio Manuel da Costa foi participante, o ano de 1758 foi o que demonstrou mais compromisso. De sua participação na Câmara é que surgiu nesta mesma época o convite para que traçasse a carta topográfica de Vila Rica e de sua região de jurisdição.

Durante as décadas de 1760 e 1770, Cláudio Manuel da Costa, ainda segundo a biógrafa, o poeta parece ter se afastado das atividades ligadas à Câmara. Chegou a ser eleito juiz ordinário, mas alegando doença, desistiu.

Na década de 1780 assume o corpo do Senado como juiz mais moço (1781) e, depois, como juiz mais velho (1786). A Câmara serviu de alavanca para alçar Cláudio Manuel da Costa ao grupo da oligarquia local.

---

<sup>13</sup> Informação retirada do site <http://pessoal.educacional.com.br/up/20021/1111376/t1328.asp>. Acesso em 05 de julho de 2012.

O primeiro dos cargos que Cláudio Manuel da Costa conseguiu ao longo de sua vida chegou em 17 de outubro de 1760 pelas mãos do governador José Antônio Freire de Andrade, que o nomeou procurador substituto da Coroa da Fazenda “para servir nos impedimentos” de José Manuel de Siqueira, então doente. O poeta mineiro que até então atuara no nível do poder local, ficava mais próximo da administração e da justiça da corte. Em 17 de junho de 1762, outro funcionário doente permitiu novo avanço do bacharel rumo aos centros onde o poder se tecia: em substituição a Manuel da Silva Neves, Gomes Freire de Andrade o designou secretário do governo de Minas Gerais. O desembargador Manuel da Fonseca Brandão o empossou no cargo. A certidão que comprova a posse data de 09 de março de 1763, mas ele vinha desempenhando as funções desde 11 de agosto de 1762. A 10 de março de 1763, dia seguinte a posse oficial, Cláudio Manuel da Costa formalizou providências que estavam pendentes.

Com o falecimento de Gomes Freire de Andrade em 01 de janeiro de 1763, Luís Diogo Lobo da Silva, oficialmente nomeado em carta régia de 15 de junho de 1763, toma posse em 28 de dezembro do mesmo ano. Cláudio Manuel da Costa, assim, foi também substituído por José Luís Saião. Ainda segundo Souza (2011, p. 97), Cláudio Manuel da Costa chegou a tentar maiores aproximações, dedicar-lhe (a Lobo da Silva) um poema, mas não encontrou acolhimento, e, contrafeito diante do malogro de suas iniciativas, teria riscado a dedicatória e a trocado por outra, em homenagem ao conde de Valadares, que em 1768 substituiria Lobo da Silva no governo de Minas. Teria de se resignar ao papel estrito de secretário.

Segundo Souza (2011, p. 98-99) em agosto de 1764, governador e séquito percorreram quase quatrocentas léguas. Cláudio Manuel da Costa participou da comitiva como secretário. Lobo da Silva estava preocupado com o decréscimo da arrecadação do ouro e decidiu fiscalizar pessoalmente a fronteira entre São Paulo e Minas. A viagem, que, no poema “Vila Rica” foi qualificada por Cláudio Manuel da Costa como “dilatada e aspérrima”, lançou os letrados que compunham a pequena corte do governador – o secretário, um escrivão, o ouvidor da comarca do Rio das Mortes, o provedor da Fazenda Real entre outros – em outra realidade, formada de serras, penhascos e precipícios, rios lamacentos, matas fechadas. Essa experiência, Cláudio Manuel da Costa deixou registrada em relatos burocráticos. Tais escritos são ações de um homem de governo, uma das *personas* que compunham a vulto do letrado. O poema deve ter sido iniciado a essa altura, mas foi finalizado somente em 1773.

Cláudio Manuel da Costa participou também da *Ordem de Cristo*, uma ordem religiosa e militar, criada a 14 de março de 1319, que concordava com os pedidos do rei Dom Dinis. Recebeu o nome de Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e foi herdeira das propriedades e privilégios da Ordem do Templo. Essas associações corroboravam com a formação da sociedade hierárquica, pois tinham como método premiar o bom vassalo e o bom cristão distinguindo-os dos cidadãos comuns. Os trabalhadores braçais e homens sem uma estirpe nobre eram eliminados desses grupos, o que confirma o caráter de segregação que os envolvia.

Aos trinta e quatro anos, Cláudio Manuel da Costa já possuía fama como poeta, servidor municipal e advogado. Assim, reuniu a documentação necessária e realizou o pedido do hábito da *Ordem de Cristo*. Segundo Souza (2011), ele desconfiou que o passado de sua família pudesse causar problemas, por não ter origem nobre. Era filho legítimo, os pais haviam sido pessoas honradas e conhecidas na região, sempre vivendo do trabalho de escravos e sem exercer atividade manual (consideradas degradantes), mas seus avós portugueses, que trabalhavam no campo exerciam essa tarefa. Assim, recorrendo ao alvará régio de 1751, que afirmava que os vassallos que fundiam ouro desempenhavam serviços análogos aos dos que se batiam pelo Reino em terra e no mar, Cláudio Manuel da Costa levou seu metal à casa de fundição de Vila Rica – mais de oito arrobas, que equivaliam a 120 quilos, e solicitou a mercê que aprovesse ao monarca, fórmula de praxe em pedidos do gênero. Apesar de não ter ainda localizado a data certa desse primeiro pedido, tudo indica que seguiu para Lisboa entre meados de 1763 e o início de 1764.

Ainda segundo a biógrafa, além de Cláudio Manuel da Costa, seu irmão José Antônio de Alvarenga também pediu o hábito da Ordem de Cristo. Em 1766 foi a Lisboa para resolver pendências que envolviam seu pedido. Para que esse processo não se estendesse, Cláudio Manuel da Costa pediu para que as provanças, investigações dirigidas à comprovação da pureza de sangue e bons costumes se fizesse com base no princípio da “pátria comum”, que fosse considerada como sua pátria tanto quanto o era de seu pai e avós paternos. A pressão surtiu efeito, e o irmão mais novo de Cláudio Manuel da Costa foi o primeiro a se beneficiar, recebendo o hábito em 22 de agosto de 1766. (SOUZA, 2011, p. 115).

O pedido de Cláudio Manuel da Costa foi mais burocrático. Iniciou os trâmites ao que tudo indica em 10 de dezembro de 1767, em meados do ano seguinte, o rei D. José I

lhe concedia o hábito de Cristo com 12\$000 réis de tença – mas, além disso, era necessário que a Mesa de Consciência e Ordens, tribunal encarregado de julgar tais questões, aquiescesse, dando a última palavra, ou seja, dando a habilitação. Para tornar rápido o processo, Cláudio Manuel da Costa agiu como seu irmão e pediu que as averiguações se fizessem de acordo com o princípio de pátria comum. O rei concordou, mas a Mesa de Consciência não se convenceu e a 02 de maio de 1770 considerou o bacharel indigno de entrar para a Ordem de Cristo. O fato de seus avós paternos terem trabalhado no campo prejudicou-o no julgamento. Assim, Cláudio Manuel da Costa ressaltou os serviços que desempenhara para o rei e sua boa conduta, além da habilitação de seu irmão (de mesma origem) e, assim, em setembro de 1770, a Mesa o dispensou dos “defeitos” e em outubro concedeu-lhe o hábito almejado. (SOUZA, 2011, p. 114-115).

Segundo Silva (2005), o alvará de 03 de dezembro de 1750 revogou o sistema de capitação determinou a cobrança em Minas Gerais dos quintos pelo sistema de Casas de Fundição, adicionando um arrecadamento mínimo fixado em cem arrobas anuais e estabeleceu a derrama, cobrança de valores com a finalidade de atingir a meta estipulada pela Coroa. Para incentivar os que se dedicavam à mineração a efetuar o pagamento do quinto, determinou-se a premiação dos que recolhessem às Casas de Fundição, em um ano, oito arrobas de ouro. Esses “bons pagadores” passariam a gozar dos benefícios, mercês e honras. Devido à progressiva diminuição da recolha de ouro nas Casas de Fundição, o incentivo de mercês àqueles que recolhem anualmente mais de oito arrobas foi posto em prática com o atendimento dos pedidos do hábito de Cristo que chegavam ao Conselho Ultramarino.

Durante o reinado de D. José foram encaminhados, na Capitania de Minas Gerais, 51 petições de hábitos da ordem militar. Só em abril de 1766 foram examinados quatro pedidos baseados na lei de 03 de dezembro de 1750, capítulo 9º, na qual o rei houve por bem “esperançar de prêmio aos moradores de Minas”<sup>14</sup>, o Conselho Ultramarino dava em geral parecer favorável, embora por vezes indicasse a concessão da Ordem de Santiago em vez da de Cristo.

Atribuir categoria de nobre a alguém constituía a nobilitação de plebeus pelos seus serviços ao monarca. Na sociedade de Antigo Regime aqueles que aspiravam à condição de nobre não se satisfaziam com uma única fonte de nobreza: mesmo já sendo

---

<sup>14</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho Ultramarino, Consultas, Maço 318.

cavaleiros, ou mais raramente comendadores, pretendiam um ofício civil ou um posto militar, pois só graças a várias mercês, reforçadas umas pelas outras, é que sua nobreza se impunha na sociedade.

Cláudio Manuel da Costa comprovou ao rei o recolhimento à Casa de Fundição de Vila Rica, mais de oito arrobas de ouro de que se tinha tirado o quinto para a Real Fazenda e, portanto, recorria à “lei do mesmo estabelecimento” que lhe assegurava essa mercê.

## 2.2. Transição para o Arcadismo

Cláudio Manuel da Costa foi acima de tudo um homem das letras. Sua produção poética recebeu as marcas das obras de pensadores da Antiguidade como Virgílio, Ovídio e Teócrito, das obras renascentistas como as de Petrarca e também de produções de seu tempo, como as do poeta seiscentista Quevedo e do seu contemporâneo Metastasio, cujas obras serviram de inspiração e o motivaram à tradução. É considerada também obra de transição, por conter traços de duas estéticas, a barroca e a árquada e entre as características de sua escrita estão, especialmente, o estilo sofisticado na escolha da forma, a ambiguidade dos poemas, que reflete como um espelho os conflitos do eu-lírico.

Percebe-se a presença das duas estéticas supracitadas, principalmente quando se aborda de modo anacrônico, suas produções. Em seus primeiros poemas, por exemplo, que datam do final da década de 1740 e início de 1750, nota-se que ele utiliza ainda uma linguagem barroca e, portanto, mais prolixa, apesar de demonstrar mais objetividade e ornamentos aplicados com mais sutileza que nas obras dos demais escritores do tempo. Já nos *Sonetos* que começou a compor nos tempos que estudava em Coimbra, mas que limou durante quase vinte anos, uma abordagem mais racional e condizente com a ilustração já aparece.

Tanto na fase da mocidade, quanto na fase da publicação das *Obras* e, ainda, na fase em que compôs o poema “Vila Rica” e auxiliou na escrita das *Cartas chilenas*, Cláudio Manuel da Costa manteve em sua escrita os ensinamentos que recebeu das leituras dos antigos e das obras seiscentistas, além das lições de Virgílio, Ovídio e Teócrito. Percebe-se, também em sua produção a existência de influências da *Farsália*,

de Lucano, sobretudo na escolha do gênero fábula, expresso na *Fábula do Ribeirão do Carmo*, também descrita no poema “Vila Rica”.

Dos poetas modernos, Cláudio Manuel da Costa bebeu e parodiou a obra de expoentes do seiscentismo como Góngora e Lope de Vega, mas também a de ícones do Renascimento, como Petrarca, Torquato Tasso, Sá de Miranda, Diogo Bernardes e Luís de Camões. Nos seus últimos anos de vida, emulou *La Henriade* de Voltaire, cuja influência é bem marcada também no poema “Vila Rica”.

Possivelmente o gosto pela melancolia, o sentimento de culpa e angústia do eu-lírico claudiano vieram de Petrarca. Algumas de suas produções mostram aproximação entre as poéticas, como, por exemplo, na escolha dos termos “natural fereza”, atribuída a personagem Eulina que faz parte tanto da “Fábula do Ribeirão do Carmo” quanto do poema “Vila Rica”, de Cláudio Manuel da Costa e que pode também ser associada a um dos atributos concedidos a Laura, musa do poeta italiano, que, inclusive, tem tal característica marcada no título do soneto “Fera gentil” (CCCXXIII, 8).

Lima (2008) aponta em algumas das notas de rodapé existentes do poema épico “Vila Rica” explicações do poeta sobre a escolha do modelo de Voltaire, o que comprova como era variada a erudição de Cláudio Manuel da Costa e, para fundamentar as considerações sobre a vida e costumes dos indígenas do sertão mineiro, Cláudio Manuel da Costa invocou três obras hispânicas que versavam sobre assuntos análogos nas regiões americanas vizinhas: *Historia Mexicana* de Antônio de Solis e Rivadeneira, que fazia parte da biblioteca de Cláudio Manuel da Costa, confiscada no momento de sua prisão e a epopeia *Araucana*, de D. Alonso de Ercilla y Zuñiga, e a *Monarquia Indiana*, de Juan de Torquemada.

A referência a Solis y Rivadeneira nas notas do poema “Vila Rica” exprimem, assim, o reconhecimento de Cláudio Manuel da Costa à obra do pensador francês que pelo *Essai sur la poésie épique* é considerado excelente pelo poeta brasílico. Voltaire também discorreu a respeito de *La Araucana*, referindo-se a ela com um tom de crítica, pois, para ele o maior problema no poema de Ercilla y Zuñiga era utilizar decassílabos para tratar de um povo tão inculto. A epopeia *La Araucana* foi escrita na segunda metade do século XVI e foi dedicada à memória autóctone, mesmo sendo esses povos araucanos inimigos dos conquistadores espanhóis. Ercilla participou das campanhas de conquistas das terras americanas ao lado das tropas espanholas e, inclusive, aparece como personagem de sua epopeia, característica que merece destaque por evidenciar



ainda mais a sua opinião a respeito dessa conquista. Cláudio Manuel da Costa, ao atribuir heroísmo aos paulistas, considerados bárbaros, assim como os araucanos, deixa evidente sua leitura crítica a respeito do universo explorado em que vivia. Apesar de exaltar o herói português, o poeta também louva o espírito guerreiro do povo brasílico.

O percurso traçado para o reconhecimento das obras lidas no contexto a que pertenceu Cláudio Manuel da Costa é bem típico ao letrado colonial da época: por intermédio da Ilustração europeia, o luso-americano percebia as relações horizontais que ligavam suas produções às manifestações culturais hispano-americanas. Nos dizeres de Souza (2010), atormentado e melancólico, Cláudio Manuel da Costa foi o mais complexo dos poetas de seu tempo. Tentou escapar das imagens convulsionadas da estética barroca, buscando aquelas que, mais brandas, contrastassem melhor com o tumulto de sua alma.

### **2.3. Poeta e Acadêmico: da formação escolástica à adesão ao Arcadismo**

A produção poética de Cláudio Manuel da Costa é marcada por uma dualidade de estilos que marcam duas fases de sua obra, uma vez que suas primeiras produções se orientavam pela prática barroca e, após a temporada de estudos em Portugal, tiveram uma inclinação para o modelo de composição árcade, fazendo com que o poeta fosse o primeiro brasileiro a apresentar uma obra arcádica, que recebeu o título de *Obras* (1768). Sua escrita também é marcada por outro conflito: o de não poder ter em sua *pátria* a mesma estrutura existente na metrópole (em termos de universidade e cultura). Sua consciência crítica demonstra conformidade com os pensamentos orientados e estimulados por Pombal através das censuras à educação escolástica.

As diferenças existentes em relação às mudanças de estética podem ser notadas na obra de Cláudio Manuel da Costa, a qual apresenta em seu percurso algumas variações formais e ideológicas: formais no sentido da escrita assumir novos contornos conforme vai sendo modelada pelas tendências de cada época, ou seja, do Barroco ao Árcade e, em seguida, de um estilo próprio, marcado por uma escrita mais segura no que se refere ao gênero poético escolhido, quando resolve compor uma epopeia<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup>Nesta passagem faço referência ao poema “Vila Rica”, que, apesar de não ser de fato uma epopeia, possuía as bases deste gênero. Quando Cláudio Manuel da Costa escreve o prólogo desta obra há uma necessidade de explicar que ela não possui pretensão em ser classificada como epopéia, porém, trata-se apenas de falsa modéstia.

As características formais não deixam de ser também ideológicas, uma vez que os estilos Barroco e Arcade são provenientes de diferentes ideias, a primeira vinculada ao exagero representante dos conflitos religiosos do século XVI e a segunda marcada pela racionalidade assumida no século XVIII transmitida a partir do Iluminismo. Já a “autonomia”<sup>16</sup> de Cláudio Manuel da Costa em sua última produção - “Vila Rica”- demonstra uma nova visão da “pátria” que aos poucos já estava sendo mostrada, por exemplo, na “Fábula do Ribeirão do Carmo” presente em *Obras* (1768). Tais mudanças ideológicas são marcas de um poeta em constante processo de aprendizagem.

A produção de Cláudio Manuel da Costa tem início em Portugal, quando estudou Cânones na Universidade de Coimbra, em 1749 (não se tem notícia de nenhuma produção anterior) e tem fim no ano de 1789, ano de sua prisão, acusado de envolvimento na Inconfidência Mineira. Deste modo, é possível associar sua obra a três momentos distintos:

O primeiro momento corresponde ao estilo dos poemas *Culto Métrico* (1749), *Munúsculo Métrico* (1751) e *Epicédio* (1753), obras que ainda propendem ao Barroco, uma vez que a formação inicial de Cláudio Manuel da Costa se dera ainda no Brasil, quando frequentou o Colégio dos Jesuítas em uma época em que o estilo seiscentista ainda era modelo para as manifestações artísticas e já estava incorporado por esta cultura em formação.

O segundo momento corresponde à publicação das *Obras* (1768) e do poema “O Parnaso Obsequioso”, do mesmo ano, que, apesar de ainda manter alguns traços barrocos em meio à poética arcade, pode ser colocada como uma obra de transição.

O terceiro momento corresponde à produção do poema “Vila Rica” (1789), obra mais madura do poeta, apesar de ser considerada por alguns críticos como uma obra esteticamente menos interessante, por não conter a rigidez formal de um poema épico. Acrescente-se ainda a esta fase a produção dos poemas satíricos que circularam em Vila Rica antes da Inconfidência e que receberam o título de *Cartas Chilenas* (1789) e que, apesar de serem atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga apresentam em determinados momentos marcas comuns à escrita de Cláudio Manuel da Costa.

Segundo Souza (2011, p. 147), Cláudio Manuel da Costa, desde a época em que ainda era estudante em Coimbra se acostumara com as reuniões literárias dos

---

<sup>16</sup>O termo “autonomia” nesta passagem indica uma composição menos preocupada com os modelos de composição arcades. O poeta não poderia ser autônomo no sentido real da expressão, pois a época em que vivia e a posição social a que pertencia não permitiam tal atitude.

agostinianos e dos estudantes. Na Academia Litúrgica dos Monges Agostinhos, começou a se interessar pelos círculos acadêmicos e a aprender o modo de lidar os homens poderosos.

No dia 31 de outubro de 1759, recebeu cartas da Bahia, que haviam sido expedidas quatro meses antes, nas quais o secretário e dois censores da Academia Brasílica dos Renascidos o convidavam para integrá-la, na qualidade de sócio supranumerário, cargo que deveria ser ocupado por acadêmicos que moravam em outra cidade ou país. As reuniões da academia vinham acontecendo desde maio, inicialmente na casa do diretor (que se tornaria perpétuo, por unanimidade de votos) José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Em seis de junho havia ocorrido uma sessão de inauguração formal em Salvador, na Igreja dos Carmelitas Descalços.

José Mascarenhas já vinha de um meio acadêmico, pois participara das academias espanholas. Sebastião José de Carvalho e Melo o havia encarregado de vir ao Brasil e na Bahia executar tarefas de criação de aldeias indígenas e, principalmente, fazer valer o ato de lei que determinava a expulsão dos jesuítas do território português. Porém, tal incumbência necessitaria de ampla motivação para fazer-se cumprir.

Cláudio Manuel da Costa havia conhecido José Mascarenhas em Coimbra, mas, talvez as relações datassem de antes: João Pacheco Pereira de Vasconcelos, pai do José Mascarenhas, havia sido ouvidor de Ouro Preto em 1724, quando as famílias de ambos podem ter convivido. Certo é que Cláudio Manuel da Costa dedicava a Mascarenhas grande admiração, que registrou em uma das quatro cartas que escreveu no dia três de novembro, Nas demais agradeceu aos censores João Borges de Barros e João Ferreira de Bettencourt e Sá e aos sócios e ao secretário Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco. Nessas cartas, Cláudio Manuel da Costa aceitava o convite, jurava obedecer aos estatutos, defender a verdade da Imaculada Conceição de Maria – padroeira das academias portuguesas e luso-brasileiras – enviava uma pequena biografia, documento que constitui um dos únicos que trata de sua biografia.

A Academia Brasílica dos Renascidos tinha como assunto principal a história. Sua meta era escrever uma matéria sobre cada capitania e, assim, uni-las para que formassem a História da América Portuguesa.

Segundo Pessoti (2009) embora os letrados reunidos em torno do grêmio renascido não tenham lançado mão das práticas científicas em seu estágio mais avançado, e se possa falar em uma defasagem entre as propostas elaboradas pelos

acadêmicos e a concretização das mesmas, é preciso considerar que os espaços de sociabilidade intelectual dentre os quais figurou a Academia Brasileira dos Renascidos, formam um campo de dinamismo e transformação científica e cultural. A academia ainda que não tenha levado adiante todos os seus projetos, contribuiu para difundir práticas e saberes que se pautaram num cientificismo permeado por máximas ilustradas.

Nos estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos, no que se referia à produção das obras históricas, havia a recomendação de que se estudasse a história geográfica e natural da colônia. Houve, até mesmo, um detalhamento direcionado aos acadêmicos encarregados da escrita da história natural, constando que deveriam se dedicar à elaboração de trabalhos que contemplassem a natureza americana em seus aspectos animais, vegetais e minerais, em plena consonância com o que pregava o famoso naturalista sueco Carlos Lineu. Tais pesquisas evidenciam um esforço para conhecer melhor o universo natural que circundava os habitantes da América portuguesa. Outras dissertações ajudam a comprovar este desejo de aumentar a comunhão com o universo natural brasileiro.

Nesse sentido, Cláudio Manuel da Costa deveria se responsabilizar por escrever sobre sua região. Na resposta à carta convite, ele pede tempo para desempenhar essa função e a justificativa eram problemas de saúde. Porém, apesar de doente, ele trata logo de mostrar interesse respondendo o mais rápido que pode.

[...] apressara-se em responder por que não queria deixar sombra de dúvida sobre seu empenho em integrar aquela comunidade suprarregional; mas alertava que, daí em diante, as eventuais demoras das respostas às cartas não deveriam ser creditadas à displicência – já que se sentia honradíssimo – mas, às dificuldades de comunicação, sobretudo no período das chuvas, entre Minas e a Bahia. (SOUZA, 2011, p. 148).

Ao final de 1759, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo recebeu acusação de conspiração com espanhóis e franceses e de não ter cumprido com o dever de fazer valer o ato de expulsão dos jesuítas. Assim, depois de sua prisão, a academia não perdurou, apesar de os acadêmicos terem tentado não interromper as atividades, que de fato continuaram até 1761. O que fixou da academia foi a rede de sociabilidade letrada. Os acadêmicos aprenderam a “encurtar” as distâncias, a encontrar modos de se comunicar por meio das frotas que iam deixando os portos, dos comboios de comerciantes que cortavam o vasto interior da América portuguesa, dos correios esporádicos que começavam, então, a agir de modo mais sistemático.

Para Souza (2011, p.149), os acadêmicos continuaram mantendo contato. Cláudio Manuel da Costa, como comprovam os documentos continuou se correspondendo com os acadêmicos renascidos frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Além de o poeta declarar sua preferência pela beleza do estilo neoclássico, que denomina “sublime”, existe em sua obra uma “contaminação” pelo estilo anterior, no caso, o barroco, cujo teor era sobrecarregado com metáforas e outros ornamentos considerados desnecessários e prejudiciais à compreensão. Se no estilo de composição seiscentista a intenção era maravilhar o leitor pelo “uso exagerado de metáforas”, na produção árcade a razão e as regras da arte da escrita conduziam o leitor para esse “sublime”. Observa-se também no fragmento a reflexão que o autor tece em relação às suas obras, cuja produção se dera tempos antes quando ainda estudava em Coimbra e “*apenas começava a melhorar de gosto nas belas letras*”. Tal consciência crítica demonstra conformidade com o estilo da Academia Brasílica dos Renascidos que também possuía traços barrocos, mas buscava uma nova concepção de estudos e pensamentos orientada e estimulada pelo mecenas Pombal através das censuras à educação escolástica e das práticas políticas embasadas pelas ideias reformistas, cuja intenção era reedificar o Estado e a Igreja, oferecendo ao primeiro poder administrativo sobre o patrimônio do clero e restringindo os poderes da igreja ao âmbito estritamente religioso.

No caso da obra “Vila Rica”, observa no “Prólogo” novamente o recurso à falsa modéstia, quando o poeta declara não ter a intenção de produzir um poema épico:

Não é meu intento sustentar que eu tenha produzido ao mundo um poema com o caráter de Épico: eu sei que esta felicidade não conseguiram até o presente aqueles homens, a quem a fama celebra laureados na Grécia, na Itália, em Inglaterra, em França, e nas Espanhas. Todos se expuseram à censura dos críticos e todos são arguidos de algum erro ou defeito; a razão pode ser a que assina um bom autor: inventaram leis, aonde as não havia (COSTA, 1996, p. 359).

Nesse fragmento observa-se que o autor, além de pretender evitar os comentários pejorativos sobre seu poema, também busca argumentar sua “fuga” a um padrão épico através da declaração de Voltaire, chamado por ele de “bom autor”. Segundo Lopes (1985), Cláudio Manuel da Costa refere-se ao ensaio *Essair sur la poésie épique* (1834). “Voltaire despertou no poeta mineiro a consciência crítica, como abrira caminho para a crítica do gênero” (PIERCE *apud* LOPES, 1985, p. 16).

O teórico afirma ainda que a doutrina aristotélica chega até Torquato Tasso (1544-1595) seguida e discutida. As teorias de Voltaire surgem para facilitar toda a discussão sobre a epopeia travada entre os séculos. Assim, Voltaire declara sobre o poema épico:

Que a ação seja simples ou complexa, termine em um mês ou em um ano, ou conte com duração mais longa; que a ação se fixe num espaço único, assim como na *Iliada*, ou o herói viaje de mar em mar, como na *Odisseia*; seja feliz ou desgraçado, furioso como Aquiles, ou piedoso como Enéias, que haja um personagem principal ou vários; que a ação transcorra sobre a terra ou às margens da África, como em *Os Lusíadas*, na América como na *Araucana*; no céu, no inferno, fora dos limites de nosso mundo, como no *Paraíso* de Milton, não importa. O poema será sempre um poema épico ao menos que se encontre um novo nome (VOLTAIRE *apud* LOPES, 1985, p.17).

Assim, Cláudio Manuel da Costa mostra-se leitor e admirador de Voltaire e lança mão de suas teorias sólidas para justificar sua escrita com pretensão épica, apesar dessa intenção ter afirmação contrária.

Além dos nomes citados como influenciadores da obra de Cláudio Manuel da Costa, muitos outros também contribuíram para sua formação e visão de mundo. Sabe-se que os livros considerados proibidos circulavam naquela região e chegavam às Minas Gerais, onde eram trocados entre os letrados. Nos “autos dos sequestros” dos bens de Cláudio Manuel da Costa percebe-se que não havia muitas obras. Segundo Rodrigues (2008, p.57) “fizeram-se menção a “quinze livros de oitavo e um quarto” e a “três livros de tradução de tragédias, e mais outro dos mesmos relatados e poemas”, sem que seus títulos e autores fossem definidos. Assim, muitas de suas leituras eram realizadas a partir de empréstimos”.

Para ter-se uma ideia das referências que Cláudio Manuel da Costa utilizou em apenas uma de suas obras, o poema “Vila Rica”, Viveiros (2009, p. 10-11) registrou uma lista com os seguintes nomes de autores e obras: Virgílio: *Eneida*; Júlio César: *De Bello Gallico*; Camões: *Os Lusíadas*; Gabriel Pereira de Castro: *Ulisséia*; Voltaire: *Henriade*; Milton: *Paraíso Perdido*; Torquato Tasso: *Hyerusal Liberata* (sic); Metastásio: *Drama de Alexandre*; Sebastião de Pita Rocha (Na verdade Sebastião da Rocha Pita): *História da América Portuguesa*; Lambert: *História universal, civil, natural e religiosa*; José Vaissete: *Interesse das nações da Europa*; *Livro de registros das cartas do Rio de Janeiro da Secretaria do Conselho Ultramarino*; Cláudio Manuel da Costa: *Obras*; Pedro Taques de Almeida Paes Leme: *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*; Lucano: *Pharsalia*; Diogo Grasson; Padre Vasconcelos: *Crônica do Brasil*; *História Mexicana*; *Forasteiro Curioso*; Padre Manoel da Fonseca

(não consta a obra); Alonso de Ercilla: *Araucana*; Henricus Hernani: Tract. *De linea amoris*; Juan de Torquemada: *Monarch. Indiana*. Tais nomes e títulos apontam a versatilidade do autor, que adotou tanto obras consagradas quanto obras de seu tempo para compor seu poema épico.<sup>17</sup>

Cláudio Manuel da Costa, na condição de sócio supranumerário da Academia Brasílica dos Renascidos<sup>18</sup>, tinha como tarefa a elaboração de uma pesquisa e posterior escrita de uma História da Capitania de Minas Gerais para constar na História da América Portuguesa. Porém, não se tem notícia de nenhuma matéria escrita por ele entre os papéis da academia.

Na Distribuição dos Empregos da Academia Brasílica dos Renascidos<sup>19</sup> constam as matérias sobre as quais os acadêmicos deveriam dissertar, entre elas, estão, por exemplo:

- Quantas vezes com que partes da América Portuguesa se tem descoberto minas de Salitre e em que tempo? E quem as descobriu? Se eram abundantes e quanto distavam de algum porto do Mar? E quais foram os motivos porque se não continuou a tirar delas este precioso metal?
- Se há na América a planta sensitiva? E se é certo o produzir-se nela alguma erva que abrande o ferro? Como afirma certo autor que experimentara os anos passados em Vila Nova Soure?
- Quantos Governadores interinos tem havido na Bahia? Quem eram? O modo por que foram nomeados? E durante quanto tempo governaram?

Nesse rol de discussões as matérias eram diversas. Tratavam de questões laudatórias e políticas, defendiam teses sobre a flora e a fauna, sobre temas da geografia e clima e sobre aspectos históricos. Na sessão de 24 de novembro de 1759, Cláudio Manuel da Costa estava escalado para dissertar na academia sobre “Por que causas no Brasil, não são tão grandes e frequentes os terremotos como nas mais partes do

---

<sup>17</sup> Constam na obra em questão alguns nomes de autores, mas sem referência a título. É o caso da obra de Grasson Tinoco e do Padre Manoel da Fonseca.

<sup>18</sup> Cf. Anexo.

<sup>19</sup> O Manuscrito de referência pode ser localizado no Arquivo Distrital de Évora, Portugal.

Mundo?”. Tal ponto, contaria também com a participação de Francisco Xavier Feijó, José Félix de Moraes e Manoel de Siqueira Torres.

Os assuntos revelam a intenção da academia, que era a de provocar debates. Para responder às questões, além de lançar mão de artifícios da argumentação fazia-se necessária a pesquisa prévia a documentos de teor científico. Não se sabe se de fato Cláudio Manuel da Costa participou desse debate, pois o aceite em participar da agremiação havia sido encaminhado recentemente, vinte e um dias antes da sessão. As cartas atestam que neste momento seu estado de saúde não permitia longas viagens.

As cartas foram apresentadas por Alberto Lamego (1923). Nelas, Cláudio Manuel da Costa anuncia o aceite ao convite recebido para tornar-se sócio e apresenta a biografia *Apontamentos*, além de um termo de juramento aos preceitos da academia e um texto avulso intitulado *Para terminar a academia*.

Na dissertação de mestrado intitulada de Silva (2009) foi realizada a análise de textos de Cláudio Manuel da Costa, trabalho que demonstra a ligação do poeta mineiro com a academia baiana, fusão comprovada pelos textos aos quais se estabeleceu uma análise (cartas, juramento, drama circunstancial). Tais escritos acadêmicos ou apresentados em situações semelhantes às acadêmicas, como foi o caso da representação do drama musicado “O Parnaso Obsequioso” ao Conde de Valadares comprovam a existência de um perfil não muito conhecido do poeta. Assim, abaixo seguem as análises desenvolvidas, constantes em Silva (2009).

Em carta destinada ao secretário da agremiação, Antônio Gomes Ferrão Castello Branco, datada de dia 03 de novembro de 1759, o poeta agradece por ter sido chamado para ser sócio da academia, acusa o recebimento dos estatutos e catálogos referentes à agremiação e comenta sobre a dificuldade de intercâmbio com as outras capitânias.

***Carta de Cláudio Manuel da Costa ao Secretário da Academia Brazilica dos Renascidos.***

*Snr. Sargento-Mór Antônio Gosmes Ferrão Castello Branco* Depois de fazer manifesto ao Sr. Director da minha muito prezada Academia dos Renascidos quanto eu era agradecido á inestimavel honra de ser chamado socio de tão disticto congresso, não contento com pedir ao mesmo senhor faça representar a todos os senhores que em minha eleição votaram, os vivos sentimentos de amôr e gratidão que eu professo, não sei se menos á igualdade que ao favôr de seus votos. Especialmente devo fazer a V. Mcê, esta expressão que dignando-se a ter tão grande parte neste empenho, menos temem incorrer na censura do mundo, que recatar a benevolência de seu animo: será eterna na minha memoria a lembrança deste beneficio; e com este seguro passo responder a carta de V. Mcê.



No ultimo de Outubro, me foi entregue a preciosa noticia de V. Mcê. que fora escripta com data de 15 de Junho, a remessa do Rio para essa capital, não deixou de ser com diligência, porque o cavalheiro que a recebeu á 15, com a chegada da embarcação, a fez enviar no dia 16 do mesmo mez; a resposta necessariamente chegará com mais demora, tanto pela dificuldade dos portadores, que são raros na occasião, como porque entrando o inverno padecem no caminho algum intervallo as mesmas Paradas do Governo.

Com esta prevenção asseguro á V. Mcê, de que a dilação que occorrer não só na presente como em outra qualquer conjectura se não deverá tanto attribuir ao meu descuido quanto a ordinária contingência dos successos. Recebo os Estatutos e catálogos da minha muito prezada Academia e tudo quanto em hua e outra disposição advirto hé hum authenticos testemunho da prudente circumspecção do seu egrégio Director, eu tive a honra de admirar na Universidade os incomparaveis creditos que este senhor adquiria com os seus grandes estudos; e agora acabo de conhecer que elle dirigiu as sciencias ao seu verdadeiro fim, que he a utilidade publica.

Feliz a América, se como se há de immortalizar nella a memória deste illustre Mecenas, se perpetuasse nella também nessa cidade a sua assistência pessoal! Nada teríamos que invejar nem os Porticos d' Athenas nem aos Templos do Egipto.

Em observancia do preceito, tudo aprovo, tudo admiro e respeito tudo.

Pede mais alta e prudente averiguação que fizer e de algumas lembranças ou documentos que nestas Minas se guardarem, fazer communicar á V. Mcê. As cópias ou os originaes na fórma de sua recommendação.

A esta acompanha o juramento, não sei se com a solemnidade precisa; mas devendo-se em tal ponto attender, somente a validade e substancia do acto, ocioso se faz escrupulisar sobre a formalidade das palavras: sendo porem do voto dos Srs. Academicos, terá V. Mcê. a bondade de me communicar a norma; que quem principia a aprender cegamente obedece aos dictames que venera.

Finalmente, por me conformar com a disposição do § 6º dou a V. Mcê. estes apontamentos, não entrando em duvida, de que da minha falta de merecimento e virtudes pessoaes, informarão melhor que a propria confissão que faço, as noticias de alguns contemporaneos, hoje socios meus com grande vaidade, na minha muito prezada Academia. Hé o primeiro o Sr. director que em sua carta se dignou honrar-me com este titulo: o Sr. Dr. José Telles de Menezes e outros senhores mais que poderão suprir com a dilatação dos meus defeitos, aquella parte que o natural amor me obriga a encobrir.

Toda occasião que V. Mcê. tiver de honrar-me no seu serviço será para mim estimada e eu teria a honra de confessar que sou de V. Mcê. muito affectuoso socio.

Vila Rica, 3 de Nov. 1759.

Cláudio Manuel da Costa

(LAMEGO, 1923, p.98-100).

Nesta carta além do assunto - agradecimento e aceitação em participar da Academia Brasílica dos Renascidos - nota-se que sua organização revela aspectos de uma escrita elaborada nos moldes retóricos.

Os ornamentos figuram em expressões como “censura do mundo” ou “aprender cegamente”. Nestas expressões a preocupação com a beleza da frase não é mero pedantismo. Significa, antes, concordância com a indicação ao cargo para o qual foi convidado, procedimento que passa a exigir do acadêmico mais do que a elaboração de

uma carta em tom sério, devendo expressar, igualmente, o tratamento formal, em tom laudatório, como no trecho “Feliz a América, se como se há de immortalizar nella a memória deste illustre Mecenas, se perpetuasse nella também nessa cidade a sua assistência pessoal!”. Da mesma maneira, a inclusão de seu nome entre os seletos da Bahia passa a exigir em sua correspondência oficial com a academia o uso da modéstia, característica de cada acadêmico para exprimir seu sentimento de hierarquia em relação à diretoria e humildade diante dos demais sócios: “minha falta de merecimento e virtudes pessoais, informarão melhor que a própria confissão que faço...”; “o Sr. Dr. José Telles de Menezes e outros senhores mais que poderão suprir com a dilatação dos meus defeitos, aquella parte que o natural amor me obriga a encobrir”.

No primeiro parágrafo constata-se a presença da *gratidão e da humildade*, ligadas aos sentimentos que o autor diz ter para com os acadêmicos que o elegeram para ingressar na Academia Brasílica dos Renascidos. O autor pede que “[...] faça representar a todos os senhores que em minha eleição votaram os vivos sentimentos de amor e gratidão que eu professo”. Tais palavras são utilizadas em textos ligados ao encômio e, pelo uso, tornaram-se uma tópica nos discursos baseados na arte retórica. A *nobreza de espírito* está presente na declaração de Cláudio Manuel da Costa ao “Senhor Secretário da Academia” dizendo que possui um “animo benevolente”<sup>20</sup>. Ou seja, além de pertencer à nobreza local, ocupa um lugar de destaque dentro da agremiação e, por esta razão, enquanto acadêmico, deveria ser apresentado como um homem de alma boa<sup>21</sup>.

Após essas duas tópicas realçadas neste início da carta há no final do parágrafo a *tópica exordial*, reconhecida a partir das palavras “Será eterna na minha memoria a lembrança deste beneficio; e com este seguro passo responder a carta de V. Mcê.”. Assim, para melhor compreensão desta tópica cabe dizer que ela é um recurso utilizado para justificar o texto que escreve. No caso da carta a ser respondida, a matéria é a gratidão do autor.

No segundo parágrafo, observa-se a questão da *murmuração*, certo tom de condenação ou de insatisfação do autor em relação aos meios escassos de comunicação

---

<sup>20</sup> Ver “benevolência de seu ânimo”, constante do primeiro parágrafo da carta ao Secretário da Academia Brasílica dos Renascidos o Sargento-Mor António Gomes Ferrão Castello Branco. Sugere uma *tópica de abrandamento do juiz*, em que Cláudio Manuel da Costa pretende que o secretário aceite as ideias propostas, mostrando-se (o secretário), benevolente na leitura da carta do poeta.

<sup>21</sup> Deve ser observada neste trecho questão da prudência, tão importante para os letrados deste tempo. Sem ela, a atitude do acadêmico se torna inadequada e, conseqüentemente, indecorosa, diante de seus pares.

entre as capitanias. Cláudio Manuel da Costa declara que a “resposta [da carta] necessariamente chegará com mais demora, tanto pela dificuldade dos portadores, que são raros na ocasião, como porque entrando o inverno padecem no caminho algum intervalo as mesmas Paradas do Governo.”. Esta murmuração, entretanto, não caracteriza reprovação ou posição contrária ao estado das coisas. Pode, no máximo, significar uma reivindicação que sua figura de letrado tem por direito fazer, em nome muito mais do melhor andamento das coisas do local do que propriamente figurar como uma insatisfação que o coloque na condição de opositor. A questão prossegue no apontamento das dificuldades no transporte de correspondências.

Em seguida, o poeta parte para as questões burocráticas que deveriam ser cumpridas pelo acadêmico, entre elas, o recebimento dos catálogos e estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos. Este ponto da carta pode ser considerado o foco, ou assunto principal. A indicação das obrigações do acadêmico, dos procedimentos burocráticos, da indicação dos empregos no catálogo e outras questões desta natureza, são de suma importância para o caráter documental deste trabalho, uma vez que objetivamos discutir a obra de Cláudio Manuel da Costa a partir da perspectiva não usual de sua obra, ou seja, pelo ponto de vista do acadêmico. Esta revelação não escapa, entretanto, da análise que devemos fazer dos aspectos da retórica implícita na execução da carta. Assim, internamente, o texto da carta fornece dados para a análise de conteúdo necessária para este trabalho e, por outro lado, documenta a prática que, a rigor, é a etapa inicial de nossa pesquisa, no que se refere à construção da obra acadêmica do autor.

Figuram, no parágrafo seguinte, as qualidades do diretor da agremiação, cujos trabalhos são admirados, segundo Cláudio Manuel da Costa, desde sua época de estudante na Universidade de Coimbra. As características presentes neste trecho já apontam, no texto, a opção pelo gênero epidítico, pois além de estabelecer uma relação de respeito à hierarquia, também apontam para a exaltação da erudição do homenageado.

No quinto parágrafo observa-se a explicitação do modelo de escrita da época: a correspondência, como os demais documentos da Academia Brasílica dos Renascidos, deveria ser composta com a formalidade que a instituição exigia. No parágrafo quinto da carta mais duas tópicas podem ser reconhecidas: *a tópica da falsa modéstia* e *a tópica exordial*: “deve-se evitar a preguiça”. A primeira pode ser observada na citação

“... não sei se com a solenidade precisa”. Neste momento o autor procura ganhar a simpatia do leitor mostrando-se modesto, uma vez que reconhece que, por mais solenes que sejam suas palavras, elas não estavam à altura de tão ilustre leitor.

No penúltimo parágrafo encontra-se novamente a *tópica da falsa modéstia*, desta vez colocada no texto de forma mais explícita quando o autor revela: “... não entrando em dúvida de que minha falta de merecimento e virtudes pessoais...”. Esta ocorrência além de ser muito explícita no início dos textos retóricos também tem espaço ao final quando já se encaminha para a conclusão, que, no caso da carta em questão, termina com elogios e agradecimentos. A repetição desta tópica, na carta, demonstra o envolvimento de Cláudio Manuel da Costa com o compromisso acadêmico, pois reitera a necessidade do acadêmico conquistar a simpatia de seu interlocutor. Tal atitude representa a humildade do acadêmico em relação aos seus superiores e, conseqüentemente, o cumprimento dos votos que constam do *Juramento*, que deve ser lido como um complemento das cartas, uma vez que encerra em sua estrutura elementos que ilustram bem as relações de fidelidade e obediência à agremiação.

Juntamente com esta carta, portanto, o autor fez seguir um termo de *Juramento à Academia*, o que mostra o seu grau de comprometimento para com a agremiação. Trata-se de um juramento que evidencia a fé católica.

#### *Juramento*

O Bacharel Cláudio Manuel da Costa, Advogado nos Auditórios de Villa Rica de Ouro Preto, Academico Supranumerario da Academia Brazilica dos Renascidos.

Por este por mim feito e assignado em observância dos Estatutos da minha muito presada Academia e particularmente do que se dispõem no § 17, juro e protesto inviolavelmente defender a verdade da Immaculada Conceição da Virgem May de Deos e de sujeitar-me em tudo aos preceitos da mesma Academia, segundo o Titolo que me foi conferido. Cláudio Manuel da Costa (LAMEGO, 1923, p. 100-101).

O *Juramento*, que deveria preceder a entrada do acadêmico na Academia Brasílica dos Renascidos, tinha como autoridade a figura religiosa da “Immaculada Conceição da Virgem May de Deos”, fator que demonstra a importância da religião e da fé entre os letrados da época. Tal juramento tinha mais importância que qualquer documento de ordem jurídica, e, inclusive, de acordo com os moldes de escrita, remete a um documento deste gênero, uma vez que exige a firma (assinatura) e possui um formato típico das declarações e testamentos.

O *Juramento* que Cláudio Manuel da Costa aceita e assina pode ser relacionado à carta apresentada anteriormente ao Senhor Antônio Gomes Ferrão Castello Branco, secretário da Academia Brasílica dos Renascidos. Em ambos os documentos existem características que comprovam o caráter institucional da academia. No caso da carta, por exemplo, apreende-se o compromisso assumido pelo acadêmico, que recebe os catálogos da agremiação e comprova a aceitação e ciência em relação às regras da Academia Brasílica dos Renascidos, teor que pode ser resumido pela frase: “Em observância do preceito, tudo aprovo, tudo admiro e respeito tudo”. Desta forma, a carta, que a princípio revela uma função comunicativa e informativa, pelo fato de comunicar a ciência em relação às normas da Academia Brasílica dos Renascidos e informar sobre o recebimento dos papéis necessários ao ingresso, passa a demonstrar, também pela assinatura ao final, valor documental, constituindo, assim, uma prova da inserção de Cláudio Manuel da Costa na associação letrada. O *Juramento*, deste modo, remete a uma prática obrigatória e formal, que associa o lado religioso ao lado cívico, constituindo ação de *praxe* como podemos observar hoje em juramentos feitos em cerimônias de formatura, em ascensão de cargos eletivos, em cultos religiosos, etc. Além disso, a prática do juramento dentro da sessão acadêmica possuía o intuito de imitar a constituição das academias da corte, demonstrando conformidade com o modelo estabelecido pela metrópole.

Os *Apontamentos*, que seguem o *Juramento*, são documentos que dão notícia das produções escritas de Cláudio Manuel da Costa. São igualmente importantes, pois revelam todas as exigências da academia para o ingresso de um novo Acadêmico. Essas exigências se alicerçavam não apenas na erudição do candidato, mas também na sua estirpe nobre, no desempenho de uma função de destaque na colônia, características que nas práticas acadêmicas se associavam aos parâmetros da expressão retórica. Sobre tais características, os apontamentos abaixo demonstrarão com mais clareza os aspectos retóricos e as qualidades exigidas para o ingresso do sócio na Academia Brasílica dos Renascidos.

*Apontamentos para se unir ao catálogo de acadêmicos da Academia  
Brasílica dos Renascidos*

Cláudio Manuel da Costa, filho de João Gonçalves da Costa e de D. Theresa Ribeyro de Alvarenga.

Nasceu aos 5 de Junho de 1729 no bispado de Marianna em hum dos districtos da cidade chamado a Vargem; onde viviam situados seus Pais em o exercicio de minerar e plantar segundo o uso do Paiz.

*Seus avós pela parte paterna*

Antônio Gonçalves e Antônio Fernandes, moradores que forão no lugar das Áreas, Freguezia de S. Mamede das Talhadas, Bispado de Coimbra.

*Pela parte materna*

O capitão Francisco de Barros Freire e D. Izabel Rodrigues de Alvarenga, moradores que foram na Freguezia de N. S. de Guarápiranga, Comarca do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Marianna, vindos de S. Paulo onde têm á sua ascendência de Famílias mui distinctas.

*Seus Irmãos*

De legitimo matrimonio teve cinco irmãos dos quaes foi elle o 3<sup>o</sup>.na ordem da sucessão e quatro cursarão a Universidade e se achão hoje recolhidos a Religiosos dois: o Padre Antônio de Santa Maria dos Martires no Réal Mosteiro da Santa Cruz de Coimbra, o Padre Frei Francisco de Salles de Jesus Maria, no collegio da Trindade que actualmente segue a Universidade: morreu na mesma Universidade o segundo que se chama João Antônio da Costa. Os mais acompanham hoje a familia.

*Seus estudos*

Principiou a grammática e estudos de Latinidade debaixo da protecção do seu tio o Dr. Frei Francisco Vieira, Oppositor que foi na Faculdade de Coimbra, hoje Procurador geral da Religiam da Santíssima Trindade no Estado do Brasil.

Assistio os primeiros quatorze ou 15 annos em Villa Rica de Ouro Preto; passou a estudar Philosophia na Companhia do Rio de Janeiro; donde embarcou na héra de 49 para Lisboa: formou-se em Coimbra na Faculdade de Canones, em que lhe foi presente o Sr. Christovam de Almeida. Na héra de 53 para 54 se recolheu á sua Patria, onde vive no exercicio de advogado: com actual assistência em Villa Rica de Ouro Preto.

*Seus escriptos*

Applicado desde os primeiros annos ao estudo das Bellas Letras conserva em Manuscriptos Rithmas nas línguas Latina, Italiana, Portugueza, Castelhana e Franceza em poesia heroica e lirica dois tomos em 4.

Rythmas pastoris com o titulo de Musa Bucolica, duas partes em 4<sup>o</sup>.

Centúria Sacra, Poema do Glorioso Parto de Maria Santissima em 8<sup>a</sup> Rythma.

Cathaneida, Poema joco-serio em 5 cantos e 8<sup>a</sup> Rythma.

Varios discursos em prosa em diversas materias

Poesias dramáticas que se tem muitas vezes representado nos theatros de Vila Rica, Minas em geral e Rio de Janeiro.

Mafalda Triunphante que se mandou imprimir e foi composta a empenho do Exmo. Sr. Bispo desta Diocese a quem é dedicada.

Cyro ou a liberdade de Camboydes.

Circe e Ulysses: Orlando furioso; Siques e Cupido em Rithma solta, calipso.

Varias traducções dos dramas do Abbade Pedro Metastasio: o Ataxerxes, a dircea, O Demetrio, O José Reconhecido, O sacrificio de Abrahão, o Regulo,

o Parnaso Accusado: Alguns destes dramas em rithma solta, outros em prosa proporcionados ao teatro português.

*Papeis impressos*

Correm impressos na Universidade de Coimbra: O Monusculo Métrico.

O Epicedio á morte de Fr. Gaspar da Encarnação.

O Culto Métrico a hua Abadeça do Convento de Figueiró.

As suas conclusões em Canones, com hua dedicatória deduzidas dos versos de Virgilio.

Da-se noticia somente das Rythmas e Obras que se achão limadas em termos de se darem ao prelo se convier ao seu A, sendo muitos mais os papeis de que não faz menção.

(LAMEGO, 1923, p.102-103).

O documento intitulado *Apontamentos para se unir ao Catalogo da Academia Brasílica dos Renascidos*, encontrados por Alberto Lamego e publicados em 1923, documentam a existência de diversos escritos de Cláudio Manuel da Costa e revelam alguns pontos importantes no que diz respeito aos modos de escrita do Brasil Colonial, cujas referências eram a Retórica e a Poética antigas. Uma das particularidades destes textos advém do critério para aceitação dos eruditos nas agremiações e na vida pública das capitanias, característica representativa de uma formalidade que ia além das questões individuais como o grau de erudição, de competência ou de poder financeiro.

O primeiro ponto a ser destacado nesta análise é a origem de Cláudio Manuel da Costa, traçada minuciosamente pelos *Apontamentos*. Esses dados foram utilizados para a organização da biografia do poeta, que até a descoberta deste documento era errônea e lacunar. Os dados dos *Apontamentos*, além de mencionarem o seu local de nascimento, ainda apresentam os nomes de seus parentes mais próximos, os pais, avós paternos, avós maternos e irmãos, e as funções que exerciam na sociedade, o que confirma a importância do acadêmico no seu meio, uma vez que se tratava de pessoas abastadas. Tais características mostram uma marcante preocupação com a boa procedência do futuro acadêmico, e, tanto neste documento quanto em textos encomiásticos, esta preocupação é primordial.

As práticas relacionadas ao *Elogio ao Soberano*, além de trazerem à tona as qualidades inerentes ao homenageado, também recorrem à estirpe nobre como ponto a ser louvado. Os *Apontamentos* refletem estes aspectos retóricos ao evidenciarem a origem de Cláudio Manuel da Costa e suas qualidades de letrado e esse era o requisito essencial para ingresso na agremiação baiana.

Os *Apontamentos* são compostos por partes, sendo estas formadas pela origem do acadêmico e por suas produções individuais como já foi mencionado. Essa divisão

dentro do texto demonstra uma ordem de importância no contexto acadêmico. Sendo assim, o que mais contribuía para a aceitação de um erudito era sua estirpe. Diante de uma exigência que estava além da pessoa do acadêmico, pode-se notar a restrição que a academia impunha ao ingresso daquele que não preenchesse este requisito. Destarte, ser chamado para ser sócio deste grupo era uma honra para o convidado.

Em seguida, inicia-se outro ponto que sustenta o ingresso de Cláudio Manuel da Costa na Academia Brasílica dos Renascidos, a saber, seus estudos, escritos e publicações. Esses dados demonstram que Cláudio Manuel da Costa possuía um vasto conhecimento e grande produção bibliográfica, aspectos indicativos de que seu nome era importante para a academia, na qual iria ocupar a função de correspondente, veiculando notícias de descobertas de sua região, as Minas, economicamente, o local de maior importância no Brasil, devido à febre do ouro. A academia, neste aspecto, já demonstra preocupação com problemas econômicos, fazendo, assim, seu papel de substituto da universidade, cuja extensão era interdita para as colônias de Portugal. Os temas tratados pela Academia Brasílica dos Renascidos, assim, caminham para uma posição conformada aos anseios de Pombal, que eram de tirar do poder clerical, questões administrativas, transferindo-as para o domínio da coroa.

Para traçar um paralelo entre este documento e a estrutura de um discurso epidítico, cabe dizer que a divisão processada neste texto obedece ao mesmo esquema, uma vez que demonstra uma organização que parte do geral para o particular. O discurso desenvolve-se a partir da origem do poeta, de sua família (âmbito geral) para sua vida e suas produções escritas (âmbito particular). Além disso, revela uma preocupação em ressaltar a procedência nobre do acadêmico, que, de acordo com a retórica, no gênero epidítico, corresponde à exaltação da estirpe. Já o esclarecimento dos estudos de Cláudio Manuel da Costa pode constar da tópica “armas e letras”, em que se destacam qualidades relativas ou à inserção do homenageado nas guerras ou à sua vocação para os estudos, ou seja, as letras. No caso dos *Apontamentos* sobre Cláudio Manuel da Costa, a apresentação de seus “estudos” e dos “papéis escritos” refere-se às suas qualidades no âmbito das *Letras*.

O poeta mineiro em suas cartas de aceite parece utilizar um tom humilde e submisso, isso porque, apesar de sua popularidade na capitania das Minas Gerais e fora dela, como poeta e homem público, advogado conceituado e secretário de governo, não deveria, uma vez inserido no grêmio, ditar normas de seu trabalho a academia, mas sim



“aprender” com ela. Dentre os acadêmicos, apenas ele era poeta, e a intenção das reuniões era a de provocar discussões voltadas para a apreensão de uma história natural, eclesiástica, política etc. Assim, o “Fundamento Histórico” contém os aprendizados da fase acadêmica e revelam a ação de um grupo que, uma vez unido, deveria auxiliar no trabalho do outro, fornecendo fontes, abrindo portas para a consulta a acervos e documentos, prestando auxílio etc.. Deste modo, as cartas apontam para o aceite para ingresso na academia, o que significava também fazer parte de um grupo cuja base era formada pelas relações de favor e auxílio mútuo. Deste modo, seguem as cartas e algumas discussões:

#### *Carta*

*Ao Muito Rev. Sr. Dr. João Borges de Barros, Digníssimo Censor da Academia Brasilica dos Renascidos, Bahia. Do Academico Cláudio Manuel da Costa.*

Muito Revm. Sr. Sr. Dr. João Borges de Barros.

Reconheço tão preciosa honra de ser lembrado sócio entre os senhores Academicos da Academia Brasilica, que em credito do meu agradecimento, temo retardar esta excreção.

O distincto nome de V. Mcê. occupa o Título que me authorisa e firmando elle aquella memória de tão alto preço, deixa talvez menos viva no Instrumento , a impressão que da minha vontade o character que me dará a conhecer ao mundo sempre reverente e sempre obrigado.

Eu apezar de minhas moléstias, que segundo a ordem da natureza e do Paiz, não deixão de ser grandes e continuadas, saberei mostrar que se em mim se não acredita, ao menos não infame a eleição: darei parte dos meus estudos, communicarei as notícias que investigar, dignas de se unirem ao Corpo da Historia e praticarei finalmente segundo a qualidade de minhas forças, tudo quanto me ordena o preceito de minha muita estimada Academia.

Significo a V. Mcê. o mais terno affecto com o qual sou de V. Mcê. humilde, se indigno socio.

Claudio Manuel da Costa.

Vila Rica, 3 de Novembro de 1759

(LAMEGO, 1923, p.103-104).

Na carta ao diretor da Academia Brasilica dos Renascidos, João Borges de Barros, Cláudio Manuel da Costa também se utiliza da retórica. Inicia pelo orgulho que demonstra por ser considerado sócio entre os acadêmicos. Assim, expressa sutilmente sua modéstia através do agradecimento inicial: “Reconheço tão preciosa honra de ser lembrado sócio entre os senhores academicos da Academia Brasilica, que em credito do meu agradecimento, temo retardar esta excreção”.

Em seguida nota-se a presença da *tópica exordial*, na qual o autor justifica a escrita de sua carta. Neste caso ele se baseia na permissão do diretor: “O distincto nome de V. Mcê. occupa o título que me authorisa...”. Assim, continua seu exórdio louvando

a pessoa do censor: “[...] e firmando elle aquella memória de tão alto preço...”. O louvor ou agradecimento a uma autoridade cria uma expectativa em torno da ampliação do universo de conhecimento do letrado. Louvando, o poeta espera fama e reconhecimento, trata-se, pois de uma troca que garante o poder do homenageado e prestígio do acadêmico.

É notável também o compromisso existente entre o acadêmico e sua função na academia. Cláudio Manuel da Costa revela que apesar das suas “moléstias que segundo a ordem da natureza e do Paiz, não deixão de ser grandes e continuadas, saberei mostrar que se em mim se não acredita ao menos não infame a eleição”. Através desta citação percebe-se o grau de comprometimento existente para com os acadêmicos que o elegeram. Deste modo, mesmo doente, o autor propõe-se a realizar suas funções, e revela ainda:

[...] darei parte dos meus estudos, communicarei as notícias que investigar, dignas de se unirem ao Corpo da História e praticarei finalmente segundo a qualidade de minhas forças, tudo quanto me ordena o preceito de minha muito estimada Academia (LAMEGO, 1923, p.103-104).

A partir desta citação há uma maior clareza da atuação de Cláudio Manuel da Costa na agremiação. Como sócio correspondente ele deveria comunicar as pesquisas relativas à sua capitania, para fazer constar, entre as demais produções da instituição, de uma História da América Portuguesa. Além da dedicação de Cláudio Manuel da Costa à sua função da Academia Brasílica dos Renascidos, é importante frisar, também, a concomitância de ações, pois todo acadêmico possuía uma ocupação (emprego) fora da agremiação. Isso é importante, pois demonstra que o trabalho é uma extensão, por um lado, e doação, por outro, e está além do interesse pecuniário ou de mercê que possa se imaginar com o compromisso que assume na academia.

O fecho da carta, se por um lado traz a *falsa modéstia* como tópica no momento em que o autor se nomeia “indigno sócio”, também revela a submissão através de sua linguagem que não deixa prover o exercício da atividade acadêmica. Há, assim, na sua linguagem, a questão da hierarquia. Cláudio Manuel da Costa ocupa uma das funções de menor ênfase na academia. Não ocupa sequer o cargo de numerário. Porém, como o fato de ser convidado a integrar a Academia Brasílica dos Renascidos já mostrava a importância do erudito, existia um contentamento significativo por assumir uma ocupação, mesmo que menor, nesta instituição.

*Carta*

*Ao Sr. Dr. João Ferreira de Betencourt e Sá, Digníssimo Censor da Academia dos Renascidos.*

*Bahia. Do Academico Claudio Manuel da Costa, Sr. Dr. João Ferreira Betencourt e Sá.*

Eu me persuado, que sem esta expressão ficarei devedor ao mundo de hua generosa satisfação quando no egrégio titulo de supra numerário, com que me honra a eleição dos senhores acadêmicos, vejo particularmente firmado o precioso e distinto nome de V. Mcê.: conhece o mundo meu demérito, estranha condemna e talvez argue de menos iguaes os votos de hum tão ajustado congresso. Nesta parte sem duvida se encaminha a V. Mcê. a maior censura: eu que ao passo que reconheço alheia a culpa, também me considero motivo d'esta improbação, só posso dar a conhecer ao mesmo mundo que argue: que a incomparável benignidade de V. Mcê. despreza as suas censuras, quando quer fazer pompa de sua índole insaciavelmente amiga de honrar e ennobrecer e beneficiar ainda os mais indignos: no número destes me reconhecerei eu sempre, confessando que sou de V. Mcê. Muito Certo e Venerador e Socio Indigno. Claudio Manuel da Costa.

Novembro, 3 de 1759 em Villa Rica

(LAMEGO, 1923, p. 104-105).

A carta destinada ao censor da Academia Brasílica dos Renascidos, o Dr. João Ferreira de Betencourt e Sá trata do exercício da censura interna. Por ocupar na academia uma condição hierarquicamente inferior – a de acadêmico supranumerário - o autor assume uma posição de conformidade em relação às decisões da academia, mas mostra-se, mesmo assim, agradecido e satisfeito por pertencer a uma sociedade tão ilustre.

Cláudio Manuel da Costa lança mão da *tópica exordial*, revelando que escreve, pois reconhece que sem esta expressão ficaria “devedor ao mundo de hua generosa satisfação...” Esta expressão encomiástica acompanha uma *tópica da falsa modéstia*, em que o autor afirma que “conhece o mundo meu demérito”. Com estas palavras o autor procura conquistar a simpatia do censor.

Em seguida há o elogio: o autor louva a benignidade de seu colega acadêmico: “a incomparável benignidade de V. Mcê. despreza as suas censuras, quando quer fazer pompa de sua índole insaciavelmente amiga de honrar e enobrecer e beneficiar ainda os mais indignos”. E em seguida se coloca entre esses “indignos” no fecho da carta em “Muito Certo e Venerador e Socio Indigno”.

*Carta*

*Aos Senhores Academicos da Academia Brasilica dos Renascidos, na cidade de S. Salvador. Bahia.*

Do Academico Claudio Manuel da Costa:

Senhores sócios da Academia Brasilica.

Quisera distintamente gratificar a cada hum de V. Mcês. a preciosissima honra de que me fizerão digno no concurso de seus votos: eu conheço os excessos de gloria que este grão me communica; e quanto eu posso, farei por dar a conhecer ao mundo, que procurarei com todas as minhas forças, não infamar a honrosa eleição de V. Mcês.

Faço remetter ao Sr. Secretario o meu juramento que como se presente estivesse, rogo a V. Mcês. o hajão por valido, com todas as forças que a minha muito prezada Academia aprova e costuma solenizar este grande acto; e venerando com profundo respeito todos os seus Estatutos, faço também com as mesmas foras todas as protestaões devidas, em signal de que aceito a grande honra que V. Mcês. me conferem de acadêmico supra-numerario em cujo emprego e no serviço de V. Mcês. viverei sempre prompto.

Villa Rica 3 de Novembro de 1759.

O Academico supra numerario.

Claudio Manuel da Costa.

(LAMEGO, 1923, p. 105).

Esta carta se destina a todos os sócios da Academia Brasílica dos Renascidos que votaram a favor de que Cláudio Manuel da Costa participasse da agremiação. No primeiro parágrafo, há o agradecimento pelos votos que o tornaram sócio da Academia Brasílica dos Renascidos e há também expresso o compromisso do autor de executar as tarefas que lhe foram atribuídas para “não infamar a honrosa eleição” da parte dos acadêmicos.

No segundo parágrafo nota-se ainda a presença dos tramites burocráticos que os estatutos da academia previam, ou seja, o juramento à mãe de Deus e a ciência do conteúdo dos Estatutos ou das normas estabelecidas pela agremiação. Assim, Cláudio Manuel da Costa declara:

Faço remetter ao Sr. Secretario o meu juramento [...] e venerando com profundo respeito todos os seus Estatutos, faço também com as mesmas foras todas as protestaões devidas, em signal de que aceito a grande honra que V. Mcês. me conferem de acadêmico supra-numerário (LAMEGO. 1923, p. 105).

Com esta carta, encerra-se a troca de correspondências entre Cláudio Manuel da Costa e a Academia Brasílica dos Renascidos, anotada por Lamego (1923). Os lugares comuns que figuram em todas elas e as estruturas, que respeitam um modelo consagrado pelo uso e exigido pela academia, por ser o modelo formal de escrita da época.

A partir desses documentos, pode-se entender que há uma vasta produção bibliográfica (no exercício do papel de letrado para além da obra poética), que corresponde a mais do que as obras que se encontram disponíveis hoje. Inclusive, após

o resgate dessas cartas dadas à luz por Lamego em 1923 (trabalho desenvolvido no mestrado), não se tinha notícia de outras correspondências entre o poeta mineiro e os integrantes da Academia Brasílica dos Renascidos. Durante as pesquisas ao Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, porém, foram encontradas mais duas cartas que não haviam sido incluídas naquele rol. Trata-se de correspondências provenientes de Vila Rica e datadas de 3 de novembro de 1759, portanto, escritas e enviadas na mesma data das outras correspondências publicadas por Lamego.

A primeira carta é endereçada ao censor da academia, frei Inácio de Sá e Nazareth. Cláudio Manuel da Costa agradece o diploma de sócio entre os acadêmicos da Academia Brasílica dos Renascidos. A carta vem com cópia do envelope com selo do “Arquivo da Marinha e Ultramar”.

Muito Reverendo Senhor Frei Ignácio de Sá e Nazareth<sup>22</sup>

Tem firmado por [Vossa Reverendíssima] o egrégio título, que me dá o caráter de Sócio entre os Senhores Acadêmicos da Academia Brasílica; e reconhecendo ser tão destituída a minha pessoa de merecimentos, tão superior o emprego, mal posso deixar de examinar algum meio com que se [dissimule empregar] minhas indignidades: confesso não haver outro mais ajustado que o confessá-la; e se é tão cega, e pronta a minha obediência em aceitar a eleição, desculpa me devem dar o excesso da honra a que sou chamado, e o poderoso domínio, que tem nas vontades de todos um Congresso tão distinto: igualmente neste ponto se faz benemérita a ambição e a obediência.

Fica a meu cargo mostrar a [Vossa Reverendíssima] em todo o tempo, que se não perde no meu agradecimento esta honrosa memória; e quanto [ma] tem de grande na minha estimação terá de infinita a condição que faço de que [sócio].

De [Vossa Reverendíssima]

O mais humilde [Vassalo] e Sócio.

Cláudio Manuel da Costa

Vila Rica, 3 de novembro de 1759.

Segundo Lamego (1923) o Reverendo frei Ignácio de Sá e Nazareth foi examinador das ordens militares pelo supremo tribunal da Mesa de Consciência e ordens, mestre jubilado em teologia, ex-primeiro definidor da sua religião de Nossa Senhora do Carmo, reitor do Colégio de Nossa Senhora do Pilar, na cidade da Bahia e examinador no arcebispado.

A segunda carta é endereçada a Antônio de Oliveira, e agradece os favores recebidos:

Muito Reverendo Senhor Antônio de Oliveira.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> AHU 2698 – Inventário 6041 – AHU-MG-Cx 74 Doc. 34 – D 6176 – Rolo 65 (1-74).

Gratifico a [Vossa Mercê] a lembrança com que se dignou honrar-me, associando a [minha] indigna pessoa aos distintos Senhores desse Congresso: Eu terei sempre viva [para] meu agradecimento à memória desta atenção; e quanto cabe na inutilidade de meus desejos ofereço a disposição de [Vossa Mercê].

[Desejo ter ocasiões] de mostrar repetidas vezes que sou.

[Reverendíssimo]

Muito humilde [...] sócio.

Cláudio Manuel da Costa

Vila Rica 3 de novembro de 1759.

Antônio de Oliveira era mestre em artes e teólogo pelos estudos gerais do Brasil e muitas vezes exerceu a função de examinador de filosofia. Foi missionário apostólico e duas vezes visitador do arcebispado, “com poderes de chrismar, por indulto do pontífice Benedicto XIV” (LAMEGO, 1923, p. 11). Também participou da Academia Brasílica dos Esquecidos. Cláudio Manuel da Costa, provavelmente fora inserido no grêmio graças aos esforços de Antônio de Oliveira.

As cartas acima foram transcritas e atualizadas a partir da versão microfilmada e digitalizada do original. Por ser documento importante foi incluída no projeto “Resgate”<sup>24</sup> do Arquivo Histórico Ultramarino que permite a visualização *on line* de documentos manuscritos relativos ao Brasil, que compreendem a documentação avulsa, os códices e as coleções de cartografia e iconografia. A transcrição deste material é importante, pois auxilia os pesquisadores da obra de Cláudio Manuel da Costa a tecer os fios de suas relações acadêmicas, além de conter informações relevantes sobre sua efetiva participação na agremiação.

#### **2.4. O propósito de uma parcela da História da América Portuguesa**

A Academia Brasílica dos Renascidos se desfez após a prisão do seu diretor, o desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, acusado de espionagem e de não cumprimento das ordens régias. A *Sociedade Literária*, por sua vez, também foi alvo de acusações e seu secretário, Silva Alvarenga, que também estava envolvido no projeto da *Arcádia Ultramarina* e ficou preso por mais de dois anos, a partir de 1794, suspeito de atividade sediciosa relacionada a essas mesmas práticas letradas.

<sup>23</sup> AHU – Inventário 6052 – AHU, MG, Cx. 74, Doc. 35 – AHU-CU-011 – Cx. 74, D. 6177- Rolo 65 (1-74).

<sup>24</sup> A consulta a documentos do Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino pode ser feita pelo sitio [http://www.cmd.unb.br/resgate\\_index.php](http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php).

Os *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos* tratam da formação da agremiação e dos deveres cabíveis aos acadêmicos e fornecem as bases para o entendimento, tanto do modelo de uma das agremiações mais bem organizadas do Brasil Colonial, como também para a compreensão da dimensão histórica, política e científica daquela época (século XVIII), uma vez que a instituição foi criada por Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, que, na condição de mecenas, direcionava os objetivos da academia para que servissem como difusores das ideias iluministas que defendia.

O documento, segundo Lima (1980), foi produzido em duas etapas: uma parte inicial composta pelo desembargador da Casa da Suplicação e do Conselho Ultramarino, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, conforme consta na “Distribuição dos Empregos”, assinada por ele (diretor) e pelos censores e secretário; e a segunda parte referente à “Adição aos Estatutos” escrita e assinada por João Borges de Barros, que, na condição de primeiro censor, substituíra o diretor em sua ausência.

Os Estatutos podem, ainda, ser divididos em três momentos: o primeiro, introdutório, formado por sete itens, cujo teor descreve a formação da academia e seus objetivos; o segundo momento – do primeiro ao vigésimo parágrafo – aborda as principais funções da agremiação, ou seja, a organização de uma História Universal da América Portuguesa escrita em latim, às memórias históricas escritas em português, a eleição, o papel dos integrantes da academia, a impressão das obras, os elogios fúnebres, as funções públicas, as conferências particulares, as férias, a escolha da padroeira e do protetor; o terceiro momento versa sobre a “Adição aos Estatutos” – do vigésimo primeiro ao vigésimo quarto parágrafo – continuação do documento que trata do pedido a D. José de confirmação dos Estatutos, concede a José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo o título de diretor perpétuo da academia, assume a tarefa de responder dúvidas de qualquer pessoa em relação a qualquer matéria e estabelece uma frequência de prestação de contas dos estudos acadêmicos, sendo para os moradores da Europa, deveria ser uma vez ao ano e, para aos moradores da América, de três em três meses.

Em um primeiro momento, o documento menciona a “perigoza enfermidade” do rei D. José I, que fora vítima de tentativa de regicídio em setembro de 1758, por parte da família Távora e pelo conde de Aveiro, atentado utilizado pelo Marquês de Pombal para diminuir os poderes da alta nobreza e centralizar seu poder enquanto ministro. Tal fato

histórico teve intensa repercussão e foi tratado pelos estatutos de forma a manifestar o contentamento diante da notícia do restabelecimento do monarca.

No Brasil colonial havia o anseio dos letrados pela criação e subsistência de academias literárias que eram já há muito tempo recorrentes na Europa. Esse anseio sempre foi fracassado por uma cuidadosa repressão que, segundo Alcides (2008), pode ser caracterizada como colonizadora. Mesmo quando a fundação da academia era determinada por autoridades reinóis, como foi o caso das agremiações baianas, a Academia Brasílica dos Esquecidos, de 1724, e a Academia Brasílica dos Renascidos, de 1759 e a *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, de 1786 eram sempre inspecionadas e moldadas de acordo com os interesses dos governantes.

No Brasil, o obstáculo para a centralização do poder pombalino era a *Companhia de Jesus*. Ao patrocinar a Academia Brasílica dos Renascidos, portanto, o Ministro buscava auxílio para pôr em prática a extinção da congregação<sup>25</sup>. Inocentes quanto às verdadeiras intenções de Pombal com a fundação do grêmio, os acadêmicos Renascidos buscavam patrocínio real para subsidiar a manutenção da agremiação, tal e qual ocorreram com a Academia Brasílica dos Esquecidos, sua antecessora. Não sabiam, no entanto, da plataforma de mudanças engendrada pelo Marquês de Pombal com a sua criação. Destarte, os objetivos e a repercussão da criação da academia podem ser relacionados ao oportunismo de Pombal em recriar uma agremiação. Porém, desta vez, nos moldes iluministas e levando em conta seus interesses pessoais.

Os *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos* mostram a ousada proposta: ser presente melhor que a estátua equestre do rei D. José, monumento situado na Praça do Comércio uma das entradas fluviais de Lisboa. Segundo o documento, as estátuas eram simulacro da vaidade, enquanto a academia poderia imortalizar os feitos do rei na composição de sua *História*.

O momento de criação da Academia Brasílica dos Renascidos coincide com a reconstrução de Lisboa, em decorrência do terremoto de 1755. É como se o evento fizesse cair por terra também a escolástica, velho modelo de pensamento, e as novas construções marcassem o advento de uma nova ideologia. Ao convidar “um grande número de pessoas mais doutas e egrégias” a intenção do ministro era proporcionar às práticas acadêmicas um amplo campo de discussão baseado em pontos de vista distintos, uma vez que os integrantes executavam diferentes funções no espaço social da

---

<sup>25</sup> Os acadêmicos, devendo “favores” a Pombal, não se recusariam a apoiá-lo nesta questão.



época. Assim, para demonstrar o direcionamento iluminista da Academia Brasílica dos Renascidos, cabe contrastar suas características em relação à antecessora Academia Brasílica dos Esquecidos.

Merece destaque a diferença entre a organização Academia Brasílica dos Renascidos em relação à organização da Academia Brasílica dos Esquecidos. Esta não possuía um estatuto. Registrou-se sua inauguração apenas por intermédio de uma ata, na qual eram mencionados os nomes dos acadêmicos convidados para compor a direção da agremiação e a matéria dos estudos. Na Academia Brasílica dos Esquecidos havia um predomínio da poesia lírica e heroica em relação às manifestações em prosa e, mesmo estas, apesar de tratarem de temas eclesiásticos, militares, naturais e políticos, muitas vezes não eram embasadas por dados documentais. Algumas crônicas utilizavam como base teórica a impressão do acadêmico sobre o Brasil.

Outra característica que merece consideração é a mudança de foco e de divisão dos trabalhos entre os acadêmicos de ambas as academias. Na Academia Brasílica dos Esquecidos, a distribuição dos trabalhos era feita por assuntos que correspondiam aos cargos extra-acadêmicos dos quatro integrantes, mestres de história, ou seja, a parte da história natural foi dada ao chanceler, a militar ao Juiz de Fora, a eclesiástica ao Reverendo e a política ao Ouvidor Geral do Cível.

Assim, pode-se considerar esse teor mais científico da Academia Brasílica dos Renascidos como característica do pensamento iluminista, pois os seus interesses eram mais amplos, sua divisão era geográfica correspondendo a tarefa à região em que o acadêmico residia (muitos destes eram sócios correspondentes). No primeiro parágrafo dos Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos há a seguinte cláusula: “[...] se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos, que á pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias d’este continente: porem antes que se lhes encarregue a dita Historia, que deve compor-se em latim...”. Assim, distribuída a função de cada acadêmico, tornava-se mais direcionada e acessível à busca por fontes e documentos de cada capitania e, com a composição de textos em língua latina, considerada a língua internacional da ciência e da religião, esses trabalhos revestiam-se de caráter mais elegante e erudito na sua expressão.

As duas academias tinham a mesma proposta de trabalho: escrever uma História da América Portuguesa que englobasse diferentes aspectos. No entanto, cada uma delas recorreu a um método diferente na execução das tarefas. No caso da Academia Brasílica

dos Esquecidos, a temática era mais descompromissada de comprovação documental, pois partia da erudição dos mestres e utilizava a retórica circunstancial como meio eficaz de expressão, explorando seus critérios de persuasão, para ornar seus argumentos, nem sempre consistentes. Já no caso da Academia Brasílica dos Renascidos, o ponto de partida para a composição das dissertações eram documentos e fontes e a persuasão era feita com essa base comprobatória.

A fundação da Academia Brasílica dos Renascidos teve seu propósito vinculado às ações ilustradas de Sebastião de Carvalho e Melo em território colonial, porém, o diretor da agremiação, enviado por Pombal para que fizesse cumprir as ordens de expulsão dos jesuítas viu-se ligado às atividades letradas e realizou o desejo dos eruditos em tornarem-se conhecidos fora do âmbito colonial e também de contribuir para dar continuidade aos projetos da academia anterior (dos Esquecidos) de escrever uma História Universal da América Portuguesa. O maior desafio dos autores brasílicos, segundo Kantor (2004, p. 214) era transformar a América em objeto historiográfico. Para isso, deveriam rever seus métodos:

Os eruditos procuravam instaurar procedimentos que lhes permitissem relativizar o peso da tradição clássica ocidental, sem perder de vista as possibilidades de universalização da experiência americanista. A construção desse ponto de vista interno implicava, contudo, o deslocamento de paradigmas vigentes nos círculos eruditos europeus. Se os acadêmicos portugueses já esboçavam uma visão imperial secularizante (inspirada no modelo romano), os brasílicos optavam pelas visões providencialistas. Desse modo, o *passado* podia ser atualizado (presentificado) por intermédio das interpretações proféticas da História. Por meio das categorias teológico-políticas o Novo Mundo passava a ser sujeito da história universal (KANTOR, 2004, p. 214).

Querendo mostrar seu empenho na organização da academia, os eruditos brasílicos sentiam-se mais importantes que os da metrópole, pois estes, para demonstrar apoio ao rei construía estátuas, já os acadêmicos da colônia partilhavam de uma ideia, em sua concepção, muito mais importante, pois, construir uma História da América Portuguesa, com o intuito de averiguar a verdade, lhes parecia empresa mais útil.

Percebe-se que a ideia de construir um documento historiográfico baseado na *verdade* e a *razão* já fugia um pouco dos propósitos voltados apenas ao elogio ou às descrições pessoais das crônicas. Tem-se, deste modo, uma postura já marcada pela concepção ilustrada, cuja prática racional e de utilidade pública já estaria sendo disseminada por teóricos como Francisco José Freire.

Ainda segundo Kantor (2004, p. 215), os acadêmicos propunham-se a escrever a História Universal da América Portuguesa considerando que, pela acumulação progressiva das memórias e histórias particulares de dioceses e províncias, poderiam conformar uma história do continente americano em sua totalidade. A ideia permitia a confluência de três vertentes historiográficas: a cronística, o providencialismo lusitano e a Ilustração.

Os acadêmicos *Renascidos* partiam de uma perspectiva universal quando buscavam uma Antiguidade no continente americano. Tentavam, assim, constituir como “marco zero” da história da América, a criação do mundo, e adotavam a contagem bíblica do tempo, que era o método proposto pelos jesuítas. Procuravam conciliar, assim, visões distintas: a dos alcobacenses (que defendiam que a história deveria recuar até o tempo do Dilúvio) e a dos cronistas da Companhia de Jesus.

A concepção da “História Universal da América Portuguesa”, herdeira da historiografia humanista ultramarina e providencialista (nacionalizada no tempo dos Filipes), não entrava em contradição com a universalidade pretendida pela historiografia das Luzes: a unidade do gênero humano, a diversidade produzida pela cultura e pelo meio ambiente, a mutabilidade das leis positivas, a visão historicizante das instituições políticas, a identificação das leis mecânicas que regem a natureza, as conexões entre os fenômenos particulares e gerais, a especulação sobre a causa e os efeitos, uma visão otimista do desenvolvimento social e humano (KANTOR, 2004, p. 218).

Assim, percebe-se a vinculação das ideias dos acadêmicos *Renascidos* com as ideias dos pensadores ilustrados em escrever matéria voltada para a utilidade, fundando as afirmações em evidências racionais e empíricas e para isso, utilizavam diferentes acepções da história, como a renascentista, a providencialista e a ilustrada.

As sessões acadêmicas eram presididas por um diretor, cuja função, é colocada em forma de subitem nos Estatutos. Em um primeiro momento este cargo era aberto à votação, porém, em uma junta particular, realizada após a organização das normas da academia, ficou decidida a nomeação de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, para o cargo perpétuo custando-lhe a liberdade, uma vez que seu lado intelectual prevaleceu em relação ao lado político, ou seja, direcionou suas ações para a fundação, organização e para o patronato, ao invés de executar sua “real” missão: a expulsão dos jesuítas da colônia.

Segundo Alcides (2008) Cláudio Manuel da Costa certamente acompanhara com atenção a sina desses acadêmicos. As cartas que escreveu aos dirigentes da agremiação, aceitando e agradecendo a indicação do seu nome para sócio supranumerário,

comprovam que havia um real prestígio ocupar o posto de sócio, pois mesmo doente Cláudio Manuel da Costa reuniu forças para aceitar as tarefas que lhe seriam impostas. É aceitável supor que o poema épico “Vila Rica” tenha sido, indiretamente, fruto da Academia Brasílica dos Renascidos. É válido acreditar nessa relação, principalmente em relação ao “Fundamento Histórico” que acompanha o poema. Cláudio Manuel da Costa foi indicado como sócio supranumerário para que relatasse a história de sua região, descobrimento e a povoação das Minas, dentro do principal desígnio previsto nos estatutos da instituição.

Os acadêmicos que compunham o corpo acadêmico eram divididos em duas categorias: os acadêmicos do número ou numerários e os acadêmicos supranumerários ou sócios correspondentes. A quantidade de sócios na primeira categoria, segundo os Estatutos, não poderia exceder os quarenta, já para a segunda categoria não havia limitação e ainda admitia a possibilidade de residirem em outras capitanias e até mesmo na Europa, porém todos deveriam prestar “Conta dos estudos”, espécie de relatório contendo as atividades realizadas, como pesquisa histórica e o andamento dos escritos. Segue exemplo da “Conta dos estudos acadêmicos” prestada por Frei Jaboatão.

Por determinação desta Douta, e nobre Mesa Censória me foi ordenado dar conta de meus Estudos Acadêmicos nas duas conferências passadas, a que por impedimentos pessoais me não foi possível assistir, sendo por esta razão avisado para o fazer nesta presente (LIMA, 1980, p. 64).

Tais relatórios deveriam ser submetidos e encaminhados para a aprovação da assembleia e da mesa censória. Seus nomes constam no “Catálogo alfabético dos Acadêmicos do Número” e no “Catálogo Alfabético dos Acadêmicos Supranumerários”, registro organizado com a intenção de facilitar a escrita dos “panegíricos históricos”.

De acordo com os Estatutos, cabia aos sócios a condução da matéria que deveria ser explorada nos textos. Deste modo, se houvesse pontos duvidosos, deveriam ser debatidas as dissertações sobre estes assuntos por votação dos acadêmicos, pois a academia era, de certo modo, a favor do consenso.

Sobre a censura na Academia Brasílica dos Renascidos, é possível afirmar que ela se deu de forma diferente da existente no antigo regime. Se antes ela era direcionada para os interesses da Igreja, agora era direcionada para os interesses do Estado. Passou da censura eclesiástica para a censura ideológica, o que pode ser também considerado reflexo das mudanças instituídas por Pombal. Assim, dentro do contexto acadêmico, o

papel dos censores era mais importante que o papel do diretor, cuja condução/governo das reuniões e escritos poderiam ser censurados. Deste modo, segundo Lima (1980) a censura interna proibia os acadêmicos de imprimir as obras antes de ser aprovada pela academia, e estas obras eram rigorosamente analisadas por dois censores que deveriam apresentar parecer ou “aprovação” por escrito além do “despacho final, de acordo com o que a mesa censória decidisse”. Abaixo segue o fragmento final da “Aprovação” concedida ao acadêmico supranumerário Fr. Antônio de Sampaio.

E não achando nesta corrente outra coisa, que censurar, a julgo digna da licença que pede seu auto, para que se imprima para sempre nos Anais da Fama. Este é o meu parecer, que não obstante, mandara Vossa Senhoria o que for servido. Convento de São Francisco da Bahia. 5 de Agosto de 1759 (LIMA, 1980, p. 237).

Segundo Alcides (2008), ao dispor sobre os acadêmicos supranumerários, o documento recomenda que haja “ao menos dois destes sócios em cada um dos bispados da América”, não podendo recair tal honraria senão “àqueles que se julgar [que] são verdadeiramente aplicados, e que querem empregar-se deveras nas fadigas literárias, a que se sujeitam todos os colegas desta nobilíssima sociedade”. O artigo estatutário que dispõe sobre os “Acadêmicos Supranumerários” determina ainda que “poder-se-lhes-ão encarregar todas as obras que ordenar a Academia”.

No Brasil, a Academia Brasílica dos Renascidos, apesar de sua curta existência também exigiu do poeta a formação de uma rede de contatos e permitiu-lhe por em prática não apenas o seu lado historiador, mas também evidenciou seu lado poeta.

O encontro com outros homens das letras permitiu a criação da *Arcádia Ultramarina*. Em Minas Gerais, as reuniões dos poetas Claudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzada, Alvarenga Peixoto entre outros fica evidente nas várias referências a pseudônimos pastoris, tomados, inclusive, nas citações nos poemas (quando, por exemplo, Gonzaga, como “Dirceu” cita “Alceste”, pseudônimo de Cláudio Manuel da Costa em sua lírica pastoril). Essas supostas reuniões não eram senão uma espécie de encontro acadêmico, porém de caráter mais informal (por não conter atas e documentos que atestassem sua inserção formal entre as Arcádias oficiais), mas que também serviam à história, às letras e aos interesses políticos.

CAPÍTULO 3  
O POEMA “VILA RICA”



Imagem disponível em <http://bndigital.bn.br/redememoria/litcolonial.html>. Acesso em 17 de agosto de 2012.

### 3.1. As tentativas de composição de poemas épicos no Brasil

Com *A Eneida* de Virgílio, a epopeia, que antes era ingênua<sup>26</sup>, caracterizada pela compilação de mitos e histórias de tradição oral, passa a ser produzida em *scriptorium*, ou seja, cuidadosamente composta em um espaço individualizado do poeta. Surge como projeto mantido por Mecenas (74 a. C. a 64 a. C.), com o objetivo de modificar a imagem de Roma frente à Grécia, vista como nação possuidora das armas, mas não da cultura. Segundo Chaves (2000, p.52-53), no século XVIII não existia ainda a consciência das diferenças entre o poema épico homérico e virgiliano.

Bowra (1950) é quem estabelece dois grupos para as epopeias: o primeiro, voltado para o gênero da literatura oral, cujo representante é Homero, possui como características principais a recitação, a improvisação e o tradicionalismo; a objetividade decorrente da comunicação de verdade garantida pela tradição e/ou pela autoridade da inspiração divina; linguagem convencional, heterogênea e antiquada; autonomia das partes; concentração no assunto e nos efeitos centrais; preponderância da história; simplicidade; intenção de deleitar e não de instruir ou ensinar; visão heróica da vida (superioridade do herói, que possui espírito de sacrifício e pretende a obtenção da fama eterna e que possui uma moralidade nem sempre aceitável). O segundo modelo épico que o teórico aponta tem como exemplo *A Eneida*, a *Farsália*, o *Orlando Furioso*, a *Jerusalém Libertada*, o *Paraíso Perdido*, *Os Lusíadas*, entre outros. É proveniente de sociedades não heroicas, mas imita conteúdo e técnicas da épica heróica. Possui natureza escrita, como foi mencionado acima sobre epopeia em *scriptorium* e, como tal, realiza o aprimoramento do texto poético que garante às suas ações e personagens maior complexidade. Ações e personagens encarnam, assim, modelos de comportamento humano em conformidade com as intenções políticas, morais ou religiosas do autor utilizando o argumento de autoridade, que “eleva” a matéria pela importância da fonte.

Segundo Lima (2008), esses poemas emulam os textos épicos anteriores, atribuindo intencionalmente características míticas à narração como ornamentação poética.

Diante da inexistência de teorias que diferenciasses as abordagens de cada grupo, durante séculos os textos da epopeia moderna foram, sem sucesso, comparados ao

---

<sup>26</sup> Refiro-me às epopeias classificadas como primitivas, como as obras *Ilíada* e *Odisséia* de Homero, o *Gilgamesh* babilônico, os escritos bíblicos, o *Mahabharata* e o *Ramayana* indianos, o *Poema de Mio Cid*, o *Nibelungenlied* (Canção dos Nibelungos) e o épico tibetano do *Rei Gesar*. Tais obras, segundo Georges Dumézil possuem três traços característicos, a saber, *soberania, força e fecundidade*.

modelo homérico. A teoria dos gêneros de Aristóteles serviu de base para a escrita do *genus narrativum*, do *genus lyricum*, do *genus dramaticum* e o do *epos*. Praticavam-se tais métodos e buscava-se a perfeição. O *epos*, por exemplo, se não fosse bem produzido, com episódios bem “amarrados” entre si, era subestimado em favor da rapsódia, termo originário do grego *rhapsodía*, significando “canção costurada”. Neste caso, uma reunião de histórias sem unidade ou fragmentos de composição poética. Destarte, a composição da epopeia exigia engenho, arte e uma dose de coragem para expor-se às críticas.

No Renascimento a expressão literária ganha outra nuance e novas perspectivas para tratamento de velhos ou novos temas, a história passa por grandes transformações que caracterizam a transição do feudalismo para o capitalismo. Além da mudança da visão do homem sobre si mesmo, a ciência tem um momento fértil, que repercute tanto na religião quanto na política e na atuação militar. Com a constatação do movimento da terra ao redor do sol, de Galileu Galilei; com a criação da bússola que orienta as navegações e com a utilização da pólvora para fins armamentistas.

Com todas as mudanças, a teoria dos gêneros, e em particular o *epos*, sofreram modificações para dar conta de uma nova realidade. Camões, em *Os Lusíadas* (1572), já dá mostras destas mudanças no gênero, pois, com uma concepção humanista, associa mitologia pagã à visão cristã, apresenta sentimentos opostos sobre a guerra e o Império e exalta a aventura expansionista com a narrativa da viagem de Vasco da Gama rumo às Índias. O desbravamento dos mares torna-se neste momento o símbolo da modernidade.

Pautando-se em *Os Lusíadas*, que representam a epopeia portuguesa por excelência, houve no Brasil, mais especificamente no século XVIII, tentativas seguidas de composição de poemas épicos que versassem sobre temas relacionados ao Brasil. Tais escritos extraíam seus princípios da *Arte Retórica*, *Arte Poética* e *Organum* de Aristóteles, da epístola *Ad Pisones* de Horácio, das *Institutiones Oratoriae* de Quintiliano, da *De Ratione Dicendi ad C. Herenium*, de autoria desconhecida, o *De Inventione*, de Cícero e do tratado *Do Sublime*, atribuído a Longino. Além das obras *L'art Poétique*, de Boileau, *La poética e reglas de la poesia em general y de sus principales especies*, de Luzán, a *Arte Poética*, de Francisco José Freire etc. Os estudos sobre as poéticas, como o *Della Perfetta Poesia Italiana*, de Muratori, o *Discorsi dell'arte poetica ed in particolare sopra il poema eroico*, de Torquato Tasso, os *Essais sur la Poésie Épique*, de Voltaire etc.



Os poemas deste momento têm como cerne o conceito aristotélico de mimese<sup>27</sup>. São exemplos dessas práticas *O Uruguai* (1769) de José Basílio da Gama, “Vila Rica” (1773) de Cláudio Manuel da Costa e *Caramuru* (1781) de Frei de Santa Rita Durão. Esses poemas exploram acontecimentos do Brasil que envolvem a Coroa Portuguesa e procuram nas composições dos antigos o modelo para sua obra.

A produção dos poemas épicos acima mencionados ocorre em um momento cujas concepções preveem procedimento clássico e representação da natureza inspirada no ideal do Monte Parnaso e nos ensinamentos de Horácio<sup>28</sup>, como já foi mencionado, principalmente no ideal do *fugere urbem*. Sabe-se que havia grande disparidade entre esta imagem ideal consagrada nas obras árcades e a realidade da colônia. Tal sentimento foi declarado pelo poeta Cláudio Manuel da Costa no “Prólogo” de suas *Obras* (1768) quando relata que “a desconsolação de não poder substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego, me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço: mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão” (COSTA, 1996, p. 47).

Assim sendo, não era possível descrever em obras brasileiras cenários tão diferentes dos prescritos na tradição clássica, o que pode ser evidenciado na criação da lírica árcade brasileira, em particular na poesia de Cláudio Manuel da Costa, cuja natureza representada incluía elementos da flora e da fauna brasileira compondo um cenário rude, misterioso e exótico.

A situação rude da região mineira provoca nos escritos de Cláudio Manuel da Costa, a melancolia evidente na murmuração por ter de optar entre a “pátria” ou a “cultura”. Tal murmuração evidencia-se também no plano político, por exemplo, no drama “O Parnaso Obsequioso”, apresentado ao Conde de Valadares. Todo o poema é marcado pela insatisfação diante da precariedade da cultura mineira. Hansen (2004), no capítulo “Murmuração do Corpo Místico” presente na obra *A Sátira e o engenho* parte do estudo de *Cartas e Atas* do governo baiano, demonstrando que as insatisfações populares eram frequentes e que o conteúdo reivindicatório também se processa na poesia satírica de Gregório de Matos Guerra. Apesar do discurso de Cláudio Manuel da Costa não ser aqui apontado como satírico, percebe-se que suas reivindicações pautam-se em argumentos atrelados, principalmente, às tópicas retóricas que, ao contrário das da sátira gregoriana, baseiam-se no elogio e não no vitupério.

<sup>27</sup> Figura retórica que se baseia na utilização do discurso, na imitação do gesto, voz e palavras de outrem. Corresponde à Imitação.

<sup>28</sup> Refiro-me aos elementos horácianos do *fugere urbem, carpe diem, aurea mediocritas, ut pictura poesis*, os quais embasavam as composições dos escritores deste período.

Vence os Cipiões, os Lélis, os Camilos.  
 Nas Podalírias Artes  
 Vence ao sábio Quiron; deu-lhe a piedade  
 O impulso de aprendê-las; e mil vezes  
 A delicada mão no Régio Hospício  
 Dos míseros enfermos,  
 Praticando o científico aforismo,  
 Enfraqueceu da morte o despotismo.  
 (COSTA, 1996, p.313).

Sérgio Alcides (2003) destaca na obra de Cláudio Manuel da Costa uma relação conflituosa entre a *persona* poética do autor e a paisagem mineira, cuja descrição infringe a primeira regra da poesia bucólica: o *locus amoenus* da tradição horaciana, que evoca uma paisagem campestre, com vegetação repleta de faias, olmos e salgueiros, em cujas sombras os pastores, entregues ao ócio, repousam e versejam. Nesse ambiente classicamente ordenado, há espaço para uma descrição mais sombria da natureza, que agia em conformidade com o estado de espírito de seu pastor. Porém, trata-se de um artifício que não compromete a cena amena e, como todos os recursos ornamentais, era também regulado pela retórica e pela poética setecentista.

Em “Vila Rica”, de Cláudio Manuel da Costa, a transposição do cenário ameno para o cenário horrendo dá-se pela descrição de um ambiente agreste, onde a natureza é formada por montanhas sufocantes, rios lamacentos e mata fechada. A descrição destoa do cenário ideal, em que a paisagem possui prados verdes e rios serenos. Inclusive, o tema da cidade do ouro em formação e seus problemas não tem referência na poética árcade, descompromissada com o sentimental. A cobiça e a sordidez que imperam estendem o *locus horrendus* da paisagem à própria temática, ou seja, do particular para o geral.

O conflito na obra de Cláudio Manuel da Costa, no entanto, reside no rompimento do acordo, em que a ordem clássica dá lugar à desordem e ao caos vivenciados pelo eu-lírico:

A paisagem habitada pelos pastores de sua poesia em geral nada tem de amena; ao contrário, está revestida de melancolia [...]. O pastor é triste, a terra é triste. Mas é inútil tentar estabelecer entre esses termos uma relação causal. Não é a tristeza do cenário que entristece o pastor, nem é este que contamina a paisagem com seu triste olhar. Há uma contradição intrínseca na relação entre esse pastor e essa paisagem em particular (ALCIDES, 2003, p.14).

A paisagem revestida de melancolia, portanto, transfigura-se, passa como já foi mencionado, de *locus amoenus* a *locus horrendus*. Tal contradição entre pastor e paisagem é provocada pelas condições históricas. Por trás do poeta “desapegado” há, como diz Alcides (2003), o Dr. Cláudio Manuel da Costa, magistrado [...]. É ele quem atribui melancolia a seu disfarce pastoril e caracteriza como melancólicas as serras que abrigam Vila Rica, Mariana e outras povoações mineiras. Tal melancolia ocorre também pelo fato de Cláudio Manuel da Costa ser um observador diante da terra violada pela corrida do ouro.

Assim, a dificuldade em abordar uma temática europeia exigia uma ampliação dos motivos. Nas obras do poeta é evidente a utilização de aspectos peculiares da colônia e, em particular da capitania em que vivia; aspectos ligados à presença do índio e do negro, compondo as cenas do cotidiano e as inevitáveis comparações entre metrópole e colônia e ainda a mineração e a ambição que regia as atitudes dos homens naquele determinado momento.

### **3.2. Lugares (não) comuns nos poemas épicos: algumas considerações gerais**

A epopeia até meados do século XX tinha forma e assunto restritos, entendida como a “forma maravilhosa que os povos jovens davam à história” (ETIEMBLE *apud* CHAVES, 2000, p. 49). De acordo com Chaves (2000), atualmente, esse gênero é reconhecido pela diversidade de suas formas históricas. Deste modo, existem epopeias criadas nos primórdios da história de um povo e epopeias tardias, de criação oral e popular, eruditas e individuais, religiosas e mitológicas, epopeias cujas histórias se baseiam em lendas e outras que partem de acontecimentos históricos ou que inventam aventuras romanescas:

Que a ação seja simples ou complexa; que ela se estenda por um mês ou por um ano, ou que dure mais tempo; que a cena seja fixada para uma direção, como na *Ilíada*, que os heróis viagem de mar em mar, como na *Odisséia*, que seus heróis sejam desafortunados, furiosos como Aquiles, ou piedosos como Enéias; que haja um personagem principal ou vários; que a ação se passe na terra ou no mar; sobre a chegada à África, como n’*Os Lusíadas*, na América, como a *Araucana*; no Céu, no Inferno, sobre os limites de nosso mundo, como n’*O Paraíso* de Milton; isto não importa: o poema será sempre um poema épico, um poema heróico, a menos que alguém encontre um novo título proporcional ao seu mérito (VOLTAIRE, 1834, p. 406).

Tal concepção demonstra a necessidade de uma revisão sobre a noção de “pureza” de gêneros. Nenhum gênero literário encontra-se em estado puro. Essa ideia foi um engano da estética clássica. É em decorrência da predominância de um gênero sobre o outro que se designa pertencer ao “lírico”, “épico” ou “dramático” (STAIGER *apud* D’ONOFRIO, 2004, p. 13). Assim, é interessante pensarmos na vertente designada apolínea<sup>29</sup>, por Nietzsche, não como um momento homogêneo, acabado, sem inserção de caracteres novos, pois a epopeia brasileira já demonstra seus traços não comuns e não clássicos.

Como a explanação acima indica uma visão atual sobre a divisão e caracterização dos gêneros é importante reconhecer que no século XVIII esta concepção não estava formada na mentalidade dos poetas. Ainda segundo Chaves (2000):

O reconhecimento da historicidade do conceito e prática da poesia épica impõe a prévia percepção do que o século XVIII entendia por epopeia, bem como o conhecimento das características particulares que então apresentava. [...] no grande período do classicismo moderno, em que se insere a poética setecentista, os fundamentos da poesia épica são basicamente extraídos da fenomenologia da epopeia greco-latina, em especial a de modelo homérico, julgada a forma épica por excelência. [...] radicam-se na visão de Homero, como poeta primevo e autêntico e no entendimento da sua epopeia como a forma mais nobre e perfeita de poesia, o posicionamento da épica no topo da hierarquia literária e sua definição como “poesia inicial” e como “imagem global do universo”, ou melhor, a ideia da constituição arcaica do gênero, assente no funcionamento do espírito primitivo, essencialmente mitológico e dominado por “histórias” sagradas, e a de seu caráter enciclopédico, de síntese e de crenças, conhecimentos e valores de um povo (CHAVES, 2000, p. 51).

Assim, as epopeias, para serem reconhecidas como tal, deveriam ser compostas de acordo com os padrões antigos, correndo o risco de ferir o decoro caso não o fizessem.

Após a publicação de *Os Lusíadas*, o modelo camoniano passou a ser objeto de imitação e inserções por poetas brasileiros, entre outros, pois o poema conseguiu agrupar os elementos comuns do gênero sem colocar de lado as mudanças ocorridas após o Renascimento, principalmente no campo da religião e da transformação dos deuses pagãos em recursos de ornato do texto. Tais mudanças também foram absorvidas pelos poetas brasileiros do século XVIII, que buscavam a filiação completa ao gênero, embora diante de questões religiosas, “patrióticas” e até mesmo culturais não pudessem absorver por completo os elementos da poesia antiga. Essa emulação redundou em

---

<sup>29</sup> No que tange à literatura ou artes em geral podemos designar como apolíneas as manifestações que remetem à ordem, prudência, exatidão e harmonia e de dionisíacas as manifestações relacionadas ao desmedido, ao caos e a selvageria. Em termos gerais, os termos relacionam-se com os mitos gregos de Apolo e Dionísio.

críticas a tais poetas e na não filiação de suas obras ao gênero épico por alguns receptores das obras e teóricos posteriores.

Entre os séculos XVI e XVIII houve uma proliferação de edições, traduções e invenções de épicos no panorama americano colonial. Tal fase foi denominada *Siglo de Oro* por José Luiz Velázquez (1722), que se referia às produções do século XVI na Espanha, pautava-se nas determinações das artes retóricas e poéticas e procuravam moldá-las às especificações do gênero. Entre os épicos considerados como modelo desta fase estão *Os Lusíadas* de Camões, *A Eneida* de Virgílio, a *Ulisséia* de Gabriel Pereira de Castro, a *Farsália* de Lucano, *La Henriade* de Voltaire e a *Jerusalém Libertada* de Tasso, além das obras históricas como a *Monarchia Indiana* de Juan de Torquemada, a *Historia de la conquista de Mexico*, de Antônio de Solís e “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa etc.

São, segundo Highet (1978), aspectos da poesia épica do século XVIII o recurso à mitologia e a assuntos greco-romanos, a manutenção da estrutura da poesia antiga, a concepção da história das nações européias modernas como continuação da dos gregos e romanos, a descrição da natureza e dos eventos em termos clássicos, a imitação ou adaptação dos episódios das epopeias antigas, a evocação dos mortos, as profecias, o concílio de deuses, o catálogo de heróis, a narração de aventuras extraordinárias e de grandiosas cenas de multidão, a invocação às musas e a outras divindades, o emprego de símiles e comparações de Homero, de Virgílio e outros autores da Antiguidade, a introdução de novas palavras e tipos de frases modelados no latim e no grego.

O autor divide as epopeias renascentistas em quatro grupos: epopeias de imitação direta da épica greco-latina (como exemplo, cita *Franciada*); epopeias de aventuras heróicas contemporâneas escritas à moda antiga (como *Os Lusíadas*); epopeias romanescas de cavaleiros medievais (como, por exemplo, *Orlando Furioso*) e epopeias cristãs de modelo clássico (como *O Paraíso Perdido*).

Houve também no século XVIII, em decorrência da volta aos ideais clássicos de composição, uma adesão à poética horaciana, que, apesar de seguir a de Aristóteles, possuía suas especificidades. Assim, tal poética foi a mais utilizada pelos neoclássicos. Para Horácio, a poesia épica deveria ter como matéria assunto sério e útil e deveria ser composta a partir dos preceitos da unidade e da simplicidade, da fixação do estilo, da delimitação do assunto, iniciando *in medias res*, da divisão das partes e, por fim, deveria prever a necessidade de coerência e respeito pelos aspectos históricos e tradicionais na

composição de personagens de ficção, assim como a concepção da poesia como pintura e como entrelaçamento de ficção (criação) e verdade.

Uma das maiores autoridades, no que diz respeito à teoria da épica setecentista, é Voltaire. Segundo Chaves (2000):

[...] o criador de *Candide* mostra-se adepto da liberdade e com um gosto mais atual. Insurgindo-se contra a ligação que os modernos estabelecem entre a literatura e as ciências, isto é, entre o domínio da imaginação e dos conhecimentos positivos, filosóficos e morais, sustenta que a poesia se funda no sentimento e não na razão e, portanto, que a verdade e excelência poéticas variam no tempo e espaço. Assim, considera falsas e inúteis a maior parte das regras, aceita apenas os princípios baseados na natureza humana e no bom gosto, mostra certa dificuldade em aceitar o maravilhoso; inclina-se para os assuntos históricos de caráter patriótico. Ao mesmo tempo, adota as noções clássicas de simplicidade e desenvolvimento lógico e gradual da ação, em função das quais insiste no princípio de que os episódios não devem destruir a unidade do assunto, acata a fórmula virgiliana do início *in medias res* como mais adequada, tanto para a concentração e dramaticidade da ação como para assegurar o interesse do leitor, e subordina a verdade histórica aos interesses estruturais, não hesitando em inventar, em alterar ou suprimir fatos para salvaguardar a concisão e coerência poéticas (CHAVES, 2000, p. 60).

Voltaire em sua obra *La Henriade* coloca em prática sua teoria de crítico e, tanto sua obra poética como a teoria a respeito da composição dos poemas épicos de seu tempo, sistematizam para seus leitores alguns pontos até então conflitantes e sustentam teoricamente a produção dos poetas setecentistas.

### 3.3. Louvor e mecenato

O encômio é abordado como manifestação do verso lírico, pois se destina ao louvor do soberano e seus eleitos, entendidos como escolhidos por Deus, direta ou indiretamente. Pode se manifestar mediante uma ode, elegia, écloga ou ditirambo. Francisco José Freire unifica diversas espécies poéticas sob o nome de silvas (modalidade de poemas que nascem repentinamente do estro poético). Das diversas modalidades mencionadas por Freire interessa destacar o epitalâmio, o genetlácio, o epicédio e o panegírico, intimamente relacionados com os encômios a Pombal. São poemas de recorte laudatório, muito diferente do que se entende hoje por lírico. Todavia, partilham de um discurso que os gregos, latinos e quinhentistas entendiam como lírico. Adaptada tal ideia ao despotismo esclarecido torna-se mais fácil imaginar como uma verdade cívica pode converter-se em noção poética, desde que os poetas estejam voltados para o aprimoramento da cidadania.

Segundo Teixeira (1999), a partir de 1769, Basílio da Gama teria oferecido a Sebastião José de Carvalho e Melo a possibilidade de formar um grupo coeso de poetas que o exaltassem de maneira exclusiva e concreta, pois, sem raízes na Metrópole, não apresentavam o perigo de contatos com a velha nobreza, que se indispuera com a política do ministro.

Na época de publicação de *O Uruguai*, Basílio da Gama deve ter-lhe apresentado, no mínimo, três poetas brasileiros: Alvarenga Peixoto, Joaquim Inácio de Seixas Brandão e Silva Alvarenga (autor do texto pombalino *O Desertor*).

Claúdio Manuel da Costa foi o primeiro poeta a escrever um encomio ao conde de Oeiras. Sua relação poética com Pombal restringe-se à Écloga III “Albano”, antecedida de uma dedicatória de quatro páginas em prosa. A ideia de que um mecenato se delineava faz-se presente no ato de considerar a era pombalina como “Idade de Ouro”.

No “Prólogo ao Leitor” o poeta mostra-se ansioso por se filiar ao novo estilo que a *Arcádia Lusitana* instaurara na Metrópole. Adota, assim, a tópica da falsa modéstia ao dizer “vejo e aprovo o melhor, mas sigo o contrário”. Esse recurso é uma boa forma de evitar o rigor dos críticos:

Não permitiu o céu, que alguns influxos, que devi ás águas do Mondego, se prosperassem por muito tempo: e destinado a buscar a pátria, que por espaço de cindo anos havia deixado, aqui entre a grossaria dos seus gênios, que menos pudera eu fazer, que entregar-me ao ócio, e sepultar-me na ignorância! Que menos, do que abandonar as fingidas Ninfas destes rios; e no centro deles adorar a preciosidade daqueles metais, que têm atraído a este clima os corações de toda Europa! [...] A desconsolação de não poder substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego, me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço: mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão. Esta me persuadiu a invocar muitas vezes, e a escrever a Fábula do Ribeirão do Carmo, rio o mais rico desta Capitania que corre, e dava o nome à Cidade de Mariana, minha Pátria, quando era Vila. Bem creio, que te não faltará que censurar nas minhas obras, principalmente nas Pastoris, onde preocupado da comum opinião te não há de agradar a elegância de que são ornadas [...]. Pudera desculpar-me dizendo que o gênio me fez propender mais para o sublime, mas temendo que ainda neste me condenes o muito uso das metáforas, bastarás para te satisfazeres, o lembrar-te que a maior parte destas obras foram compostas ou em Coimbra, ou pouco depois, nos meus primeiros anos, tempo em que Portugal apenas começava a melhorar de gosto nas belas letras. A lição dos gregos, franceses e italianos, sim, me fez conhecer a diferença sensível dos nossos estudos e dos primeiros mestres da poesia. É infelicidade, que haja de confessar, que vejo e aprovo o melhor, mas sigo o contrário na execução (COSTA, 1996, p.47-48).

Segundo Curtius (1996, p. 121-122):

No antigo sistema da retórica, a tópica é o celeiro de provisões. Contém os mais variados pensamentos: os que podem empregar-se em quaisquer discursos e escritos em geral. Todo escritor deve, por exemplo, tentar conciliar o leitor. Para tanto, recomendava-se, até a revolução literária do século XVIII, uma atitude modesta. Ao autor competia conduzir o leitor a seu tema. Para a introdução (exordium) havia, pois, uma tópica especial; e igualmente para a conclusão. As fórmulas de modéstia, as de introdução e conclusão são obrigatórias em qualquer obra. Restringe-se o uso de outros topoi a determinados gêneros de discurso.

No texto “Prólogo ao Leitor”, por sua vez, talvez haja uma tentativa de legitimação do livro, para equipará-lo ao modelo europeu, uma vez que tal estilo era o que havia de mais atual na metrópole. Nesse sentido, adotar o encômio pombalino como matéria equivalia também a uma postura progressista, o que o poeta não deixa de fazer com decoro, ao encaixar o elevado assunto de política (Guerra dos Sete Anos) nas convenções dos três pastores da *Écloga* III “Albano”.

Dentro do contexto letrado e político do século XVIII o encômio é uma prática comum. Baseia-se nas relações de hierarquia, em que os louvores eram trocados por “favores” entre membros de uma mesma classe social ou entre classes sociais diferentes visando (o autor) conseguir benfeitorias ou vantagens de uma personalidade elevada ou igual. Seus protocolos orientavam-se por tópicos que se baseavam nos manuais retóricos e poéticos editados com o fim de estabelecer relação com estas práticas da Antiguidade, que, inclusive, aplicavam-se a encenações panegíricas.

O encômio concentra um conjunto de procedimentos que visam garantir a medida aos efeitos da representação: nem excesso da adulação, exageração viciosa do louvor, que pode fazer ver interesse; nem aspereza excessiva que pode indicar inveja ou rusticidade. A eleição sempre das mesmas virtudes, o elenco de atos que as comprovam, a descrição do feito, a atualização do elogio, a proporção das partes e a adequação dos ornamentos à ocasião estão previstos nas preceptivas epidíticas da época e estabelecem o lugar do súdito letrado que procura conseguir ou manter benefícios do Estado: desde ministérios, chancelarias, secretarias, ouvidorias etc, até as mercês mais humildes, como é possível notar ao se consultar o livro das mercês presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa.

O *panegírico* é um discurso laudatório que foi o expoente da oratória epidítica ou demonstrativa na Grécia antiga e perdurou até o declínio da retórica no século XIX. Entre seus subgêneros pode ser citado o epitalâmio (cântico nupcial de origem religiosa), o epicédio (exposição poética fúnebre) e o encômio paradoxal (vitupério ou



crítica indireta às ações indecorosas). Seguiam os princípios expostos nas obras de Aristóteles, Menandro de Laodiceia, Hermógenes de Tarso, Marco Túlio Cícero e Quintiliano, e, dos textos literários tidos como modelo, utilizavam os encômios de Isócrates e Plínio-o-Moço, ou os epitalâmios de Claudiano, todos dirigidos a monarcas e seus familiares.

O panegírico tinha como função principal persuadir. João de Barros, erudito português, dizia que a eloquência laudativa se dirigia em geral aos homens que não mereciam louvor, excitando o receptor através de imagens e sentimentos elevados, fazendo com que o monarca melhorasse sua conduta política.

No século XVIII, o panegírico já entra em declínio, porém, sobrevive no Brasil-Colônia no interior das academias. Parte significativa dos textos acadêmicos<sup>30</sup> mantém essa prática.

Cláudio Manuel da Costa, a respeito da poesia circunstancial, dedica o poema pastoril, “Écloga III, Albano” ao Conde de Oeiras, futuro Marques de Pombal. Antes do poema há uma nota explicativa e a uma carta dedicatória, explicitando funções da poesia portuguesa do século XVIII: *Juxta illud Ovid. Trist. Si poteris vacuo tradi*<sup>31</sup> (COSTA, 1996, p. 142). A epígrafe é retirada das Elegias *Tristes* de Ovídio e corresponde a um lugar comum na retórica, cujo propósito é colocar o poeta em posição subalterna em relação ao homenageado, obedecendo a uma hierarquia. Dirigindo-se à própria obra, o poeta a adverte a se apresentar quando o homenageado estiver em estado de ócio:

Se puderes, apresenta-te em um momento de repouso, se vires  
tudo calmo, se a cólera tiver esfriado sua violência,  
se alguém houver que te apresente, embora hesitante e temerosa  
de aproximares e de dizeres algumas palavras, vai.  
(OVÍDIO. *Tristes*. Elegia I).

Há então, uma tópica da falsa modéstia prevista na forma de escrita do tempo. Esta ocorrência é muito utilizada no início dos textos retóricos e muitas vezes também tem espaço ao final quando já se encaminha para a conclusão. Podemos perceber sua inserção também no excerto abaixo: “Entrou em Roma o Pastor de Manthua; e dos benefícios, que lá recebera, tirou a consequência, de que devia adorar por Deus ao seu Augusto” (COSTA, 1996, p.142).

<sup>30</sup> CASTELLO, José Aderaldo. *Movimento Academicista no Brasil*. 1648/1820-22.

<sup>31</sup> Tr.: Conforme aquilo que disse Ovídio em *Tristes*: Se puderes ser entregue às horas vagas (...).

A repetição desta tópica na carta que antecede o poema demonstra o envolvimento de Cláudio Manuel da Costa com o compromisso acadêmico, pois reitera a necessidade de conquistar a simpatia de seu interlocutor. Tal atitude representa a humildade do letrado em relação aos seus superiores, uma vez que encerra em sua estrutura elementos que ilustram bem as relações de fidelidade e obediência.

Outro texto que o poeta usa como referência ao compor sua *Écloga III* é a “*Écloga I, Títilo*”, de Virgílio, cujo argumento inspira o poeta mineiro a alçar o ministro português à altura de Augusto. Na mesma medida, a citação aproxima Virgílio, “o pastor de Mântua” e o árcaide ultramarino. Constrói-se, assim, a emulação suplantando os níveis de hierarquia: o poeta (Virgílio/Cláudio) oriundo da colônia (Mântua/Minas) dirige-se à sede do Império (Roma/ Lisboa) e dedica a homenagem ao dirigente (Augusto/Conde de Oeiras).

Virgílio prefigura em seus versos o retorno da Idade do Ouro, um tempo anterior em que não existiam problemas. A leitura de Cláudio Manuel da Costa une metaforicamente aquelas virtudes que devem orientar a perfeição do monarca e dos ministros de seu poder. Augusto traria de volta a Idade do Ouro, sustentada sobre a dureza do carvalho para que se gozasse a doçura do mel.

A imagem virgiliana condensa, portanto, o mito hesiódico da Idade de Ouro, a política de Augusto, o modelo de como deveria ser o monarca civilizador e a tópica das letras e armas que se refere às qualidades necessárias para ser um bom regente. Cláudio Manuel da Costa usa sua agudeza quando transforma a coincidência do nome: “Carvalho” e “Melo” (dureza e doçura) como uma profecia do poeta de Mântua de que o conde de Oeiras traria consigo (em seu mandato) a Idade do Ouro. Ele é o mecenas, homem de armas e letras, ou seja, reúne todas as qualidades.

ALC. O mel dourado dos carvalhos duros,  
Os campos mal seguros,  
A nosso benefício,  
Faz que brotem maduros  
Seus frutos já sem vício:  
Ele as fúrias quebranta  
Do bárbaro, que vinha  
Com avareza tanta,  
Que já pisado tinha  
Quanto erguera a fadiga, e o trabalho.  
(COSTA, 1996, p. 152).

A construção de Cláudio Manuel da Costa encontra no passado sinais que revela o presente e orienta o futuro, aplicando tópicos que só se compreendem em sua atualização política presente. O carvalho e o mel são, portanto, signos de um modelo de governo. Tal associação permite uma melhor percepção da escrita do século XVIII e do elogio como mecanismo de inserção na sociedade e adequação às convenções.

Ao comparar-se a Virgílio, Cláudio Manuel da Costa, por um lado, coloca-se em posição inferior ao homenageado, comparado a Augusto, mas por outro lado também faz, nas entrelinhas, uma autopropaganda, pois Virgílio é considerado um dos maiores poetas. Tendo reconhecimento do Ministro, Cláudio Manuel da Costa conseguiria, por conseguinte, seu posto público, além de outras regalias. Cabe citar que atitude semelhante tomou José Basílio da Gama ao homenagear irmão e filha do ministro e, a partir do elogio, não apenas livrou-se da prisão como conseguiu cargo de importância no governo de Pombal. (Op. Cit. Teixeira, 1999).

Além da “Écloga III – Albano” em *Obras* (1768) há a uma dedicatória ao governador D. José Luís de Meneses, Conde de Valadares, em que elogia tanto as benfeitorias do governante como também sua estirpe, armas e letras (categorias passíveis de louvor).

O drama musicado “O Parnaso Obsequioso”, datado de 1768, é uma obra circunstancial, feita em razão da comemoração do aniversário do Governador de Minas Gerais, José Luiz de Menezes, Conde de Valadares. Apesar de também ter cunho encomiástico, revela um teor mais comprometido com a denúncia da situação local, ou seja, o abandono em que se encontrava a região das Minas no século XVIII, o que por si revela atitude que aponta para um amadurecimento da obra de Cláudio Manuel da Costa e para sua característica cortesã. Este comprometimento é mostrado pela prosopopeia, pela qual as Musas demonstram insatisfação por estarem desprovidas de arte e de cultura, seus objetos de representação.

O que se observa nos versos que compõem este poema é um intenso uso de recursos retóricos com a finalidade de persuadir o governador a colaborar com o poeta em seus projetos de melhora para a província, região abandonada e corrompida pela sede de riqueza dos homens oriundos da metrópole, que apenas buscavam o lucro das escavações e da cobrança de impostos abusivos.

Na apresentação do texto, o orador se diz “Criado pela Arcádia Romana que se denomina Vice-Custode da Arcádia Ultramarina com o nome de Glauceste Saturnio”.

(COSTA, 1996, p. 308). Desta forma, subentende-se que o *Custode*, cuja raiz remete a aquele que cuida, no caso o nome dado ao Presidente da Arcádia Romana (Custódio era o nome do pastor Daliso) seria o próprio Conde de Valadares, homenageado por Glauceste, que, na representação da humildade, coloca-se em posição inferior ao conde.

As personagens presentes em “O Parnaso Obsequioso” podem ser caracterizadas como trágicas, pois o que importa no drama é mais a ação que os próprios personagens, seu estilo apresenta musicalidade e tem a função de comover o ouvinte, pois o tom é apelativo, no caso, as Musas buscam despertar no Conde de Valadares a compaixão, para que ele leve a cultura à região das Minas.

O louvor ao conde de Valadares é feito a partir das normas estabelecidas pela retórica para textos panegíricos. Entende-se o louvor como forma comum na Retórica ou na Oratória correspondente ao gênero epidídico. No poema de Cláudio Manuel da Costa, nota-se a presença dos tipos de louvor identificados pela arte Retórica. O louvor à estirpe é um deles:

MERC. Ilustre e digno Ramo dos Menezes  
 Eu te vejo subir àquele assento  
 Que lá se te prepara  
 Junto aos teus grandes Pais: a série augusta,  
 Que vem do antigo, esplêndido Fernando;  
 Dos Duques de Guçijon te ordena  
 Ali lugar distinto  
 Ao lado de um Miguel, Conde primeiro  
 Do título imortal de Valadares;  
 Ali te cerca em roda  
 Um Álvaro, um Dom Carlos de Noronha  
 Que vem acreditada  
 Com influência digna  
 No filho adulto a paternal doutrina.  
 (COSTA, 1996, p. 314).

O louvor às armas ou aos feitos merecedores de destaque na vida do homenageado é outro: “Eu o vi entre as Armas/ As ordens ministrar, com fronte heroica” (COSTA, 1996,

E o louvor ao indivíduo às próprias atitudes do conde:

MERC. [...] A delicada mão no Régio Hospício  
 Dos míseros enfermos,  
 Praticando o científico aforismo,  
 Enfraqueceu da morte o despotismo.  
 (COSTA, 1996, p. 313).

O último tipo de louvor, o pós-morte, é apresentado juntamente com o louvor à estirpe do conde. Os feitos memoráveis de sua família são resgatados como motivos de exaltação.

Além dos tipos de louvor empregados por Cláudio Manuel da Costa na construção do discurso em homenagem ao conde de Valadares, percebe-se uma cronologia em que o autor trata da estirpe: “Ramo ilustre dos ínclitos Noronhas”; do nascimento: “Nascer se viu lá onde o fresco Tejo Banha...”; da instrução: “Eu tenho a feliz hora que tomastes a empresa de criá-lo, de o pulir, de o reger, e de educá-lo...” (formação do rei pelas Musas) e das habilidades do jovem conde, entre elas sua relação com as armas: “Vence os Cipiões, os Lélios, os Camilos; sua caridade: A delicada mão no Régio Hospício e sua sabedoria nas Letras: Os físicos princípios, a douta Geometria, A Ética, a moral Filosofia...”. O louvor ao Conde de Valadares advém da necessidade do poeta adquirir reconhecimento frente à elite de seu tempo e também demonstra uma posição de adequação do poeta ao contexto em que estava inserido.

A nobreza de sentimentos é uma característica tão importante no soberano quanto a sua estirpe ou a sua inteligência. No que toca às diversas tópicas, a última a ser destacada no texto é a do *sobrepujamento*. Trata-se de uma comparação do homenageado em que ele seja o melhor dos termos da comparação. Assim, tem-se:

CALÍOPE. Eu sei que na piedade  
 Temístocles excede, e o fiel Zopiro  
 No valor, na constância  
 Vence os Cipiões, os Lélios, os Camilos  
 (COSTA, 1996, p. 313).

O recurso das tópicas é uma das formas de remissão à retórica antiga. O processo de construção dos argumentos está também presente em estrutura mais profunda. A composição do texto, assim, é organizada pelas ações passadas do Conde de Valadares, que demonstram sua experiência como governante, e as ações futuras, que projetam uma mudança positiva na região das Minas a partir de seu governo. Estes fatos são louvados no presente, pois isso significa dizer que sendo quem foi, sempre herói e louvável, não se espera menos dele no governo das Minas. Pelo contrário, espera-se a superação em relação a todos os governos, características expressas pela *tópica do sobrepujamento* assinalado acima.

O texto, após esta divisão entre passado e futuro, sintetiza as ideias, voltando, assim como na “Écloga III – Albano”, à idade anterior da civilização ou à imagem fantasiosa da terra mergulhada “n’ a idade em que os rios eram de mel, e eram de leite os lagos”, para em seguida, retornar à realidade, trazendo a tona os problemas da exploração do ouro na região das Minas que, se por um lado traz riqueza, por outro traz

a miséria na cultura. Tanto a passagem que remete a “passado” x “futuro” no governo do Conde de Valadares, quanto ao *passado x presente*, expresso na idade anterior à civilização para a realidade da região, ou ainda a presença das figuras de contradição: “riqueza” x “pobreza” e “prósperos” x “incautos” também são características antitéticas que marcam a estrutura de um texto retórico, que tem como tema a exploração de duas faces da realidade, a face negativa, associada ao presente e à época anterior ao governo do conde e a face positiva, marcada pela esperança de uma fase próspera. A construção das reflexões argumentativas, assim, faz-se já com a alternância dos contra argumentos ou da refutação de ideias, construindo, deste modo, uma situação de paradoxos, que confere ao texto a imagem esperada: o destino das Minas, que seria trágico, se não estivesse nas mãos do novo governante.

Tanto na “Écloga III – Albano” como em “O Parnaso Obsequioso” constatou-se que a técnica de escrita é a mesma. O poeta lança mão de preceitos retóricos e poéticos e de tópicos que orientavam a composição de textos encomiásticos.

### 3.4. “Vila Rica”

O poema “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa é composto por dez cantos de tamanhos desiguais e em versos decassílabos. Possui rimas emparelhadas ou paralelas, ou seja, aquelas em que o primeiro verso rima com o segundo, e o terceiro com o quarto. A unidade métrica, assim, é mantida pelo poeta, e esta simetria é comum aos poemas épicos.

Segundo Lopes (1985, p. 22), Cláudio Manuel da Costa pode ter escolhido utilizar rimas paralelas “para fugir ao modelo italiano das oitavas heroicas. Cláudio optou pelo francês não apenas, porém, para seguir as pegadas do mestre de *Essair sur la poésie épique*”.

A crítica condenou o uso da rima paralela no poema “Vila Rica”, por se tratar de um poema épico. No entanto, cumpre observar que alguns elementos componentes do verso como os *enjambements*, as aliterações e os recursos sonoros, fazem com que a semelhança dos sons no final dos versos seja atenuada. No poema observa-se a existência de passagens muito próximas da prosa.

Cumpre apresentar, deste modo, a estrutura do poema para que sejam mais bem visualizadas as características que se aproximam ou se distanciam da epopeia

tradicional. Assim, segue uma apresentação da figura histórica Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e os traços que fizeram com que o autor o transformasse em herói épico, além de um breve resumo das partes que compõem o poema “Vila Rica”.

O poema tem a proposição nas quatro primeiras estrofes e nela o autor exalta a fundação da cidade de Vila Rica e a memória de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Já nestas estrofes se detecta a importância que o autor dá a este personagem, que pode ser associado a um herói épico, característica que se assemelha, como foi dito, aos poemas épicos de Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Antes de conhecer as obrigações do governo de São Paulo e Minas (1709), Antônio de Albuquerque governou o Grão-Pará (1685-1690) e o Maranhão, onde se acredita que tenha nascido. Nessa nomeação incluía-se a capitania do Rio de Janeiro a que estavam unidas as áreas de São Paulo e de Minas Gerais.

Antônio de Albuquerque não permaneceu muito tempo no governo do Rio de Janeiro (de junho de 1709 a janeiro de 1710), pois logo os dois territórios foram desmembrados. Também foi breve sua passagem pela administração nas duas novas unidades. Empossado em São Paulo, permaneceu de junho a outubro. No início de novembro, no dia 10, chegou a Minas e em outubro de 1711, quando invadido o Rio de Janeiro pelos franceses, compareceu com o auxílio militar. Não retornou mais às montanhas mineiras. Assumiu o governo do Rio de Janeiro até 1714 e depois retornou a Portugal.

O governador Antônio de Albuquerque era militar com experiência. O rei fez boa escolha ao optar por enviá-lo à turbulenta região de Minas. Sua sabedoria apaziguou os ânimos das duas facções: a paulista e a emboaba, reunindo-os num exército único para combater o invasor comum. Sua principal função foi a de organizar a vida civil em Minas.

Como superação do momento heroico movido pelas guerras, Cláudio Manuel da Costa realiza em seu poema épico a imagem de um herói piedoso e humano. Essa mesma imagem foi escolhida por Virgílio e transformada em epíteto de seu herói Eneias, o *pio*. A qualidade é retomada, assim, como atributo de um homem ilustrado. Tal qualidade em um herói do século XVIII é bem definida por Tomás Antônio Gonzaga nos seguintes versos de *Marília de Dirceu* (1997):

O ser herói, Marília, não consiste  
Em queimar os impérios: move a guerra,

Espalha o sangue humano,  
 E despova a terra  
 Também o mau tirano.  
 Consiste o ser herói em viver justo:  
 E tanto pode ser herói o pobre  
 Como o maior Augusto.

Eu é que sou herói, Marília bela,  
 Seguindo da virtude a honrosa estrada:  
 Ganhei, ganhei um trono,  
 Ah! Não manchei a espada  
 Não o roubei ao dono.  
 Ergui-o no teu peito, e nos teus braços.  
 E valem muito mais que o mundo inteiro  
 Uns tão ditosos laços.  
 (GONZAGA, 1997, p.76).

O herói retomado da *Eneida*, também influenciou o herói voltairiano, que era definido por sua justiça e sabedoria, por sua capacidade de resolver os conflitos pela palavra e não pela força. Assim, Albuquerque, colocando-se a frente do conflito entre paulistas e portugueses consegue resolver os impasses pela política pacificadora e não pela tirania, sabe ser piedoso e ao mesmo tempo fazer valer a justiça.

Segundo Hansen (1998), nas convenções do gênero épico, a proposição não pode apresentar nem o gênero e nem a espécie, e sim o indivíduo a ser cantado, por isso não deve dar notícia de nenhum episódio. Assim, Cláudio Manuel da Costa teria cometido um deslize segundo o preceito, pois propôs o resultado da ação do herói, o episódio, no lugar do próprio herói e sua ação:

Cantemos Musa, a fundação primeira  
 Da Capital de Minas, onde inteira  
 Se guarda ainda, e vive inda a memória,  
 Que enche de aplauso de Albuquerque a história.  
 (COSTA, 1996, p. 377).

Lopes (1985) afirma ainda que como herói épico, Albuquerque é homem de ação e sua vontade é inabalável: “[...] de penha em penha/ Andarei [...]/ Té descobrir o monte, e o Rio, aonde/ Tão grande maravilha o Céu me esconde”.

A força superior representada pelo Céu une-se às forças da Terra. Porém, o personagem não é favorecido por forças extraordinárias. “Ser comum, homem prático, está de pés fincados no solo. Distingue-o dos demais a missão de que chegou revestido. Não a recebeu de um deus. Ele age, obedece à vontade do Rei. Está a “serviço” de um Soberano” (LOPES, 1985, p. 73). As palavras de Albuquerque neste momento



revestem-se de atributos absolutistas e despótico-esclarecidos, pois afirmam a relação de vassalagem perante rei/ministro, ou seja, o topo do corpo místico.

Os atributos despótico-esclarecidos fazem parte da doutrina da época de Cláudio Manuel da Costa e essa postura é considerada positiva a um bom governante. Porém, a maior qualidade nesse momento, aos olhos não só do poeta, mas dos homens da época de um modo geral, é que o governante soubesse resolver os conflitos com sabedoria. Essa qualidade é ressaltada na figura de Albuquerque e, segundo Lopes (1985, p. 74), o personagem, no poema “Vila Rica”, não se impõe ou impõe-se muito menos pela força pessoal, coragem, ou qualquer prerrogativa física do herói épico tradicional. É um indivíduo que precisa de guia, de amparo, como qualquer ser humano. A consecução do fim a que chegou às Minas dignifica-o pela persistência no empenho de realizar a missão vislumbrada, oferecida e aceita.

O Canto I inicia-se com a apresentação do tema e invocação às ninfas do Ribeirão do Carmo e com uma dedicatória ao Conde de Bobadela que governou interinamente a capitania. Há também uma breve exposição a respeito do domínio português no Brasil, considerações sobre a descoberta das pedras preciosas e sobre o estabelecimento de um governo único nas capitanias de São Paulo e Minas Gerais e trata das intenções de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho de governar Minas Gerais. Esse episódio é marcado pela aparição de figuras míticas como o Itamonte e o Gênio da Terra, que afirmam o estilo de Cláudio Manuel da Costa, marcado pela criação de mitos à maneira de Ovídio.

A narração ocorre *in medias res*. O herói descansa às margens do Rio das Velhas quando D. Rodrigo de Castelo Branco (aventureiro, ministro do rei, vítima na floresta) aparece-lhe em sonho, advertindo-o de que sua empreita não deve ser realizada. Quando acorda, Albuquerque narra a preocupação de que D. Rodrigo não tivesse sido sepultado de forma adequada.

O ritual de cremação e sepultamento nas epopeias clássicas é corrente, pois, sem ele a alma não era libertada, permaneceria errante, o que constituía o maior dos castigos. Percebe-se, assim, a apropriação desse ritual e da própria cultura antiga por Cláudio Manuel da Costa. Na *Eneida* de Virgílio, por exemplo, o ritual da sepultura ocorre diversas vezes. O herói épico recebe em sonho notícias de amigos, cujos corpos estariam insepultos. A aparição de D. Rodrigo em sonho a Albuquerque tem o objetivo de indicar corpo insepulto e também de advertir o herói para os perigos da empreita, no

caso, a entrada nas matas a procura de um local onde pudesse erigir sua vila. A advertência dialoga também com o canto IV d' *Os Lusíadas* de Camões, que tem representada na figura do velho do Restelo a negação do progresso.

A narração de Albuquerque é interrompida pela chegada de sua comitiva, que havia encontrado uma tribo de índios Tapuias, e haviam trazido com eles três velhas índias. Uma delas reconhece Garcia Rodrigues Pais, outro personagem de suma importância na narrativa, pela proximidade e amizade que tinha com herói.

Segundo Lopes (1985, p.24) o aparecimento das índias justifica o nome do Rio das Velhas. Nesse primeiro momento há a integração entre espaço e personagens. Porém, essa integração desaparecerá: a narração a partir do Canto II se bifurcará em duas linhas: uma vinculada a Garcia e que constituirá a parte lírica do poema épico e uma vinculada a Albuquerque, que constitui a parte épica. Essas duas ações terminam unidas novamente. Os acontecimentos do Canto I permitem a compreensão dos que se seguirão.

O Canto II é predominantemente lírico. Apresenta a personagem Neágoa, mãe de Aurora (índia que amava Garcia), que conta a Garcia os acontecimentos passados e a situação presente dela e da filha. A narração da índia é interrompida quando Albuquerque convoca reunião para expor seu plano de fundar Vila Rica dizendo estar a mando de D. João V. Afirma, porém, que lhe fora revelado em visão que a região era protegida por Itamonte, que era a personificação da montanha Itacolumi em gigante que vigiava o ouro. Nesse ponto, é nítida a associação que o poeta faz ao poema *Os Lusíadas* que também fazem uso da prosopopeia na construção do gigante Adamastor.

Faria (Padre João de Maria Filho), Capitão da Bandeira de Antônio Dias, apresenta, assim, a origem do nome Itacolumi, em seguida Garcia também dá sua contribuição à narração de Faria.

José de Carvalho Pimentel, por sua vez, conta que conhecera uma serra quando lutara com o “feroz botocudo”. Bartolomeu Bueno da Silva também demonstra insegurança em penetrar aquela região, porém, Albuquerque segue firme no intuito de adentrar as desconhecidas paisagens para chegar ao seu propósito de erguer a capital nas Minas. A ação novamente é interrompida com a aproximação de um cavaleiro seguido por uma comitiva de índios. Mantem-se o suspense, pois o nome desse cavaleiro não é revelado.

No Canto III inicia-se com a revelação de quem é o cavaleiro que chega ao acampamento: trata-se de Manuel de Borba Gato. Inicia-se a narração de como foi sua vida pelos sertões e de como ocorreu a morte de D. Rodrigo de Castelo Branco. Há ainda os pormenores de sua fuga para as margens do rio Doce, seus trabalhos com a agricultura e pecuária. Borba Gato confessa ser inocente quanto a morte do fidalgo espanhol D. Rodrigo e diz ter recebido o perdão do rei. Albuquerque pede informações a Borba Gato sobre o caminho e inicia os preparativos para a áspera viagem.

Em um segundo episódio no mesmo canto ocorre uma tentativa de assassinato a Garcia Rodrigues Pais. O autor da tentativa de assassinato é um jovem índio da comitiva de Borba Gato. Ao perceber a tentativa do índio, Garcia o fere com a espada e este é socorrido por Albuquerque. O índio se chama Argasso e, após ser capturado explica o motivo de haver tentado matar Garcia: sentia ciúmes de Aurora, por amá-la e não ser correspondido, uma vez que ela amava Garcia.

O Canto IV narra a procura de ouro por alguns homens que, casualmente, encontram a sepultura de D. Rodrigo. O episódio é vivido por Manuel Pegado, secretário do Governador. Os restos mortais são reconhecidos por Borba Gato, Padre Faria realiza as orações fúnebres.

Argasso aparece no acampamento e explica ser rival de Garcia pelo amor de Aurora. Garcia, apesar de também amar Aurora, desiste de seu amor e oferece-se a convencer Aurora a casar-se com Argasso. Também lhe entrega a índia Neágoa, mãe de Aurora, para que vivesse junto à filha. Albuquerque crê que o gesto de Garcia trará os índios para o seu lado. Borba Gato guia todos às minas de ouro. Tal episódio parece ter a intenção de enaltecer a nobreza e generosidade de Garcia Pais, nobreza por haver perdoado Argasso e generosidade por abrir mão do amor verdadeiro.

No Canto V tem-se a descrição do templo onde o Interesse é adorado como um deus. Ele é personificado na figura de um religioso, cujo nome não é revelado pelo eulírico, mas que, segundo Lopes (1985, p. 27) trata-se do “trinitário frei Francisco de Menezes. O companheiro de aventuras ilícitas no comércio da carne e do fumo chamava-se frei Conrado. O Interesse tenta impedir o sucesso de Albuquerque e no discurso para incitar os ânimos contra Albuquerque [...] lembra o nome de Jerônimo Pedroso de Barros, fundador com o irmão Valentim da Vila Nova da Rainha, hoje Caeté” (LOPES, 1985, p. 27). O Interesse lembra ainda a retirada forçada de D. Fernando Martins Mascarenhas e a morte de D. Rodrigo de Castelo Branco. Recorda o

juramento que havia sido firmado com Manuel Nunes Viana. Logo após tais palavras a comitiva prepara-se para a guerra.

Em um segundo episódio, surge o Gênio da Terra, metamorfoseado em velho índio, diante de Albuquerque, numa gruta, revela seu nome: Filiponte. Filiponte narra a história da conquista das Minas Gerais e, inclusive, faz Albuquerque visualizar nas paredes da gruta, transparentes como o cristal, seu retrato defronte o Ribeirão do Carmo. Albuquerque não consegue entender ao certo a imagem que visualiza.

Esse episódio também estabelece diálogo com outras epopeias, como, por exemplo, a *Ilíada* de Homero e a *Eneida* de Virgílio, pois os acontecimentos são antecipados pelas visões que os personagens têm pelos desenhos do escudo de Vulcano, projetado para defender os heróis na guerra. No poema “Vila Rica” as paredes da gruta formam uma espécie de “escudo” cuja superfície cristalina revela os acontecimentos futuros.

No Canto VI, Filiponte descreve a geografia de Minas. Recorda como Arzão encontrou as primeiras pedras preciosas no rio Casca e fala de como a descoberta do ouro criou uma guerra entre os exploradores. Lembra vários nomes relacionados ao desbravamento do sertão.

Com a descoberta do ouro nasce a guerra. Frustra-se a vinda pacificadora de d. Fernando Martins Mascarenhas. A corajosa oposição de Manuel Nunes Viana veda-lhe a entrada no território mineiro. A D. Fernando sucede Antônio de Albuquerque. Sua situação, diz-lhe o índio, não é segura. Mas o “gênio da terra” suscitará a discórdia entre os Pereiras, isto é entre Sebastião Pereira de Aguilar, morador poderoso de Caeté, e Manuel Nunes Viana, seu rival. (LOPES, 1985, p. 29).

Ocorre também neste Canto a morte de Aurora e Argasso que ocupa grande parte da narrativa. Uma índia, rival de Aurora, procura a feiticeira Terifea para que ela faça com que Aurora saia de seu caminho. No feitiço armado, Argasso é levado a ver uma fera no lugar de Aurora e a mata. Desesperado por ter matado seu grande amor, Argasso comete suicídio. Albuquerque, chorando pela desgraça, consola seu amigo Garcia.

O Canto VII Itamonte concede a Garcia um favor: faz aparecer-lhe uma ninfa às margens do rio que o encanta e leva-o para as profundezas em uma “urna de fino mármore”. O personagem desaparece e os companheiros desistem de buscá-lo.

Com o desaparecimento de Aurora, surgiu Eulina para Garcia. É um novo aspecto da parte lírica do poema. Tão importante que passa pelo canto oitavo e vai terminar no canto nono. Paralelamente, no canto sétimo, Albuquerque

enfrenta os sediciosos até, igualmente, o canto nono. A lenda de Blásimo, talvez pudesse parecer uma excrescência do poema. Ela acaba por abrir os olhos de Albuquerque para a necessária e honesta desconfiança da boa vontade de seus adversários. Fecham-se desta forma, as linhas mestras do poema. O canto décimo e o epílogo feliz (LOPES, 1985, p. 30).

Alguns homens da comitiva dividem-se em dois partidos: o dos paulistas e o dos emboabas. A discussão transforma-se em rixa e Albuquerque intervém pronunciando um longo discurso sobre disciplina. Nesse momento Albuquerque toma conhecimento de uma rebelião envolvendo paulistas e emboabas e, disfarçado, adentra em uma das tendas e abriga-se junto aos insurrectos. O Gênio da Terra conduz Albuquerque para junto dos irmãos Pereira e faz aparecer figuras monstruosas nos troncos das árvores que assustam os revoltosos que juram prestar obediência a Albuquerque.

O Canto VIII relata o aparecimento de Itamonte no fundo das águas a Garcia e conta-lhe que Albuquerque foi bem recebido pelos irmãos Pereira e que Nunes Viana se rendera. A ninfa conta a Garcia sua história de amor pelo Ribeirão do Carmo e os ciúmes de Apolo: trata-se da fábula do Ribeirão do Carmo.

No Canto IX, Eulina revela a Garcia o futuro das Minas Gerais e fala de seus governadores desde D. Rodrigo de Castelo Branco até o D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, mais conhecido por Conde de Valadares. A narrativa é interrompida pelo soar de uma trompa. Todos se reencontram.

Albuquerque encontra o lugar onde seria construída Vila Rica e ao cortarem lenha para a construção da vila, sente-se o aroma do bálsamo que leva à narrativa da lenda de Blásimo por Bartolomeu Bueno da Silva. Albuquerque repreende os revoltosos Manuel Nunes Viana e Frei Francisco de Menezes, induzindo-os à obediência às leis e os perdoa.

Por fim, no Canto X, Albuquerque convence o gigante Itamonte de suas virtudes. Descreve-se a construção da cidade de Vila Rica (igrejas, fontes, cadeia). Lava-se o termo de fundação da vila pelo secretário Manuel Pegado e se elege os primeiros vereadores. Itamonte mostra-se feliz pela conquista de Albuquerque. A vitória é expressa pelos últimos versos:

Enfim serás cantada, Vila Rica,  
Teu nome impresso nas memórias fica;  
Terás a glória de ter dado o berço  
A quem te faz girar pelo Universo (COSTA, 1996, p. 446).

Os episódios resumidos mostram que apesar dos entrecortes abruptos, o poema contém uma unidade, cujo fim congrega tanto homens quanto mito em uma mesma satisfação.

O presente trabalho não apresenta uma análise literária do poema, pois entende como objeto central da discussão os elementos que comprovem o vínculo à academia que deve ser extraído das informações tanto do poema quanto de seus textos anexos. Porém, é importante apresentar uma breve leitura do poema.

Um primeiro ponto a ser destacado refere-se à invocação no poema, que já adquire contornos específicos ao dirigir-se a um rio da região, o “Ribeirão do Carmo”, ou seja, a inovação se dá no sentido desta invocação não ser associada às musas ou a alguma outra entidade, mas sim a um elemento da natureza local, o Ribeirão do Carmo, já personificado anteriormente na “Fábula do Ribeirão do Carmo” e recuperada pelo poeta em “Vila Rica”.

A dedicatória, por sua vez, trata-se de outro elemento que, como em outros poemas da época, é direcionada a um governante ou nobre português. O poema em questão é ofertado ao Conde de Bobadela. A obra também adquire especificidade no que diz respeito ao modelo seguido, ou seja, à estrutura épica, que possui contornos de enredo tornando a obra labiríntica, assim como eram as matas percorridas pelos desbravadores e depois pelo governador Albuquerque.

A narrativa é composta por uma breve apresentação do Brasil Colonial, que, posteriormente, dará enfoque à narração do descobrimento das Minas buscando levantar detalhes desta exploração. As ações se desenvolvem de forma paralela no poema, na qual podemos focalizar a importância dada ao personagem Albuquerque e a passagem “amorosa” entre a índia Aurora e o colono Garcia Rodrigues Pais (um canto lírico na epopeia, à imitação de outros poemas do gênero).

Por epopeia entende-se um conjunto de feitos heroicos produzidos por uma nação, cuja narração é mesclada entre personagens históricos e mitológicos e feita em versos heroicos. Por esta concepção e pela divisão a que o poema obedece, “Vila Rica” insere-se na tradição épica, porém, além dessas características, existem outras que permeiam este gênero. Massaud Moisés afirma que:

O poeta épico se caracteriza pela dilatação do ‘eu’ ao infinito de suas possibilidades, a ponto de romper suas próprias barreiras e invadir o plano do ‘não-eu’. Antes enclausurado [...] o ‘eu’ agora se abre, se expande até ilimitadas fronteiras, a fim de abarcar inteiramente o mundo exterior [...]. O

mundo do poeta, que antes se circunscrevia a seu microcosmos subjetivo, agora deve ampliar-se até se tornar a totalidade da visão do mundo nacional, e universal (MOISÉS, 1975, p. 69).

A partir desta definição pode-se compreender melhor a dimensão do conceito de Épico e, Cláudio Manuel da Costa, apesar de organizar seu texto nesses “moldes”, não confere a ele um caráter “grandiloquente” o suficiente, por não apresentar a “dilatação” necessária a este gênero. Porém, toda a intenção e a própria construção não permite outra designação. O que talvez tenha faltado ao poeta foi tempo para a organização dos versos, em um procedimento de lapidação.

A escolha do assunto épico: a exaltação dos feitos do governador Albuquerque, cujos esforços foram empregados na pacificação da região mineira, apesar de não terem a profundidade que o gênero aplica-se a definição dada por Hansen (1998, p. 24):

Como outros gêneros desse tempo, a poesia épica reproduz ficionalmente aquilo que cada membro do “corpo místico” já é. Assim, figurando o espaço público como totalidade mística do “bem comum”, a epopeia é uma teatralização corporativista dos valores elevados dos “melhores” do “corpo místico” do Estado. Ela põe em cena a totalidade jurídico-mista de destinatários desse corpo, à qual o narrador e destinatário se subordinam em posições estamentais.

Com base no fragmento acima, pode-se entender que o assunto que Cláudio Manuel da Costa escolhe para compor seu poema baseia-se na ideia de corporativismo. O destaque a figuras importantes do governo da metrópole reflete uma preocupação civilizacional. Há deste modo, a celebração da ação regalista do governador Antônio de Albuquerque, mas há também um louvor voltado aos bandeirantes que desbravaram a terra. Segundo Alcides (2003), o heroísmo de Albuquerque, ao estabelecer uma estrutura administrativa, civil e militar nos primeiros núcleos mineradores a serviço do rei de Portugal, completa o heroísmo dos paulistas. Albuquerque levou a *ordem* para o sertão e esse é seu feito heroico, juntando-se ao fato de ser componente importante do “corpo místico” revela-se merecedor da recompensa épica.

Cláudio Manuel da Costa, ao compor seu poema “Vila Rica”, revela em tom de falsa modéstia, sua não pretensão em compor um poema com caráter de épico, justificado não possuir o engenho e arte necessários para tal empreendimento. Em seu “Prólogo”, nos explica:

Leitor,  
[...] não é meu intento sustentar que eu tenho produzido ao mundo um poema com o caracter de Épico, sei que esta felicidade não conseguiram até o

presente aqueles homens, a quem a fama celebra laureados na Grécia, na Itália, em Inglaterra, em França, e nas Hespanhas. Todos se expozeram a censura dos críticos e todos são argüidos de algum erro ou defeito [...]. (COSTA, 1996, p. 359).

A citação acima coloca em evidência uma das tópicas mais usuais no período setecentista, a *falsa modéstia*, de que o poeta faz uso, porém, nota-se que em seguida ele defende a escolha do tema, pois o ouro extraído da colônia mineira era responsável por engrandecer e enriquecer as maiores metrópoles. Esse assunto é tratado por Cláudio Manuel da Costa ainda no “Prólogo”.

Sua obra, no entanto, pode ser considerada mais rapsódica que propriamente épica, ou seja, é composta de fragmentos de cantos épicos tradicionais ou populares que não possuem dimensões para, juntos, serem considerados uma epopeia. Assim, pode ser associada ao modelo homérico de composição, porém não recorre à oralidade popular e sim aos documentos históricos para compor cenário e contexto, e à ficcionalização para enriquecer a ornamentação.

Já sobre o tempo nas epopeias, Hansen (1998) afirma que, segundo os preceptistas do gênero épico do século XVI, XVII e XVIII, a fábula épica não deve imitar a matéria histórica demasiadamente moderna ou antiga. Para inventar o maravilhoso, o poeta deve fazer com que o herói principal viva experiências sobrenaturais; se a matéria histórica é muito recente não há lugar para a ficção. Já se a matéria é antiga demais, o poeta é obrigado a figurar costumes estranhos e desconhecidos do presente do leitor, que acaba não os reconhecendo e julgando o poema inverossímil.

A definição de história e poesia feita por Aristóteles mostra que, a ficção épica não é documento de coisas e ações empíricas e nem deve ser lida como tal, pois sua narração “estiliza matéria histórica numa maneira elevada, que põe em cena e celebra, por semelhança, a forma essencial ou universal da ação, caracterizando-a como heróica ou ilustre, grande e perfeita” (HANSEN, 1998, p. 42). Cláudio Manuel da Costa é feliz ao construir paralelamente ao poema um “Fundamento Histórico”, pois assim assume a ficcionalização, reservando a parte histórica a outro gênero – que de certa maneira também pode conter algum grau de ficção.

Em “Vila Rica”, apesar do pequeno distanciamento temporal entre a realidade histórica e sua descrição através das ações periféricas (episódio do amor entre Garcia e Aurora, por exemplo) há a definição da ficção. A ficção também se revela pelo recurso ao maravilhoso:



Ouve Garcia o canto, e não atina  
 De onde tanto prodígio, mas de Eulina  
 A delicada face está patente:  
 Fita os olhos, e vê desde a corrente  
 Lançar a mão à praia a Ninfa bela,  
 Toma uma areia de ouro, e já com ela  
 Pulveriza os cabelos: neste instante,  
 O sonho de Albuquerque o faz avante  
 Passar, os braços abre, a Ninfa chama;  
 Ela o vê, e não teme, e já se inflama  
 De amor por ele: aos braços o convida,  
 E abrindo o seio o rio, uma luzida  
 Urna de fino mármore os sepulta  
 Recebendo-os em si: ficou oculta  
 A maravilha a quantos o acompanham.  
 Em busca de Garcia já se entranham  
 Pelo matos mais densos; mas perdida  
 A esperança de achá-lo, e recolhida  
 Volta ao herói a esquadra aventureira."  
 (COSTA, 1996, p. 416).

Perdura no texto, a presença mítica de personagens, cujas características foram imitadas das epopeias gregas, porém com traços e nomes provenientes da cultura indígena. É o caso, por exemplo, de Itamonte e Eulina (versão da sereia indígena Ipupiara). Esses elementos, também utilizados n' *O Uruguai*, são mostras de que a epopeia adapta-se a novas realidades e a novas culturas. Percebe-se que, apesar de no poema de Cláudio Manuel da Costa os personagens terem influências europeias, também apresentam particularizações. O poeta recorre também a elementos folclóricos, como, por exemplo, o personagem Curupira, para a composição do maravilhoso.

Segundo Hansen (1998, p. 32-34), depois da publicação, em 1563, dos decretos do Concílio de Trento, a épica cristã, cavalheiresca, *sprezzante*<sup>32</sup>, caprichosa e humorada de Boiardo e Ariosto se afunila em Camões e Torquato Tasso como epopéia católica. Seus textos são escritos e publicados sob o controle do Santo Ofício da Inquisição. Assim, Camões em *Os Lusíadas* e Tasso em *Jerusalém Libertada* fazem uso alegórico da mitologia. Já as definições luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII incluem-se na longa duração dos preceitos aristotélicos para o gênero épico, mas expurgam o maravilhoso antigo. Quando não o moralizam alegoricamente, substituem-no pelo maravilhoso cristão ou indígena.

Por saber que sem divindades antigas não poderia haver o maravilhoso e sabendo também que sua não utilização poderia acarretar a quebra da verossimilhança, uma vez que muitos dos fatos mitológicos não possuíam semelhança com os preceitos do Deus

---

<sup>32</sup> Desdenhosa

católico, Cláudio Manuel da Costa optou por incluir em seu poema o maravilhoso híbrido, ou seja, mescla a mitologia greco-romana com as lendas indígenas. Assim, no fragmento citado acima, há mitos criados pelo poeta, retirados do fabulário nativo e, sobre isso, Cunha afirma que:

No caso do poema Vila Rica, ao não encontrar um *locus*, um *preceito adequado*, para a expressão pessoal de um sentimento, de uma paixão, o poeta lança mão de um recurso bastante interessante: o de inventar um próprio repertório de preceitos de composição poética. Essencialmente marcados por uma espécie de mitologia nativa para poder lançar mão de uma maneira adequada de tratar de uma natureza rústica e grosseira, o autor lança mão da utilização do gênero encomiástico, de modo a promover o louvor às ações de Albuquerque utilizando, para tanto, de ornatos e figuras ligadas à antiga mitologia latina aplicados à natureza mineira, de modo a promover o cenário adequado para as ações do desbravador. Tudo isso possui uma pretensão bem evidente: produzir no leitor a reafirmação constante da autoridade. Os recursos retóricos da elocução, as figuras empregadas, os efeitos de engenhosidade poética estão inseridos nesta pretensão de mover os efeitos da audiência ou leitura dos discursos para um fim específico; a saber o de compor uma espécie de tentativa de inclusão de sua pátria, incapaz de sugerir-lhe por si só o engenho, ao repertório de tópicos e preceitos da poesia clássica envolta sincreticamente a elementos de uma mitologia nativa inventada pelo poeta. Na ausência de modelos, Cláudio Manuel da Costa lia os mitos tropicais com base na mitologia clássica, que junto à efetiva administração que sufoca a rebeldia nativa, tende a promover a inclusão de Minas ao Império Português. A mitologia serve enfim como elemento unificador ao longo do poema (CUNHA, 2007, p.37).

No canto IX o poeta narra a lenda de Blásimo ou Bálamo exposta abaixo:

Acaso crera que o país ameno  
Lembra o sucesso das irmãs piedosas,  
Que inda choram no Eridano as saudosas  
Memórias do abrasado irmão; coalhadas  
Assim se vêem as lágrimas brotadas  
Dos moles choupos. Bueno, que não perde  
A oportuna ocasião, do tronco verde  
Toma argumento e diz: A antiga história  
Desta árvore, eu a guardo de memória,  
Desde a primeira vez que um índio velho  
Encontrei nos Sertões, e de conselho  
Saudável quis que eu fosse socorrido.  
Nestes montes me conta que nascido  
Fora um mancebo: Blázimo era o nome,  
Que a corrupção do tempo em vão consome,  
De bálamo guardando inda a lembrança.  
Este, tão destro em sacudir a lança,  
Como em matar às mãos o tigre ousado,  
Da formosa Elpinira namorado,  
E seguro no cetro que mantinha  
De trinta aldeias que a seu mando tinha,  
A demandava esposa: disputava  
Argante um tal amor; a grossa aljava  
Dos ombros lhe pendia, e sempre em guerra

Fumar fazia a ensangüentada terra.  
 Elpinira, que causa se conhece  
 De tanto estrago, entre ambos se oferece  
 A dar a mão ao que a ganhasse em sorte  
 (Por que caminhos não buscava a morte!).  
 Convêm os dois rivais, e o pacto aceito,  
 Um dos dias do ano têm eleito,  
 Em que o seu Paraceve festejavam.  
 Brancas e negras pedras ajuntavam  
 Em uma concha e, em roda juntos todos,  
 Ao grande ato concorrem; vários modos  
 Inventam já de baile, jogo e dança,  
 Coroando cada um sua esperança.  
 Preside às sortes o bom velho Alpino,  
 Pai de Elpinira e Rei: vem o ferino  
 Argante, pés e mãos tendo cercado  
 De verdes penas, onde amor firmado  
 Traz a esperança da vitória; a frente  
 Blázimo adorna de um laurel florente,  
 Que tecem muitas rosas, misturadas  
 De suavíssimo cheiro; estão sentadas  
 Várias índias, cercando em meio a bela  
 Elpinira; orna a testa uma capela  
 De rosas, e folhetas pendem de ouro  
 Das orelhas; por tudo um triste agouro  
 Respirou: muitas árvores tremeram,  
 Os pássaros do dia se esconderam,  
 Só os da noite sussurrar se viram.  
 Juram, dando-se as mãos os dois, e tiram  
 Cada qual sua pedra; a branca expunha  
 Sorte feliz; a negra testemunha  
 A perda da consorte; está jurado  
 Sofrer com paz o que não for premiado.  
 Blázimo vence, Argante se retira,  
 E simulando a dor, geme e suspira.  
 "Viva Blázimo!", dizem: logo as vozes  
 A Argante vão ferir, e tão atrozes  
 Passam a ser as fúrias em seu peito,  
 Que desde aquele instante faz conceito  
 De vingar sua dor, roubando a glória  
 Ao mesmo que o privara da vitória.

Com rosto disfarçado quer contudo  
 Lograr o golpe; um meditado estudo  
 Lhe lembra a ocasião, o sítio, e a hora  
 De banhar toda em sangue a mão traidora:  
 "Eu, diz Argante, eu devo entrar em parte  
 Nas vossas glórias; todo o esforço d'arte  
 E do engenho porei, por que se veja  
 Que cedo alegre, e não me arrasta a inveja.  
 Na minha aldeia, e entre os meus povos quero  
 Festejar vossas núpcias; nela espero  
 Dar-vos provas do gosto e da alegria  
 Que me sabe trazer tão fausto dia.  
 Ali de firme paz e de aliança  
 Farei novo concerto, e da vingança  
 Cederá de uma vez o vil projeto"  
 (Oh! dura força de um mentido afeto!).  
 Aceita Alpino: Blázimo é contente,  
 E Elpinira também, que já presente

Crê a ventura que esperava ansiosa.  
 Três dias pede Argante, e a insidiosa  
 Idéia lhe propõe um torpe meio  
 De executar o dano sem receio.  
 Manda alimpar a estrada, funda cava  
 Faz abrir no mais plano, que abarcava  
 Ambas as margens; desde o centro ao alto  
 Mete a aguçada estaca, e quanto falto  
 De terra está cobre de ramo brando;  
 Sobre ele moles folhas vai deitando,  
 Que a mesma terra entaipa, e já figura  
 A superfície igual, e limpa, e pura.

Chega a terceira Aurora; desde a Aldeia  
 Alegres vêm saindo, e os lisonjeia  
 Argante, tendo em frente aparelhado  
 Do lugar da traição o costumado  
 Baile, com que na paz se festejavam  
 De muitos dos seus índios. Já pisavam  
 A estrada os dois amantes: o Pai vinha  
 De um lado, e de outro lado da mão tinha  
 Blázimo presa a idolatrada Esposa  
 (Que alegre vista, que ilusão faustosa!).  
 Todos diante vêm; este o costume  
 É da nação; nem teme, nem presume  
 Algum dos três, e inda o povo todo,  
 A urdida morte por tão novo modo.

Com Argante e seus índios se avistavam,  
 Em vivas desde longe se saudavam.  
 Infelizes (que dor!) as plantas punham  
 Sobre a coberta cava, e já supunham  
 Que os braços ao amigo se estendiam,  
 Quando passados os seus peitos viam  
 Das aguçadas farpas: volta Argante  
 Colérico, soberbo e triunfante  
 Sobre os desprevenidos que acompanham  
 Sem armas ao seu Rei; todos se apanham  
 Presos às mãos das emboscadas; morrem  
 Imensos índios; a fugir recorrem,  
 Mas a gente que às costas lhes ficava,  
 O resto, o infeliz resto destroçava.

Já mortos os três índios, lançam terra  
 Sobre os seus corpos; uma só urna encerra  
 O mísero despojo. O Céu procura  
 Vingar o grave horror: da sepultura  
 Vê-se brotar uma árvore, que verte  
 Cheiroso sangue. O caso se converte  
 Em fabulosa história, e se acredita  
 Que Blázimo, a quem segue esta desdita,  
 Das mesmas flores de que a testa ornara,  
 E do seu sangue a cor e o cheiro herdara;  
 E que o Céu testemunhos multiplica,  
 Multiplicando os troncos; assim fica  
 A tradição nos nacionais guardada;  
 O Índio que me conta a dilatada  
 História diz-me, então, que mal segura  
 É sempre a fé que o inimigo jura.  
 (COSTA, 1996, p. 435-439).

O poeta confere ao bálsamo uma origem mítica, que se fundamenta na história de amor entre os índios, Blásimo e Elpinira, vítimas do ataque de ciúmes de Argante, seu rival, no dia de seu casamento. Da sepultura do casal Deus fez brotar uma árvore que vertia “sangue”. Destarte, une-se nesse episódio à fábula local e à referência a fé cristã, comprovando que nem a morte põe fim ao amor puro e verdadeiro, ou seja, a árvore assinala a ressurreição.

Segundo Lopes (1985) a lenda da origem do bálsamo – “Metamorfose do bálsamo árvore que produz em muita abundância nas conquistas do Brasil e com especialidade em todas as partes das Minas, com muito pouca estimação dos seus habitantes” – elucida o Poeta em nota, é narrada por Bartolomeu Bueno a Antônio de Albuquerque. Bueno diz tê-la ouvido de “um índio velho” com a advertência de reconta-la naqueles sertões.

Lopes afirma ainda que Cláudio Manuel da Costa diz:

[...] ser o bálsamo um “robusto lenho” de que se extrai um “cheiroso licor”, vermelho “da cor do sangue”. De acordo com a situação do momento no poema, derrubam-se árvores para edificar moradias. Deve ser, por conseguinte, madeiro bom para construção. Tratar-se-á com plausível certeza da conhecida, popularmente, cabreúva. É descrita como “Árvore muito alta com tronco de casca pardo-cinzenta, grossa e rugosa; (...) Desta árvore mediante incisões profundas extrai-se um suco fluido, aromático incolor e quase transparente que com o tempo endurece aos poucos até tornar-se sólido que é o “Bálsamo de Tolu” das farmácias. Do cerne pardo-avermelhado e aromático obtém-se boa madeira principalmente para esquadria. Assim diz a ciência contrariando a poesia somente na cor do líquido. Praticamente todos os cronistas falam da “cabureíba” indígena, a Cabreúva, elogiando-lhe a madeira, o bálsamo medicinal, o perfume dele e da madeira. Somente Aires Casal especifica o “óleo pardo, dito vermelho”. Afinal não se distancia tanto a poesia... (LOPES, 1985, p. 129).

Nessa citação percebe-se o distanciamento entre real e ficcional. O poeta parte de uma árvore comum da região mineira e estabelece sua aproximação com uma possível lenda, inventada ou de tradição oral. A cor do licor, por meio da criação artística, é transformada de ‘transparente’ em ‘vermelha’ para servir de elemento semelhante ao sangue. Assim, segundo Lopes (1985, p. 134), a oralidade da história está aberta. “O nascedouro perde-se na escuridão dos tempos e transmitida pelo aborígene ao ‘mameluco’ Bartolomeu, chega aos ouvidos do civilizado Albuquerque revestida de ornamentos agradáveis a seus ouvidos de militar, administrador, cortesão e culto”.

Cláudio Manuel da Costa durante o poema “Vila Rica” recria várias histórias de tradição oral e dá a elas contornos artísticos que chamam a atenção pela delicadeza do

ornato e da própria forma. Cantando os feitos de Albuquerque, sente também a necessidade de exaltar a natureza as particularidades da terra. Assim, o poema estabelece os requisitos indispensáveis nas artes poéticas: a instrução sobre os elementos da botânica, as lendas e mitos que são indispensáveis à formação de uma cultura e também dispõe o *belo* para cumprir seu papel de deleitar.

De acordo com Auerbach (1972), a antiga crítica estética dominante até o fim do século XVIII:

[...] se perguntava que forma uma obra de arte de um determinado gênero, uma tragédia, uma comédia, uma poesia épica ou lírica, devia ter para ser perfeitamente bela; tendia a estabelecer para cada gênero, um modelo imutável, e julgava as obras segundo o grau com que se aproximavam desse modelo; procurava fornecer preceitos e regras para a poesia e a para a arte da prosa (Poética, Retórica) e encarava a arte literária como a imitação de um modelo – modelo concreto se existisse uma obra ou um grupo de obras (“a Antiguidade”) consideradas perfeitas – ou modelo imaginado, se a crítica platonizante exigisse a imitação da idéia do belo, que é um dos atributos da divindade (AUERBACH, 1972, p.27).

Se a ordem que vigorava na produção artística desta época alimentava a ideia de obra perfeita, como aquela a que a Poética e a Retórica estabeleciam, nada mais natural que o desejo dos autores de produzir seus escritos, de modo a serem apreciados segundo esse gosto. Cláudio Manuel da Costa não fugia à regra: seus textos, poéticos ou não, levavam em consideração os ditames, que podem ser vislumbrados em “Vila Rica” e nas demais composições que o acompanham (“Dedicatória”, “Prólogo” e “Fundamento Histórico”, este último, pode, inclusive, ser considerado um texto em prosa à parte).

A presença da retórica na “Carta Dedicatória” do poema “Vila Rica” pode ser percebida já no tratamento extremamente formal e no tom laudatório com que Cláudio Manuel da Costa dedica sua obra à autoridade local. Ele se repete em outros textos, porém é ainda mais nítido na própria composição do poema, que dedica ao Conde de Bobadela: “E vós honra de Pátria, gloria bela/ Da casa e do solar de Bobadella...” (RIBEIRO, 1903, p. 181).

A tópica da falsa modéstia também é recurso retórico utilizado no texto de apresentação. O autor procura desqualificar sua obra, porém sempre assumindo a culpa e ao mesmo tempo justificando-a. No “Prólogo” tal recurso pode ser visualizado quando trata da “não” intenção em considerar sua obra uma epopeia.

Não é meu intento sustentar que eu tenho produzido ao Mundo um Poema com o caráter de épico; sei que esta felicidade não conseguiram até o presente aqueles homens a quem a Fama celebra laureados na Grécia, na Itália, em

Inglaterra, em França e nas Espanhas. Todos se expuseram à censura dos críticos, e todos são argüidos de algum erro ou defeitos; a razão pode ser a que assina um bom Autor: inventaram-se leis aonde as não havia. Mas dou-te, que eu não te ofereça mais que uma composição em metro, para fazer ver o distinto merecimento de um General que tão prudentemente pacificou um Povo rebelde, que segurou a Real Autoridade e que estabeleceu e firmou, entre as diferentes emulações de uns e outros Vassalos desunidos, os interesses que se deviam aos Soberanos Príncipes de Portugal: dirás que é digna de repreensão a minha empresa? Na verdade não espero do teu benigno ânimo esta correspondência: e tudo o que não for injúria ou acusação será para mim uma inestimável remuneração das minhas fadigas (PROENÇA-FILHO, 1996, p.359).

O uso das metáforas aparece colocando à tona as riquezas de Minas Gerais, o que também pode ser considerada característica presente no gênero épico:

Eulina, que nas graças não receia  
 Competir co'a Deidade que o Mar cria,  
 De transparente garça se vestia,  
 Toda de flores de ouro matizada:  
 A cabeça de pedras tem toucada,  
 Deixando retratarem-se as estrelas  
 Em seus olhos; tão ricas, como belas,  
 Muitas Ninfas em roda a estão cercando,  
 Nas lindas mãos nevadas sustentando  
 Os tesouros, que oculta e guarda a Terra  
 (Tristes causas do mal, causas da guerra!).  
 (COSTA, 1996, p. 424).

A partir dos dados apontados, é possível concluir que o poema “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa era adequado às práticas de escrita daquela época, ou seja, regras do bem falar propostas pelas Retóricas antigas. O espaço é um elemento muito importante em sua composição e a prova disto está no próprio título da obra, que faz menção ao assunto referente à formação da cidade, característica comum aos poemas épicos, que procuram louvar herói, povo ou nação, inserindo no título e a referência ao tema a ser louvado.

Outro aspecto importante que merece menção é o canto V do poema, que pode ser considerado o mais subversivo. O manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa conta com 84 versos a mais em relação às demais. Por ter concedido o poeta a encadernação ao Conde de Cavaleiros, como se pode observar nas anotações no topo de página, havia certa convivência do Conde em relação aos pensamentos ilustrados da Arcádia. Sabe-se que Cláudio Manuel da Costa mantinha bom relacionamento e frequentava a casa do referido político, inclusive, a proximidade entre eles, permitiu a Cláudio Manuel da Costa dedicar alguns de seus poemas também à esposa do Conde,

Dona Maria José de Bourbon. O casal costumava reunir muitos eruditos, pois eram admiradores das artes, mas também possivelmente discutiam política.

No canto V, dois nomes são apontados como incentivadores e iniciadores das rixas de paulistas e emboabas: frei F. de Menezes e frei Conrado. Os mencionados frades mantinham o monopólio da cachaça, do fumo e da carne, produtos de suma importância no momento de descoberta das Minas, pois constituíam gêneros que aliviavam o trabalho de índios e escravos (necessários à eficácia do trabalho). No poema, surge de uma imagem horrenda a figura de um frade:

Do magnânimo Chefe; toma o aspecto  
De um Frade (quem o crera!), que influira  
Nas primeiras desordens e que vira  
Dos nacionais sinceros o destroço:  
Este em tratos ilícitos um grosso  
Cabedal ajuntara, tendo a ideia  
De vender por estanco o que franqueia  
O liberal despego dos paisanos. (COSTA, 1996, 399).

Os paulistas, deste modo, passaram a odiar a todos os que cediam aos religiosos. O ataque aos frades no texto poético de modo declarado demonstra a posição defensora dos paulistas e a grande liberdade que Cláudio Manuel da Costa tinha em demonstrar sua opinião ao Conde.

Percebe-se ainda a existência de uma ampla agregação entre as agremiações baianas e o poema “Vila Rica”. Inicialmente, pelo vínculo formal de Cláudio Manuel da Costa, cuja função de sócio supranumerário (ou correspondente) era a de informar a instituição das notícias de Minas Gerais, sua capitania. É sabida a intenção tanto do texto histórico “Fundamento Histórico” quanto do texto literário “Vila Rica” em destacar um acontecimento de relevo no Brasil, assim, é razoável pensar na proximidade entre as temáticas. Além desses pontos de contato, é de opinião comum aos biógrafos do poeta a afirmação de que, enquanto secretário de governo teria o acadêmico feito uma extensa pesquisa para a construção de uma história de Minas. Além dessa afirmação, o próprio poema no “Fundamento Histórico” cita as contribuições do acadêmico Pedro Taques de Almeida Paes Leme, também *Renascido*, o que comprova que Cláudio Manuel da Costa, assim como Santa Rita Durão, mantinha contatos e recebia favores de um colega acadêmico.

*O Uruguai* (1769) e *Caramuru* (1781) são considerados juntamente com “Vila Rica” uma *trilogia* de poemas épicos brasileiros por Castello (2004) e merecem ser



mencionados, pois possuem ligação direta ou indireta com as Academia Brasílica dos Esquecidos e Academia Brasílica dos Renascidos. No caso de *O Uruguai* verifica-se o empenho do poeta em reverenciar as ações do ministro português afirmando suas ações pelo heroísmo. Deste modo, Basílio da Gama discorre sobre um tema representativo que retoma indiretamente a constituição da Academia Brasílica dos Renascidos, que, assim como o poema, cumpre a mesma finalidade, que é a de divulgar o programa político pombalino por meio de advertências que coloquem em cheque a credibilidade de associações religiosas como a *Companhia de Jesus* em nome de uma proposta voltada ao prevalecimento da verdade e da razão, práticas condutoras do pensamento ilustrado.

No caso de *Caramuru* essa linha de associação entre as academias setecentistas é ainda mais bem delineada, uma vez que frei de Santa Rita Durão manteve-se vinculado a essas agremiações e usou grande parte do referencial teórico para sua composição (do seu poema épico), como foi visto, que teve origem entre as dissertações acadêmicas tanto da academia dos Esquecidos quanto da dos Renascidos e, outros referenciais apreendidos da rede estabelecida entre os acadêmicos, que debatiam e também forneciam uns aos outros, os documentos necessários aos trabalhos. Confiando em tais fontes para sua empreita, Santa Rita Durão afirmou a finalidade das agremiações, que tinham como principal objetivo a composição de textos para fins de investigação.

### **3.5. O poema “Vila Rica” e a Sociedade**

O poema “Vila Rica” não é exterior à história do seu plano de enunciação. O texto reflete os costumes da época. Deste modo, a poesia deve ser lida levando-se em conta a sociedade em que se pautava, ou seja, uma sociedade estamental, pois, apesar de estar distante da metrópole, o poeta estava diante de todo um aparato administrativo: “a corte estava representada plenamente pela presença de autoridades locais, tais como governadores das capitâneas, desembargadores, provedores, vedores, contratadores, juízes, tesoureiros, capitães, soldados etc” (LIMA, 2007, p.62).

A sociedade se estruturava a partir das relações de parentesco, porém, em Minas, o foco urbano e envolvimento em múltiplas atividades econômicas fizeram com que os valores dos homens de posses fossem diferentes: as atitudes desses magnatas não era totalmente patriarcal. De acordo com Maxwell (2010, p. 153), entre os nomes dessa elite encontram-se o do “contratante João Rodrigues de Macedo e o latifundiário

Alvarenga Peixoto, ou o advogado de Vila Rica Cláudio Manuel da Costa” que participavam de atividades econômicas e estavam ligados à economia da região.

Ainda segundo o historiador, entre a minoria branca de Minas Gerais, predominavam os valores e costumes das províncias portuguesas do norte, cuja influência aparecia tanto no modo de falar, quanto na arquitetura das casas e igrejas. A consciência de raça era um elemento que marcava os relacionamentos pessoais. “A estratificação da sociedade correspondia à divisão dos grupos raciais. Por toda a parte, no Brasil, as milícias, regimentos auxiliares e a maioria das irmandades religiosas leigas eram rigorosamente exclusivistas” (MAXWELL, 2010, p. 154).

A Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica era uma dessas irmandades religiosas que permitiam exclusivamente a participação de brancos e cristãos. Cláudio Manuel da Costa em 1761 pleiteou documento de pedido do hábito da Ordem de Cristo e em 1771 chegou a ser advogado da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica. As participações tanto na ordem religiosas quanto nas academias demonstram seu prestígio social.

O poema épico nessa sociedade de corte era construído através da emulação de obras de poetas renomados, prática que se baseava na reconstrução do discurso de outrem. Sua utilidade era, acima de tudo, louvar os feitos ou a própria autoridade de um nobre e a matéria (assunto) ou *res* também era elemento histórico.

Essa história somente é digna de imitação numa épica da corte caso a ação, feito ou gesto heroico tenham adquirido uma feição gloriosa e exemplar, encenada como alegoria da nobreza genérfica de um determinado povo ou cidade aplicada à representação de sua fundação, descoberta ou conquista, impondo a lei positiva do Estado e a lei divina da Religião, a Fé e o Império. (MAXWELL, 2010, p. 154).

Afirma ainda que na sociedade letrada de Minas Gerais os costumes cortesãos ligados ao governador aparecem na descrição dos homens ilustres e discretos, que, com suas vestes, gestos e hábitos representavam, como em um teatro, a Corte portuguesa. Nesse contexto, cabe ressaltar a presença de Cláudio Manuel da Costa na política local, que lhe permitia frequentar a casa de D. Rodrigo José António de Menezes, o Conde de Cavaleiros, e apresentar suas composições a ele e à sua esposa, D. Maria José Ferreira de Eça e Bourbon, como se estivesse em um ambiente palaciano, uma vez que recém-chegados de Portugal, o casal apreciava tais reuniões e dava importância, assim como o poeta, às manifestações artísticas e a um espaço cultural.

A prática do louvor também pertencia à sociedade letrada composta pelos acadêmicos Renascidos. Ficou evidenciado que durante a instauração da agremiação na Bahia, com o ritual de posse e de abertura que tanto os costumes, quanto as vestes e a própria ornamentação do cenário lembravam em tudo a Corte portuguesa. A presença do rei representada por um quadro de corpo inteiro e as reverências a ele destinadas também demonstram a insígnia de um comportamento marcado pelo decoro e pela hierarquia.

Dirigindo-se ao leitor em seu “Prólogo” o poeta anuncia que nos dá “a ler uma memória por escrito das virtudes de um Herói que fora digno de melhor engenho para receber um louvor completo. Tal louvor justifica-se pelo fato deste herói ser um General que tão prudentemente pacificou um Povo rebelde, que segurou a Real Autoridade e que estabeleceu e firmou, entre as diferentes emulações de uns e outros Vassallos desunidos, os interesses que se deviam aos Soberanos” (PROENÇA-FILHO, 1996, p. 359). Utilizando tais argumentos, Cláudio Manuel da Costa lança mão de um motivo que vem ao encontro com as prerrogativas ilustradas: a arte de utilizar a razão. Albuquerque pacifica a região pela maestria em utilizar as palavras e saber estabelecer um equilíbrio entre as partes revoltosas.

Diante da sociedade Cláudio Manuel da Costa tenta justificar a sua empreita. Ainda no “Prólogo” o autor procura envolver seu poema em uma teia de justificativas, como se defendesse sua obra de censuras. “Príncipes de Portugal: dirás que é digna de repreensão a minha empresa? Na verdade não espero do teu benigno ânimo esta correspondência: e tudo o que não for injúria ou acusação será para mim uma inestimável remuneração das minhas fadigas” (COSTA, 1996, p. 359). Por um lado, assim, dirige-se aos chamados “Príncipes de Portugal”, entendidos como a alta nobreza ou a própria mesa censória, buscando apresentar suas razões para louvar Albuquerque, por outro lado, afirma sua prática ilustrada, que também retoma os compromissos acadêmicos de averiguar a verdade dos fatos:

Se eu fiz alguma diligência por averiguar a verdade, digam-te as muitas Ordens e Leis que vês citadas nas minhas notas, e a extensão de notícias tão individuais com que formei o plano desta obra: pode ser que algum as conteste pelo que tem lido nos escritores da História da América; mas esses não tiveram tanto à mão as concludentes provas de que eu me sirvo; não se familiarizaram tanto com os mesmos que intervieram em algumas das ações e casos acontecidos neste País; e ultimamente não nasceram nele, nem o comunicaram por tantos anos como eu (COSTA, 1996, p.359).

Cláudio Manuel da Costa em sua participação tanto na Academia Brasílica dos Renascidos quanto na própria atuação política, que requeria também um contato com a nobreza e, portanto, conhecimento das práticas/comportamentos sociais, mostrou-se sempre muito adequado às conveniências. Seus escritos demonstram qual era o modo de agir diante dessas convenções e isso é reflexo das condutas encontradas nas letras épicas nas quais, segundo Lima (2007, p. 66):

[...] o letrado é um tipo de cortesão discreto, integrante da casa real; ou um administrador representante direto desse poder político, seguindo o exemplo desse tipo, produzindo letras e artes que enaltecem a majestade do Príncipe e a prudência de seus nobres. Ou em busca do favorecimento do mecenatismo, responsável pela publicação de diversas obras poéticas e históricas, permitindo o sucesso de muitos autores. Muitos cargos oficiais eram disponibilizados para os letrados e pintores nas cortes, como o de pregador, o de médico real e principalmente, o de preceptor dos jovens príncipes [...]. Assim, muitos letrados se tornaram poetas laureados, pois eram coroados com louro pelos seus senhores, como Petrarca, que foi laureado por Carlos IV. Os poemas épicos baseados nas obras de Virgílio e Homero eram então feitos inclusive para pequenos príncipes, como a épica *La Sforziata* e *La Austriada*. Ronsard, considerado um poeta cortesão exemplar, escreveu versos para as festas da Corte francesa e inventou um épico, *La Franciade*, publicado em 1572, contando a história dos reis da França. No mesmo ano a Corte de Portugal foi presenteada por Camões com *Os Lusíadas*, dedicada ao rei D. Sebastião.

Os letrados desempenhavam, além do papel de poetas, o papel de historiadores oficiais, tendo acesso a fontes e arquivos importantes para a história de determinada conquista do reino, como cronistas, ou a biografia de um personagem histórico. Poesia e história, assim, tinham vínculos estreitos nessa sociedade de corte.

A participação das elites coloniais nas atividades acadêmicas não é impulsionada apenas por um interesse pelas letras de cada um dos membros. Tornar-se membro da Academia Brasílica dos Renascidos era, também, uma maneira de tornar-se visível ao Estado, o que poderia resultar em condecorações, títulos e vantagens. A participação dos letrados no projeto acadêmico, então se associa à *economia das mercês*, com a criação de laços entre as elites e o monarca a partir da prestação e retribuição de favores.

O caso típico de cumprimento de deveres de gratidão da sociedade de Antigo Regime é o das *mercês* régias, remuneratórias dos serviços dos vassallos. Estes serviços não eram estritamente devidos, importando alguma componente graciosa, algum favor que constituía o beneficiário em gratidão. A *mercê* era então, o pagamento do dever de gratidão, um dever não estritamente *legal*, mas quase jurídico [...]. Na generalidade dos juristas, estes deveres de *doação* (mas de doação *remuneratória*) de mercês são mesmo

considerados como estritos deveres de *justiça comutativa* (ou seja, da justiça que exige que a uma prestação corresponda outra, equivalente e inversa) e, portanto, deveres jurídicos em sentido estrito (HESPANHA, 2006, p. 139).

Comprovando as práticas de emulação nos poetas hispânico-coloniais, Lima (2007, p. 70) refere-se a Cláudio Manuel da Costa e diz que tanto no “Fundamento Histórico” quanto na nota 35 do poema “Vila Rica” consta a citação da obra *História de la conquista de Mexico*, de Antônio de Solis y Rivadeneira. Tal obra tem relação com o épico *La Mexicana* de Gabriel Lobo Lasso de la Vega. O autor acredita que tanto a primeira quanto a segunda obra tenham sido lidas por Cláudio Manuel da Costa, uma vez que o autor apresenta ao longo dos textos amplo conhecimento a respeito delas. Assim, Lima (2007, p. 70) afirma que:

Cláudio lê a obra *História Mexicana*, de Solis, imitação de *La Mexicana*, além da *Monarquia Indiana*, de Juan de Torquemada e a épica *Araucana*, de D. Alonso de Ercilla. Emula no *Vila Rica* as qualidades entendidas como heroicas nos índios mexicanos e chilenos nos brasileiros e a suposta heroicidade do personagem histórico Hernán Cortés em Antônio de Albuquerque, personagem histórico ficcionalizado epicamente.

Lima (2007) afirma ainda que o modelo do índio foi buscado na épica hispânica por não existirem aqui modelos que Cláudio Manuel da Costa acreditasse serem convenientes para emular e Lasso de la Vega foi o primeiro a transformar em ato heroico o poder de governar e instituir leis, ato executado também por Albuquerque, considerado herói pacificador e exemplo de governante que não necessita usar as armas para afirmar seu poder.

Sobre a presença do índio no poema “Vila Rica”, Cláudio Manuel da Costa parte de uma transfiguração: transforma o aspecto natural com aspecto idealizado. Assim, a personagem Aurora é descrita com traços europeus. Isso é permitido pela presença do gênero poético, pois no âmbito histórico o índio é considerado escravo.

Pessoti (2009) afirma que esse personagem já fazia parte do discurso ilustrado ou as adaptações brasílicas de modelos europeus. O Iluminismo teve como característica simbólica a transformação do europeu em sujeito e do selvagem em objeto. Nesse procedimento específico, os acadêmicos reunidos em torno do grêmio renascido estavam em plena consonância com a ilustração europeia. Os nativos foram tema de várias dissertações. Catarina Álvares, nome da índia Paraguaçu, casada com Diogo Álvares Caramuru e sua família também foram tema de dissertação histórica. Houve ainda dissertações sobre os idiomas falados pelos nativos, sobre as razões físicas de não

terem barba e a origem de sua cor avermelhada. Sua natureza também foi indagada pela pesquisa. Escreviam sobre as *Memórias para a história de todos os índios de nossa América*.

A obra “Vila Rica”, segundo as notas do autor, recebe esse título, pois se trata de um poema de louvor à fundação da capital da cidade mineira, transformada de arraial em vila, e assim chamada “Vila Rica” *de Albuquerque* (hoje conhecida como Ouro Preto) e fundada no dia 8 de outubro de 1711. A fundação ocorreu quando o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho fez uma reunião, contando com a participação de Manoel Pegado Serpa como secretário, na qual elegeu vereadores e juízes que tomaram posse no dia 7 de julho de 1710.

A narração do poema tem como elemento principal a viagem histórica do governador Antônio Albuquerque às Minas Gerais para pacificar a região tomada pela “Guerra dos Emboabas”, confronto travado de 1707 a 1709, entre os desbravadores vicentinos (bandeiras paulistas) e um grupo formado por portugueses e outros imigrantes do Brasil, apelidados de “Emboadas” e liderados por Manuel Nunes Viana. Tal fato, na ocasião em que foi escrito, correspondia a um acontecimento relativamente recente e, portanto, não constituía matéria aconselhável para a composição de uma epopéia, segundo os parâmetros de composição clássicos. O autor dedica sua obra ao Senhor Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, que era um dos nomes mais importantes do cenário político no alçamento de Vila Rica à condição de cidade.

Além da “Dedicatória”, o poema apresenta um “Prólogo”, documento de teor metalinguístico, que contém explanações do autor sobre o gênero e o assunto de seu poema, além do documento “Fundamento Histórico”, espécie de dissertação histórica que permite a contextualização do leitor sobre o assunto do poema. Há deste modo, uma preocupação em separar o que é histórico do que é ficcional. A amplitude da obra, composta de elementos extratextuais deve-se a uma preocupação do poeta em evitar críticas, não fugir aos propósitos do modelo de escrita da época e contentar tanto aqueles que buscam informação quanto aqueles que procuram na leitura a fantasia. Assim, nota-se que há uma posição do autor em relação ao seu pequeno grupo de leitores, pois sabia que começando por este pequeno círculo de letrados, seus escritos poderiam chegar ao velho mundo e quem sabe “girar pelo Universo” (COSTA, 1996, p. 446).

Cláudio Manuel da Costa não chegou a permitir que seu texto fosse publicado. Provavelmente acreditava não ser ainda o momento, visto que ainda necessitasse de lapidações. Assim, essa preocupação é demonstrada abertamente na tentativa não convincente de afirmar não ter a intenção de compor obra épica e também pelo fato de afirmar que suas fontes são legítimas. Há deste modo, uma intensa preocupação com a crítica.

## CAPÍTULO 4

### O FUNDAMENTO HISTÓRICO

#### 4.1. Histórico, Verossímil e Ficcional: “mitificação” necessária ao poema épico

Para tratar de história e ficção faz-se necessária a compreensão dos estudos estabelecidos a partir da História Cultural, que envolvem a relação entre a história dos textos, a história dos livros e a história da leitura.

Em seu livro *A História Cultural: Entre Práticas e Representações* composto por oito ensaios publicados entre 1982 e 1986, Chartier afirma que, nos anos de 1950 e 1960, os historiadores buscavam uma forma de saber controlada, baseada em técnicas de investigação, de medidas estatísticas, conceitos teóricos etc.. Esses historiadores acreditavam que o saber inerente à história devia se sobrepor à narrativa, entendida como o mundo da ficção, do imaginário, da fábula. Entretanto, a tendência hegemônica da historiografia atual propõe uma nova forma de interrogar a realidade, cuja base seria os temas do domínio da cultura e das representações.

Chartier (1990) considera as formas narrativas do discurso histórico e literário fundamentais à interpretação dos documentos que o historiador utiliza. Assim, o autor cita, para explicar esses conceitos, as ideias de Pierre Bordieu, Michel de Certeau, Michel Foucault e Paul Ricoeur, influenciados pela Escola dos Anales, como também as ideias de alguns autores influenciados pela Escola de Frankfurt, como Gadamer, Geertz, Habermas, Jauss e Norbert Elias.

Sua perspectiva de abordagem leva em consideração o contexto no qual o trabalho foi produzido. Os processos de civilização possibilitam compreender o discurso e o fato, questionando a ideia de fonte como mero instrumento de mediação e testemunho de uma realidade ou considerando as representações como realidade de múltiplos sentidos, mesmo porque as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.

Assim, Cláudio Manuel da Costa apesar de demonstrar comprometimento com a “verdade” dos fatos, parece agir de acordo com suas próprias aspirações e as aspirações da do grupo de acadêmicos. Constrói sua argumentação voltada mais para a comparação – no caso de seu texto em relação ao de Rocha Pita – porém, com poucos indícios que a



sustentem. Tal conduta é facilmente apreendida pelo historiador de hoje, que parece não confiar em relatos e em determinadas fontes.

Chartier acredita que há algo no discurso histórico que permite com que ele seja construído a partir de técnicas específicas. Pode ser uma história de eventos políticos ou a descrição de uma sociedade ou uma prática de história cultural. Para produzi-la, o historiador deve ler os documentos, organizar suas fontes, manejar técnicas de análise, utilizar critérios de prova. Assim, se é preciso adotar essas técnicas em particular, porque há uma intenção diferente no fazer história, que é restabelecer a verdade entre o relato e o que é o objeto deste relato.

O historiador hoje precisa achar uma forma de atender a essa exigência de cientificidade que supõe o aprendizado da técnica, a busca de provas particulares, sabendo que, seja qual for a sua forma de escrita, esta pertencerá sempre à categoria dos relatos, da narrativa. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza (CHARTIER, 1990, p.16).

Um texto pode ser aplicado à situação do leitor e, como configuração narrativa, pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. Por isso, entre o texto e o sujeito que lê, há uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo. O autor esclarece que os agenciamentos discursivos e as categorias que os fundam – como os sistemas de classificação, os critérios de recorte, os modos de representações – “não se reduzem absolutamente às ideias que enunciam ou aos temas que contêm, mas possuem sua lógica própria – e uma lógica que pode muito bem ser contraditória, em seus efeitos, como letra da mensagem” (CHARTIER, 1990, p.187).

Partindo da observação dos conceitos usados por Roger Chartier, é possível perceber que ele se preocupa com a forma através da qual os indivíduos se apropriam de determinados conceitos. Assim aprecia as mentalidades coletivas. Considerações sobre utensilagem mental, visão de mundo e configuração têm importância fundamental para o estabelecimento de um diálogo com as fontes<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Retirado da resenha de Ieda Ramona do Amaral e Luciane Miranda Faria. Disponível em [http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED\\_30/21\\_resenha%20sobre%20o%20livro%20de%20roger.pdf](http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED_30/21_resenha%20sobre%20o%20livro%20de%20roger.pdf). Acesso em 26 de julho de 2012.

Essa perspectiva permitiu confrontar o poema ao seu “Fundamento Histórico”, estabelecendo como tese defender a presença dos dados documentais que mitificam o objeto do poema e denunciam a relação entre a composição do “Vila Rica” e a participação do seu autor como acadêmico correspondente da capitania das Minas Gerais na Academia Brasílica dos Renascidos (1759).

Após avaliar todos os elementos de maior importância na pesquisa, observou-se que o processo de mitificação é fundamental para os preceitos de um poema épico aos moldes das poéticas antigas. Assim, retomando diversos usos e exemplos, observamos que Cláudio Manuel da Costa – muito mais poeta que historiador – utilizou-se de diversos elementos históricos, postos ao seu serviço desde as sondagens de seu nome para a Academia Brasílica dos Renascidos, para, depois de lhes dar um tratamento aparentemente objetivo e histórico, revesti-los de *matéria ficcional*.

O poeta transforma a matéria histórica e passa a narrar não o que de fato aconteceu, mas o que poderia ter acontecido. No “Fundamento Histórico”, os dados históricos são desprovidos de referenciais sólidos, há uma afirmação constante da veracidade e da busca documental, mas o que se apresenta são alusões a relatos de experiência do Coronel Bento Fernandes Furtado e a alusão a possíveis “provas” não descritas.

A inserção dos elementos imprecisos em um texto que demonstra a intenção de “comprovar” os relatos históricos, como é o caso do “Fundamento Histórico”, permitem essa passagem do relato para a ficção. A academia forneceu a matéria para a escrita do poema, Cláudio Manuel da Costa não escreveu uma dissertação acadêmica, pois seu lado poeta prevaleceu.

#### **4.2. O “Fundamento Histórico” e as razões de sua escrita**

O poema “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa traz como complemento algumas notas explicativas, o “Prólogo” e um documento de caráter histórico-científico denominado “Fundamento Histórico”, que antecede o poema, e cujo teor corrobora e aproxima duas “máscaras” de Cláudio Manuel da Costa: a de poeta e a de acadêmico.

O “Fundamento Histórico” foi publicado em 1813, antes do poema, portanto, e constituía publicação independente, no número 4 do jornal *O Patriota* (p. 40-68) que atribuiu a ele o título de *Memória histórica e geográfica da descoberta das Minas*,

*extraída do manuscrito de Cláudio Manuel da Costa, secretário do governo daquela capitania, que consultou muitos documentos históricos, existentes na secretaria do governo, e em outros arquivos.* Segundo Candido (2006), o jornal *O Patriota* foi fundado em 1813 no Rio de Janeiro pelo matemático Araújo Guimarães (1777-1838), que durou até 1814. Foi a primeira revista popular a funcionar regularmente no Brasil, estabelecendo o padrão que regeria as outras: trabalhos de ciência pura e aplicada ao lado de memórias literárias e históricas, traduções, poemas, notícias. Dirigidas pelo empenho em difundir a cultura em prol do progresso, *O Patriota* publicou poemas de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga.

Em março e abril de 1819, o jornal *O Correio Brasiliense* estampou o mesmo texto em duas partes, denominando-o *Matéria histórica*. Segundo Lopes (1997, p. 94):

Para nós, o título primeiro, escolhido pelo poeta, é mesmo “Fundamento Histórico”, como está no Manuscrito do Arquivo Público Mineiro e em outros. A mudança para “Memória” dever-se-á a Manuel Ferreira de Guimarães (1777-1838), o diretor de *O Patriota* e não vice-versa como pensa José Honório Rodrigues ao dizer que a “Memória” apareceu depois, na edição de Ouro Preto, sob o título de “Fundamento Histórico”. Estamos, porém de acordo com o historiador, na espera de alguém dedicar-se ao estudo crítico dessa intrincada primeira página da História de Minas. Será trabalho árduo. Como aqui interessa apenas o *Vila Rica* e o “Fundamento Histórico” acarreta muitas outras e emaranhadas questões, falamos do “Fundamento Histórico” somente para desfazer a ideia de que sua publicação em *O Patriota* estivesse ligada à do poema. Daí se explica a mudança do nome original: “Fundamento” só podia ser de alguma coisa, no caso o poema *Vila Rica*, ao passo que “Memória” bastava por si mesma.

Hélio Lopes, um dos pesquisadores que mais explorou os arquivos de manuscritos de Cláudio Manuel da Costa, acredita que o nome “Fundamento Histórico” tenha sido atribuído pelo próprio poeta, conferindo, desta forma, um vínculo entre a dissertação histórica e o poema “Vila Rica”.

Possivelmente, a questão do título “Fundamento Histórico” tenha sua problemática ligada mesmo à própria intenção do documento. A ligação do documento ao poema é afirmada por Cláudio Manuel da Costa no próprio conteúdo do texto, porém não se pode deixar de pensar em seu caráter autônomo e no fato de ele ter sido limado para ser aproveitado em uma possível publicação, já que não poderia mais servir ao seu fim “verdadeiro”, no caso, a inserção de uma contribuição sua para a notável “História da América Portuguesa”.

Enquanto sócio supranumerário da Academia Brasílica dos Renascidos, Cláudio Manuel da Costa tinha como missão desenvolver uma dissertação histórica acerca das

Minas Gerais para constar entre os demais capítulos da História da América Portuguesa, a saber, com apontamentos, documentos buscados em arquivos públicos e cartorários (processos de inventários, livros de notas de tabeliães, processos civis etc.). Na distribuição dos empregos da agremiação consta que as *Memórias para a História universal de nossa América, que se hão de escrever na língua portuguesa [...]* deveriam ser um trabalho em equipe, desenvolvido por todos os integrantes da agremiação e que a parte “do bispado de Marianna, compreendendo o districto do Rio das Mortes, S. José de Villa Rica do Ouro Preto, cidade de Marianna, Sabará ou Rio das Velhas” nomearia “quatro sócios, entre elles Cláudio Manoel da Costa e João Pereira Ramos.<sup>34</sup>” Tal empresa não se concretizou durante a existência da Academia Brasílica dos Renascidos. Não se sabe se Cláudio Manuel da Costa produziu qualquer escrito em nome da agremiação. Porém, anos mais tarde, após sua morte, deram a conhecer o seu épico e uma dissertação que o acompanhava.

A relação do “Fundamento Histórico” com o poema “Vila Rica” já foi mencionada por alguns teóricos. Em uma conferência, D’Alvarez (1946), já considerava o poema como uma manifestação acadêmica:

O espírito conservador da maioria dos acadêmicos não tinha forças para romper com a tradição de subserviência ao trono. Por este lado os Renascidos pouco se avantajaram aos Esquecidos. [...] Entretanto a Academia dos Renascidos não foi só isso. O seu proposito de integrar o Brasil na história universal foi cumprido em grande parte. Todas as tarefas distribuídas com os seus inúmeros associados estavam estreitamente ligados com os interesses superiores da colônia. Estudos sobre a agricultura, a pecuária, os índios, o clima e a salubridade de razões as mais distantes os hábitos e costumes, o comércio e a navegação, artes e letras, quase tudo foi lembrado e realmente tractado com carinho e proficiência. Os seus associados, distribuídos pela vastidão do território brasileiro, estimulados pelo dinamismo da organização nacionalista, apresentaram contribuições ainda hoje apreciáveis como a “História da Capitania de S. Vicente” pelo acadêmico supranumerário Frei Vicente do Salvador, ou “Vila Rica” o poema adornado de curiosas informações do acadêmico supranumerário Cláudio Manuel da Costa (D’ALVAREZ, 1946, p. 10)<sup>35</sup>.

Sérgio Alcides (2008) também comenta a possibilidade da Academia Brasílica dos Renascidos ter motivado a escrita de “Vila Rica” e do “Fundamento Histórico”:

É bem razoável supor que o *Vila Rica* foi, indiretamente, um fruto da Academia dos Renascidos. Isso é válido especialmente quanto ao “Fundamento histórico” de que o poema vem acompanhado, como uma espécie de introdução e ao mesmo tempo moldura historiográfica para a ação

<sup>34</sup> Distribuição dos empregos entre os acadêmicos da Academia Brasílica dos Renascidos (Tomo 1, 2º Trimestre de 1839, nº 2 – documento nº 63, caixa 4. Revista IHGB.

<sup>35</sup> Palestra realizada no Instituto do Ceará na sessão de 4 de janeiro de 1946.

épica e maravilhosa de heróis e entidades sobrenaturais, em verso heróico. Cláudio Manuel foi indicado como sócio supranumerário precisamente para que o pudessem incumbir de um relato sobre o descobrimento e a povoação das Minas, dentro do principal escopo acadêmico previsto nos estatutos da instituição: *Para se escrever a história eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar, enfim uma História Universal de toda a América Portuguesa, com mais brevidade se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos [...]* (ALCIDES, 2008, p.48).

Souza (2012) em obra recente também comentou a relação da agremiação com o documento divulgado posteriormente. Afirma que depois de desfeita a Academia Brasílica dos Renascidos a sociabilidade letrada se manteve e cartas atestam a comunicação entre os acadêmicos:

Continuaram trocando cartas, documentos, informações: da Bahia, Rodrigo da Costa e Almeida enviava dados genealógicos sobre os descendentes de Filipe Cavalcanti que ali se tinham estabelecido para Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, sócio supranumerário do Recife. Cláudio Manuel da Costa se valeu de documentos levantados em arquivos de São Paulo por frei Gaspar da Madre de Deus, renascido como ele, e ainda dos coligidos na Torre do Tombo por outro supranumerário paulista, Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Além disso, parece datar daquele final da década de 1750 o empenho de Cláudio em reunir na secretaria de governo os documentos para escrever uma história de Minas Gerais, tarefa que lhe foi designada quando ingressou na Academia dos Renascidos. Cerca de quinze anos depois essas fontes sustentariam a narrativa do *Fundamento Histórico ao poema Vila Rica*, marco da historiografia mineira e da construção da memória regional (SOUZA, 2011, p. 149).

As contribuições dos estudiosos supracitados revelam que a associação do “Fundamento Histórico” à Academia Brasílica dos Renascidos é plausível, uma vez que um documento tão completo, tão parecido formalmente com as dissertações dos acadêmicos, não mereceria um fim tão desvalorizador, uma vez que ao ser anexado ao poema transforma-se em mero elemento didático ou “de apoio” e, portanto, relegado a um segundo plano.

Antes, porém, de explorar o relato de Cláudio Manuel da Costa, cabe recuperar o que Lopes (1985, p. 53) afirma sobre o documento, quando analisa a crítica de Sílvio Romero sobre o poema “Vila Rica”: “O “Fundamento Histórico” poderá despertar em algum leitor a ideia de que o “Vila Rica” seria, ou deveria ser, o poema sobre as bandeiras. Nada mais falso”.

Concordando com as palavras de Lopes, o “Fundamento Histórico” e o poema “Vila Rica” se situam no contexto conhecido como “A guerra dos emboabas”. Porém, não se pode restringir seu campo de significações, pois o documento revela uma cronologia que vai de 1640 até a contemporaneidade do poeta (momento de sua escrita).

Explora assuntos políticos, geográficos, históricos, culturais e, no caso do poema, esses elementos se intensificam pela inclusão do folclore e dos mitos que o envolvem. As notas explicativas e o “Prólogo” constituem igualmente fontes interessantes, nos quais aparece claramente a metalinguagem que permite que os estudiosos consigam conhecer o modo de escrita da época e, muitas vezes, o modo de pensar do autor. São textos, portanto, largamente utilizados pela historiografia, pois contribuem para a reconstituição de um momento importante tanto para nossas letras, no campo dos estudos filológicos e literários, quanto para as áreas focadas em estudos histórico-culturais.

A união de gêneros distintos formando um mesmo elemento, no caso a junção de um texto histórico a um texto literário, suscitou questões:

- a) Seria o “Fundamento Histórico” um mero elemento didático, elaborado com a finalidade de esclarecer episódios históricos para que estes não fossem “confundidos” com a parte ficcional expressa pelo poema ou seria uma indicação a fontes da sua pesquisa?
- b) A reunião da documentação necessária para a composição da dissertação histórica seria um trabalho racional de compilação feita exclusivamente para dar ao público uma base histórica para a compreensão do poema?
- c) Até que ponto o papel de leitor do Brasil setecentista era considerado importante neste momento para que houvesse essa efetiva preocupação?

A partir das respostas a essas questões pretende-se compreender as intervenções de Cláudio Manuel da Costa em relação à elaboração do “Fundamento Histórico”. Para tanto, faz-se necessário tomar como base para a reflexão o contexto histórico em que o documento foi produzido e as pesquisas já realizadas sobre o mesmo *corpus*.

A primeira questão que se coloca em pauta é a relação do “Fundamento Histórico” com a “instrução”. Para estabelecer essa ligação, retomar-se-á os conceitos de composição retórica e poética no setecentos que, no cenário luso-brasílico afirma-se pela *Poética* de Aristóteles, a epístola *Ad Pisones* de Horácio, as *Institutiones* de Quintiliano e o tratado *Do sublime*, atribuído a Longino.

Segundo Chaves (1997, p. 21) “a imitação da natureza – fundada no conceito aristotélico da mimese e reduzida, por vezes, à imitação dos modelos antigos e modernos – é o cerne dessa poética e de seus mais importantes postulados”.

Durante muitos anos do século XVIII, a noção de mimese relacionou-se ao entendimento de que a poesia era mais universal e elevada que a história. Porém, por outro lado, havia uma faceta mais inovadora que defendia a reforma de aspectos fundamentais da vida social, como a religião, o direito, a moral, a educação, o governo, os costumes para alcançar um estado de maior felicidade, pela obediência às leis da razão, a qual só admitia as *verdades naturais*.

A busca das formas naturais do mundo físico e moral conduz a literatura à valorização do mundo exterior – alheio à estética clássica, onde a noção de natureza humana impedia um interesse maior pelo pitoresco dos costumes e paisagens – e à criação de novos ideais de vida social e de tipo humano. O *herói* passou a ser o *homem natural*, configurado de formas diversas, mas sempre com características do padrão ideal.

Quando a verossimilhança é superada pela intenção de verdade, a literatura deixa de privilegiar o prazer estético em favor da representação do mundo natural, social ou humano, tendendo assim para uma expressão sincera do sujeito e para um discurso científico e/ou cultural, de tema filosófico, político, sociológico e de tendência didática ou polêmica.

Lopes (1985), ao fazer menção ao “Fundamento Histórico” afirma:

Cláudio Manuel da Costa faz preceder-se o poema de um “Fundamento Histórico”. Além das notas esclarecedoras de alguns versos, julgou necessária esta informação a fim de o leitor, sentir-se amparado entre a verdade e a fantasia. Será, portanto, errado nós nos atermos aos versos dos dez cantos como tábua única e segura nas incertezas dos acontecimentos e nas decisões dos fatos. Escreveu o poeta “uma história para o poema e não um poema para a história” (LOPES, 1985, p. 53).

Diante dessa elucidação sobre a mudança de paradigmas ocorridas no século XVIII, que passam da visão estética para a valorização do real (ideia ressaltada em Candido Lusitano sobre o ambiente luso-colonial), é possível aceitar que a produção do “Fundamento Histórico” deu-se, como afirma Lopes, para servir de apoio à leitura do poema. O teórico não desqualifica o documento, dando a ele papel de “suporte”, ele revela que tem a mesma importância que o poema, porém, o próprio título coloca o documento em um nível secundário, cujo teor apenas serviria para “fundamentar” ou

“comprovar”, papel que também concernia às notas explicativas presentes no poema, que explicavam e, portanto, também “fundamentavam” ou fatos.

Percebe-se, assim, que houve a pretensão de atribuir ao poema um alto grau de ficcionalidade, amparada por documentos de autoridade, como era comum ao se utilizar a retórica. O “Fundamento Histórico”, as notas explicativas e o “Prólogo” assumiam outra face, servindo de justificativa a essa ampliação na matéria poética. Deste modo, o “Fundamento Histórico” torna-se a base para a criação do mito que o poema busca para se efetivar.

A exaltação da razão como condutora da ficção e a conseqüente exaltação da história, por deter “provas concretas” extraídas de fontes, também fazia parte das normas da Academia Brasílica dos Renascidos que tinham como objetivo “comunicar a verdade”. Esse aspecto se faz corroborar pelas normas atribuídas à resolução de matérias polêmicas: reunião de dados, fundamentação e jamais a visão solitária do acadêmico, no caso de dúvidas.

Havia um projeto de elaboração de história registrada nos escritos das academias (dos Esquecidos e dos Renascidos), segundo o qual os Renascidos faziam clara distinção entre a “memória” e a “história”. “Por intermédio da cooperação mútua e validação recíproca dos resultados obtidos nas investigações fazia-se a passagem da glosa à crítica” (KANTOR, 2004, p. 193).

Cláudio Manuel da Costa, no primeiro parágrafo do “Fundamento Histórico” justifica o fato de as notas explicativas não serem suficiente ao esclarecimento dos versos de seu poema.

Persuadido o autor desta obra de que não serão bastantes as notas com que ilustrou os seus Cantos a instruir ao Leitor da notícia mais completa do descobrimento das Minas Gerais, da sua povoação e do aumento a que têm chegado os seus pequenos Arraiais, se resolveu a escrever esta preliminar histórica, em que protesta não pertender alterar a verdade a benefício de alguma paixão, e só se regula pelo mais crítico e incontestável exame, que por si e por pessoas de conhecida inteligência e probidade pôde conseguir sobre fatos que ou a tradição conserva de memória, ou escreveu raramente algum gênio curioso, que o testemunhou de vista (COSTA, 1996, p. 360) (grifo meu).

Essa introdução permite considerar a ideia de que o documento tenha sido escrito com finalidade secundária, ou seja, apenas como um pano de fundo para a leitura do poema (a mais importante, portanto). O fim do documento não é contestável. Cláudio Manuel da Costa o afirma. Porém, como se revelou ao longo deste trabalho, a reunião



da documentação necessária à escrita da dissertação deu-se ainda quando o autor era secretário de governo, época também em que era filiado à Academia Brasílica dos Renascidos. Assim, o principal fator que se propõe a investigar é a intenção de tal escrito.

Assim, no fragmento em destaque, o autor afirma não pretender “alterar a verdade a benefício de alguma paixão”, pressuposto também encontrado nas práticas acadêmicas ilustradas. Porém, o autor não exclui de suas investigações as contribuições “que a tradição conserva de memória” e é nesse ponto que a ficção pode se revelar.

Candido no prefácio de *Raízes do Brasil* de Holanda (2001, p. 09) afirma que a certo momento da vida nossos testemunhos tornam-se registros da experiência de muitos, de uma geração. Julgando-se diferentes, vão tornando-se tão iguais, que acabam desaparecendo em sua individualidade para se dissolverem nas características gerais de sua época. Assim, “registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar”.

Essa passagem adequa-se perfeitamente ao “Fundamento Histórico” de Cláudio Manuel da Costa. Sua estrutura, apesar de ser condizente ao ideal ilustrado, no sentido de buscar a veracidade dos dados apresentados, pautava-se também na memória, por entender que a palavra do homem servia como comprovação, assim como os demais documentos. No poema “Vila Rica” o recurso à memória também se faz presente e ocorre pela tentativa de criação de um mito. Sobre o funcionamento da memória no discurso da poesia mineira setecentista, Marques<sup>36</sup> afirma que “há a memória arquivo que endossa a tradição, vista como passado petrificado” e a “memória operadora de diferença em que o passado é retomado como objeto de reflexão e apreendido como algo dinâmico, marcado pela mobilidade do presente (...) na poesia mineira do setecentos parecem coexistir esses dois tipos de memória”. Esses dois tipos figuram no poema “Vila Rica” e no “Fundamento Histórico”, uma vez que parte do conhecimento histórico arraigado na mentalidade dos habitantes, para, a partir dele, refletir sobre os fatos, aplicando, assim, novas possibilidades com recurso da ficção.

O “Fundamento Histórico”, alternando documentos e memória constrói um pano de fundo para a leitura do poema. Apesar da intenção de sua escrita não poder ser afirmada, entende-se que é um texto que supre a carência dos leitores que buscam

---

<sup>36</sup> MARQUES, Reinaldo Martiniano. (In) Confidências da memória na poesia mineira do século XVIII. *Revista do II Congresso da ABRALIC*. v. III. p.304.

informação e cumpre o seu papel de base para o texto literário sem necessariamente precisar vincular-se a ele.

Acredita-se, assim, que a escrita do “Fundamento Histórico” funcione como um recurso didático, elaborado com a finalidade de esclarecer episódios históricos mostrando sua veracidade, mas também se constitui como texto autônomo.

Por constituir - o “Fundamento Histórico” - a base para que os leitores do poema épico pudessem compreender a história e diferenciá-la do poema/mito, faz-se importante considerar a questão da recepção de textos no século XVIII. Zilberman (2008) afirma que desde Aristóteles já se considera a presença do receptor. Prova disso é a recorrência em sua teoria do sentido da *catarse*, que significa a reação diante de uma situação dramática. Esse elemento é desvinculado da tragédia do universo religioso. Aristóteles compreende a poesia em geral e a tragédia em particular, dentro de uma perspectiva profana, o que ressoa sobre sua circulação, não mais dependente dos aparatos de culto, de uma parte, e das iniciativas políticas, de outro, a que aquelas formas artísticas estiveram subordinadas durante o século V a. C..

Aristóteles indiretamente registra a secularização da poesia, fundamental para sua expansão e fortalecimento de modo autônomo já na Antiguidade. Essa secularização depende da importância da ação da plateia, de como essa plateia recebe o texto, traduzida pela forma de reação individual à apresentação pública e material de obras poéticas.

Ainda de acordo com Zilberman (2008), o legado que Aristóteles deixou para as teorias da recepção permanece até os dias atuais e a aceitação do auditório - resposta definida de modo coletivo, mas experimentada de maneira pessoal - a consolidação da poesia enquanto sistema com características próprias, hábeis a serem descritas por meio de instrumentos específicos, como a Poética e a Retórica à época do filósofo, ou, desde o século XIX, a Teoria da Literatura e a História da Literatura.

Ainda sobre a prática da recepção, desta vez levando em conta, como destinatários, os poetas mineiros, Marques (1996) afirma que se não se pode falar de uma prática generalizada da leitura em Minas Gerais no século XVIII, porém sabe-se que um grupo pequeno formado por letrados e intelectuais praticavam a leitura constantemente.

Apesar das dificuldades de acesso a livros e da ausência de universidades, gráficas e editoras, além da censura controlando a circulação de informações e ideias, havia

bibliotecas pessoais, a exemplo das de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e o Coronel José de Resende Costa. A biblioteca mais completa, contendo duzentas e setenta obras com aproximadamente oitocentos volumes, era a do Cônego Luís Vieira da Silva, professor do Seminário de Mariana.

Nessas livrarias pessoais dos homens deste tempo encontravam-se, ainda de acordo com Marques (1996) léxicos e dicionários, obras de Teologia, Direito, Filosofia e livros de grandes autores da Antiguidade clássica. Encontravam-se também os clássicos portugueses, franceses, espanhóis e italianos, juntamente com os tratados de oratória e poética. Obras sobre ciências e conhecimentos práticos, como os tratados de História Natural, Física, Astronomia, Geometria, Geografia, e os manuais de Agricultura, Arte Militar e Medicina que também constituíam o rol de obras que circulavam entre os letrados.

Entre os escritores e letrados de Vila Rica notam-se, ainda, variados modos de leitura, como, por exemplo, o exercício mais antigo de leitura em voz alta, para um grupo de amigos, ato inferido dos depoimentos dos inconfidentes nos *Autos da devassa*.

No seu depoimento, Gonzaga confessa ter comparecido a uma reunião em casa de Freire de Andrade, pensando tratar-se tão somente de uma reunião literária, para leitura de "algumas estrofes" de Alvarenga Peixoto. Essas reuniões e encontros aconteciam em casas de amigos. Parecem comuns entre os letrados. E é de se supor que, em tais ocasiões, propícias ao enlace da poesia com a política, eles liam não só produções poéticas de própria lavra, caso da aludida recitação do famoso *Canto genetliaco* de Alvarenga Peixoto, referida no depoimento de Gonzaga, como também ouviam a leitura de passagens dos clássicos greco-latinos. Anteriores às academias oficiais constituem essas reuniões exemplos da sociabilidade intelectual, desenvolvida em torno do livro, lido, discutido e emprestado.

A prática de leitura em voz alta também era comum em meios acadêmicos, como nas tertúlias dos Esquecidos e nas reuniões dos Renascidos. Também ocorriam nos encontros dos árcades ultramarinos, apesar de não existirem ou não terem sido encontradas atas dessas reuniões. Esses encontros foram registrados nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, que reunia relatos dos homens envolvidos na conjuração, alguns deles, poetas, que também assumiam pseudônimos pastoris e julgavam-se membros dessa Arcádia na colônia.

O hábito da leitura silenciosa no quarto ou na biblioteca, como incremento à reflexão pessoal, solitária, e estímulo à composição de versos, também parece bastante difundido no meio intelectual mineiro do setecentos, conforme atesta o personagem Critilo no início das *Cartas Chilenas* (1787-88) de Tomás Antônio Gonzaga. Bem como a leitura antes do deitar-se, ou a leitura na intimidade dos casais.

Percebe-se que os intelectuais e escritores de Vila Rica liam textos alheios e próprios, pois queriam sentir-se integrados na tradição literária e cultural do Ocidente e gostavam de praticar debates sobre suas leituras. Muitas vezes, a leitura era praticada seguida da escrita, em trabalhosas experimentações que requeriam capacidade inventiva e inspiração. Comum também era a leitura do texto do outro, a fim de estabelecerem-se críticas construtivas, dentro de um jogo intertextual caracterizado por apropriações, traduções e emulações.

Assim, sabendo da importância dada à leitura e à preocupação com a recepção desde a Antiguidade, como fica evidente já no cuidado de Aristóteles ao abordar o tema, a obra em questão também dependia da aceitação de um público, mesmo que esse público fosse restrito. É possível, assim, pensar que o “Fundamento Histórico” e o poema “Vila Rica”, servem, deste modo, a duas finalidades importantes aos olhos dos principais retores e poetas, que era a de instruir e a de embelezar.

Um documento histórico não poderia conter os elementos ornamentais, já a poesia, por ser menos voltada à realidade, não poderia suprir as necessidades práticas de um documento baseado em provas concretas. No entanto, o hibridismo que não seria decoroso na alternância entre poesia e dissertação pode ganhar nova roupagem no modelo prefacial da advertência, do prólogo ou na linguagem dramática, do argumento.

#### **4.3. Os *Fundamentos* e suas fontes declaradas**

Para que a composição do “Fundamento Histórico” ao poema “Vila Rica” chegasse a bom termo, Cláudio Manuel da Costa precisou lançar mão de algumas fontes. Dessas, seguem algumas declaradas nos próprios textos e outras não declaradas, mas que mantém ligação com os mesmos, seja pela temática, seja pela importância em seu contexto histórico.

As fontes históricas guardam o sentido etimológico do termo. O *Novo dicionário da língua portuguesa* registra quinze sentidos para a palavra latina “fonte” que, etimologicamente designando a nascente ou bica de água, também foi usada em latim

pra designar causa ou origem. Mantendo a etimologia, contemporaneamente tem sido usada em diversos sentidos.

Sobre o conceito de Fonte, será utilizado o trabalho de Lombardi (2004), que em pesquisas verificou que o *Dicionário filosófico* de Abbagnano (1983) traz uma discussão mais ampla e profunda sobre as fontes, não somente em sentido etimológico, mas também quanto às fontes históricas, tal como segue:

Fontes Históricas. (Ingl. Historical Sources; fr. Souces historiques...). Com esta expressão se indica, comumente, o material da pesquisa historiográfica. As fontes Históricas costumam ser divididas em remanescentes e tradições. Os remanescentes são: 1) os restos das obras produzidas pelo homem (casas, pontes, teatros, utensílios, etc.); 2) os modos de vida das comunidades (usos, costumes, ordenamentos jurídicos, políticos, etc.; 3) as obras literárias e filosóficas; 4) os documentos em geral. Os restos produzidos com a intenção de transmitir uma recordação se chamam monumentos. Tais são os documentos que tiveram a finalidade de testemunhar, no futuro, a conclusão de um fato e tais são as inscrições, as medalhas, as moedas, etc. Por último, as fontes da tradição são aquelas pelas quais se transmitia memória dos fatos passados e podem ser orais e escritas [...] (ABBAGNANO, 1983, p. 482-483).

Segundo Lombardi (2004), da mesma forma que é impossível pressupor a ciência da história sem que ela tenha um objeto de investigação, não é possível o entendimento dos objetos de investigação sem as fontes, e estas por sua vez, como o material que fundamenta e embasa a própria pesquisa histórica. As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida.

Ainda de acordo com o autor, nem todas as ações históricas ficaram registradas para a posteridade. Elas são vivências sociais que, apesar de terem existido, não poderão ser recuperadas e contadas. Apesar da impossibilidade de se recuperar muitos acontecimentos, experiências e vivências do ser humano, também temos que convir que desde tempos imemoriais os homens produzem artefatos, documentos, testemunhos, monumentos, entre outros, que tornam possível o entendimento do homem sobre sua própria trajetória. Tais registros históricos constituem os documentos, os testemunhos, os monumentos, usados pelo historiador para aproximar e tornar inteligível seu objeto de estudo.

Os monumentos não foram sempre conhecidos e utilizados pelo homem para entender como viveram e vivem os próprios homens. Assim, não resta alternativa ao historiador: é preciso definir claramente o que deseja estudar, delimitando o objeto de investigação; Em seguida, é necessário buscar todo tipo de fonte que ajude a reconstruir (em pensamento) o objeto de investigação delimitado.

[...] no meio da poeira de documentos antigos, na lama das escavações ou no manuseio de instrumentos muito desenvolvidos tecnicamente é sempre o homem vivo que o historiador procura encontrar, é a sociedade na qual esse homem viveu, trabalhou, amou, procriou, guerreou, divertiu-se que o historiador quer decifrar. E, para tal, todo tipo de documento que esclareça esses aspectos é de fundamental importância (BORGES, 1988, p.61).

Muitas vezes as fontes apresentam lacunas, parciais, escassas, raras ou dispersas. Assim, é preciso usar as informações iniciais obtidas para que estas nos levem a novos dados, e atentos aos indícios que levam a novas perguntas e fontes – formando uma rede de informações. É importante utilizar várias fontes que estabeleçam contato com o problema de investigação.

Considerando-se que as fontes são testemunhos que possibilitam entender o mundo e a vida dos homens, todos os tipos de fontes que ajudem a entender o mundo dos homens e suas relações são aceitáveis.

Ginzburg (1991) reconhece que o trabalho do historiador é direcionado por um “imaginário historiográfico” e por um lugar social e reitera afirmando que o historiador se modifica pela interação com relação à alteridade trazida pela documentação.

Para Barros (2010) o passado traz ao historiador vozes com as quais ele interage, colocando-o em contato com aspectos que passam a integrar a sua própria experiência, e com vários elementos que o reconstruem como sujeito de investigação. Assim, a documentação traz a sua contribuição para o resultado do trabalho historiográfico não só como objeto que se configura em testemunho ou discurso de sua época, mas também abrindo caminhos de compreensão e, enriquecendo, como experiência, o historiador.

As fontes históricas permitem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não existem e que aprenda novas maneiras de enxergar a história e formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico. Lidar com variedades de fontes históricas também instrui o historiador sobre as diferentes e novas possibilidades de expressão.

Convém, a partir desses dados, proceder a uma explanação sobre o “Fundamento Histórico” e suas fontes, ressaltando alguns fatores significativos quanto à temática e ao contexto a que se refere. A partir dessa explanação, será possível compreender quais fontes declaradas e as fontes não declaradas integram a composição do “Fundamento Histórico”.

A razão deste trabalho se ater ao “Fundamento Histórico” relaciona-se ao fato de ser um texto muito semelhante aos encontrados na coleção dos escritos da Academia Brasílica dos Renascidos. Entre os pontos de semelhança destaca-se a temática do documento, que dialoga com a finalidade das investigações da Academia Brasílica dos Renascidos, a forma do documento, que mantém relação muito próxima com a elaboração de uma dissertação acadêmica, pelo uso de um modo de escrita específico, calcado, principalmente no discurso argumentativo da retórica, e além desses indícios, observa-se a existência de declarações do poeta que o ligam a uma rede de contatos formada a partir da agremiação.

A Academia Brasílica dos Renascidos era uma instituição de utilidade pública. Como esclarece Lima (1980), associa-se a preocupação de prestar serviços a toda comunidade, no sentido de informação cultural, como consta da “Adição dos estatutos”: “Desejando a mesma academia fazer-se útil à Pátria, quanto lhe for possível, e compondo-se hoje de Sócios, muito eruditos, e versados em todas as faculdades, se oferecem a responder a todas as dúvidas, que a ela quiser ir propor qualquer Pessoa, e em qualquer matéria [...]” (LIMA, 1980, p. 109). Assim, já se pode estabelecer uma aproximação entre a prática institucional da academia e a intenção de Cláudio Manuel da Costa em seu “Fundamento Histórico”.

Devido à sua condição de colono, nota-se que suas ações são mais efetivas, voltando-se para fatos e acontecimentos da história de seu país e seus heróis, tentando delinear os caminhos da história, da descrição geográfica, da flora, fauna e mesmo dos habitantes nativos. Tal conduta alimentou os ânimos dos acadêmicos, que acreditavam estar dando contributos para várias áreas de conhecimento. O “Fundamento Histórico” processa-se de modo semelhante, pois contribui com a história, uma vez que como o próprio acadêmico afirma em seu “Prólogo”:

E se estas Minas, pelas riquezas que têm derramado por toda a Europa, e pelo muito que socorrem com a fadiga dos seus habitantes ao comércio de todas as nações polidas, eram dignas de alguma lembrança na posteridade, desculpa o amor da Pátria, que me obrigou a tomar este empenho, conhecendo tanto a

desigualdade das minhas forças. Estimarei ver elogiada por melhor pena uma terra que constitui hoje a mais importante Capitania dos domínios de Portugal.

As Minas Gerais representavam a maior parte da arrecadação régia. Assim, nada mais compreensível que “presentear” seus habitantes e a coroa com um estudo histórico dessa região para servir de base a uma ambição maior: a construção de um poema épico para imortalizar sua “pátria”. Sua empresa mostra-se socialmente útil e agradável.

Segundo Viveiros (2009, p. 13), para compor o poema “Vila Rica”, Cláudio Manuel da Costa pautou-se em Virgílio e Voltaire, pois como o primeiro autor, buscava na produção de um poema épico, resgatar ou criar origens para sua pátria, Minas Gerais, sob a influência da *Eneida*, que também tratava da fundação de uma nova pátria após as peregrinações do herói. Já através do *La Henriade* de Voltaire, Cláudio Manuel da Costa figura o momento em que sua pátria abandona a desordem e envereda pelo caminho da civilidade. Além dessas, Cláudio Manuel da Costa busca inspiração em outras produções semelhantes, como foi observado anteriormente. Ele parte da necessidade de criação de uma história e de um mito, pois foi assim que o mundo civilizado foi visto e admirado. Essa ambição de Cláudio Manuel da Costa figura em quase toda sua produção, primeiramente como indagação a respeito das diferenças entre Europa e Minas e depois pela adoção de uma perspectiva diversa, de maior ação, quando reivindica melhoras para sua “pátria Minas” através das homenagens ao conde de Valadares expressas n’ “O Parnaso Obsequioso”, por exemplo.

Lima (1980) afirma que as academias deixaram códigos mais ou menos organizados, visando à publicação. Sua matéria encontra-se dispersa em várias instituições brasileiras e portuguesas e são textos apócrifos, com marcas de vários copistas, excepcionalmente constituídos por autógrafos.

O programa de atividades proposto pela Academia Brasílica dos Renascidos está contido em dois itens: a “Distribuição dos empregos” e “Notícia das obras”. O primeiro consiste em um arrolamento de temas de responsabilidade de um ou mais acadêmicos. Já a “Notícia das obras” corresponde ao programa específico, formado pela discriminação da matéria em função de um ato comemorativo.

Em um primeiro nível têm-se os trabalhos científicos e de investigação histórica, são propostos para realização em longo prazo e obedecem ao propósito da composição da História Universal da América, cuja divisão se dá em função dos distritos administrativos, cidades e bispados.



O segundo item é constituído ainda por memórias regionais, no sentido de facilitar a elaboração da história universal. Nota-se que Cláudio Manuel da Costa iniciou sua busca por documentos na época em que recebeu o convite da Academia Brasílica dos Renascidos. O teor do documento mescla-se: em parte, apresenta relatos, o que faz pender para o lado das memórias. Por outro lado, preocupa-se com a prova concreta, documental, o que o faz reclinar para uma empreita mais ousada. Assim, o que deveria ser, de acordo com sua tarefa na academia, uma composição baseada na história do “bispado de Mariana”, estende-se a todas as cidades que a cercam.

Cláudio Manuel da Costa afirma que suas provas são as mais fiéis à realidade, mas não as demonstra, não cita de onde vieram. O lado “histórico” de sua produção parece, assim, enfraquecido e é a falta de explicação que serve de subsídio para a mitificação do “Fundamento Histórico”, à medida que alguns elementos *imprecisos* (enquanto informações) são utilizados à sombra das informações colhidas na academia, tornando a matéria *verossímil*, e, portanto, criadora do universo *filosófico*, na concepção dos poetas antigos, no qual a poesia figura como *aquilo que poderia ter sido* (cf. ARISTÓTELES, 2005, p. 44-45), ou seja, Cláudio Manuel da Costa é acadêmico, poeta e pesquisador, mas ao colocar elementos imprecisos no “Fundamento Histórico” faz dialogar histórico e verossímil.

#### **4.3.1. Breve resumo do documento e suas fontes declaradas**

O início da prelição introduz um fato significativo para a direção que o autor pretende dar aos seus relatos: trata-se do episódio de expulsão dos jesuítas, antes mesmo das ordens expressas dadas pelo Marquês de Pombal para que o diretor da Academia Brasílica dos Renascidos as pusesse em prática. Revelam que os paulistas já haviam percebido antes mesmo do ministro que se tratava de uma congregação corrupta.

Em 1631 jesuítas integrantes da Companhia de Jesus resolvem fugir do território paulista e transferem cem mil índios guaranis de Guairá pra além das cataratas do Iguaçu. Apenas dez mil índios chegam e em 1639, quatro mil índios guaranis derrotam bandeirantes utilizando fuzis com a permissão da coroa espanhola. Essa façanha repetiu-se em 1641, à margem direita do rio Uruguai, evento que marcou o poema épico *O Uruguai* de Basílio da Gama. Em 1640, a Bula de Urbano VIII determina a

excomunhão a quem escravizar indígenas. Assim, os colonos paulistas se revoltam e expulsam os jesuítas, que retornam em 1643.

Referindo-se a este acontecimento, Cláudio Manuel da Costa afirma sua visão ilustrada e pombalina. Defendendo os paulistas, utiliza como um dos argumentos o posicionamento antijesuítico dos mesmos antes das ações da reforma ilustrada. Essa posição também era a mais aceitável entre os integrantes da Academia Brasílica dos Renascidos, pois, ao participar da agremiação, os acadêmicos mostravam-se favoráveis ao governo, reverenciando os feitos não só do rei, mas também de seu ministro e demais integrantes do topo do corpo místico. Assim, cabe enfatizar que tal aceitabilidade marcou a Academia Brasílica dos Renascidos. Sua antecessora, a Academia Brasílica dos Esquecidos, de orientação escolástica, contava com uma maioria de clérigos e demonstravam, algumas vezes, serem contrários às práticas ilustradas. Exemplo claro desse dualismo de ideias são os poemas *Caramuru* e *Uruguai*: o primeiro deixa transparecer sua ligação com a religião e com os dogmas defendidos pelo clero. Seu autor busca as fontes para a escrita do poema justamente na Academia Brasílica dos Esquecidos e conta com a ajuda de seus integrantes. O segundo poema, por sua vez, já afirma – até por ser fruto do contexto – ser adepto da nova mentalidade, a ilustrada, e fiel às ordens do ministro do rei, que estava no centro do poder. Percebe-se, assim, em sentido *lato*, a mudança de foco do teocentrismo para o antropocentrismo.

Os próximos dois parágrafos são destinados à explanação sobre a obtenção das fontes para a escrita do documento. Assim, o primeiro nome que o autor cita é o do Coronel Bento Fernandes Furtado e o segundo é o de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Entre os desta conduta deu um importante socorro o Coronel Bento Fernandes Furtado, natural da Cidade de São Paulo, que há poucos anos faleceu no Serro do Frio, tendo sido morador no Arraial de São Caetano, distrito da Cidade Mariana. Confiou ele do Autor em sua vida alguns apontamentos que fizera, e achando-os o Autor em muita parte dissonantes do que havia lido na História de Sebastião de Pita Rocha e outros escritores das cousas da América, procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das Câmeras e Secretarias dos Governos das duas Capitanias, São Paulo e Minas.

O Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme, natural também da mesma Cidade de São Paulo, e ali morador, de estimável engenho e de completo merecimento, remeteu ao Autor desde aquela Cidade todos os documentos que conduziam ao bom discernimento desta obra, e regendo-se o Autor por Ordens Régias, Cartas de Governadores e atestações de Prelados Eclesiásticos, e manuscritos desde a era de 1682 achados nos arquivos que

foram dos padres denominados da Companhia de Jesus naquela Província, facilmente poderá desculpar-se se oferece ao público este Poema, sem o receio de ser insultado nas opiniões que sustenta, ainda quando mais contestadas de uns e outros sectários.  
(COSTA, 1996, p. 360).

Cláudio Manuel da Costa uniu, assim, em seu documento estes dois elementos: a “memória”, que teve como suporte as contribuições do Coronel Bento Fernandes Furtado, que lhe teria confiado, pouco antes de morrer, "alguns apontamentos” que fizera, e a parte correspondente à história em si, que foi construída graças ao auxílio de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que enviou ao autor documentos de teor incontestável, como as ordens régias, cartas de governadores e atestações de prelados eclesiásticos, além de manuscritos desde a era de 1682.

Segundo Lopes (1985), o “Fundamento Histórico” pode ser lido sem o poema. Mas antes da leitura do poema convém que seja lido o “Fundamento Histórico”. O autor afirma que o documento prepara o leitor para que ele compreenda a narrativa. Declara que, antes de ser o poeta de sua terra, Cláudio Manuel da Costa foi o seu historiador, tanto é que construiu sobre os enredos da história a sua poesia. Porém, nota-se no “Fundamento Histórico” a falta de consistência nas informações relativas às fontes, que abrem espaço para uma leitura pouco esclarecedora. A tentativa de afirmar que sua obra prima pela “verdade” cai em contradição. Assim, o lado poeta, conhecedor dos artifícios da verossimilhança, aparece, comprovando que antes de ser político e historiador, Cláudio Manuel da Costa é um artista, criado não pela Arcádia (como afirma), mas pela sua própria escola, apesar de ter recebido influxos de todo o espírito da época em que viveu.

Tradicionalmente, uma epopeia se baseia no mito ou na tradição (em menor grau) de relato de um determinado feito. Isso faz eternizar a memória. Entretanto, sem uma memória, o fato tende a cair do vazio. O historiador Cláudio Manuel da Costa, por seu turno, apoia-se em uma memória criada e já cristalizada para compor seu poema.

Lopes (1985, p. 54) ainda aceita o fato de o poema ter sido escrito antes da “preliminação histórica”, funcionando como complemento às notas explicativas do poema.

[Cláudio Manuel da Costa] recorreu à tradição, “que conserva os feitos, e aos escritos de algum gênio curioso”, “testemunha de vista” dos acontecimentos. Entre eles, os já lembrados, Bento Fernandes Furtado e Pedro Taques de Almeida Paes Leme. O primeiro, Cláudio conheceu-o pessoalmente: “Confiou ele ao autor em sua vida alguns apontamentos, que fizera, [...]”. Já o poeta verificou, a tempo, como as notícias de Bento Fernandes

discordavam de outros autores e vai conferi-las com as de Sebastião da Rocha Pita e os documentos das Câmaras de São Paulo e Minas.

Os apontamentos a que se refere Cláudio Manuel da Costa constituem a narrativa intitulada *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*, publicada na edição crítica do *Código Costa Matoso*, organizada pela Fundação João Pinheiro.

O primeiro documento que se refere a Albuquerque como um herói pacificador é a obra *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita<sup>37</sup>, citado como Sebastião de Pita Rocha por Cláudio Manuel da Costa. Albuquerque é colocado ao lado dos emboabas, como seu partidário, e suas ações consideradas honrosas, pois havia estabelecido ordem em meio à tirania dos paulistas. Rocha Pita descreveu a passagem do governador pelas Minas como uma empresa destinada a: “reduzir aquele grande número de súditos, que vagava sem firmeza, à vida urbana e política, erigindo as seis vilas cujos nomes deixamos já escritos”. À exaltação da figura do governador pelos emboabas, que teriam mesmo rogado a sua intervenção em território mineiro, contrapõe-se a detração dos paulistas, descritos como os adversários de Albuquerque, ameaçado e maltratado por eles no encontro nas imediações da vila de Guaratinguetá.

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que o poema se impõe como contraponto crítico à obra de Rocha Pita, claramente contestado pelo autor, ele não deixa de validar o seu elogio aos feitos do governador Antônio de Albuquerque.

A *História da América Portuguesa* foi publicada em Lisboa pela Officina de Joseph Antônio da Silva, em 1730 e pode ser considerada a primeira produção histórica

---

<sup>37</sup> Sebastião da Rocha Pita, segundo Moisés (2001) nasceu na Bahia, a 03 de maio de 1660, cursou os Estudos Humanísticos no Colégio dos Jesuítas na mesma capitania e depois se mudou para Portugal, onde se formou em Cânones da Universidade de Coimbra, em 1682. Foi alferes em 1678 e chegou a coronel em 1694. Foi fidalgo na Casa Real em 1701 e Cavaleiro da *Ordem de Cristo*. Fundou, em 1724, juntamente com outros homens influentes de seu tempo a Academia Brasílica dos Esquecidos e também foi sócio correspondente da Academia Real de História Portuguesa. Tornou-se vereador em 1727 e faleceu a 02 de novembro de 1738. Entre suas publicações estão *Breve Compendio e Narração do Fúnebre Espectáculo que da insigne cidade da Bahia, cabeça da América Portuguesa, se viu na morte d’El Rei D. Pedro II* (1709), tendo em apêndice três sonetos e um romance em castelhano, o que lhe confere a categoria de segundo poeta brasileiro que viu estampada as suas produções líricas; *Sumário da Vida e da Morte da Excelentíssima Senhora D. Leonor Josefa de Vilhena e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia* (1721), com um romance, duas décimas e três sonetos em apêndice; *História da América Portuguesa desde o ano de 1500, do seu descobrimento, até o de 1724* (1730); *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita presidido na Academia Brasílica, na conferência de 7 de maio de 1724*. Inédito até 1972 permaneceu um *Tratado Político*, manuscrito de 53 páginas, redigido em 1706.

do Brasil, pois, apesar de ser a segunda<sup>38</sup>. A obra enquadra-se nos objetivos tanto da academia brasílica quanto da academia portuguesa e a elaboração, segundo Candido e Castello (1973, p. 96) a obra foi iniciada na Bahia e concluída em Portugal, onde dispôs do restante da documentação necessária, depois da que utilizou entre nós. Relata os acontecimentos ocorridos no Brasil desde o seu descobrimento, em 1500 até ao ano de 1724 e divide-se em dez partes/livros, constituindo-se numa crônica administrativa do Brasil. No frontispício de sua primeira edição aparecem as seguintes palavras:

Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até de mil e setecentos e vinte e quatro. [...]; [...] Offerecida á Magestade Augusta d'El Rey D. João V, Nosso Senhor composta por Sebastião da Rocha Pitta, Fidalgo da casa de Sua Magestade, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Coronel do Regimento da Infantaria da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados della, e Academico Supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza, 1730.<sup>39</sup>

Segundo Candido e Castello (1973), a obra é um relato detalhado de fatos e circunstâncias, louvores a autoridades e figuras de relevo em acontecimentos de cunho militar e histórico. Está entremeada de detalhes descritivos da paisagem e de aspectos que evidenciem as riquezas da terra, fundindo, assim, a informação com a crônica histórica.

O primeiro e o segundo livros apresentam a descrição da natureza e a sua fertilidade, das cidades, províncias e gentes do Brasil. Os demais, sem deixar de ser ufanista e apresentar as grandezas e belezas da terra, destinam-se à crônica da vida política e administrativa da colônia desde 1500 até 1724, ano que se instalou a Academia Brasílica dos Esquecidos. De forma geral, o escritor se fixa principalmente na descrição das sucessões de governo que ocorreram no Brasil-Colônia.

A linguagem utilizada por Rocha Pita em conformidade com a tendência cultista barroca, que era dominante, apresenta certo tom hiperbólico e ufanista, sobretudo nos primeiros capítulos, como afirma Moisés (2001). Tal visão eufórica era recorrente desde o tempo da crônica de Pero Vaz Caminha.

Segundo Lima (2007), Sebastião da Rocha Pita cria a História da América Portuguesa que pressupõe a defesa de uma teoria da razão de Estado cristã. Apresentando-se como fidalgo portador de uma autoridade autorizada, escreve uma

---

<sup>38</sup> A primeira história do Brasil foi escrita por Frei Vicente do Salvador, um século antes, mas permaneceu manuscrita. Sua publicação ocorreu somente no século XIX.

<sup>39</sup> Cf. Bibliografia em “Códices, fontes históricas primárias e secundárias”.

história oficial, na qual o Império Lusitano baseava a sua política na defesa prudente da “verdadeira religião”, mas atribui aos paulistas qualidades imprudentes, como a cobiça, a inveja, a insubordinação, a maledicência etc., defeitos que não poderiam ser aceitos por Cláudio Manuel da Costa para sua elaboração poética. Tudo indica que Pedro Taques Paes Leme, contemporâneo de Cláudio Manuel da Costa, baseia a invenção de sua história *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*, publicada em 1771, na correspondência com Cláudio Manuel da Costa e que o Fundamento Histórico pode ter sido a base para a invenção de outras histórias, como a do Frei Gaspar da Madre de Deus (1975).

Segundo Pessoti (2009), Sebastião da Rocha Pita escreveu sua História da América Portuguesa (1730) sob a influência do novo método historiográfico desenvolvido pela academia histórica metropolitana, a Academia Real de História Portuguesa e sob os auspícios de um cosmopolitismo que englobava as academias portuguesas e luso-brasileiras colocou seus membros em contato com a produção intelectual de vários países europeus. Se isso não seria suficiente para fazer de Rocha Pita um baluarte de ideias iluministas, o que ele, de fato, não foi, é preciso considerar que ele manteve contatos com um circuito intelectual que foi influenciado pela ilustração e que sua obra foi o reflexo elaborado a partir da colônia de uma tentativa de renovação de práticas eruditas desenvolvidas na metrópole sob uma perspectiva que dialogava com preceitos iluministas.

Porém, apesar de tentar se adequar a essa nova perspectiva de construção historiográfica percebe-se ainda um vínculo temático voltado aos ideais escolásticos no que se refere ao seu posicionamento acerca da congregação religiosa renegada posteriormente por Pombal. Talvez, esse caráter de transição escolástica-iluminista esteja relacionado às múltiplas visões dos integrantes da Academia Brasílica dos Renascidos, que contribuíram com seus escritos para compor a dita história.

Segundo Moraes (2012) o teor da História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pita é:

[...] curiosamente objeto de polêmica atitude do acadêmico que, participante da Academia Real de História Portuguesa, como acadêmico correspondente ou supranumerário, ao lado de Gonçalo Soares da Franca (outro brasileiro da academia portuguesa), acaba por enviar como trabalho de sua autoria um conjunto de pesquisas realizadas pelos acadêmicos Esquecidos, ao longo de um ano de conferências e debates. Consta das *Actas da Academia Real de História*, em conferência de Novembro de 1725, a menção ao acadêmico supranumerário Sebastião da Rocha Pita, o qual entrega à agremiação

portuguesa os resultados dos trabalhos realizados no Brasil (MORAES, 2012, p. 47).

O episódio da expulsão dos jesuítas merece destaque no “Fundamento Histórico”. Tal fato ocorreu por iniciativa dos paulistas em 1640, que foram restituídos (os jesuítas) em 1653 graças à interseção de Fernão Dias Paes. Cabe nesse momento considerar que o relato histórico nunca é imparcial. Deste modo, quando Cláudio Manuel da Costa inicia sua dissertação colocando-se contra a *História da America Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pita por esta ser “tendenciosa” e transformar os paulistas em vilões, ele já define seu propósito, que é mostrar outra versão dos fatos, e também se mostra inclinado para a defesa de um dos lados. Ocorre, assim, um ruído no documento: o relato de Rocha Pita é assumidamente escolástico (defende a congregação religiosa), sendo “criticado” por Cláudio Manuel da Costa, um ex-escolástico, neoclássico no presente.

Cláudio Manuel da Costa continua seu relato mostrando os hábitos dos paulistas e sua persistência. Pois mesmo sabendo que a Coroa já perdia as esperanças de encontrar metais preciosos, devido a décadas de procura frustrada, eles ainda continuaram suas incursões pelos sertões. Aproveitavam que precisavam adentrar as matas a procura de índios (para que servissem de escravos) e sondavam a região.

Trabalharam incessantemente por adiantar os interesses do Real Erário e se gloriam de que fossem Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno de Siqueira os primeiros Paulistas que apresentaram as mostras do ouro das Minas Gerais ao Governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, pelos anos de 1695 (COSTA, 1996, p. 361).

O “Fundamento Histórico” ainda menciona que o ouro teria sido encontrado em 1693 por Antônio Rodrigues Arzão, provavelmente cristão-novo, natural da Vila de Taubaté. Chegando à Capitania do Espírito Santo, apresentou a descoberta ao Capitão-Mor Regente e à Câmara. Deste ouro duas memórias teriam sido feitas em forma de anéis, uma delas ficara com o Capitão-Mor e a outra com Arzão, fundamentando no poema o argumento do Canto II. Após falecer, Arzão deixa a Bartolomeu Bueno a tarefa de dar continuidade à exploração. Assim, em 1694 sai de São Paulo e vai até o Rio das Mortes. No caminho, para garantir sua sobrevivência, planta milho, para colhê-los durante o retorno.

Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido, saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e

servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, serra que de Vila Rica dista pouco mais de oito léguas: aí plantaram meio alqueire de milho; e porque o Sertão era mais estéril de caça que o do Rio das Velhas, para este passou Bartolomeu Bueno a tropa, enquanto madurava a pequena sementeira de que esperava manter-se, para continuar o descobrimento (COSTA, 1996, p. 362).

Nota-se que há, por parte do poeta, a intenção de contar os fatos com minúcia. Não se sabe a fonte que utilizou para afirmar tais procedimentos por parte dos paulistas (plantio de milho), mas, provavelmente, esse episódio tenha origem em relatos ou memórias e abre brechas para a ficcionalização da história. Na continuação do relato tem-se que:

No ano seguinte, que foi o de 1695, voltaram os referidos sertanistas a colher a sua planta, e entrando na Itaverava foram encontrados do Coronel Salvador Fernandes Furtado e do Capitão Manuel Garcia Velho e outros, conquistadores também do Gentio e povoadores das Vilas que ficam ao leste de São Paulo: já então trabalhavam com algum desembaraço os primeiros sertanistas, ajudados de um grande número de índios, que haviam cativado nos sertões do Caeté e Rio Doce; mas como lhes obstava a falta de experiência necessária, e não tinham instrumentos de ferro para a laboreação, apenas se contentavam com o pouco que podiam apurar em pequenos pratos de pau ou de estanho, servindo-lhes os mesmos paus aguçados de cavar a terra e descobrir os cascalhos, formações em que se conserva e se cria o ouro (COSTA, 1996, p. 362).

Cláudio Manuel da Costa narra ainda que Miguel de Almeida, explorador do grupo de Bueno, pediu ao Coronel Salvador Fernandes Furtado uma clavina em troca do ouro que encontrasse. O coronel recebeu assim, doze oitavas de ouro, que usou para comprar duas índias, mãe e filha, a mãe recebeu em batismo o nome Célia e a filha recebeu o nome Aurora. No poema esse episódio ganha vulto e às personagens acrescenta-se também a figura do índio Argasso.

Quis Miguel de Almeida, um dos companheiros do Bueno, melhorar de armas, e propôs ao Coronel Salvador Fernandes Furtado a troca de uma clavina, dando-lhe por avanço todo o ouro que se achasse nos da comitiva; aceitou o Coronel a oferta, e dando-se busca ao ouro, se não achou entre outros mais que doze oitavas; recebeu-as o Coronel, e como Manuel Garcia Velho quisesse ter a vaidade de aparecer com todo aquele ouro em São Paulo, cometeu ao Coronel a venda de duas índias, mãe e filha, a preço das doze oitavas: conveio este no trato e compra das índias, as quais catequizadas, se batizou uma com o nome de Aurora, e outra com o de Célia. Desta última há notícia que faleceu há poucos anos na Vila de Pitangui, em casa de uma filha casada do dito Coronel, e aqui tem fundamento histórico o episódio de Aurora (COSTA, 1996, p. 363).

Depois de vender Aurora, o Capitão-Mor Manuel Garcia Velho, entregou em Taubaté a Carlos Pedroso da Silveira o ouro que recebera como pagamento, adquirindo



uma “glória falsa” uma vez que se mostrou descobridor daquele ouro. Por esse “falso feito” recebeu o cargo de Provedor dos Quintos.

Após esses episódios, Cláudio Manuel da Costa narra as fundações e descobrimentos de cada Vila: Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica de Ouro Preto, Sabará, Caeté (Vila da Rainha), Vilas de São João, Vilas de São José e Serro Frio (Vila do Príncipe) e em seguida relata como se deu a divisão das comarcas, apresentando os governadores da capitania, detendo-se na história de D. Rodrigo de Castelo Branco, cuja história no poema tranforma-se em fábula épica para determinar a culpabilidade de Borba Gato.

E porque não é intento do Autor cansar ao Leitor com a multiplicidade dos nomes de tantos que têm a glória de descobridores, e apenas podem ser conhecidos dentro das suas famílias e pátria, e menos noticiar individualmente os rios, córregos e serras que por sua ordem se foram descobrindo, de que tudo tem uma verídica e suficiente informação, só pelas datas dos tempos fará ver ao curioso quais foram aqueles que deram ao manifesto as faisqueiras mais avultadas em que hoje se acham criadas as Vilas do Ouro Preto, a Cidade Mariana, a Vila do Sabará, a do Caeté, a de São João d'El-Rei, a de São José e a do Príncipe no Serro do Frio, que fazem as cabeças das quatro Comarcas da Capitania das Minas Gerais (COSTA, 1996, p. 364).

Em seguida, o autor descreve a “série de governantes” que se sucederam na capitania de Minas Gerais.

Tornando a série dos Governadores que ou entraram nas Minas, tendo anexas as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, ou que particular e separadamente as governaram, a que aludiu o Autor naquele verso - Fernando, Artur e D. Rodrigo, o morto - é sem dúvida que deixados alguns governos interinos de ordem d'El-Rei, ou sem ela, sucederam na administração das Minas Gerais todos os que se apontaram cronologicamente no Canto IX.

José de Miralles, sócio da Academia Brasílica dos Renascidos também elabora uma enumeração dos principais governantes, vice-reis, capitães, tenentes, mestres de campo que desempenharam suas funções militares no Brasil e pela descrição de alguns dos episódios mais representativos ligados à história brasílica em sua *História Militar do Brasil* (1900) que adota uma perspectiva diacrônica, partindo de 1549 até 1762. Segundo Pessoti (2009) a narrativa foi fundamentada em fontes utilizadas para confirmar as passagens e comprovar o discurso do autor. Recorrendo a esse procedimento acreditava estar se assentando sua história militar em bases fidedignas. A busca por esses documentos fez com que Miralles solicitasse ao rei que seu acesso fosse liberado a arquivos e documentos que facilitassem a confecção da obra. Esse

procedimento comprova que a academia primava pela *verdade* e, por isso, a escrita deveria ser fundamentada com documentos. Tratando-se de recurso similar ao empregado por Cláudio Manuel da Costa, infere-se que tal documento fosse de seu conhecimento.

Manuel de Borba Gato, morador das cercanias do rio das Velhas fica encarregado por seu sogro, Fernão Dias Paes, de guardar uma reserva de pólvora e chumbo durante sua viagem ao Rio de Janeiro, onde deveria mostrar algumas provas de esmeralda ao governador. Esse material deveria ser usado apenas após recebimento de ordens régias.

Alguns dias depois da viagem de Fernão Dias, entretanto, Cláudio Manuel da Costa narra que o Governador D. Rodrigo chega à casa de Borba Gato acompanhado de alguns paulistas e pede a pólvora e o chumbo que estão sob seus cuidados. Borba Gato não entrega o material e inicia-se uma discussão que culmina na morte de D. Rodrigo.

Fernão Dias, ao retornar, ajuda seu genro a fugir com seus agregados e, assim, Borba Gato torna-se o primeiro habitante dos arredores do rio São Francisco, enchendo de gado as suas margens.

No poema esse episódio adquire outra tonalidade, diversa da história, graças ao recurso da ficção, pois é clara a intenção do eu-lírico em defender os paulistas quando atribui a Borba Gato qualidades, como a fidelidade ao sogro e quando se ocupa da morte de D. Rodrigo para unir plano real e infernal, uma vez que a figura do nobre morto é de suma importância na narração, pois além de tentar advertir Albuquerque em sonho para que ele desista da empreita de adentrar as matas, também confere ao herói essa sensibilidade típica dos heróis clássicos em transitar entre dois terrenos diferentes: o da vida e o da morte. Assim, nesse momento, a obra de Cláudio Manuel da Costa dialoga tanto com *Os Lusíadas*, por ser D. Rodrigo o lado desencorajador, como era o Velho do Restelo no poema de Camões e também com a *Eneida* de Virgílio, que recebe constantemente informações do “lado dos mortos”, principalmente para que Eneias cumpra os deveres fúnebres, de proporcionar aos seus uma sepultura digna. Apesar de pertencer a outra cultura, Cláudio Manuel da Costa apropria-se da cultura greco-latina, inserindo os atos fúnebres em seu poema épico.

No poema, a morte do D. Rodrigo ocorre, porém, o personagem Borba Gato é perdoado por Albuquerque garantindo seu direito às minas de esmeralda.

Estimulado contudo dos remorsos da consciência, cuidou em mandar dous Índios práticos a São Paulo a tomar alguma inteligência dos seus parentes sobre o estado em que se achava o seu crime; estes lhe facilitaram o acesso

ao Governador Artur de Sá e Menezes, recentemente chegado àquela Capitania; falou-lhe Artur de Sá com afabilidade e lhe prometeu o perdão em nome d'El-Rei, contanto que ele fizesse certo o descobrimento que denunciava do Rio das Velhas.

Segundo Lopes (1985, p.60), o episódio da morte de D. Rodrigo exemplifica a fusão da História com o Mito. D. Rodrigo chegou a Minas Gerais em 1681 e em 1682 foi morto ou por Borba Gato ou por seus agregados. A opinião de Cláudio Manuel da Costa é a seguinte: “ainda que sem mandato expresso do Borba, foi morto D. Rodrigo nessa ocasião por uns pagens, ou bastardos, que viviam agregados a ele”. O fato em si não importa desde que o fim seja a responsabilidade moral do ato e seu isolamento entre os selvagens à margem do Rio Doce.

Cláudio Manuel da Costa aproxima fatos ocorridos em épocas diferentes. No poema, por exemplo, a morte de D. Rodrigo ocorrera trinta anos antes e mesmo assim, o personagem morto aparece nos sonhos de Albuquerque, para dissuadí-lo de suas ideias.

Outras versões da história relatam que, alguns anos após sua fuga, Borba Gato enviou dois índios a São Paulo para pesquisar sua situação. O governador concedeu-lhe perdão em nome do rei, contanto que reconhecesse o descobrimento do Rio das Velhas. Depois de instaurada a autoridade do Governador sobre aquela região iniciaram-se as desordens das Minas, brigas motivadas pela luta por propriedade entre paulistas e forasteiros. Tais desentendimentos culminariam na Guerra dos Emboabas. Segundo Cláudio Manuel da Costa dois religiosos foram os reponsaveis pelo aumento dos tumultos, pois monopolizavam o comércio de fumo e da cachaça e queriam monopolizar também o comércio de gado. O nome dos religiosos não é citado, mas o manuscrito presente na Biblioteca de Lisboa apresenta esses nomes, sendo o de Frei Francisco de Menezes e de Frei Conrado. Os paulistas foram expulsos da região em 1709 e 1710, quando Manuel Nunes Viana reivindica e assume temporariamente o posto de Governador sem as ordens reais.

D. Fernando Martins Mascarenhas, governador do Rio de Janeiro, diante da situação dirige-se pessoalmente ao Rio das Mortes, porém, desconfiado de que o governador vinha munido de armamento, Viana reúne uma multidão de pessoas para intimidá-lo. D. Fernando pede oito dias para se retirar e parte para São Paulo para se reunir com os paulistas. Porém, quando chega sabe da nomeação de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para o cargo de Governador.

Derramada esta voz pelas Gerais, se dispôs Manuel Nunes Viana a disputar-lhe a entrada; armou então de política e cortejo um grande número de homens de cavalo, e repartiu ordens por todos os distritos circunvizinhos ao Ouro Preto, que com pena de morte se aprontassem aqueles moradores para uma diligência. Chegava D. Fernando ao Arraial das Congonhas, distante oito léguas de Vila Rica, quando os que acompanhavam a Viana, avistando de longe ao Governador, clamaram em altas vozes: Viva o nosso Governador Manuel Nunes Viana, e morra D. Fernando, se não quiser voltar para o Rio de Janeiro!

[...]

Chegou ao Rio de Janeiro a frota de Portugal, e nela veio render a D. Fernando o Governador e Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, por patente datada em Lisboa em 23 de novembro de 1709.

Em seguida, o documento relata algumas das ações de Albuquerque:

Na passagem que fez a comitiva de Albuquerque pelos levantados, foi conhecido de Antônio Francisco o Capitão José de Souza, que vinha na sua guarda: cumprimentaram-se sem algum susto, por ter servido o dito Antônio Francisco de soldado na praça da Colônia, na Companhia do mesmo Capitão. Este lhe deu a notícia de haver entrado já nas Minas o Governador, e o capacitou com fortes persuasões a que o buscassem, e se lançassem a seus pés os Chefes dos levantados, se queriam melhorar de semblante na sua causa.

A perturbação em que se via posto o governo de Viana, combatido pela parcialidade avultada de Sebastião Pereira de Aguiar, e os ameaços de um formidável castigo, que de ordem d'El-Rei acabava de insinuar o Capitão José de Souza, obrigaram a Manuel Nunes Viana, a Antônio Francisco e a muitos outros cabeças do levantamento a partirem sem demora para o Arraial do Caeté: aí se achava hospedado o Governador em casa de uns três irmãos, naturais também da Bahia, que eram José de Miranda Pereira, Antônio de Miranda Pereira e Miguel Alves Pereira, talvez parentes ou amigos de Sebastião Pereira de Aguiar.

Prostraram-se aos pés de Albuquerque os rebeldes, e desculparam como lhes foi possível os seus crimes: o Governador os recebeu afavelmente, não querendo usar do poder e das ordens de que vinha fortalecido; segurou a todos o perdão pela emenda que dessem a conhecer para o futuro; e não tardou a capacitar a Manuel Nunes e Antônio Francisco que não convinha a assistência deles nas Minas Gerais, por sossegar de uma vez o tumulto dos povos.

Retiraram-se com este conselho os dous para as fazendas que tinham nos Sertões: sossegou o povo com a ausência dos Patronos, e prosseguiu Albuquerque na criação das Vilas e estabelecimento da Capitania. Bem é de ver quanto suor e fadigas empregaria o prudente General em segurar o fim de uma tão escabrosa como interessante empresa. Foi ele o primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo; que pisou as Minas com luzimento e firmeza do caráter, em que El-Rei o pusera; que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar neste Continente o seu nome. Esta a heroicidade que lhe considera o Autor por virtude da qual o contempla digno do elogio com que honra Solis ao seu Cortês.

Tais ações são consideradas pelo autor como “Admirável conquista, e sempre ilustre Capitão! Daqueles que vagarosamente produzem os séculos, e de que há raros

exemplos na História!” O que mostra que sua história mantém uma organização encomiástica semelhante à encontrada em outros textos acadêmicos, inclusive em Sebastião da Rocha Pita.

O “Fundamento Histórico” compartilha da mesma matéria ou episódio histórico que o poema épico e aparece articulado à composição, mas a particulariza no quadro das letras luso- coloniais e corresponde a um trabalho de pesquisas e levantamentos de diversos assuntos, como, por exemplo, lendas referentes ao descobrimento do ouro, documentos que confirmam os conflitos entre paulistas e emboabas, fatos relacionados às fundações das cidades de Minas Gerais em 1640, ano em que os paulistas teriam expulsado de suas terras os jesuítas, e 16 de julho de 1768, data contemporânea marcada pela posse do conde de Valadares como Governador das Minas Gerais.

Apesar de o tempo da narrativa da ação principal corresponder ao período da viagem de Antônio de Albuquerque e à fundação da cidade de Vila Rica, a duração do “Fundamento Histórico” obedece ao período que abarca o poema de um modo geral, pois retrata a sucessão cronológica de todos os governantes da região de Minas Gerais até a época contemporânea ao poeta.

Lopes (1985), em suas pesquisas, também afirma que o leitor que espera na leitura do documento e, principalmente no poema, surpreender-se com a narrativa da grande saga das bandeiras, decepciona-se. Sobre as façanhas dos bandeirantes, já haviam sido compostos dois poemas épicos: um deles intitulado *Brasilienses Aurofodinae* de Basílio da Gama, texto que permitiu ao poeta de *O Uruguai* a entrada na Arcádia Romana, provavelmente desconhecido de Cláudio Manuel da Costa e outro, que trata da descoberta de ouro e esmeraldas, lido por Cláudio Manuel da Costa, de autoria de Diogo Grasson Tinoco, enviado de São Paulo por Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Varnhagen (1857), quando narra a participação de Fernão Dias Paes Leme na busca pelos metais preciosos e o recebimento, logo após a descoberta, de uma carta do rei de Portugal, refere-se ao poema de Grasson Tinoco:

Fernão Dias, que até ali, bem que sertanejo, não dera maior importância aos seus serviços, ao ver-se assim honrado com a correspondência do Rei, a cujo conhecimento chegara a notícia de sua existência, cobrou brios, e obrou prodígios, e o resultado foi aparecerem logo na corte amostras de belas turmalinas de verde esmeralda, afogueados topázios, dos que ainda os joieiros chamam do Brasil, e tantas ametistas, que estas pedras preciosas, começaram a deixar de o ser, por vulgares. Os serviços de Fernão Dias Paes chegaram até a ser cantados, por Diogo Grasson Tinoco, em um poema épico

intitulado *O Descobrimento das Esmeraldas*, do qual possuímos apenas algumas estancias publicadas (VARNHAGEN, 1857, p. 68).

O poema de Grasson Tinoco é uma das fontes utilizadas pelo poeta para constituir a sua história de Minas. Sobre o poema consta no “Fundamento Histórico” que “dá o autor uma idéia deste descobrimento, conforme o que leu em um Poema manuscrito de Diogo Grasson Tinoco, feito no ano de 1689; e mostra quanto trabalhou nesta empresa Fernão Dias Paes, natural de São Paulo” (PROENÇA-FILHO, 1996, p. 373).

Cláudio Manuel da Costa continua seu relato afirmando que:

A 27 de setembro de 1664 cometeu o Senhor Rei D. Afonso VI a Agostinho Barbalho a empresa do descobrimento das esmeraldas, facilitando-lhe o fim deste negócio com uma carta, que escreveu o mesmo Senhor a Fernão Dias Paes, cujo zelo e capacidade já era bem conhecida naquela Corte, na qual lhe ordenava desse todo o socorro necessário para a conclusão deste particular. Esta carta fez tanta impressão no espírito generoso de Fernão Dias Paes, como se pode coligir da presteza com que satisfez as primeiras ordens que nela se continham, e bem o refere Diogo Grasson na oitava 27 do seu panagórico ao mesmo Fernão Dias (PROENÇA-FILHO, 1996, p. 374).

E expõe os poucos versos do poema de Grasson Tinoco, os únicos de que se tem notícia:

Lendo-a Fernão, achou que EI-Rei mandava  
Dar-lhe ajuda, e favor para esta empresa,  
E em juntar mantimentos se empenhava  
Com zelo liberal, rara grandeza;  
Mas porque exausta a terra então se achava,  
E convinha o socorro ir com presteza,  
Mandou-lhe só cem negros carregados  
À custa de seus bens, e seus cuidados.  
(PROENÇA-FILHO, 1996, p. 374).

O autor explica ao leitor as passagens do poema épico de Grasson Tinoco e as embasa com as citações transcritas:

Depois de passados alguns anos, tempo em que já estava no Trono o Senhor D. Pedro ii, sabendo Fernão Dias que com a morte de Agostinho Barbalho não tiveram efeito as ordens que trouxera, se quis encarregar voluntariamente da execução delas, escrevendo primeiro a Afonso Furtado de Mendonça, Governador que era então daqueles Estados, e tinha a sua residência na Bahia, oferecendo-se-lhe para este fim com a sua pessoa, e com todos os seus bens: mandou-lhe Afonso Furtado uma patente de primeiro Chefe daquela empresa aos 30 de abril de 1672. Nos princípios do ano de 1673 se pôs Fernão Dias em marcha com vários parentes e amigos seus, demandando a altura em que Marcos de Azeredo fazia certo o descobrimento das esmeraldas, em cuja diligência sofreu trabalhos infinitos, como testifica o seu panagerista na oitava 35.

Parte enfim para os serros pertendidos,  
Deixando a Pátria transformada em fontes,  
Por termos nunca usados, nem sabidos,  
Cortando matos, e arrasando montes;  
Os rios vadeando mais temidos  
Em jangadas, canoas, balsas, pontes,  
Sofrendo calmas, padecendo frios  
Por montes, campos, serras, vales, rios.

Desta sorte chegou à paragem chamada pelos naturais Anhonhecanhuva, que quer dizer água que se some, e entre nós tem o nome de sumidouro. Aqui se deteve Fernão Dias por espaço de quatro anos com pouca diferença, e fez várias entradas no Sobra Bussu, que val o mesmo que cousa felpuda, e é uma serra de altura desmarcada, que está vizinha ao Sumidouro, a qual chamam todos hoje Comarca do Sabará. Nela achou diversa qualidade de pedras, que por falta de prática se lhes não soube dar o valor de que talvez eram dignas. Da demora que aqui teve Fernão Dias, e do muito que aqui sofreu, teve origem a discórdia entre muitos dos seus companheiros, pois quase todos conspiraram contra a sua vida, e por último o deixaram só.

Vendo-se Fernão Dias neste desamparo, não esmorece, antes entra a cuidar na brevidade da sua derrota, com ânimo de buscar a endireitura chamada Vupabussu, que soa na nossa língua lago grande, e junto deste é que se supunham os socavões das esmeraldas. Achava-se Fernão Dias falto do necessário para adiantar o giro desta expedição. Escreve à Pátria e ordena à mulher não se lhe negue cousa alguma do que pede. Assim o diz a oitava 4 do seu elogio.

Isto suposto, já para a jornada  
Manda à Pátria buscar quanto a seu cargo  
Incumbe, pois que a fábrica guiada  
Destruída se vê do tempo largo.  
Determina à fiel consorte amada  
Que a nada, do que pede, ponha embargo,  
Inda que sejam por tal fim vendidas  
Das filhinhas as jóias mais queridas.

Com efeito chegou o postilhão, e trouxe consigo o que Fernão Dias pedia. Puseram-se a caminho e foram percorrendo por uma dilatada montanha, até que chegaram a Tucambira, que quer dizer papo de tucano, e deixando todo este espaço avassalado, partiram para a Itamirindiba, que é rio muito fértil de peixe e significa propriamente pedra pequenina e buliçosa. Aqui pararam por algum tempo, e se proveram de forma que lhes não fosse danosa qualquer invasão do Gentio: ultimamente buscaram o rumo do Norte, e que, depois de atravessarem uma parte dos Sertões incultos, chegaram águas do Vupabussu. Aqui cuidou Fernão Dias logo em expedir cem bastardos dos que trazia, a fim de examinar a formalidade das terras circunvizinhas a este lago, a ver se achavam algum índio que os informasse melhor do que buscavam. Na verdade não se frustrou de toda esta diligência, porque sobre o cume de uma montanha, vendo os bastardos muita gente daquela que podia dar notícia das pedras pertendidas, investiram a ela, e apenas seguraram um que, sendo trazido à presença de Fernão Dias, mandou este que com toda a humanidade fosse tratado entre os seus. Era ele de um ânimo seguro, conforme o pinta Diogo Grasson na oitava 61.

Era o Silvestre moço valeroso,  
Sobre nervudo, de perfídia alheio,  
O gesto respirava um ar brioso,  
Que nunca conhecera o vão receio:

Pintado de urutu vinha pomposo,  
 E o lábio baixo roto pelo meio,  
 Com três penas de arara laureado,  
 De flechas, de arco e de garrote armado.

Foi este o que descobriu os socavões de Marcos de Azeredo junto a um serro que corre do Norte para o Sul. Mas quanto não custou a Fernão Dias este descobrimento? Trabalhou sete anos nesta empresa. Foi-lhe preciso muitas vezes romper por todas as resoluções dos seus, que só o aconselhavam se retirasse para Itamirindiba, e deixasse para melhor tempo o descobrimento pretendido, certificando-o de que os matos circunvizinhos a Vupabussu exalavam de si um hálito pestilento, e que toda a sua demora ali não podia ser proveitosa. Ultimamente mandou enforcar à vista de todos os seus soldados um filho bastardo, que mais estimava, por lhe constar que conspirava contra a sua vida. Chegou enfim a ver o que tanto desejava, e fazendo-se na volta de São Paulo, donde era natural, não quis o Céu que ele tivesse a glória de apresentar ao seu Soberano o testemunho do seu zelo e da sua lealdade. Morreu junto ao Guaiaqui, que entre nós vale o mesmo que rio das velhas. Isto é tudo quanto sabemos do descobrimento das esmeraldas, sem que possamos afirmar o rumo, altura e os graus certos em que foram descobertas estas pedras (PROENÇA-FILHO, 1996, p. 374-376).

O autor, além de citar a própria documentação-fonte utilizada, deixa também transparecer sua experiência pessoal. No “Fundamento Histórico” novamente, por exemplo, a origem documental é explicada, fazendo-se alusões também à tradição e à memória de possíveis testemunhas. Há uma clara preocupação em convencer o leitor da veracidade das informações contidas na obra. Por se tratar de empresa que exige fôlego, a composição do poema épico não dá conta, por si só, da matéria que narra. Por essa razão há um alongamento na exposição sobre os anos de colonização de Minas Gerais, e esse alongamento corresponde ao “Fundamento Histórico”, que contempla referências às fundações dos principais arraiais, divisão das Comarcas, descrição da série dos Governadores das Minas e descoberta das esmeraldas. Além dessa extensão responsável pela contextualização, as notas explicativas constantes no poema auxiliam o leitor a se situar, uma vez que são inseridas citações, explicações e justificativas. Assim, o autor serve-se de inúmeros complementos para sustentar o seu poema.

Assim, percebe-se que a ideia de construir uma epopéia com temática voltada à descoberta dos metais preciosos não constituía empresa original; aliás, o conceito de originalidade pouco valia nessa época. Ao compor seu “Fundamento Histórico”, assim, o autor demonstra ampla pesquisa tanto em fontes documentais quanto em fontes literárias, o que permite que se estabeleça um diálogo entre esses dois gêneros.

A história pode ser encarada como algo “concreto”, mas que também pode conter aspectos ficcionais, por sua relação com a memória. Assim como o poema épico, que



finca suas raízes em determinado momento histórico, elege personagens de igual procedência, mas constrói a narrativa em dois diferentes planos: o verossímil e o mítico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese *O poema “Vila Rica” e seu Fundamento Histórico: engenho do poeta e arte do letrado* buscou investigar a importância da atuação de Cláudio Manuel da Costa na Academia Brasílica dos Renascidos para a composição da obra dentro dos parâmetros temáticos e formais de um poema épico. O estudo apresentou primeiramente uma explanação sobre o contexto do século XVIII e dos principais nomes da corrente do pensamento ilustrado.

Para auxiliar na tessitura da malha histórica foram utilizadas algumas abordagens teóricas de críticos literários como Alfredo Bosi, Antonio Candido, José Aderaldo Castello e Ivan Teixeira que exploraram assuntos como a gênese da literatura brasileira, partindo das academias letradas dos séculos XVI-XVIII e sobre o Arcadismo que recebeu influência das agremiações letradas europeias. Apresentou-se também a formação do ideário setecentista português com as figuras de Luís Antonio Verney e Francisco José Freire e a criação da Arcádia Lusitana e seus principais integrantes. Toda a discussão da primeira parte teve a intenção de inserir Cláudio Manuel da Costa em um ambiente de mudanças significativas, tais mudanças contribuíram para seu caráter de poeta de transição.

Foram apresentadas ainda as principais mudanças no âmbito da educação, que elegia as enciclopédias como modelo de orientação e de acumulação de saberes e os métodos que passaram a direcionar a educação superior em Portugal. A metodologia e as abordagens práticas passaram a ser veiculadas pelo *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antonio Verney. Na política, por sua vez, apresentaram-se as intenções que marcaram o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), que adotou como um de seus manuais, o *Testamento Político* de D. Luís da Cunha.

A atuação de Pombal foi significativa em todas as áreas, e uma das atitudes que merecem destaque foi a mudança de responsabilidades: tirou-se da igreja boa parte de sua autoridade nas decisões do Estado e de censura (Inquisição), transferindo ao governo a tutela e averiguação do que se produzia nas artes. Assim, Pombal foi o responsável por estabelecer as modificações no ensino e na política no século XVIII, abrindo as portas para o Arcadismo no contexto luso-brasílico. Nas letras brasílicas nota-se, portanto, influências de Francisco José Freire, Luís Antonio Verney, Baltasar Gracián, Maquiavel, Baltasar Castiglione, Emmanuele Tesauro etc e nota-se também a

predominância da imitação icástica (Platão) que visava à verdade em boa parte das produções poéticas. O século XVIII tendia para a representação de fatos históricos como se observou em “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa e em seu “Fundamento Histórico”.

Foram ainda apresentados os principais retores, elaboradores das poéticas e poetas que influenciaram a produção de Cláudio Manuel da Costa e que serviram de base para a elaboração de seu poema épico, como Virgílio, Ovídio, Teócrito e Horácio cujas marcas podem ser observadas nas epígrafes e citações feitas pelo poeta mineiro e pela presença de temas comuns.

Sobre a obra histórica – “Fundamento Histórico”, o trabalho apontou as práticas acadêmicas como principal modelo para a sua elaboração. Tal modelo foi apreendido principalmente da Academia Real de História Portuguesa e da própria Academia Brasílica dos Renascidos.

Em seguida foram apontadas as dificuldades de composição de um poema épico no Brasil e apresentadas algumas das obras épicas mais lidas na época, cujas marcas podem ser observadas nos poemas épicos brasileiros. No poema “Vila Rica” observou-se a emulação de *La Henriade* de Voltaire e da *Eneida* de Virgílio, entre outras. Assim, procurou-se mostrar a diversidade da forma épica principalmente entre a fase clássica e a fase pós-renascimento. No século XVIII, assim, foi possível observar que o poema épico teve importância e foi amplamente traduzido e inventado.

Terminada essa primeira parte de contextualização e exploração do estado da questão, o primeiro capítulo tratou das várias faces de Cláudio Manuel da Costa, passando por sua biografia, baseada na versão mais recente publicada pela historiadora Laura de Mello e Souza, nos documentos da Academia Brasílica dos Renascidos, a saber, na autobiografia apresentada pelo poeta para constar nos arquivos dos integrantes do congresso, na Distribuição dos Empregos da Academia Brasílica dos Renascidos e nas cartas e demais termos que demonstrassem sua participação entre os sócios. A leitura da biografia e dos apontamentos (documentos da academia) demonstraram que Cláudio Manuel da Costa possuía aptidão para várias áreas e que soube desempenhar seus vários papéis sociais chegando à secretaria de governo. A visibilidade social permitiu seu ingresso na Academia Brasílica dos Renascidos como foi observado nas cartas e demais documentos de ingresso. A respeito das cartas, é importante ressaltar

que o trabalho em questão apresentou duas cartas inéditas, não divulgadas na versão de Alberto Lamego de 1923, e que foram transcritas e atualizadas.

O segundo capítulo apresentou um resumo discutido das partes do poema e procurou mostrar as relações entre a obra poética e a sociedade – a inserção da arte na política das *mercês*. No poema “Vila Rica” tais referências puderam ser observadas nos textos anexos, “Prólogo”, “Dedicatória” e “Fundamento Histórico” e tais atitudes permeiam toda a produção claudiana, como foi demonstrado na análise de outras produções do poeta em que se realiza o louvor. Tais atos laudatórios demonstram relação com a academia, uma vez que as práticas acadêmicas pressupunham um relacionamento formal entre os sócios.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresentou as versões das publicações do “Fundamento Histórico” e procurou responder a algumas questões que demonstrassem sua possível origem. Assim, apesar de assemelhar-se a uma dissertação histórica nos moldes acadêmicos, observou-se que não havia uma efetiva demonstração das provas ligadas à história como o próprio poeta afirmou em seu documento, mas indícios vagos das fontes utilizadas que impossibilitam uma averiguação pertinente. Assim, concluiu-se que o “Fundamento histórico” foi escrito com a intenção de estabelecer um mito em Minas Gerais, que sustentasse sua epopeia, uma vez que o gênero, voltado ao louvor da pátria de seus heróis, necessitava de um modelo real bem definido para ser bem sucedido.

Assim, buscando demonstrar a dificuldade e a insustentabilidade de afirmações no “Fundamento Histórico” procedeu-se a uma descrição do documento histórico a fim de extrair-lhe as informações ou as fontes declaradas pelo poeta. Em seguida, o trabalho apresentou uma pesquisa feita a respeito das fontes não declaradas. Em pesquisas efetuadas nas universidades/bibliotecas brasileiras e portuguesas, foram localizados textos históricos condizentes com os temas explorados em “Vila Rica” e seu “Fundamento Histórico”. Tais “fontes não declaradas” foram apresentadas, assim, em forma de relatório, que descreve de modo sucinto alguns códices encontrados em bibliotecas portuguesas sobre Cláudio Manuel da Costa e sobre a política de Minas Gerais do período colonial.

O “Fundamento Histórico” é um dos documentos de Cláudio Manuel da Costa que une dois perfis distintos deste homem das letras: um perfil de acadêmico e um perfil de poeta. A relação do texto histórico com a academia fica evidente pela relação de

Cláudio Manuel da Costa com o acadêmico Pedro Taques Almeida Paes Leme, sócio da Academia Brasílica dos Renascidos que lhe concedeu os documentos arquivados de que necessitou. Além desse relacionamento entre os membros, nota-se que a própria escrita do fundamento obedece a um *modus faciendi* acadêmico, pois mantém a estrutura de dissertação histórica e parte de fontes documentais (como previa os estatutos). Já o vínculo do texto com a poética ocorre pela própria transformação da matéria histórica em fábula, uma vez que os lapsos, a falta de consistência na escolha, apresentação e argumentação conduzem para a ficcionalização. Assim, pode-se afirmar que Cláudio Manuel da Costa propendeu para o poético, pois se aproveitou do elemento histórico concedido pela academia, para construir o mito que faltava para seu poema épico “Vila Rica”.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- AGUIAR, Melânia Silva de. *A obra poética de Cláudio Manuel da Costa*. Nova Edição. In. W. M. Miranda (Org.). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In. PROENÇA  
\_\_\_\_\_. *Editar Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga: um diálogo possível*. Disponível em:  
<<http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Melania/Escrito%20Revista%20Veredas%20Portugal.pdf>>, acesso em: 09 de julho de 2008.
- \_\_\_\_\_. Ideologias cruzadas em poetas do Setecentos em Minas Gerais. In: *Revista Matraca*. Rio de Janeiro, v.18, n.29, jul./dez. 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Jogo de Oposições na Poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Belo Horizonte, 1973 Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.
- \_\_\_\_\_. *O legado árcade no Brasil: a difícil mudança*. Disponível em:  
<[http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3\\_coloquio\\_outubro/paginas/29.htm](http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/29.htm)>, acesso em: 11 de julho 2008.
- \_\_\_\_\_. Rasuras, censuras e outras inconfidências nos manuscritos de Cláudio Manuel da Costa. In. Maria Eunice Moreira. (Org.). *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas*. São Paulo: Hucitec, 2003.

\_\_\_\_\_. O lugar não comum e a república das letras. In: *Revista do arquivo público mineiro*. Ano XLIV, nº2, julho-dezembro de 2008.

ALENCAR, José de. Cartas sobre "A confederação dos tamoios". In: CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre "A confederação dos tamoios"*. SP: FFCL/USP, 1953.

AMARAL, Ieda R. e FARIA, Luciane M. *Resenha sobre o livro de Roger Chartier: a história cultural entre práticas e representações*. Disponível em: [http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED\\_30/21\\_resenha%20sobre%20o%20livro%20de%20roger.pdf](http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED_30/21_resenha%20sobre%20o%20livro%20de%20roger.pdf). Acesso em 26 de julho de 2012.

AMORA, António Soares. *Classicismo e Romantismo no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura-Comissão de Literatura, 1966.

ARIOSTO, Ludovico. *Orlando Furioso*. Quarta edizione. Edizione integra. Introduzione, texto, argomenti, índice copiosíssimo a cura di Nicola Zingarelli. Milano: Ulrico Hoepli, 1949.

ARISTÓTELES. *A poética clássica*. Introd. Roberto de Oliveira Brandão. São Paulo: Cultrix, 1995.

\_\_\_\_\_. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Abril, 2005.

\_\_\_\_\_. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difel - Garnier, 1964.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, José D' Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. In: *Revista Albuquerque*, vol.3, nº1, 2010.

- BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In. COHEN, Jean *et alii*. In: *Pesquisas de Retórica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil*. Trad. Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BOWRA, Cecil Maurice. *Virgílio, Tasso, Camões e Milton (ensaio sobre a epopeia)*. Porto: Civilização, 1950.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- \_\_\_\_\_. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Sélvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.
- CANDIDO, Antonio. CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira – I: das origens ao Romantismo*. 5ªed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- CARDOSO, Luís Miguel Oliveira de Barros. *Luís António Verney e o Verdadeiro Método de Estudar: um pensamento inovador entre Portugal e a Europa*. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/miguel11.htm>. Acesso em: 18/01/2009.



CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968, p. 125.

CASTELLO, José Aderaldo. A Literatura Brasileira. In. *Manifestações literárias da época colonial*. Vol. I, 1500-1808/1836. São Paulo: Cultrix, 1962.

\_\_\_\_\_. *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Manifestações Literárias do período Colonial*. São Paulo: Cultrix, 1981.

\_\_\_\_\_. *O Movimento Academicista no Brasil. 1648/1820-22*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1969-1971, 5v.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHAVES, Vânia Pinheiro. *O despertar do gênio brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Uruguai e a fundação da literatura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1997.

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1979.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que faz o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, vários papéis*. Coord. Geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 vol.

COSTA, Cláudio Manuel da. *Memoria Histórica e Geográfica das descobertas das Minas*. 1ªed.. *O Patriota*, nº 4, abril de 1813.

\_\_\_\_\_. *Memoria Histórica e Geográfica das descobertas das Minas*. 2ªed.. *Correio Brasiliense*, vol. 22, 1819.

\_\_\_\_\_. Obras. In: PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

\_\_\_\_\_. *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa, Arcado Ultramarino, chamado Glauceste Satúrnio*. Coimbra: Officina de Luiz Secco Ferreira, 1768.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1839.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 2ª ed. Ouro Preto: Tipografia do Estado de Minas, 1897.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 3ªed. In. *Obras Poéticas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903, tomo II, p. 145-278.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 4ªed. In. *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: [s/n], 1957, vol. IV. p. 113-197.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 5ªed. (Edição de Augusto de Lima Júnior). In. LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 6ª ed. In. PROENÇA FILHO, Domício (org). *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga,*

Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar *et. al.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

COSTA, Lígia Militz da. *A Poética do Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

CUNHA, Luís da. *Testamento político*. Org. Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais: Alfa-Omega: São Paulo, 1976.

CUNHA, Wellington Soares da. *O poema Vila Rica e a historiografia colonial*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 2007.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e idade média*. Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec - EDUSP, 1996.

D'ALVAREZ, Martins. Academia Brasileira dos Esquecidos. In. *Revista do Instituto do Ceará*. Ceará, 1946. Disponível em [http://www.ceara.pro.br/img/Livros/RIC\\_1946/1946-AcademiaBrasileiradosEsquecidos.pdf](http://www.ceara.pro.br/img/Livros/RIC_1946/1946-AcademiaBrasileiradosEsquecidos.pdf). Acesso em 24 de julho de 2012.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura Ocidental*. São Paulo: Ática, 2004.

DUMÉZIL, Georges. Mito y Epopeia. In. *El Destino Del Guerrero*. México: Siglo Veinteuno, 1971.

DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1781]. São Paulo. Martin Claret, 2003.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. 2<sup>a</sup>.ed. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1995.

ENCICLOPÉDIA verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa-São Paulo: Verbo, 1995, vol. 1.

ERCILLA Y ZÚÑIGA. Alonso de. *La Araucana*. [1574]. Madrid: Imprensa Nacional, 1866.

ESTATUTOS da Academia Brazilica dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a America Portugueza da qual ha de escrever a historia universal. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. IHBG, [ ].

ESTEVES, Suely Maria Perucci. *A Ópera de Demofonte em Trácia: tradução e adaptação de Demofonte, de Metastásio, atribuídas a Cláudio Manuel da Costa, Glauceste Satúrnio*. São Paulo, 2007. 358 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1993.

FRANCO, Caio de Mello. *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

FRANCO, José Eduardo. *Quem influenciou o Marquês de Pombal? Ideólogos, ideias, mitos e a utopia da Europa do Progresso*. Disponível em:  
[http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3\\_coloquio\\_outubro/paginas/12.htm#\\_ftn68](http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/12.htm#_ftn68). Acesso em 21/01/2009, às 13: 32 h.

FONSECA, Pedro José da. *Arte Poetica de Q. Horacio Flacco. Epistola aos Pisões*. Traduzida em portuguez e illustrada com escolhidas notas dos antigos e modernos interpretes e com hum commentario critico sobre os preceitos poeticos, lições varias, e intelligencia dos lugares difficultosos... Lisboa, na Off. De Simão Thadeo Ferreira, 1790.

FONSECA, Pedro José da. *Arte Poetica de Q. Horacio Flacco. Epistola aos Pisões*. Traduzida em portuguez e illustrada com escolhidas notas dos antigos e modernos interpretes e com hum commentario critico sobre os preceitos poeticos, lições varias, e

intelligencia dos lugares difficultosos... Lisboa, na Off. De Simão Thadeo Ferreira, 1790.

FRASCHINI NETO, M.. *O Marquês de Pombal e o Brasil: contribuições às comemorações do 2º Centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Tipografia Minerva do Comércio, 1981.

FREIRE, Francisco José. [Candido Lusitano]. *Arte poética ou regras da Verdadeira Poesia em Geral e de Todas as suas Espécies Principais, tratadas com juízo crítico: Composta e dedicada ao senhor Filippe de Barros de Almeida, Cavaleiro da Insigne Ordem Militar de S. João de Malta &c. por Francisco Joseph Freire, Ulissiponense*. Lisboa: Na Oficina de Francisco Luis Ameno, Impressor da Congregação Camerária da S. Igreja de Lisboa, MDCCXLVIII. Com as Licenças Necessárias e Privilégio Real. Tomo único, com LII – 432 p.

GAMA, José Basílio da. *O Uruguai*. [1769]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GASPAR DA MADRE DE DEUS, Frei. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. [1797]. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1975.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um Paradigma Indiciário. In. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 143-179 [original: 1986].

\_\_\_\_\_. Provas e Possibilidades. In. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

\_\_\_\_\_. O Inquisidor como Antropólogo. In. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1994.

GÓNGORA, D. Luis de. Fabula de Polifemo y Galatea. In. *Obras Completas*. Reconpilación, Prologo y Notas de Juan Mille y Gimenez e Isabel Mille y Gimenez. Madrid: Aguilar, 1972.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

GRACIÁN Y MORALES, Baltasar. *A Arte da Prudência*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan. (Org.) *Multiclássicos épicos*. EDUSP-FAPESP, 1998.

HATZFELD, Helmut. *Estudos sobre o Barroco*. Trad. Célia Barrettini. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In. *Tempo*. Niterói, v. 11, nº21, Junho de 2006.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil: história natural no setecentos luso-brasileiro*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

HIGHET, Gilbert. *La tradición clásica. Influencias griegas y romanas en La literatura occidental*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26ª ed.. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

HOMERO, *Ilíada*. 3ª ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Odisséia*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2004.

HORÁCIO. *A poética clássica*. Introd. por Roberto de Oliveira Brandão. São Paulo: Cultrix, 1995.

HORATIUS. Quintus Flaccos. *Ars Poetica- Epistula ad Pisones*. In. TRINGALI, Dante. *A Arte Poética de Horácio*. São Paulo: Musa, 1993.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazílica dos Renascidos*. Paris: E`Edition d`art gáudio, 1923.

\_\_\_\_\_. *Autobiographia e Inéditos de Cláudio Manuel da Costa*. Bruxelles/Paris: L`Édition D`Art, s. d.

LASSO DE LA VEGA [Lope Felix de Vega y Carpio]. *El Peregrino em su pátria*. [1604]. Madrid: Castalia, 1973.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

LEITE, António. A ideologia pombalina. In. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Org.). *Como Interpretar Pombal?*. Lisboa: Brotéria, 1983.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

LIMA, Djalma Espedito de. *A épica de Cláudio Manuel da Costa, uma leitura do poema Vila Rica*. São Paulo: USP, 2008.

\_\_\_\_\_. *A épica de Cláudio Manuel da Costa, uma leitura do poema Vila Rica*, 2007, 245p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LIMA, Yêda Dias. *A Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. São Paulo, 1980. 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In. *Fontes, história e historiografia da educação*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2004.

LONGINO. *Do Sublime*. Tradução de Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOPES, Edward. *Metamorfoses: a poesia de Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LOPES, Hélio. *Introdução ao poema Vila Rica*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1985.

\_\_\_\_\_. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: EDUSP, 1997.

\_\_\_\_\_. *A épica de Cláudio Manuel da Costa, uma leitura do poema Vila Rica*, 2007, 245 pp. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. O antigo e o moderno na obra de Cláudio Manuel da Costa. In. *Revista de História*. São Paulo, 2010.

LUCANO, Marco Anneo. *Farsalia*. Introducción, traducción y notas de Antônio Holgado Redondo. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

\_\_\_\_\_. *Pharsalia*. Disponível em:

[http://www.archeologia.com/fonti\\_latine/lucanus/Lucan.htm](http://www.archeologia.com/fonti_latine/lucanus/Lucan.htm)> Acesso em 15 de agosto de 2012.

LUZÁN Y GURREA, Ignácio de. *La poética o reglas de la poesia em general y de sus principales espécies*. [1737]. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com> [Nota



preliminar: Edición digital a partir de la de Zaragoza, Francisco Revilla, 1737 y la de Madrid, Antônio Sancha, 1789 y cotejada com la edición crítica de Russel P. Sebold, Barcelona, Labor de 1974.]. Acesso em 15 de agosto de 2012.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. (In) Confidências da memória na poesia mineira do século XVIII. *Revista do II Congresso da ABRALIC*. v. III.

\_\_\_\_\_. O letrado no setecentos: a formação do poeta. In. *Revista de Estudos de Literatura*. Belo Horizonte, v. 4, p. 123 – out. de 1996.

MARTINS, Nilce Sant`Anna. *As muitas faces do Barroco*. Disponível no site [www.usp.br/revistausp/02/23-nilce.pdf](http://www.usp.br/revistausp/02/23-nilce.pdf). Acesso em 01/05/2009.

MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MILTON, John. *Paradise Lost*. [1667]. London: Penguin Books, 1996.

MIRALLES, D. José de. História Militar do Brazil – desde o ano de 1549 em que teve princípio a fundação de São Salvador Bahia de Todos os Santos até o de 1762. In. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XXI, Rio de Janeiro, 1900.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2001.

- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *Italiano Versus Latim Il Cannocchiale Aristotèlico, Capítulo V*. Revista Philologus. Ano 12, nº36. Rio de Janeiro, s/d.
- MORAES, Isabella Lígia. Glauceste Satúrnio e o mito de Polifemo. In. *Revista Todas as Musas*. Ano 3, nº1, Jul-Dez. 2011.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- MURATORI, Ludovico Antônio. *Della perfetta poesia italiana*. (A cura di Ada Ruschioni). Milano: Morzorati, 1971.
- NIETZSCHE, Friedrich. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O Nascimento da Tragédia*. SP: Companhia das Letras, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A Origem da Tragédia (ou Helenismo e Pessimismo)*. Trad. Jacó Guinsburg. 2ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Tarquínio. J. B. *Erário Régio de Francisco A. Rebelo (1768)*. Brasília: Escola de Administração Fazendária/ ESAF, 1976.
- ONELLEY, Glória Braga. Teócrito e Virgílio: um diálogo bucólico. In. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Ano 4, v. 4. Abril, Maio, Junho de 2007.
- OVÍDIO. *Les Métamorphoses*. Traduction Nouvelle avec introduction et notes par J. Chamonard. Paris: Garnier frères, [1936], 2 tomes. (Edição bilíngue: Latim; Francês).
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses*. Tradução de Vera Lúcia Leitão Magyar. São Paulo: Madras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Tristes*. Texte établi et traduit par Henri Bornecque. Paris, 1961.

PETRARCA, Francesco. *Rime e trionfi*. A cura di Ferdinando Neri. Torino: UTET, 1960.

PALMA-FERREIRA, João. *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

PEREIRA, Carlos de Assis. *Fontes do Caramuru de Santa Rita Durão*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A., 1971.

PEREIRA, Carlos Eduardo Klimick. CAVALCANTE, Nathália Sá. *Stanley Fish Por que ninguém tem medo de Wolfgang Iser? Wolfgang Iser Falando como baleias*. Disponível em: <<http://wwwusers.rdc.puc-rio.br/imago/site/recepcao/textos/carlnath.htm>>, acesso em 04 de agosto de 2012.

PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro*. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

PETRARCA, Francesco. *Rime e trionfi*. A cura di Ferdinando Neri. Torino: UTET, 1960.

QUINTILIANO, M. Fábio. *Instituições Oratórias*. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

*Distribuição dos empregos na Academia Brasílica dos Renascidos*. Tomo I – 1º

Trimestre de 1839 – nº 1. Disponível em:

<[http://books.google.com.br/books?id=InoYAAAAYAAJ&pg=PA75&lpg=PA75&dq=censor+Ign%C3%A1cio+de+S%C3%A1+e+Nazareth&source=bl&ots=Aoo1406nyC&sig=Iw83qywDSUnd4l\\_B8lvOB0vvgBE&sa=X&ei=p6luUOW-Kouf6QHNmoHQDQ&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=Claudio%20Manoel%20da%20Costa&f=false](http://books.google.com.br/books?id=InoYAAAAYAAJ&pg=PA75&lpg=PA75&dq=censor+Ign%C3%A1cio+de+S%C3%A1+e+Nazareth&source=bl&ots=Aoo1406nyC&sig=Iw83qywDSUnd4l_B8lvOB0vvgBE&sa=X&ei=p6luUOW-Kouf6QHNmoHQDQ&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=Claudio%20Manoel%20da%20Costa&f=false)>. Acesso em 17 de agosto de 2012.

RIBEIRO, João. *Obras Poéticas de Cláudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.

ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa, desde o ano 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. [1730]. Prefácio e Notas de Pedro Calmon. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, [s/d]. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 32).

RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da conjuração mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Livro I*. In. *Emílio ou da Educação*. 2ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANNAZARO, Iacobo. “Arcadia”. [1ªed 148?; 2ªed. Summonte, 1504]. In. *Opere Volgari*. A cura de Alfredo Mauro. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1961.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo, Hucitec, 2006.

SILVA, F. Ribeiro da.; CRUZ, M. Antonieta.; RIBEIRO, J. Martins.; OSSWALD, H. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 2004.

SILVA, Marcela Verônica da. *Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa*. Assis, 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa. O letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. O antigo e o moderno na obra de Cláudio Manuel da Costa. In. *Revista de História*. São Paulo, 2010. Disponível em:

<[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092010000300007&script=sci_arttext)

[83092010000300007&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092010000300007&script=sci_arttext) > Acesso em 19 de dezembro de 2012.

SOLIS y RIVADENEIRA. Antônio de. *História de la Conquista de Méjico: Población y progressos de la América Septntrional conocida por el nombre de Nueva España*.

[Madri, 1694]. París: Casa Editorial Garnier Hermanos, [s.d]. Dois tomos.

\_\_\_\_\_. *História de la Conquista de México*. [Madri, 1694]. [Edición digital

basada en la 4ª ed. de Madrid, Espasa-Calpe, 1970.] Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-de-la-conquista-de-mexico--0/html/>. Acesso em 18 de agosto de 2012.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Poética Clássica*. São Paulo: Franciscana, 1967.

TASSO, Torquato. *Gerusalemme liberata*. 6ª ed. Introduzione, note, commenti ai singoli canti, índice e lessico di Marziano Guglielminetti. Milano: Garzanti, 1987, 2 vol.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopéia*. [1601]. Introdução de Celso Cunha e Carlos Duval.

Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura, 1972.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: EDUSP, 1999.

TEOCRITO. *Idilli ed Epigrammi*. Traduzione, introduzione, commenti di Marina

Cavalli. A cura di Marina Cavalli. Milano: Arnoldo Mondadori, 1991.

TESAURO, E. *Il Cannocchiale Aristotèlico*. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad

Homburg v. d. H., 1968.

TORQUEMADA, Juan de. *Primera [segunda, terceira] parte de los veinte i um libros rituales i monarchia indiana, con el origen y guerras, de los índios occidentales de sus planaçones, descubrimiento, conquista, conuersion y otras cosas maravillosas de la mesma tierra distribuydos en tres tomos*. 2ªed. Madrid: Em la oficina y à costa de Nicolás Rodriguez Franco, 1723. [a primeira edição é de Sevilha: Matías Clavijo, 1615, 3 tomos].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento e da declaração da Independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal da Espanha e da Hollanda*. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemmert, R. da Quitanda, 1857.

VALLE, Ricardo. A perpetuação da hierarquia: sentidos políticos do encômio poético de Cláudio Manuel da Costa. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia (34): 189-223, jan.jun. 2006.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. Org. António Salgado Júnior. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1952.

VIRGÍLIO [Publius Virgilius Maronis]. *A Eneida*. Tradução de Nicolau Firmino. Lisboa: Livraria Simões, 1955.

\_\_\_\_\_. *Bucoliques*. [Bvcolica]. Traduction d'Eugène de Saint-Denis; Introduction et notes de Jean-Pierre Néraudeau. Paris: Société d'edition Les Belles Lettres, 1997.

\_\_\_\_\_. *Bucólicas*. Tradução e Comentário de Raimundo Carvalho). Belo Horizonte: Crisállica, 2005.

\_\_\_\_\_. *Eneida*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2004.

VIVEIROS, Diva. *O pensamento político de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. Minas Gerais, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

VOLTAIRE [François Marie Arouet]. Essair sur la poésie épique. In. *Ouvres Complètes*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, tome X (La Henriade avec préfaces, avertissements, notes, etc). Par M. Beuchot.

VOLTAIRE [François Marie Arouet]. Essair sur la poésie épique. In. *Ouvres Complètes*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, tome X (La Henriade avec préfaces, avertissements, notes, etc). Par M. Beuchot.

\_\_\_\_\_. *La Henriade*. Londres: [s.n.], 1728.

ZILBERMAN, REGINA. *Recepção e leitura no horizonte da literatura*.

Alea vol.10 no.1. Rio de Janeiro Jan./June 2008. Disponível em: <

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2008000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100006)>.

Acesso em 04 de agosto de 2012.

## BIBLIOGRAFIA

### Edições do Poema *Vila Rica*:

COSTA, Cláudio Manuel da. *Vila Rica*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1839.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 2ª ed. Ouro Preto: Tipografia do Estado de Minas, 1897.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 3ªed. In. *Obras Poéticas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903, tomo II, p. 145-278.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 4ªed. In. *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: [s/n], 1957, vol. IV. p. 113-197.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 5ªed. (Edição de Augusto de Lima Júnior). In. LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. 6ª ed. In. PROENÇA FILHO, Domício (org). *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et. al.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

### Códices, fontes históricas primárias e secundárias

BRASIL, Ministério da Educação. *Autos da devassa da Inconfidência Mineira* [Edição fac-similar da *editio princeps* de 1789. Rio de Janeiro: [s.n], 1936. 7 vol.

COSTA, Cláudio Manuel da. *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa, Arcado Ultramarino, chamado Glauceste Satúrnio*. Coimbra: Officina de Luiz Secco Ferreira, 1768.

\_\_\_\_\_. *Memoria Histórica e Geográfica das descobertas das Minas*. 1ªed.. *O Patriota*, nº 4, abril de 1813.



\_\_\_\_\_. Memoria Histórica e Geográfica das descobertas das Minas. 2ªed..  
*Correio Brasiliense*, vol. 22, 1819.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que faz o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, vários papéis*. Coord. Geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 vol.

D'ALVAREZ, Martins. Academia Brasileira dos Esquecidos. In. *Revista do Instituto do Ceará*. Ceará, 1946. Disponível em  
 <[http://www.ceara.pro.br/img/Livros/RIC\\_1946/1946-AcademiaBrasileiradosEsquecidos.pdf](http://www.ceara.pro.br/img/Livros/RIC_1946/1946-AcademiaBrasileiradosEsquecidos.pdf)> acesso em 24 de julho de 2012.

ESTATUTOS da Academia Brazilica dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a America Portugueza da qual ha de escrever a historia universal. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. IHBG, [s.n.].

FONSECA, Pedro José da. *Arte Poetica de Q. Horacio Flacco. Epistola aos Pisões*. Traduzida em portuguez e illustrada com escolhidas notas dos antigos e modernos interpretes e com hum commentario critico sobre os preceitos poeticos, lições varias, e intelligencia dos lugares difficultosos... Lisboa, na Off. De Simão Thadeo Ferreira, 1790.

FREIRE, Francisco José. [Candido Lusitano]. *Arte poética ou regras da Verdadeira Poesia em Geral e de Todas as suas Espécies Principais, tratadas com juízo crítico: Composta e dedicada ao senhor Filippe de Barros de Almeida, Cavaleiro da Insigne Ordem Militar de S. João de Malta &c. por Francisco Joseph Freire, Ulissiponense*. Lisboa: Na Oficina de Francisco Luis Ameno, Impressor da Congregação Camerária da S. Igreja de Lisboa, MDCCXLVIII. Com as Licenças Necessárias e Privilégio Real. Tomo único, com LII – 432 p.

GASPAR DA MADRE DE DEUS, Frei. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. [1797]. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1975.

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Paris: E`Edition d`art gáudio, 1923.

\_\_\_\_\_. *Autobiographia e Inéditos de Cláudio Manuel da Costa*. Bruxelles/Paris: L`Édition D`Art, s. d.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

MIRALLES, D. José de. História Militar do Brazil – desde o ano de 1549 em que teve princípio a fundação de São Salvador Bahia de Todos os Santos até o de 1762. In. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XXI, Rio de Janeiro, 1900.

OLIVEIRA, Tarquínio. J. B. *Erário Régio de Francisco A. Rebelo (1768)*. Brasília: Escola de Administração Fazendária/ ESAF, 1976.

PALMA-FERREIRA, João. *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

*Distribuição dos empregos na Academia Brasílica dos Renascidos*. Tomo I – 1º

Trimestre de 1839 – nº 1. Disponível em:

<[http://books.google.com.br/books?id=InoYAAAAYAAJ&pg=PA75&lpg=PA75&dq=censor+Ign%C3%A1cio+de+S%C3%A1+e+Nazareth&source=bl&ots=Aoo1406nyC&sig=Iw83qywDSUnd4l\\_B8lvOB0vwgBE&sa=X&ei=p6IuUOW-Kouf6QHNmoHQDQ&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=Claudio%20Manoel%20Oda%20Costa&f=false](http://books.google.com.br/books?id=InoYAAAAYAAJ&pg=PA75&lpg=PA75&dq=censor+Ign%C3%A1cio+de+S%C3%A1+e+Nazareth&source=bl&ots=Aoo1406nyC&sig=Iw83qywDSUnd4l_B8lvOB0vwgBE&sa=X&ei=p6IuUOW-Kouf6QHNmoHQDQ&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=Claudio%20Manoel%20Oda%20Costa&f=false)>. Acesso em 17 de agosto de 2012.

RIBEIRO, João. *Obras Poéticas de Cláudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.

ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa, desde o ano 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. [1730]. Prefácio e Notas de Pedro Calmon. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, [s/d]. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 32).

SOLIS y RIVADENEIRA. Antônio de. *História de la Conquista de Méjico: Población y progressos de la América Septntrional conocida por el nombre de Nueva España*. [Madri, 1694]. París: Casa Editorial Garnier Hermanos, [s.d]. Dois tomos.

\_\_\_\_\_. *História de la Conquista de México*. [Madri, 1694]. [Edición digital basada en la 4ª ed. de Madrid, Espasa-Calpe, 1970.] Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-de-la-conquista-de-mexico--0/html/>. Acesso em 18 de agosto de 2012.

TESAURO, E. *Il Cannocchiale Aristotèlico*. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg v. d. H., 1968.

TORQUEMADA, Juan de. *Primera [segunda, terceira] parte de los veinte i um libros rituales i monarchia indiana, con el origen y guerras, de los índios occidentales de sus planaçonnes, descubrimiento, conquista, conuersion y otras cosas maravillosas de la mesma tierra distribuydos en tres tomos*. 2ªed. Madrid: Em la oficina y à costa de Nicolás Rodriguez Franco, 1723. [a primeira edição é de Sevilha: Matías Clavijo, 1615, 3 tomos].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento e da declaração da Independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal da Espanha e da Hollanda*. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemmert, R. da Quitanda, 1857.

**Edição de textos poéticos**

ARIOSTO, Ludovico. *Orlando Furioso*. Quarta edizione. Edizione integra. Introduzione, texto, argomenti, índice copiosíssimo a cura di Nicola Zingarelli. Milano: Ulrico Hoepli, 1949.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1781]. São Paulo. Martin Claret, 2003.

ERCILLA Y ZÚÑIGA. Alonso de. *La Araucana*. [1574]. Madrid: Imprensa Nacional, 1866.

GAMA, José Basílio da. *O Uruguai*. [1769]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GÓNGORA, D. Luis de. Fabula de Polifemo y Galatea. In. *Obras Completas*. Reconpilación, Prologo y Notas de Juan Mille y Gimenez e Isabel Mille y Gimenez. Madrid: Aguilar, 1972.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

HOMERO, *Iliada*. 3ª ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Odisséia*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LASSO DE LA VEGA [Lope Felix de Vega y Carpio]. *El Peregrino em su pátria*. [1604]. Madrid: Castalia, 1973.

LUCANO, Marco Anneo. *Farsalia*. Introducción, traducción y notas de Antônio Holgado Redondo. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

\_\_\_\_\_. *Pharsalia*. Disponível em:

[http://www.archeologia.com/fonti\\_latine/lucanus/Lucan.htm](http://www.archeologia.com/fonti_latine/lucanus/Lucan.htm)> Acesso em 15 de agosto de 2012.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MILTON, John. *Paradise Lost*. [1667]. London: Penguin Books, 1996.

OVÍDIO. *Les Métamorphoses*. Traduction Nouvelle avec introduction et notes par J. Chamonard. Paris: Garnier frères, [1936], 2 tomes. (Edição bilíngue: Latim; Francês).

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses*. Tradução de Vera Lúcia Leitão Magyar. São Paulo: Madras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Tristes*. Texte établi et traduit par Henri Bornecque. Paris, 1961.

PETRARCA, Francesco. *Rime e trionfi*. A cura di Ferdinando Neri. Torino: UTET, 1960.

PROENÇA FILHO, Domício (org). *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto*. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar *et. al.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

SANNAZARO, Iacobo. “Arcadia”. [1ªed 148?; 2ªed. Summonte, 1504]. In. *Opere Volgari*. A cura de Alfredo Mauro. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1961.

SILVA ALVARENGA. Manuel Inácio. *O Desertor: Poema Herói-Cômico*. Coimbra: Oficina da Universidade, 1774.

TASSO, Torquato. *Gerusalemme liberata*. 6ª ed. Introduzione, note, commenti ai singoli canti, índice e lessico di Marziano Guglielminetti. Milano: Garzanti, 1987, 2 vol.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopéia*. [1601]. Introdução de Celso Cunha e Carlos Duval. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura, 1972.

TEOCRITO. *Idilli ed Epigrammi*. Traduzione, introduzione, commenti di Marina Cavalli. A cura di Marina Cavalli. Milano: Arnoldo Mondadori, 1991.

VIRGÍLIO [Publius Virgilius Maronis]. *A Eneida*. Tradução de Nicolau Firmino. Lisboa: Livraria Simões, 1955.

\_\_\_\_\_. *Bucoliques*. [Bvcolica]. Traduction d'Eugène de Saint-Denis; Introduction et notes de Jean-Pierre Néraudau. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 1997.

\_\_\_\_\_. *Bucólicas*. Tradução e Comentário de Raimundo Carvalho). Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

\_\_\_\_\_. *Eneida*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2004.

VOLTAIRE [François Marie Arouet]. *La Henriade*. Londres: [s.n.], 1728.

### **Sobre a obra de Cláudio Manuel da Costa**

AGUIAR, Melânia Silva de. *A obra poética de Cláudio Manuel da Costa*. Nova Edição. In. W. M. Miranda (Org.). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

\_\_\_\_\_. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In. PROENÇA FILHO, Domício. *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto*. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar *et. al.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

\_\_\_\_\_. *Editar Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga: um diálogo possível*. Disponível em: <<http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Melania/Escrito%20Revista%20Veredas%20Portugal.pdf>>, acesso em: 09 de julho de 2008.

\_\_\_\_\_. *O Jogo de Oposições na Poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Belo Horizonte, 1973 Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. *O legado árcade no Brasil: a difícil mudança*. Disponível em: <[http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3\\_coloquio\\_outubro/paginas/29.htm](http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/29.htm)>, acesso em: 11 de julho 2008.

\_\_\_\_\_. Rasuras, censuras e outras inconfidências nos manuscritos de Cláudio Manuel da Costa. In. Maria Eunice Moreira. (Org.). *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas – 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

\_\_\_\_\_. O lugar não comum e a república das letras. In. *Revista do arquivo público mineiro*. Ano XLIV, nº2, julho-dezembro de 2008.

CUNHA, Wellington Soares da. *O poema Vila Rica e a historiografia colonial*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 2007.

ESTEVES, Suely Maria Perucci. *A Ópera de Demofonte em Trácia: tradução e adaptação de Demofonte, de Metastásio, atribuídas a Cláudio Manuel da Costa, Glauceste Satúrnio*. São Paulo, 2007. 358 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FRANCO, Caio de Mello. *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

LIMA, Djalma Espedito de. *A épica de Cláudio Manuel da Costa, uma leitura do poema Vila Rica*. São Paulo: USP, 2008.

LOPES, Edward. *Metamorfoses: a poesia de Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LOPES, Hélio. *Introdução ao poema Vila Rica*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1985.

\_\_\_\_\_. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: EDUSP, 1997.

\_\_\_\_\_. *A épica de Cláudio Manuel da Costa, uma leitura do poema Vila Rica*, 2007, 245 pp. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. O antigo e o moderno na obra de Cláudio Manuel da Costa. In. *Revista de História*. São Paulo, 2010.

MORAES, Isabella Lígia. Glauceste Satúrnio e o mito de Polifemo. In. *Revista Todas as Musas*. Ano 3, nº1, Jul-Dez. 2011.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo, Hucitec, 2006.

SILVA, Marcela Verônica da. *Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa*. Assis, 2009. 125 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa. O letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALLE, Ricardo. A perpetuação da hierarquia: sentidos políticos do encômio poético de Cláudio Manuel da Costa. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia (34): 189-223, jan.jun. 2006.



VIVEIROS, Diva. *O pensamento político de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. Minas Gerais, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

### **Política, Ética, Poética, Oratória e Retórica**

ARISTÓTELES. *A poética Clássica*. Introd. Roberto de Oliveira Brandão. São Paulo: Cultrix, 1995.

\_\_\_\_\_. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difel - Garnier, 1964.

\_\_\_\_\_. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Abril, 2005.

BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In. Jean Cohen e outros. *Pesquisas de Retórica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BOWRA, Cecil Maurice. *Virgílio, Tasso, Camões e Milton (ensaio sobre a epopeia)*. Porto: Civilização, 1950.

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1979.

COSTA, Lígia Militz da. *A Poética do Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

CUNHA, Luís da. *Testamento político*. Org. Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais: Alfa-Omega: São Paulo, 1976.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. 2<sup>a</sup>.ed. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1995.

GRACIÁN Y MORALES, Baltasar. *A Arte da Prudência*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

HIGHET, Gilbert. *La tradición clásica. Influencias griegas y romanas en La literatura occidental*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1978.

HORÁCIO. *A poética clássica*. Introd. por Roberto de Oliveira Brandão. São Paulo: Cultrix, 1995.

HORATIUS. Quintus Flaccos. *Ars Poetica- Epistula ad Pisones*. In. TRINGALI, Dante. *A Arte Poética de Horácio*. São Paulo: Musa, 1993.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

LOMBARDI, José Claudinei, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis14/art4\\_14.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis14/art4_14.pdf). Acesso em 21 de maio de 2013.

LONGINO. *Do Sublime*. Tradução de Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LUZÁN Y GURREA, Ignacio de. *La poética o reglas de la poesia em general y de sus principales espécies*. [1737]. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com> [Nota preliminar: Edición digital a partir de la de Zaragoza, Francisco Revilla, 1737 y la de Madrid, Antônio Sancha, 1789 y cotejada com la edición crítica de Russel P. Sebold, Barcelona, Labor de 1974.]. Acesso em 15 de agosto de 2012.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *Italiano Versus Latim: Il Cannocchiale Aristotèlico, Capítulo V*. Revista Philologus. Ano 12, nº36. Rio de Janeiro, s/d.

MURATORI, Ludovico Antônio. *Della perfetta poesia italiana*. (A cura di Ada Ruschioni). Milano: Morzorati, 1971.

ONELLEY, Glória Braga. Teócrito e Virgílio: um diálogo bucólico. In. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Ano 4, v. 4. Abril, Maio, Junho de 2007.

QUINTILIANO, M. Fábio. *Instituições Oratórias*. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Poética Clássica*. São Paulo: Franciscana, 1967.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. Org. António Salgado Júnior. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1952.

VOLTAIRE [François Marie Arouet]. Essair sur la poésie épique. In. *Ouvres Complètes*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, tome X (La Henriade avec préfaces, avertissements, notes, etc). Par M. Beuchot.

### **Mitologia e Épica**

CHAVES, Vânia Pinheiro. *O despertar do gênio brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Uruguai e a fundação da literatura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1997.

DUMÉZIL, Georges. Mito y Epopeia. In. *El Destino Del Guerrero*. México: Siglo Veinteuno, 1971.

HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan. (Org.) *Multiclássicos épicos*. EDUSP-FAPESP, 1998.

PEREIRA, Carlos de Assis. *Fontes do Caramuru de Santa Rita Durão*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A., 1971.

### **História, Filosofia, Economia**

BARROS, José D' Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. In. *Revista Albuquerque*, vol.3, nº1, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil*. Trad. Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARDOSO, Luís Miguel Oliveira de Barros. *Luís António Verney e o Verdadeiro Método de Estudar: um pensamento inovador entre Portugal e a Europa*. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/miguel11.htm>>, acesso em: 18 de janeiro de 2009.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968, p. 125.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1993.

FRANCO, José Eduardo. *Quem influenciou o Marquês de Pombal? Ideólogos, ideias, mitos e a utopia da Europa do Progresso*. Disponível em:

<[http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3\\_coloquio\\_outubro/paginas/12.htm#\\_ftn68](http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/12.htm#_ftn68)>, acesso em 21 de janeiro de 2009.

FRASCHINI NETO, M.. *O Marquês de Pombal e o Brasil: contribuições às comemorações do 2º Centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Tipografia Minerva do Comércio, 1981.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um Paradigma Indiciário. In. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 143-179 [original: 1986].

\_\_\_\_\_. Provas e Possibilidades. In. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

\_\_\_\_\_. O Inquisidor como Antropólogo. In. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1994.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In. *Tempo*. Niterói, v. 11, nº21, Junho de 2006.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil: história natural no setecentos luso-brasileiro*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed.. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

LEITE, António. A ideologia pombalina. In. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Org.). *Como Interpretar Pombal?* Lisboa: Brotéria, 1983.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In. *Fontes, história e historiografia da educação*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Tragédia*. SP: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. *A Origem da Tragédia (ou Helenismo e Pessimismo)*. Trad. Jacó Guinsburg. 2ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da conjuração mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

### **Crítica e História Literária**

ALENCAR, José de. Cartas sobre "A confederação dos tamoios". In: CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre "A confederação dos tamoios"*. SP: FFCL/USP, 1953.

AMARAL, Ieda R. e FARIA, Luciane M. *Resenha sobre o livro de Roger Chartier: a história cultural entre práticas e representações*. Disponível em: <[http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED\\_30/21\\_resenha%20sobre%20o%20livro%20de%20roger.pdf](http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED_30/21_resenha%20sobre%20o%20livro%20de%20roger.pdf)>, acesso em 26 de julho de 2012.

AMORA, António Soares. *Classicismo e Romantismo no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura-Comissão de Literatura, 1966.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

\_\_\_\_\_. Letras e ideias no período colonial. In. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

\_\_\_\_\_. *Sílvia Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

CANDIDO, Antonio. CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira – I: das origens ao Romantismo*. 5ªed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e idade média*. Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec - EDUSP, 1996.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura Ocidental*. São Paulo: Ática, 2004.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

HATZFELD, Helmut. *Estudos sobre o Barroco*. Trad. Célia Barrettini. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MARTINS, Nilce Sant`Anna. *As muitas faces do Barroco*. Disponível no site <<http://www.usp.br/revistausp/02/23-nilce.pdf>>, acesso em 01 de maio de 2009.

MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2001.

PEREIRA, Carlos Eduardo Klimick. CAVALCANTE, Nathália Sá. *Stanley Fish Por que ninguém tem medo de Wolfgang Iser? Wolfgang Iser Falando como baleias*. Disponível em: <<http://wwwusers.rdc.puc-rio.br/imago/site/recepcao/textos/carlnath.htm>>, acesso em 04 de agosto de 2012.

TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: EDUSP, 1999.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

ZILBERMAN, REGINA. *Recepção e leitura no horizonte da literatura*. Alea vol.10 no.1. Rio de Janeiro Jan./June 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2008000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100006)>. Acesso em 04 de agosto de 2012.

### **Sobre as academias letradas**

CASTELLO, José Aderaldo. A Literatura Brasileira. In. *Manifestações literárias da época colonial*. Vol. I, 1500-1808/1836. São Paulo: Cultrix, 1962.

\_\_\_\_\_. *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Movimento Academicista no Brasil. 1648/1820-22*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1969-1971, 5v.

\_\_\_\_\_. *Manifestações Literárias do período Colonial*. São Paulo: Cultrix, 1981.



HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LIMA, Yêda Dias. *A Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. São Paulo, 1980. 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. O letrado no Setecentos: a formação do poeta. In. *Revista de Estudos de Literatura*. Belo Horizonte, v. 4, p. 123 – out. de 1996.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso- brasileiro*. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

### **Bibliografia complementar, dicionários, enciclopédias**

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ENCICLOPÉDIA verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa-São Paulo: Verbo, 1995, vol. 1.

SILVA, F. Ribeiro da.; CRUZ, M. Antonieta.; RIBEIRO, J. Martins.; OSSWALD, H. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 2004.

### **Biografias e Terminologias**

BASÍLIO DA GAMA. Disponível em

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Bas%C3%ADlio\\_da\\_Gama](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bas%C3%ADlio_da_Gama)>. Acesso em 05 de agosto de 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em:

<<http://www.catalogos.bn.br/redememoria/litcolonial.html>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

BOILEAU. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/boileau.jhtm>>.

Acesso em 15 de março de 2012.

CARAMURU. Disponível em: <<http://www.casadatorre.org.br/caramuru.html>>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

COLBERT. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste\\_Colbert](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Colbert)>.

Acesso em 03 de maio de 2012.

DUQUE DE LENCASTRE. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_de\\_Mascarenhas\\_Lencastre,\\_Duque\\_de\\_Aveiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_de_Mascarenhas_Lencastre,_Duque_de_Aveiro)>. Acesso em 20 de março de 2010.

ÉCLOGA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89cloga>>. Acesso em 12 de março de 2010.

ENJAMBEMENT. Disponível em:< <http://pt.wikipedia.org/wiki/Enjambement>>.

Acesso em 04 de agosto de 2012.

FRONTISPÍCIO DO POEMA *VILA RICA*.

<<http://bndigital.bn.br/redememoria/litcolonial.html>>. Acesso em 17 de agosto de 2012.

GALILEU GALILEI. Disponível em:< [http://pt.wikipedia.org/wiki/Galileu\\_Galilei](http://pt.wikipedia.org/wiki/Galileu_Galilei)>.

Acesso em 24 de novembro de 2011.

GIAMBATTISTA MARINO. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Giambattista\\_Marino](http://pt.wikipedia.org/wiki/Giambattista_Marino)>. Acesso em 28 de junho de 2012.

IDADE DE OURO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Era\\_dourada](http://pt.wikipedia.org/wiki/Era_dourada)>. Acesso em 16 de agosto de 2012.

IGNÁCIO DE LUZÁN. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ignacio\\_de\\_Luz%C3%A1n](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ignacio_de_Luz%C3%A1n)>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

ILUMINISMO. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu10.html>>. Acesso em 16 de agosto de 2012.

ÍNDIOS BOTOUCUDOS. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Botocudos>>. Acesso em 04 de agosto de 2012.

INQUISIÇÃO. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/galileu/inquisicao.htm>>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO. Disponível em: <<http://www.brasileiro.ru/e-Books/Santa%20Rita%20Dura%C3%B3/Caramuru/Caramuru.pdf>>. Acesso em 31 de julho de 2012.

JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FreiDura.html>>. Acesso em 05 de agosto de 2012.

LINEU. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Carolus\\_Linnaeus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carolus_Linnaeus)>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

MECENAS. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mecenas>>. Acesso em 24 de novembro de 2011.

MÍMESE. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mimesis>>. Acesso em 05 de maio de 2011.

MURATORI. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ludovico Antonio Muratori](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ludovico_Antonio_Muratori)>. Acesso em 27 de junho de 2012.

NICOLAZZI JUNIOR, Norton Frehse. ALMOTACÉ. Disponível em: <<http://pessoal.educacional.com.br/up/20021/1111376/t1328.asp>>. Acesso em 12 de março de 2010.

REAL MESA CENSÓRIA. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$real-mesa-censoria](http://www.infopedia.pt/$real-mesa-censoria)>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o\\_Jos%C3%A9\\_de\\_Carvalho\\_e\\_Melo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo)>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

TÁVORA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa\\_dos\\_T%C3%A1voras](http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_dos_T%C3%A1voras)>. Acesso em 21 de janeiro de 2011.

TRATADO DE MADRI. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado\\_de\\_Madri](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madri)>. Acesso em 02 de maio de 2010.

TRATADO DE UTRECH. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado\\_de\\_Utrecht](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Utrecht)>. Acesso em 21 de janeiro de 2010.

## APÊNDICE

### A ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS

Íris Kantor (2004, p. 103-108) descreve como se deu a sessão de inauguração da Academia Brasílica dos Renascidos. Segundo a autora, às 13 horas do dia 6 de junho de 1759, abria-se, na Igreja dos Carmelitas Calçados em Salvador, o salão de conferência para a cerimônia de inauguração da Academia Brasílica dos Renascidos. Às 15 horas, entrava o “corpo acadêmico”, formado pelos sócios, pelo secretário, pelos censores, e pelo diretor José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo.

Lamego (1923) também descreveu a fundação da Academia Brasílica dos Renascidos:

Aos 13 de maio de 1758 foi nomeado conselheiro do ultramar na Bahia, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, que embarcou em Lisboa no dia 2 de junho seguinte, chegando à cidade do Salvador em agosto do mesmo ano.

O celebre escrivão, na sangrenta alçada do Porto, por ocasião do protesto ao monopólio dos vinhos do Alto Douro - uma reclamação de mulheres e crianças, que não chegou a ser arruaça - de inteira confiança de Sebastião José de Carvalho, fora por este encarregado não só de crear na Bahia não só os dois tribunaes que nunca houvera na America - o do Conselho de Estado e Guerra de todos os domínios ultramarinos da Coroa e o da Mesa de Consciência, como de proceder contra os jesuítas do Brasil, de acordo com as instruções secretas que lhe foram entregues e pelas quaes devia também se reger os commisarios, Antônio de Azevedo Coutinho, e Manuel Estevão de Almeida Vasconcellos Barberino Carvalho havia planeado a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, o que se daria fatalmente, ainda mesmo que não ocorresse o attentado de 3 de setembro do anno supra referido, contra o rei D. José e seu valido Pedro Teixeira.

Instituidos os ditos tribunaes, o primeiro presidido pelo Vice-Rei do Estado e o segundo pelo arcebispo primaz, Mascarenhas teve escrúpulo em perseguir os jesuítas, sendo este acto de consciência, a causa de sua prisão como veremos adiante.

Espírito superior, dotado de uma ardente imaginação, ao chegar á Bahia foi o seu primeiro cuidado, reunir todos os intelectuais e fundar uma associação litteraria. Sabia da extinção da *Academia dos Esquecidos*, estabelecida por D. Vasco Cesar de Menezes (depois conde de Sabugosa), e que celebrára a ultima sessão em 4 de fevereiro de 1725, e das suas cinzas fez *renascer* a Academia que por isso mesmo tomou o nome de *Renascidos*. Na

sua empresa, foi muito auxiliado pelo Pe. Antônio de Oliveira, Acadêmico que fora da dos Esquecidos, Antônio Rodrigues Nogueira, e pelo sargento-mór Antônio Gomes Ferrão Castello Branco, todos de vastíssima erudição. (LAMEGO, 1923, p. 9-10).

Ainda segundo Kantor, uma baixa de madeira trabalhada dividia o espaço interno ao meio; para dentro ficavam os 32 acadêmicos numerários e cinco supranumerários sentados em tamboretas de encosto e, para fora, o público de espectadores, formado por eclesiásticos, que constituíam a mais alta nobreza, pelos moradores e pelo comandante da frota desembarcada na Páscoa que já estava de partida para o Reino.

Diferentemente do modelo da Metrópole, a cerimônia de inauguração da academia não era restrita, era aberta a quem quisesse ver. O público ficava acomodado em bancos cobertos de nobres sedas e colchas de damasco. O ritual exigia uma “encenação” pública. Os acadêmicos poderiam sentar-se sem preferência nem ordem de lugares. O cerimonial acadêmico tinha aspectos específicos em relação aos demais rituais políticos do Antigo Regime, porque produzia um efeito de semelhança: a *república das letras*, em que o prestígio do saber se equiparava ao prestígio da honra e do nascimento<sup>40</sup>.

Ainda segundo Kantor o salão estava enfeitado com veludos e damascos encarnados, enfeitados com galões e borlas pendentes. Um dossel em ouro e prata cobria a entrada, sob o qual estava o retrato de corpo inteiro do rei. Pouco mais atrás, enfrente à porta principal, havia um coro de música. Ao pé do dossel, cinco cadeiras e uma mesa para os censores e para o diretor. Do lado direito dos censores, uma cadeira de braços destinada ao assento do conselheiro ultramarino Manuel Estevão Barbarino, membro da junta especial enviada por Pombal para cuidar dos negócios relativos à expulsão dos jesuítas, da qual também fazia parte o diretor José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Outro conselheiro ultramarino, membro também da mesma junta, Antônio de Azevedo Coutinho, que não pôde comparecer, tendo justificado sua ausência ao diretor por carta. Convém destacar que estavam ausentes da cerimônia, as autoridades mais importantes da capitania, a saber, o vice-rei (Conde de Arcos) e o arcebispo (D. José Botelho de Matos).

Ao todo os acadêmicos deveriam cumprir três reverências. A primeira logo na entrada deveria ser *profunda* (em noventa graus) e volta-se para o retrato do rei; a segunda deveria ser executada no meio do salão e, por fim, a terceira, próximos do

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, fls 76 v e 77.

assento. Recomendava-se aos acadêmicos que, antes de falarem ou lerem as composições, fizessem uma *vênia* ao retrato do rei e, em seguida, aos conselheiros, censores e secretários.

A sessão foi aberta pelo provincial dos carmelitas calçados, responsável pela condução do juramento acadêmico à Imaculada Conceição, padroeira do Reino, símbolo da pureza, predestinação e sabedoria. Associada à deusa Minerva, Nossa Senhora da Conceição era protetora de dezenas de academias ibéricas, inclusive da Academia Real de História Portuguesa e da *Real Academia de la Historia de Madri*. Na sequência, o diretor concedeu a palavra ao pró-secretário da Academia, o padre Antônio de Oliveira, para que expusesse os motivos da empresa e do selo escolhidos para representar a Academia nos despachos, cartas e títulos passados aos seus membros. A empresa e o selo deveriam ser usados nos frontispícios das obras escritas pelos acadêmicos a serem publicadas no Reino. O pró-secretário aproveitou, ainda, para mencionar a herança intelectual deixada pela agremiação anterior, a Academia Brasílica dos Esquecidos, da qual muitos renascidos tinham participado.

A Academia recebia como emblema a estampa da Fênix, fitando o Sol, seguida por aves americanas e europeias, com uma inscrição latina: multiplicação dos seus dias. No selo via-se a figura da Fênix, pássaro da mitologia grega que, quando morria, tinha o poder de renascer de suas próprias cinzas. Não, por caso a alegoria da Fênix correspondia à representação iconográfica oficial do reinado de D. João V, também usada como uma marca da Academia Real de História Portuguesa.

Logo após as explicações dos motes simbólicos, o diretor José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo levantou-se para fazer uma reverência *profunda* ao retrato do rei, e retornou a seu assento dando início à oração de abertura. O dia escolhido para a inauguração correspondia ao aniversário de D. José I. As comemorações solenes dos natalícios régios constituíam prática acadêmica institucionalizada. Os acadêmicos renascidos, nos seus estatutos, aceitaram comemorar com conferências públicas anuais não só os aniversários do rei e da rainha como também o da infanta princesa do Brasil, D. Maria I, Duquesa de Bragança.

Ainda de acordo com a autora, após as palavras de abertura, seguiram-se os demais discursos, recitados pelo vice-presidente e pelos censores. Em seguida, o diretor convocou os acadêmicos para a apresentação de dissertações, problemas e poesias líricas, heroicas e joco-sérias.

A ausência física do rei, para os acadêmicos, não significava um obstáculo a soberania e não diminuía a fidelidade ao rei. O seu retrato de corpo inteiro no centro da sala simbolizava os compromissos políticos entre os vassalos ultramarinos e o soberano, representava a presença do rei. Se a posição do rei no topo do corpo político estava preservada, a corporação acadêmica distinguia-se das demais instituições de Antigo Regime por consagrar a paridade entre seus membros. Por isso, foram realizados sorteios para definir a ordem de apresentação das dissertações que versaram sobre o “grande afeto do Rei às ciências e belas-letas”. Propunha-se a comparação entre o rei D. José I e Luís XIV de França: “[...] qual destes monarcas favorece mais o bem comum, as manufaturas, e comércio, e qual de ambos escolheu melhores meios de fazer felizes os seus vassalos”. Entre uma exposição e outra a música que vinha do coro procurava conciliar “ânimo dos ouvintes com acorde acento”. As discussões acadêmicas, ao contrário das disputas teológicas, requeriam uma técnica do consenso e harmonização de eventuais diferenças.

A Academia Brasílica dos Renascidos homenageou D. José I com o título de Protetor e o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, na qualidade de mecenas, seria prestigiado com uma conferência pública anual, sempre no dia de seu aniversário. Já em Portugal, a Academia Real de História Portuguesa realizava uma cerimônia para as apresentações públicas no Paço Real:

Os acadêmicos régios deslocavam-se “incorporados” até o Paço Real duas vezes por ano, nos dias de aniversário do rei e da rainha. Nessas ocasiões, os reis recebiam o beija-mão dos acadêmicos e da nobreza do Paço. A Família Real acomodava-se bem ao centro, debaixo de um dossel. Após a homenagem, os acadêmicos eram convidados a permanecer no recinto para assistir ao programa de serenatas. Essas apresentações públicas eram registradas em folhetos impressos, editados e vendidos pela Academia. Uma breve anotação do secretário baiano em seu borrador mostra que os discursos e folhetos da Academia régia chegaram a ser distribuídos aos renascidos. (KANTOR, 2004, p. 107).

Ainda segundo a autora, os acadêmicos renascidos estavam familiarizados com a linguagem política das cerimônias públicas. O ritual adotado pela Academia Brasílica dos Renascidos tinha sido cuidadosamente planejado por uma “Junta particular” reunida às vésperas do evento, no dia 2 de junho, na casa do diretor. Durante a reunião, além



dos protocolos, fixaram-se os pontos mais importantes dos estatutos: a definição dos cargos por “pluralidade de votos” e escrutínio oculto, bem como a eleição de José Mascarenhas para o cargo de diretor perpétuo por aclamação pública. Elegeram-se também por pluralidade de votos os membros numerários para completar as quarenta vagas e recolheram-se sugestões de nomes de pessoas eruditas que deveriam ser convidadas para compor o quadro de supranumerários. Nesse interim, Cláudio Manuel da Costa constava entre os nomes cotados.

Na mesma reunião, foram entregues as “provisões” aos 37 acadêmicos presentes. O diploma que recebiam era selado e assinado pelo diretor José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, pelos censores João Borges de Barros, José Pires Carvalho e Albuquerque e João Ferreira Bitencourt e Sá, pelo frei Inácio de Sá e Nazaré e pelo secretário Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

Um mês e meio após a inauguração oficial, os acadêmicos aprovaram por “pluralidade de votos” a primeira versão dos estatutos. O diretor José Mascarenhas estava incumbido de encaminhar pessoalmente o compromisso da agremiação às mãos do rei. Mas a questão da oficialização régia criou um impasse, levando à retirada de alguns membros fundadores. (Op. Cit. p. 108).

### **AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA: BREVE RESUMO DO EPISÓDIO DA “GUERRA DOS EMBOABAS” DESCRITA POR CHARLES BOXER.**

O “Fundamento Histórico” e o poema “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa narram uma das passagens históricas mais importantes ocorrida nas Minas Gerais na época do início de seu povoamento. Esse conflito foi protagonizado por paulistas e portugueses e recebeu o nome de Guerra dos Emboabas pelos historiadores, uma vez que *emboaba* fora o nome pejorativo que os paulistas deram aos estrangeiros que acorriam às Minas para a cata de ouro ou para explorarem os moradores com o comércio de objetos com preços abusivos.

Charles Boxer (2000) quando constrói sua narrativa sobre tais acontecimentos, afirma que os paulistas viviam no planalto da zona montanhosa de São Paulo de Piratininga (a mais ou menos trinta milhas do mar). A região ficava isolada do resto da colônia pela zona do mar. Assim, a comunicação com o Porto de Santos era feita por uma trilha na montanha, com caminhos tortuosos e íngremes. Apesar de haver gado na

capitania, os carregadores ameríndios é quem transportavam os objetos necessários à sobrevivência. Esse isolamento geográfico fez com que a região se transformasse em refúgio. Desertores e fugitivos da justiça, bem como estrangeiros marginalizados estavam entre os fundadores de São Paulo. Deste modo, devido à sua origem, os paulistas mostravam-se desconfiados e ressentidos em relação aos representantes da Coroa, embora respeitassem a autoridade do rei.

Ainda segundo o historiador, as autoridades reais não se preocupavam com São Paulo, por não ser uma região lucrativa e os paulistas não eram obedientes, as ordens eram por eles acatadas somente quando se mostravam convenientes aos seus interesses. Em certa ocasião, inclusive, expulsaram os jesuítas de São Paulo e de Santos.

Pagavam apenas o quinto, ou taxa dos quintos régios sobre todo o ouro tirado de Minas [...]. Colocavam obstáculos aos esforços dos técnicos enviados para melhorar seus métodos de mineração e relutavam ao permitir que forasteiros viessem procurar novas minas. Tinham receio de que autoridades coloniais tomassem o controle, caso fosse encontrada abundância de ouro e prata. (BOXER, 2000, p. 60).

Os paulistas mostravam interesse pela posse de honras e distinções. A Coroa autorizava o governador do Rio de Janeiro a induzir os principais paulistas a reunirem-se às buscas de minas, através de promessas segundo as quais eles seriam feitos gentis-homens da casa real e cavaleiros das três ordens militares, de Cristo, de Avis e de Santiago. Essas ordens chegaram quase ao tempo em que os paulistas, que já estavam à procura de prata e esmeraldas, descobriram ouro de aluvião em quantias compensadoras.

A data e local exatos da primeira descoberta, segundo Boxer (2000, p. 62) jamais será conhecida. Segundo narrativas tradicionais e correspondência oficial dos governadores do Rio de Janeiro e da Bahia existem apenas relatos dos achados dos dez primeiros anos. Compilando as narrativas contraditórias e fragmentárias, pareceria que o ouro foi encontrado quase concomitantemente em regiões diversas da zona de Minas Gerais, e por pessoas diferentes ou diferentes grupos de paulistas, nos anos entre 1693 e 1695. As bandeiras tinham já atravessado a região no século anterior buscando esmeraldas, por Fernão Dias Paes Leme e prata por D. Rodrigo de Castelo Branco, entre 1674 e 1682. Tais tentativas não deram certo, mas o paulista Manuel de Borba Gato, que estava implicado no assassinio de D. Rodrigo na zona do Sumidouro (28 de agosto

de 1682) refugiou-se na região do Rio das Velhas, onde descobriu boa quantidade de ouro de aluvião. Diz-se que manteve o segredo desse achado até o fim do século.

O historiador afirma ainda, que há contradições sobre as primeiras descobertas de ouro na região do rio das Velhas terem sido feitas por paulistas. Elas podem ter sido feitas por aventureiros da Bahia. Porém, as evidências parecem confirmar que foram mesmo os paulistas. Em relato de outro pioneiro de origem europeia, que serviria numa das bandeiras paulistas, em Minas Gerais, há a afirmação de que alguns paulistas, tendo percorrido a região do rio das Mortes em busca de índios Cataguases que usavam ornamentos de ouro nos lábios e nas orelhas tiveram indicação do local das descobertas.

Em meados de 1697 as notícias das primeiras descobertas foram sendo espalhadas. Era inevitável que os paulistas não pudessem permanecer isentos de desafios, na posse das jazidas, e uma multidão de aventureiros e desempregados de todas as partes da colônia arrastaram-se para a as Minas. O jesuíta Antonil em seu relato descreve a corrente migratória. Eles vinham em condições anárquicas e obedeciam apenas aos regulamentos locais, criados para resolver conflitos de correntes das reivindicações do terreno nas minas de ouro, e ao leito dos rios. Os crimes ficavam sem punição, a não ser quando se exerciam vingança particular e havia abundância de assassinos e ladrões (BOXER, 2000, p. 65-66).

Ainda de acordo com Boxer (2000, p. 67-73), D. João de Lencastre previa que muito do ouro de minas havia sido enviado a nações estrangeiras. Os aventureiros que estavam na região mineira permaneceram se os mineiros se tivessem conservado unidos, poderiam ter desafiado o controle efetivo da coroa durante mais tempo, mas a eclosão, em 1709, da guerra civil entre os pioneiros paulistas e os recém-chegados, quase todos de origem europeia, deu oportunidade aos representantes da Coroa, no ano seguinte, de firmar sua autoridade. Mesmo assim, outra década se passou antes que a concretização do controle da coroa se realizasse, com a eliminação da revolta da Vila Rica. Deste modo, a região mineira foi explorada, ocupada e colonizada com espantosa rapidez. Os principais campos de Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará haviam se tornado em um curto espaço de tempo, povoações prósperas.

Os primeiros esforços para canalizar o fluxo de ouro através de fundições autorizadas e da casa da moeda do Rio de Janeiro, tendo claramente malgrado pela cultura do término da primeira década do século XVIII, resolveram eles apertar a cobrança os quintos em Minas Gerais. Felizmente para eles, a inesperada eclosão, em

1708, da guerra civil entre paulistas e os últimos que chegaram àquela região forneceram à Coroa, ao mesmo tempo, o pretexto e oportunidade para intervenção eficaz. (Op. Cit. p.81).

Boxer (2000, p. 87) afirma ainda que apesar das tentativas, o verdadeiro curso dos acontecimentos sobre a Guerra dos Emboabas está longe revelar-se com clareza. Os relatos contemporâneos ou da época que chegaram à publicação provém dos Emboabas. A única exceção importante é fornecida pelos despachos do governador Rio de Janeiro, D. Fernão Martins Mascarenhas de Lencastre que se mostrava favorável aos paulistas. Porém, há escassez de provas quanto aos partidos em contenda, mas as razões do conflito são razoavelmente claras.

Paulistas e forasteiros nunca de se deram bem, uma vez que no início da corrida pelo ouro os paulistas achavam-se com direito à prioridade nas reivindicações por serem descobridores. O fato de muitas datas, de início, marcada pelos paulistas, terem sido desrespeitadas pelos que vieram mais tarde, quando os primeiros proprietários haviam abandonado suas lavras pela carestia de 1698 e 1700, não concorrem para conservar a harmonia entre os dois partidos. Os paulistas queriam que a outorga de terras em Minas gerais fossem feitas exclusivamente a eles. (p.88)

Os paulistas eram classificados como bandidos sem lei e afirmavam seu ódio pelos forasteiros, intitulado-os “emboabas”, palavra ameríndia usada com intensão de ofensa. Algumas fontes que se colocam do lado dos paulistas afirmam que muitos deles aproximaram-se dos emboabas pobres e necessitados e tiveram como recompensa a ingratidão. Tal coisa terá acontecido em casos particulares, mas a atitude da maior parte dos paulistas estava refletida na petição da sua câmara municipal, em abril de 1700. Outra fonte de discórdia foi causada pelos escravos. Os dos paulistas eram na maior parte ameríndios (carijós e tapuias). Os dos emboabas eram negros. Esses dois grupos da população serviu não se entendiam. (Op. Cit. p. 88)

Ao contrário do esperado os aventureiros vindos da Bahia, Pernambuco e de outras regiões do Brasil, colocaram-se ao lado dos emboabas e não dos paulistas nascidos na América. O fato dos paulistas terem sangue ameríndio não os impedia de serem orgulhosos de seus antepassados, dados por eles como aristocratas. Desdenhavam, portanto, os emboabas nascidos na Europa ou no Brasil.

Segundo Boxer (2000, p. 89), a irritabilidade sempre esteve em crescimento. Em São João Del Rei os paulistas passavam fanfarronando, através dos campos auríferos

dos emboabas em atitude singularmente belicosa. Esse arsenal ambulante eram seguido por escravos e mestiços também armados até os dentes. Relatos dos emboabas garantem que durante muito tempo se deixaram intimidar por aquela exibição, mas a irritação represada explodiu em ódio selvagem no dia 27 de junho de 1707, dois chefes paulistas foram linchados por uma turba emboabas, depois do incêndio da forja onde os dois homens se tinham refugiado. Após o impulso de cólera, muitos emboabas deixaram o local e refugiaram-se nos matagais, temendo vingança. Alguns deles, entretanto, mais ousados, fizeram barricada em uma casa do arraial e prepararam-se para resistir ao contra-ataque. Realmente os paulistas surgiram enfurecidos, mas vendo que aquele pequeno grupo estava disposto a lutar até o fim, contentaram-se em enterrar seus compatriotas assassinados retirando-se, após, mansos. Encorajados, os emboabas refugiados voltaram às Minas. Os paulistas fizeram várias tentativas para chegarem a um entendimento pacífico, mas os emboabas resistiram. Um estado inquieto de armistício sobreveio por mais de um ano, se armavam para o encontro que seria inevitável.

Paulistas e emboabas viviam espalhados na região do rio das Velhas e Rio das Mortes, porém os emboabas eram um número bem maior. O representante dos paulistas era o superintendente Borba Gato. Tornava-se essencial para os emboabas encontrar um líder que pudesse representar contrapeso eficaz em poder real, esse líder foi Manuel Nunes Viana, proprietário de várias minhas em Caeté e em outras regiões de Minas Gerais.

No início de outubro de 1708, a tensão entre paulistas e emboabas agravou-se ainda mais quando em Caeté houve uma discussão entre um paulista e um emboaba sobre a posse de uma arma, tendo o segundo apelado para Nunes Viana enquanto o primeiro buscava apoio do paulista ilustre Gerônimo Pedroso. Ao ser chamado para um duelo Gerônimo alegou pretextos. Sofrendo por tal derrota os paulistas começaram a planejar vingança sob liderança do irmão de Gerônimo, Valentim Pedroso. Cada um dos partidos suspeitava que outro estivesse conspirando para atacar e a tensão alcançava o auge.

Borba Gato interferiu, desejoso de evitar o confronto. No dia 12 de outubro de 1708 fez pregar na porta da igreja de Caeté um aviso público banindo Manuel Nunes Viana do distrito do Rio das Velhas, dentro de 24 horas, como perturbador da ordem pública e de fraudador dos diretos devidos à Coroa. Em resposta Viana refutou as

alegações negando a Borba Gato o direito de bani-lo e o acusava de aliar-se aos indisciplinados paulistas e dizia que ele não tinha nada a ver com a sua briga com Gerônimo Pedroso que era de ordem pessoal.

Borba Gato respondeu repetindo a ordem e dizendo que se Nunes Viana não obedecesse trataria com Sua Majestade de despejar e confiscar os bens e proibiu quem quer que fosse de dar ajuda e conforto a Viana sob pena de prisão e confiscação de bens. (p.91)

Borba Gato não fez esforço sério para dar corpo às suas ameaças e ficou intimidado pela atitude resoluta de Viana. Em um encontro em Caeté houve uma reconciliação exterior. A vacuidade daquele acordo formal rapidamente se fez manifesta.

Ao fim de novembro um paulista chamado José Pardo foi linchado depois de terem seus dois filhos matado um português. Na crença de que os paulistas estivessem planejando um massacre, os emboabas começaram a desarmar os paulistas. Como eram mais numerosos isso foi feito com pequenas perdas de vidas primeiro no rio das Velhas e depois em Ouro Preto. Apenas alguns paulistas resistiram, a maioria evadiu-se dos remanescentes, alguns se renderam, outros declararam fidelidade ao partido vencedor. (p.92).

Nenhum relato faz alusão à ação de Borba Gato naquela época crítica. Os emboabas os tinham deixado em paz ou ele se retirara para São Paulo temporariamente. *Ao fim de 1708, portanto, os emboabas tinham completo controle sobre duas das três principais áreas de mineração e os paulistas, desmoralizados, se haviam retirado para o distrito do rio das Mortes.*

Em dezembro de 1708, os chefes emboabas e baianos reuniram-se em Cachoeira do Campo, onde proclamaram Manuel Nunes Viana como governador interino de toda região mineira, até que o governo da metrópole pudesse enviar funcionários normalmente constituídos. (p.92) Viana organizou seus partidários em três milícias e fez nomeações civis e militares. Nesse número incluíam-se homens com registro criminoso notável. Três deles merecem menção: Francisco de Amaral Gurgel (organizou o assassinato de um dos mais antigos funcionários colônias, Pedro de Sousa Pereira, fugira para o sertão de São Paulo e participou dos primeiros anos da corrida do ouro, se tornou o mais rico em Minas Gerais, segundo os cálculos de Antonil); Bento do Amaral Coutinho, irmão ou sobrinho de Francisco, mas provavelmente nem o era, também se

refugiou em Minas depois de ter cometido um assassinio cruel em 1706 contra um senhor de engenho; Frei Francisco de Menezes, único que não era brasileiro, frei renegado, rebento da família nobre portuguesa. Apareceu Sabará em 1904/1905 e progrediu como fornecedor cosmopolita de carne. Os paulistas conseguiram evitar que ele tivesse contrato para fornecimento exclusivo aos açougues e isso fez com que o frade jurasse hostilidade eterna aos paulistas e ajudou a desarmá-los durante os distúrbios de 1708. (p.93)

Tendo consolidado sua supremacia, os emboabas tornaram à ofensiva contra os últimos redutos dos paulistas ao longo do rio das Mortes. Bento do Amaral Coutinho que foi encarregado da operação não encontrou resistência, tendo a maior parte dos paulistas recuado para Parati ou São Paulo. Os que estavam em São João Del Rei foram deixados em paz. Cerca de cinquenta homens foram cercados em um capão, depois de dar tiros, ferindo alguns emboabas. Bento do Amaral prometeu quartel ao grupo, se despussem as armas, mas assim que o fizeram foram massacrados, foi o chamado Capão da Traição. (p.93-94).

A decisão do governador de intervir pessoalmente como mediador em Minas Gerais fora tomada numa reunião do conselho, composto de autoridades eclesiásticas civis e militares em 10 de janeiro de 1709. Todos apoiaram a ida do governador. Assim, em março ele seguiu. Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre esperava que sua autoridade pessoal fosse suficiente para restabelecer a ordem, mas estava disposto a buscar auxílio com os paulistas se chegasse a haver peleja, já que os via como a parte injustiçada e mostrava-se resolvido a recoloca-los em Minas. Consideravam que eles tinham reivindicações de prioridade por serem os descobridores (p. 95-96).

O governador D. Fernando conhecia o passado criminoso de grande parte dos emboabas e considerava mais convincente a visão de Borba Gato. Matheus de Moura, que Viana nomeara superintendente no lugar de Borba Gato fora o assassino da própria irmã. O governador temia que o chefe emboaba se opusesse à sua entrada nas Minas, por estar acompanhado de tão pequenas forças, mas escreveu que se valeria dos paulistas.

O governador chegou em Minas Gerais em 1709 e foi recebido por paulistas e emboabas com as devidas honras. Fez, durante três dias algumas sondagens, no quarto dia fez uma reunião com os dois partidos. Houve uma aparente reconciliação, mas alguns dias mais tarde o governador teve sua passagem barrada por uma tropa emboaba

sob o comando de Manuel Nunes Viana, mas não se sabe se o impediram a passagem usando de cortesia ou de rudeza. Depois disso, o governador voltou ao Rio de Janeiro e os paulistas recuaram também. (p.97).

O que causava maior preocupação da Coroa era o fato de ter Manuel Nunes Viana usurpado a função e a autoridade da Coroa, fazendo numerosas nomeações militares e civis, por iniciativa própria. Tornava-se assim necessária a intervenção da Coroa.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi nomeado novo governador do Rio de Janeiro em 1709. Chegando ao Rio, o governador resolveu ir até Minas Gerais. Segundo alguns relatos, os vitoriosos emboabas já se estavam desentendendo entre eles próprios e Manuel Nunes Viana se pusera em conflito com o principal chefe baiano, Sebastião Pereira de Aguiar e ganhara a antipatia dos moradores de Sabará, por tentar monopolizar o comércio de carne, aproveitando-se da ausência do frade que estava em Portugal para pleitear a causa dos emboabas diante do Conselho Ultramarino. (p.99)

Albuquerque foi acompanhado por apenas doze soldados, o que sugere que pretendia depender apenas da conciliação. O grupo alcançou Caeté e Albuquerque enviou mensagem a Manuel Nunes Viana para que se retirasse de Minas Gerais em três dias. Fosse por lealdade à Coroa ou por não poder mais contar com o apoio de Pereira de Aguiar, Viana não ofereceu resistência e obedeceu Albuquerque.

Avançando em direção a outras áreas mineiras, o governador foi acolhido com algo a mais do que respeito simbólico. Albuquerque confirmou muitas das nomeações feitas por Viana, reintegrou Borba Gato como superintendente da região do rio das Velhas, criou postos administrativos e de milícia para apaziguar pessoas de influência que poderiam sentir-se desapontadas. Seu sucesso foi devido à sua personalidade e tato, mas principalmente ao fato de os emboabas estarem ansiosos por retornar ao comércio com o Rio de Janeiro. (p. 100)

Os paulistas organizaram uma força expedicionária com mais de dois mil homens e Amador Bueno da Veiga foi eleito comandante. As instruções dadas pela Câmara Municipal de São Paulo a Amador Bueno entre 21 e 24 de agosto de 1709, insistiram em que ele se concentrasse na obtenção de uma reintegração pacífica dos paulistas em suas jazidas de ouro usando a força apenas como recurso inevitável.

Para tranquilizar os moradores, Albuquerque resolveu ir ao encontro dos paulistas. Encontrou a força principal em Guaratinguetá, e viu que as tropas eram quase que inteiramente compostas por ameríndios e mestiços. Seus chefes incluíam os irmãos



Pedroso.

Albuquerque discutiu durante alguns dias com Amador Bueno e seu pessoal, prometendo que faria justiça aos paulistas e prevenindo-os de que se tornariam culpados de lesa-majestade se tentassem desapossar os emboabas pela força. Os paulistas disseram que “não podiam deixar de reclamar pessoalmente satisfação pela afronta que tinham sofrido [...] e disseram ainda que Albuquerque podia acompanhá-los até lá e expulsar os emboabas com sua própria autoridade. Ao que respondi – relatava o governador à Coroa – que ainda que minha febre me permitisse acompanhá-los eu jamais faria o que sugeriram, pois sem ordem de Vossa Majestade, nem podia dizer aos forasteiros que deixassem Minas, nem podia expulsá-los de lá”. (p. 101).

Vendo que tanto ameaçar como persuadir era tempo perdido, Albuquerque desistiu e seguiu para Parati e dali foi para o Rio de Janeiro, mandou um emissário chamado Estevão Rodrigues a fim de avisar seus compatriotas de que os vingativos paulistas depressa estariam sobre eles. Rodrigues alcançou o rio das Mortes antes que os paulistas recomeçassem o avanço. (p. 101).

Dado o alarma, uns 260 brancos e 500 negros concentraram-se num forte improvisado. Ali esperaram a coluna paulista, que apareceu no dia 14 de novembro de 1709. Quando os emboabas já estavam ficando sem mantimento e munição, os atacantes recuaram. Atingiram umas oitenta pessoas (os atacantes) com mosquetes de longo alcance. Sobre as razões de um recuo, não se sabe bem, mas deve ter sido resultante, em parte, das notícias quanto aos rápidos avanços de poderosas colunas emboabas de socorro, vindas de Ouro Preto e das dissensões entre os comandantes paulistas. Ao que parece, Amador Bueno estaria inclinado a interpretar ao pé da letra as injunções da câmara de São Paulo para que não usassem força, enquanto os irmãos Pedroso e mais alguns outros queriam a desforra condigna pela atrocidade do Capão da Traição. Três dias depois da partida deles, a coluna de socorro chegava e punha-se em perseguição e voltaram a Ouro Preto (p. 102).

Albuquerque ainda estava ressentido pela maneira rude como fora tratado pelos paulistas. Em 22 de novembro recebeu as ordens régias de agosto anterior, que lhe impunham a outorga de anistia geral para ambos os lados e a busca de solução pacífica. Três meses depois recebeu ele outro despacho régio que lhe ordenava deixar a governadoria do Rio de Janeiro e a assumir “uma região recentemente criada muito maior, que devia chamar-se Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro, com sede na

cidade de São Paulo.” (p. 102.)

O frade Francisco de Menezes convencera as autoridades de Lisboa que os emboabas não eram gente com que se brincasse. Assim, permitiram ao frade voltar ao Brasil, enquanto autorizavam secretamente Albuquerque a expulsá-lo de Minas.

Dissimulando seu ressentimento latente contra os paulistas, Albuquerque foi para São Paulo em julho de 1710. Os paulistas, a essa altura, estavam ansiosos por reparar o tratamento que lhe tinham dado. Sua única esperança de reintegração no local estava no exercício da autoridade de Albuquerque. O governador foi empossado com pompas e regozijos. Durante os quatro primeiros meses em São Paulo convenceu-se de que os paulistas tinham bons motivos para serem reintegrados. Escreveu à Coroa em apoio, incluindo a proposta de que sua vila fosse elevada a cidade sede de bispado. A Coroa não se opôs, mas adiou a instalação do bispado até 1745.

Tendo organizado as coisas em São Paulo, Albuquerque partiu para Minas Gerais, onde tinha sido autorizado pela Coroa a elevar três arraiais à dignidade de vilas. Reuniões com emboabas e paulistas ratificaram as decisões tomadas em São Paulo e resolveram que a taxa aplicada a cada bateia usada nas Minas deveria variar entre oito e dez oitavas anualmente.

Depois de novas consultas e reflexões, Albuquerque resolveu que os três arraiais erigidos em vila deveriam ser Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará. Empossou uma câmara eleita em cada uma das novas vilas e tomou medidas para melhorar a administração, facilitar a cobrança dos quintos e para distribuir as datas tentou garantir às duas facções rivais representação parelha nas Câmaras Municipais.

## ANEXO

### DOCUMENTOS COLETADOS EM BIBLIOTECAS PORTUGUESAS: FONTES NÃO-DECLARADAS

#### 4.3. Fontes não declaradas

Foram encontrados textos manuscritos de interesse para o desenvolvimento da pesquisa nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. Abaixo segue um breve relatório da documentação reunida:

Biblioteca Nacional de Lisboa

As pesquisas no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa ocorreram no período de novembro de 2011 a dezembro de 2012.

As buscas partiram do arquivo geral e em seguida passaram à ala dos reservados. Os documentos encontrados serão descritos resumidamente a seguir:

a) “Primeiro copiador das respostas dos senhores governadores desta capitania às ordens de Sua Magestade e cartas que lhe derão que principião no governo de Albuquerque Coelho de Carvalho...”: Documentos avulsos sobre Minas Gerais no reinado de D. João V em Portugal - Tal material é composto por cartas de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao rei, datadas de 06 de dezembro de 1710 a 07 de agosto de 1711 e dão notícias dos acontecimentos da região e de atitudes tomadas em seu governo para pacificar e organizar a capitania e, desta forma, facilitar a aplicação das leis régias;

1ª Carta: Foram copiados desse microfilme os papeis avulsos assinados pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725) que governou o Rio de Janeiro no início do século XVIII. Foi comendador de Santa Maria de Cea na Ordem de Cristo e de Santo Ildefonso de Val de Telhas na Ordem de Avis, alcaide-mor de Sines, donatário de Couto, de Ouil e de Santo Antônio de Alcântara, no Maranhão. Data de 9

de novembro de 1709 a Carta Régia que separou da Capitania do Rio de Janeiro a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, como se dizia, confiando seu governo a Antônio de Albuquerque. Tomou posse como 1º governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em Santos, em 18 de fevereiro de 1710: era capitania independente criada pela Carta Régia de 9 de novembro de 1709. Posse ratificada em São Paulo em 18 de junho perante a câmara do novo governo separado do governo do Rio de Janeiro. Seu governo terá fim em 31 de agosto de 1713. O documento trata das impressões do governador quando da sua chegada as Minas e descreve os métodos utilizados para a realização da cobrança dos quintos de ouro (carta régia de 9 de novembro de 1709) e sobre a junta que organizou para auxiliá-lo no governo (Prelados Eclesiásticos, Cabos de Guerra, Superintendentes, Guardas-mores e dois sujeitos nomeados pelos moradores de cada um dos distritos para serem seus procuradores. Trata também da implantação da Casa de Fundição nas Minas com o objetivo de evitar o extravio de ouro. A carta é datada de 6 de dezembro de 1710.

2ª Carta: Informa o rei da situação das Minas Gerais e pede ajuda para os Prelados Eclesiásticos, para que nomeiem alguém que administre tal território, uma vez que são muitas as Vilas [?]. Diz que pela falta de Prelados que visitem as casas para pregar está crescendo as ofensas a Deus. Albuquerque ainda compara esses homens a ovelhas sem doutrina. Diz que os párocos e eclesiásticos abusam sem temor das obrigações do seu estado. Por esse motivo, a nobreza de São Paulo implora à majestade a mercê de fazer cidade aquela vila e conceder-lhe um bispo. Carta de Guaratinguetá datada de 12 de outubro de 1710.

3ª Carta: Dirige-se ao rei informando da existência de clérigos de ruim procedimento e revoltosos nas Minas e pede para que tenham o castigo que merecem. Carta de Guaratinguetá datada de 12 de outubro de 1710.

4ª Carta: Diz ao que seria conveniente que se resolvesse o limite e a jurisdição do governo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e também da Bahia para que fossem evitados futuros embaraços e pudesse cada um dos governadores, fazer o que quisessem e fosse concedido pelo rei. Justifica o pedido com base na distancia entre as capitanias. Ressalta a necessidade de separar o governo do Rio de Janeiro e Minas.

Carta de Guaratinguetá datada de 12 de outubro de 1710.

5ª Carta: Adverte o rei de que estão entrando no território das Minas uns castelhanos de Buenos Aires por um rio que nasce nas terras das Minas e deságua no rio Prata e por ele existem algumas povoações e cidades sem fortificação nem defesa. Pede para que o rei envie aos paulistas munições de guerra bastantes e alguns mantimentos de milho, feijão e ferramentas e pede para que os oficiais sejam seus naturais e que fique por administração o gentio que trouxeram. Carta de Guaratinguetá datada de 12 de outubro de 1710.

6ª Carta: Os moradores de São Paulo pedem ao rei que lhe conceda a ordem para virem três navios ao Porto de Santos com encomendas, pois as que chegavam da Alfândega do Rio eram extraviadas. Trata do risco de Corsários, que dificultam e atrasam a chegada. Carta de Guaratinguetá datada de 12 de outubro de 1710.

7ª Carta: Pede ao rei que o ouro seja repartido em duas embarcações de Guerra para ser enviado ao Rio de Janeiro. Carta de Minas Gerais datada de 07 de agosto de 1711.

8ª Carta: Trata da cobrança de impostos aos criadores de gado em Minas Gerais. Carta de Minas Gerais datada de 07 de agosto de 1711.

9ª Carta: Trata do crescimento da povoação em Minas e da necessidade de se dividir a terra por sesmaria com moderação na largueza em nome do rei para se evitar contendas. Carta de Minas Gerais datada de 07 de agosto de 1711.

10ª Carta: Trata da cobrança dos quintos. Carta de Minas Gerais datada de 07 de agosto de 1711.

11ª Carta: Trata dos requerimentos que os povos faziam com o pedido de viverem como uma republica (a caligrafia esta confusa). Carta de Minas Gerais datada de 07 de agosto de 1711.

12ª Carta: Escreve por D. Izabel Guedes de Brito, moradora da Bahia, sesmeira, que diz

que mais de quinhentas léguas pelo Rio S. Francisco foram arrendadas e aforadas. Carta de Minas Gerais datada de 07 de agosto de 1711.

13ª Carta: Dá notícia ao rei do estado das Minas onde fala sobre seu zelo na administração e sobre a paz em que se encontra a região depois da Conquista. Diz que os moradores estão conformes e não há diferenças entre forasteiros e paulistas, alguns desses, como são naturalmente tímidos, não deixam de ser humildes (parece ver com bons olhos os paulistas). Diz que logo que chegou fez conduzir a todos a sua presença restituindo-lhes o que lhes haviam usurpado com ajuda dos ministros. Diz que teve muito trabalho em acomodá-los cada qual com sua sesmaria. Refere-se a Borba Gato como um dos mais fiéis vassalos.

Essa carta é de suma importância por consistir no documento histórico que trata da guerra dos emboabas, pelas palavras de Albuquerque. Carta de Minas Gerais datada de 07 de agosto de 1711.

- b) *Manual de Obras*: compêndio de textos manuscritos sem título e considerado como sendo de autoria de Cláudio Manuel da Costa (fase madura, posterior ao “Vila Rica”);
- c) Poema “Vila Rica”: versão impressa do poema publicada pelo jornal mineiro O Universal em 1839, com as notas explicativas do autor;
- d) Arquivos Pombalinos: Cartas régias de D. João V que tratam, entre outros assuntos, da expulsão dos religiosos das Minas Gerais por serem suspeitos de roubo de ouro;

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

As pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ocorreram em janeiro de 2012. Foram encontrados documentos históricos e políticos de Minas Gerais no século XVIII, principalmente documentos relacionados à cobrança de impostos sobre o ouro. Foi selecionado para a pesquisa apenas o documento abaixo:

a) Pedido do governador e respectivo administrador para que o rei reconheça a contribuição de Cláudio Manuel da Costa por haver colocado seu próprio nome na Casa da Fundação de Ouro de Vila Rica no décimo terceiro ano do seu estabelecimento mais de [?] arrobas de ouro em pó, do qual se tirou o seu respectivo quinto para a Real Fazenda. Assim registra o seu zelo e trabalho.

b) Poema “Vila Rica” (Código de referência no arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/PREE/2/85) MICROFILME 85-85A: Microfilme reproduzido do original que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se de material do “Projeto Reencontro” que não permite copiar. São 5 versões diferentes do poema “Vila Rica”.

Versão 1: (19-1,24) – “O Parnaso Obsequioso” (parece autógrafo);

Versão 2: (14-3,13) – Apresenta variantes no fim do *Fundamento Historico* – v.147, *Soneto III* (igual ms. 19-1,24). Logo abaixo, após a transcrição do poema segue a seguinte nota de rodapé: “Aos 8 dias do mês de julho de 1711, fez o governador Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho hua junta no Arrayal de Ouro Preto para se erigir em Villa Rica. Servia de secretário Manuel Pegado de quem se tem feito menção em varias partes dessa obra. No mesmo dia se elegeram os juizes, vereadores e procurador. Sairam eleitos a mais votos por juiz o mais velho, José Gomes de Mello, Juiz mais moço [mosso] Fernando da Fonseca e Sá. Vereador mais velho Manoel de Figueiredo Mascarenhas, 2º vereador Felix Gusmão e Mendoça, 3º Antônio de Faria Pimentel: procurador o Capitão Manuel de Almeida Costa. No dia 9 tomaram (tomarão) posse. Tudo consta do registro do Livro dos Termos do Governo, que se acha na Secretaria de Minas Gerais desde o dia 9 de julho de 1710, p. 21 e 22.

PS: A carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao rei, sobre a atribuição de cargos/funções em seu governo foi encontrada na Biblioteca Nacional (Cód.477 – tomo VI – mf. 320 – ms. In fol de 120 folhas- registro original autentico).

Versão 3: (19-1,23) – Cópia que parece ser mais recente

Versão 4: (9-1,25) – Cópia que parece ser mais recente (Torre do Tombo)

18-1, 8 – Coleção Carvalho. Serviu de original para a impressão de Ouro Preto (1839-Tipografia do Universal);

*PS:* Todos apresentam a nota extensa do canto V sobre as desordens provocadas pelo Sr. Francisco de Menezes a Fr. J. [Conrado?]. No ms. 9-1,25 esta escrito Fr. Francisco, os outros são “Fr. F.”;

*PS:* Deve-se localizar o manuscrito 36-7,30 e comparar com o “Fundamento Histórico” do poema “Vila Rica” (deve ser de CMC). E o ms. 36-9,16 “História da Capitania de Minas para Tomás Antônio Gonzaga de Vila Nova- Portugal. Ver no IHGB, cota 120, ms. 2175, cópia feita em 1820 de um ms. da Real Biblioteca do Rio/ Versão bem encadernada com letra que parece do começo do século XIX. Biblioteca Nacional de Lisboa (não é autógrafo segundo Lapa).

a) Carta Padrão: Hábito de Cristo (Cláudio Manuel da Costa) com 12.000 reis de Tença. Datas 1769-11-27/ 1769-11-27. Cód. de referência PT/TT/RGM/D/23/86827. Cota atual: Registro Geral de Mercês de D. José I, livr. 23, f. 106. MF. 163.

Trata-se de um documento manuscrito pedindo benefícios a Cláudio Manuel da Costa, uma vez que este possuía riquezas e contribuía para arrecadação dos quintos de ouro. (material já transcrito);

#### Arquivo Histórico Ultramarino

As pesquisas no Arquivo Histórico Ultramarino tiveram início no final de janeiro de 2012 e foram concluídas em meados de fevereiro de 2012. Foram encontrados os seguintes documentos:

a) Documento datado de 04 de dezembro de 1769: Carta do Conde de Valadares, governador, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando o seu parecer sobre o requerimento do bacharel Cláudio Manuel da Costa, onde pede a propriedade vitalícia do ofício de provedor da Coroa e Fazenda Real da Capitania das Minas, com ordenado de dois mil cruzados. Em anexo consta uma carta, requerimento e atestado;

b) Carta do Visconde de Barbacena para Bernardo José de Lorena, a informar em



segredo dos movimentos sediciosos na capitania de Minas Gerais, referindo-se especialmente a Carlos Correia de Toledo e Cláudio Manuel da Costa;

c) Requerimento de Cláudio Manuel da Costa, morador das Minas Gerais e funcionário das Casas da Fundição e Moeda, solicitando alguns prêmios por serviços que tem feito as Casas de Fundição do Ouro;

d) Carta para Antônio de Oliveira, agradecendo os seus favores;

e) Carta de Cláudio Manuel da Costa para Frei Inácio de Sá e Nazaré agradecendo o convite de sócio entre os acadêmicos da Academia Brasílica dos Renascidos;

O breve relato sobre os documentos encontrados nos principais arquivos de Lisboa possibilitam futuras pesquisas acerca da obra de Cláudio Manuel da Costa. Alguns dos documentos listados foram transcritos e atualizados por serem considerados importantes para a elaboração da presente tese, como as cartas aos membros da Academia Brasílica dos Renascidos. Já as cartas régias permitem uma leitura da história para ser contrastada com o “Fundamento Histórico”, escrito por Cláudio Manuel da Costa, por tratarem do mesmo contexto e por serem de autoria do governador de Minas Gerais transformado em personagem principal do poema épico, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

## DOCUMENTOS TRANSCRITOS

### *Apontamentos para se unir ao catálogo de acadêmicos da Academia Brazílica dos Renascidos*

Cláudio Manuel da Costa, filho de João Gonçalves da Costa e de D. Theresa Ribeyro de Alvarenga.

Nasceu aos 5 de Junho de 1729 no bispado de Marianna em hum dos districtos da cidade chamado a Vargem; onde viviam situados seus Pais em o exercicio de minerar e plantar segundo o uso do Paiz.

#### *Seus avós pela parte paterna*

Antônio Gonçalves e Antônio Fernandes, moradores que forão no lugar das Áreas, Freguezia de S. Mamede das Talhadas, Bispado de Coimbra.

#### *Pela parte materna*

O capitão Francisco de Barros Freire e D. Izabel Rodrigues de Alvarenga, moradores que foram na Freguezia de N. S. de Guarápiranga, Comarca do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Marianna, vindos de S. Paulo onde têm á sua ascendência de Famílias mui distinctas.

#### *Seus Irmãos*

De legitimo matrimonio teve cinco irmãos dos quaes foi elle o 3<sup>o</sup>.na ordem da sucessão e quatro cursarão a Universidade e se achão hoje recolhidos a Religiosos dois: o Padre Antônio de Santa Maria dos Martires no Réal Mosteiro da Santa Cruz de Coimbra, o Padre Frei Francisco de Salles de Jesus Maria, no collegio da Trindade que actualmente segue a Universidade: morreu na mesma Universidade o segundo que se chama João Antônio da Costa. Os mais acompanham hoje a familia.

#### *Seus estudos*

Principiou a grammática e estudos de Latinidade debaixo da proteccão do seu tio o Dr. Frei Francisco Vieira, Oppositor que foi na Faculdade de Coimbra, hoje Procurador geral da Religiam da Santíssima Trindade no Estado do Brasil.

Assistio os primeiros quatorze ou 15 annos em Villa Rica de Ouro Preto; passou a estudar Philosophia na Companhia do Rio de Janeiro; donde embarcou na héra de 49 para Lisboa: formou-se em Coimbra na Faculdade de Canones, em que lhe foi presente o Sr. Christovam de Almeida. Na héra de 53 para 54 se recolheu á sua Patria, onde vive

no exercicio de advogado: com actual assistência em Villa Rica de Ouro Preto.

*Seus escriptos*

Applicado desde os primeiros annos ao estudo das Bellas Letras conserva em Manuscriptos Rithmas nas línguas Latina, Italiana, Portugueza, Castelhana e Franceza em poesia heroica e lirica dois tomos em 4.

Rythmas pastoris com o titulo de Musa Bucolica, duas partes em 4º.

Centúria Sacra, Poema do Glorioso Parto de Maria Santissima em 8ª Rythma.

Cathaneida, Poema joco-serio em 5 cantos e 8ª Rythma.

Varios discursos em prosa em diversas materias

Poesias dramáticas que se tem muitas vezes representado nos theatros de Vila Rica, Minas em geral e Rio de Janeiro.

Mafalda Triunphante que se mandou imprimir e foi composta a empenho do Exmo. Sr. Bispo desta Diocese a quem é dedicada.

Cyro ou a liberdade de Camboydes.

Circe e Ulysses: Orlando furioso; Siques e Cupido em Rithma solta, calipso.

Varias traducções dos dramas do Abbade Pedro Metastasio: o Ataxerxes, a dircea, O Demetrio, O José reconhecido, O sacrificio de Abrahão, o Regulo, o Parnaso accusado: Alguns destes dramas em rithma solta, outros em prosa proporcionados ao theatro português.

*Papeis impressos*

Correm impressos na Universidade de Coimbra: O Monusculo Métrico.

O Epicedio á morte de Fr. Gaspar da Encarnação.

O Culto Métrico a hua Abadeça do Convento de Figueiró.

As suas conclusões em Canones, com hua dedicatória deduzidas dos versos de Virgilio.

Da-se noticia somente das Rythmas e Obras que se achão limadas em termos de se darem ao prelo se convier ao seu A, sendo muitos mais os papeis de que não faz menção.

***Carta Dedicatória***

Il<sup>mo</sup>. e Ex<sup>mo</sup>. Sr.,

Depois de haver escrito o meu Poema da fundação de Vila Rica, Capital das Minas Gerais, minha Pátria, a quem o deveria eu dedicar mais que a V.Exa.? Há muito que

ansiosamente solicito dar ao Mundo um testemunho de agradecimento aos benefícios que tenho recebido da Excelentíssima Casa de Bobadela: este me persuado que o pode ser, se não pelo mais completo, ao menos pelo mais puro: a idade que o ler confessará ingenuamente que não obrou a lisonja, aonde sobressai a verdade. Dirão que adornei de louvores os preclaríssimos nomes de V.Exa. e do Esmo. Sr. Gomes Freire de Andrada, bem digno Irmão, mas poder-se-á conhecer ao mesmo tempo que me deu dilatadíssimo campo um merecimento a todas as luzes sólido, grande e incontestável.

Quem ignora que por quase trinta anos descansaram com felicidade nas mãos dos Exmos. Freires as Minas do Ouro do nosso Portugal? Quem não viu alegres os Povos, satisfeito o Monarca e conseguida em toda a sua extensão a igualdade da justiça por todo este espaço do saudoso governo daqueles Heróis? Pudera produzir muitas provas, se me não sobrasse por todas a mesma diuturnidade dos anos que refiro. Parece que o Rei desejava fazer eternos na proteção destes Vassallos, tão apartados do seu trono, aqueles espíritos que tanto apetezia ter ao seu lado: esta foi a maior significação de amor com que distinguiu aos moradores das Minas e este o testemunho maior com que qualificou o conceito que formava dos Excelentíssimos [Freires] .

Devera agora arrebatá-me na individual exposição de todas as virtudes de V.Exa., no elogio do seu esclarecido sangue, na portentosa série das suas ações: tudo tenho diante dos olhos, tudo me lisonjeia por extremo, e me estimula tudo.

Levantara uma nova Epopéia, que fizesse emudecer o rapto dos Mantuanos nos seus Marcelos; mas

que posso dizer, se reconheço tão desigual o canto à vista do objeto que concebo! O Mundo me acusaria sempre de diminuto: e eu receberei grande vaidade de acabar com a ponderação deste embaraço o meu obséquio. Sou

De V. Exa.

Humilde Servo,

Cláudio Manuel da Costa

### ***Prólogo***

LEITOR,

Eu te dou a ler uma memória por escrito das virtudes de um Herói que fora digno de melhor engenho para receber um louvor completo. Não é meu intento sustentar que eu tenho produzido ao Mundo um Poema com o carácter de épico; sei que esta felicidade

não conseguiram até o presente aqueles homens a quem a Fama celebra laureados na Grécia, na Itália, em Inglaterra, em França e nas Espanhas. Todos se expuseram à censura dos críticos, e todos são argüidos de algum erro ou defeitos; a razão pode ser a que assina um bom Autor: inventaram-se leis aonde as não havia. Mas dou-te, que eu não te ofereça mais que uma composição em metro, para fazer ver o distinto merecimento de um General que tão prudentemente pacificou um Povo rebelde, que seguiu a Real Autoridade e que estabeleceu e firmou, entre as diferentes emulações de uns e outros Vassallos desunidos, os interesses que se deviam aos Soberanos Príncipes de Portugal: dirás que é digna de repreensão a minha empresa? Na verdade não espero do teu benigno ânimo esta correspondência: e tudo o que não for injúria ou acusação será para mim uma inestimável remuneração das minhas fadigas.

Se eu fiz alguma diligência por averiguar a verdade, digam-te as muitas Ordens e Leis que vês citadas nas minhas notas, e a extensão de notícias tão individuais com que formei o plano desta obra: pode ser que algum as conteste pelo que tem lido nos escritores da História da América; mas esses não tiveram tanto à mão as concludentes provas de que eu me sirvo; não se familiarizaram tanto com os mesmos que intervieram em algumas das ações e casos acontecidos neste País; e ultimamente não nasceram nele, nem o comunicaram por tantos anos como eu.

E se estas Minas, pelas riquezas que têm derramado por toda a Europa, e pelo muito que socorrem com a fadiga dos seus habitantes ao comércio de todas as nações polidas, eram dignas de alguma lembrança na posteridade, desculpa o amor da Pátria, que me obrigou a tomar este empenho, conhecendo tanto a desigualdade das minhas forças. Estimarei ver elogiada por melhor pena uma terra que constitui hoje a mais importante Capitania dos domínios de Portugal.

### **“Fundamento Histórico”**

Persuadido o autor desta obra de que não serão bastantes as notas com que ilustrou os seus Cantos a instruir ao Leitor da notícia mais completa do descobrimento das Minas Gerais, da sua povoação e do aumento a que têm chegado os seus pequenos Arraiais, se resolveu a escrever esta preliminar histórica, em que protesta não

pertender alterar a verdade a benefício de alguma paixão, e só se regula pelo mais crítico e incontestável exame, que por si e por pessoas de conhecida inteligência e probidade pôde conseguir sobre fatos que ou a tradição conserva de memória, ou escreveu raramente algum gênio curioso, que o testemunhou de vista.

Entre os desta conduta deu um importante socorro o Coronel Bento Fernandes Furtado, natural da Cidade de São Paulo, que há poucos anos faleceu no Serro do Frio, tendo sido morador no Arraial de São Caetano, distrito da Cidade Mariana. Confiou ele do Autor em sua vida alguns apontamentos que fizera, e achando-os o autor em muita parte dissonantes do que havia lido na História de Sebastião de Pita Rocha e outros escritores das cousas da América, procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das Câmeras e Secretarias dos Governos das duas Capitânicas, São Paulo e Minas.

O Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme, natural também da mesma Cidade de São Paulo, e ali morador, de estimável engenho e de completo merecimento, remeteu ao Autor desde aquela Cidade todos os documentos que conduziam ao bom discernimento desta obra, e regendo-se o Autor por Ordens Régias, Cartas de Governadores e atestações de Prelados Eclesiásticos, e manuscritos desde a era de 1682 achados nos arquivos que foram dos padres denominados da Companhia de Jesus naquela Província, facilmente poderá desculpar-se se oferece ao público este Poema, sem o receio de ser insultado nas opiniões que sustenta, ainda quando mais contestadas de uns e outros sectários.

Os naturais da Cidade de São Paulo, que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu Soberano, faltos do conhecimento e do respeito que devem às suas leis, são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria e pelo seu Reino.

A vigilância com que atendiam pela harmonia e utilidade econômica do seu País os aconselhou, muito antes que a todo o Portugal, a fazer sair das suas terras aos padres denominados da Companhia de Jesus; por sediciosos e maus, os puseram eles em um total extermínio em o mês de julho de 1640 e, por força de caridade indiscreta de Fernão Dias Paes contra o voto comum, foram depois restituídos a São Paulo em o ano de 1653.

Trabalharam incessantemente por adiantar os interesses do Real Erário e se gloriam de que fossem Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno de Siqueira os

primeiros Paulistas que apresentaram as mostras do ouro das Minas Gerais ao Governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, pelos anos de 1695.

Falecendo o dito Sande, ficou com o governo Sebastião de Castro Caldas, o qual remeteu a El-Rei D. Pedro as mostras do dito ouro em carta datada em o Rio de Janeiro, a 16 de junho do mesmo ano.

Por este tempo se serviu Sua Majestade de despachar a Artur de Sá e Menezes por Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, e por Carta Régia de 16 de dezembro de 1695 lhe ordenou passasse aos descobrimentos das minas do sul a executar o que se havia encarregado a Antônio Paes de Sande, praticando com os Paulistas beneméritos as mesmas honras, e mercês de Hábitos, e foros de Fidalgos da Casa, conteúdos na Real Instrução, que pela Secretaria do Estado se expedira ao dito Sande. Depois por Carta Régia de 27 de janeiro de 1697 se mandou sair ao dito Sá com seiscentos mil réis de ajuda de custo em cada um ano, além do seu soldo.

Buscando, porém, as cousas na sua origem, segue o Autor por mais certa e prudente opinião não se poder averiguar indubitavelmente qual fosse o primeiro Paulista que descobriu as Minas Gerais, de que particularmente se trata nesta obra. É sem controvérsia que o primeiro objeto dos conquistadores de São Paulo foi o cativo dos índios, porque eles substituíam a falta dos escravos, que ao depois entraram em grande número das costas d'África.

Desde o estabelecimento daquela Povoação, que foi em 25 de janeiro de 1554, dia da conversão de São Paulo, de onde derivou o nome, se deve presumir que giravam muitos dos conquistadores pelo centro dos Sertões, e atravessavam as Minas, saindo em Bandeiras (que assim chamavam as companhias que para esta diligência se armavam), e recolhendo ao depois com a presa que facilmente podiam segurar.

Dos Sertões penetrados era o mais notável o da Casa da Casca, nome que se deu a uma Aldeia sobre as costas do Rio Doce, que vai fazer barra à Capitania do Espírito Santo e principia a formar-se desde o Córrego do Ouro Preto, recebendo em si imensos ribeiros e rios caudalosos. Destes Sertões se recolhia na era de 1693 Antônio Rodrigues Arzão, natural da Vila de Taboaté, com mais cinqüenta homens de sua comitiva. Chegado à Capitania do Espírito Santo, apresentou ao Capitão-Mor Regente daquela Vila três oitavas de ouro; a Câmara os recebeu com agrado e lhes subministrou os víveres e vestuários de que careciam, segundo as ordens que d'El-Rei tinha.

Deste ouro se mandaram fazer duas memórias, uma, que ficou ao dito Arzão, e outra, que tomou para si o Capitão-Mor: aqui se fundamenta o episódio do Segundo Canto.

A denunciação desta limitada porção foi sem dúvida a primeira que se fez de ouro que se descobria nas Minas Gerais; e a de que se conserva memória em São Paulo, que é a de Carlos Pedroso da Silveira, por algumas circunstâncias discorre o Autor ser posterior a ela. Antônio Rodrigues Arzão, não podendo ajuntar na Vila do Espírito Santo a gente que precisava para segunda vez tornar aos Sertões, se passou ao Rio de Janeiro e daí para São Paulo: nesta Cidade, ferido gravemente dos trabalhos que passara, enfermou e veio a morrer finalmente, deixando encarregado a Bartolomeu Bueno, seu cunhado, de continuar no descobrimento de que havia apresentado as mostras.

Era Bartolomeu Bueno dotado de bastante agilidade e fortaleza de espírito e, como tinha perdido em jogos todo o seu cabedal, foi fácil querer melhorar de fortuna, tomando sobre si, com o favor de alguns amigos e parentes, a grande empresa a que havia dado princípio Antônio Rodrigues Arzão.

Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido, saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, serra que de Vila Rica dista pouco mais de oito léguas: aí plantaram meio alqueire de milho; e porque o Sertão era mais estéril de caça que o do Rio das Velhas, para este passou Bartolomeu Bueno a tropa, enquanto madurava a pequena sementeira de que esperava manter-se, para continuar o descobrimento.

No ano seguinte, que foi o de 1695, voltaram os referidos sertanistas a colher a sua planta, e entrando na Itaverava foram encontrados do Coronel Salvador Fernandes Furtado e do Capitão Manuel Garcia Velho e outros, conquistadores também do Gentio e povoadores das Vilas que ficam ao leste de São Paulo: já então trabalhavam com algum desembaraço os primeiros *sertanistas*, ajudados de um grande número de índios, que haviam cativado nos sertões do Caeté e Rio Doce; mas como lhes obstava a falta de experiência necessária, e não tinham instrumentos de ferro para a laboreação, apenas se contentavam com o pouco que podiam apurar em pequenos pratos de pau ou de estanho, servindo-lhes os mesmos paus aguçados de cavar a terra e descobrir os cascalhos, formações em que se conserva e se cria o ouro.



Quis Miguel de Almeida, um dos companheiros do Bueno, melhorar de armas, e propôs ao Coronel Salvador Fernandes Furtado a troca de uma clavina, dando-lhe por avanço todo o ouro que se achasse nos da comitiva; aceitou o Coronel a oferta, e dando-se busca ao ouro, se não achou entre outros mais que doze oitavas; recebeu-as o Coronel, e como Manuel Garcia Velho quisesse ter a vaidade de aparecer com todo aquele ouro em São Paulo, cometeu ao Coronel a venda de duas índias, mãe e filha, a preço das doze oitavas: conveio este no trato e compra das índias, as quais catequizadas, se batizou uma com o nome de Aurora, e outra com o de Célia. Desta última há notícia que faleceu há poucos anos na Vila de Pitangui, em casa de uma filha casada do dito Coronel, e aqui tem fundamento histórico o episódio de Aurora.

Despedidos uns sertanistas dos outros, partiu ufano para São Paulo o Capitão-Mor Manuel Garcia Velho; entrando na Vila de Taboaté, aí o foi visitar Carlos Pedroso da Silveira; e porque lhe não faltava habilidade e engenho para se conciliar com os patrícios, houve a si as doze oitavas de ouro; com elas se passou ao Rio de Janeiro, apresentou-as ao Governador (como já se disse) e foi premiado com a patente de Capitão-Mor da Vila de Taboaté.

Consequentemente o nomeou o mesmo Governador Provedor dos Quintos, concedendo-lhe as ordens necessárias para estabelecer fundição na mesma Vila, por ser ela a povoação onde desembarcavam primeiro os conquistadores. Por este modo se vê que, posto que Antônio Rodrigues Arzão denunciasse primeiro que Carlos Pedroso da Silveira as três oitavas de ouro que descobriu nas Minas Gerais, a sua morte impediu o progresso desta denúncia, e ficou Carlos Pedroso conseguindo a glória de apresentar o ouro que ele não descobrira.

O descobrimento, pois, denunciado pela interposta pessoa de Carlos Pedroso da Silveira e o estabelecimento da Casa da Fundição em Taboaté foram os dous fortes estímulos que animaram os Paulistas a armarem tropas, a prevenirem-se de alguma fábrica mais proporcionada ao uso de minerar, e a desampararem a Pátria, rompendo os matos gerais desde a grande Serra do Lobo, que divide a Capitania de São Paulo, até penetrarem o mais recôndito das Minas, menos á na conquista do Gentio, que na diligência do ouro. O grande número de concorrentes que buscavam as Minas, e a emulação que logo se acendeu entre os da Vila de São Paulo e os naturais de Taboaté fez que, estendidos por várias partes, buscasse cada um novo descobrimento em que se estabelecesse, não se contentando os Paulistas de entrarem em parte nas repartições das

fisqueiras que denunciavam os de Taboaté, nem estes nas que denunciavam os Paulistas.

Esta opinião, que tinha um semblante de fanatismo, por serem todos da mesma Pátria, posto que de diferentes distritos, veio finalmente a produzir a grande utilidade de se desentranharem em toda a sua extensão as minas do nosso Portugal, de serem penetradas de uns e de outros, não se perdoando ao rio mais remoto e caudaloso, nem à serra mais intratável e áspera, se bem que o conhecimento do ouro nas montanhas e serras veio a conceber-se mais tarde que o dos rios e seus taboleiros, que são as margens planas que os cercam dos lados.

E porque não é intento do Autor cansar ao Leitor com a multiplicidade dos nomes de tantos que têm a glória de descobridores, e apenas podem ser conhecidos dentro das suas famílias e pátria, e menos noticiar individualmente os rios, córregos e serras que por sua ordem se foram descobrindo, de que tudo tem uma verídica e suficiente informação, só pelas datas dos tempos fará ver ao curioso quais foram aqueles que deram ao manifesto as faisqueiras mais avultadas em que hoje se acham criadas as Vilas do Ouro Preto, a Cidade Mariana, a Vila do Sabará, a do Caeté, a de São João d'El-Rei, a de São José e a do Príncipe no Serro do Frio, que fazem as cabeças das quatro Comarcas da Capitania das Minas Gerais.

Vila do Carmo, hoje Cidade Mariana

1699.

Miguel Garcia, natural de Taboaté, foi o primeiro que deu ao manifesto um córrego que faz barra no Ribeirão do Carmo, e se compreende no distrito da Cidade Mariana: fez a repartição o Guarda-Mor Garcia Rodrigues Velho, com assistência do Escrivão das Datas, o Coronel Salvador Fernandes Furtado. O Ribeirão chamado o do Carmo descobriu pelo mesmo tempo João Lopes de Lima, natural de São Paulo, e o manifestou em 1700: repartiu-se, e porque as faisqueiras eram invencíveis pela grande frialdade das águas, despenhadeiros e matos cerradíssimos que o cercavam de ambas as margens, tanto, que só permitia trabalhar-se dentro dele quatro horas do dia, além da grande penúria dos mantimentos, que chegou a trinta, e quarenta oitavas o alqueire de milho, e o de feijão a oitenta oitavas, foi fácil desampararem os mineiros por algum tempo a sua Povoação, e só permaneceu nela o Coronel Salvador Fernandes Furtado. Dista este Ribeirão até a barra do Rio Doce 16 te 18 léguas, e pela volta do Rio se

computam 30. Está situada em 20 graus e 21 minutos. Passou a ser Vila por criação do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 8 de abril de 1711.

#### Ouro Preto, ou Vila Rica

O Ouro Preto, que compreende em si vários ribeiros e morros com diferentes denominações, como são Passadez, Bom Sucesso, Ouro Fino, ou Bueno etc, teve por descobridores nos mesmos anos de 1699, 1700, 1701 Antônio Dias, natural de Taboaté, ao Padre João de Faria Fialho, natural da Ilha de São Sebastião, que viera por Capelão das Tropas de Taboaté, a Tomás Lopes de Camargo, que se sitiou nas lavras, que ao depois vieram a ser de Pascoal da Silva, e a Francisco Bueno da Silva, ambos Paulistas, e este último primo do primeiro descobridor da Itaverava, Bartolomeu Bueno: de todos estes tomaram nome alguns bairros de Vila Rica. Foi criada a Vila pelo Governador Albuquerque, no dia 8 de julho de 1711; está situada em 20 graus e 24 minutos ao poente.

#### Sabará

Tendo sido atravessado o dilatadíssimo sertão do Sabará-Bussu muito antes de qualquer outro das Minas, porque os primeiros conquistadores demandavam o Rio das Velhas, cujas dilatadas campinas eram mais povoadas dos Gentios e férteis de caça, e as primeiras diligências do ouro e pedras se fizeram ao norte de São Paulo, consta que o seu descobridor, ou denunciante das suas faisqueiras, fora o Tenente-General Manuel de Borba Gato, natural de São Paulo, de cuja história se faz menção no Canto nl. O descobrimento foi na era de 1700. Assistiu à repartição o Governador Artur de Sá e Menezes: passou Sabará a ser Vila em 17 de julho de 1711, por criação do Governador Antônio de Albuquerque: a sua situação é em 19 graus e 52 minutos.

#### Caeté, Vila da Rainha

Entre o Sabará e o Arraial de Santa Bárbara se criou a Vila Nova da Rainha, conhecida ainda pelo nome brasílico de Caeté, que vale o mesmo que mato bravo, sem mistura alguma de campo: foi descobrimento do Sargento-Mor Leonardo Nardes, Paulista, e de uns fulanos Guerras, naturais da Vila de Santos. O Governador D. Brás da Silveira lhe deu o foral de Vila em 29 de janeiro de 1714, por virtude da faculdade

concedida ao seu antecessor Antônio de Albuquerque. Está situada em 19 graus e 55 minutos.

#### Rio das Mortes, Vila de São João e São José

O Rio das Mortes, que os Paulistas e viandantes das mais partes atravessavam freqüentemente, por distar nos primeiros tempos do Ouro Preto pouco mais de cinco dias de jornada ordinária, foi descoberto por Tomé Portes d'El-Rei, natural de Taboaté, passados muitos anos depois do descobrimento das primeiras povoações. Aí se criou a Vila de São João d'ElRei, ficando-lhe ao nascente a de São José, no lugar então chamado a Ponta do Morro; foi descobrimento de José de Siqueira Afonso, natural de Taboaté. Foram criadas estas Vilas pelo Governador D. Pedro de Almeida, em 19 de janeiro de 1718. A Vila de São João está em 21 graus e 20 minutos; São José em 21 e 5.

#### Serro Frio, Vila do Príncipe

Antônio Soares, natural de São Paulo, avançando maior salto que todos os outros, atravessou os Sertões ao norte de São Paulo, descobriu o grande Serro vulgarmente chamado o do Frio, que na língua gentílica era tratado por Hivituraí, por ser combatido de frigidíssimos ventos, todo penhascoso e intratável: do seu descobridor proveio o nome a uma das suas serras, que hoje se conhece pelo Morro d'Antônio Soares. Neste descobrimento se associou um Antônio Rodrigues Arzão, descendente do primeiro Arzão, de quem já se deu notícia. As grandes preciosidades deste continente em ouro, diamantes e todo o gênero de pedras estimáveis são bem conhecidas por toda a Europa: nele se estabeleceu o Real Contrato Diamantino, que tem devido aos Senhores Reis de Portugal a maior vigilância e zelo. A Capital denominada Vila do Príncipe foi criada por D. Brás da Silveira, em 29 de janeiro de 1714. Está situada em 18 graus e 23 minutos.

Discorrendo por entre a grande extensão destas quatro Comarcas, apenas se achará rio, córrego ou serra que não devesse aos Paulistas o descobrimento das suas faisqueiras, e estes são os serviços com que se têm acreditado, além de muitos outros, os naturais da Cidade de São Paulo.

Digam agora os geógrafos que todos são mamelucos; arguam-lhes defeitos que nunca tiveram; sirva-lhes de injúria o haverem nascido entre aquelas montanhas: as almas é certo que não têm Pátria, nem berço; deve-se amar a virtude onde ela se acha:

nenhuma obrigação tinha a natureza de produzir só na Grécia os Alexandres, só em Roma os Cipiões.

Qui pur s'intende

Di gloria il nome, e la virtù s'onora,

A l'Alessandri suvi l'Idaspe ancora.

O abade Pedro Metastásio, no Drama de Alexandre.

#### Primeira divisão das Comarcas

Em 6 de abril de 1714 se fez a divisão das Comarcas com assistência do Sargento-Mor, Engenheiro Pedro Gomes Chaves, e do Capitão-Mor Pedro Frazão de Brito, e se assentou que a Comarca de Vila Rica se dividisse dali em diante da de Vila Real, indo pela estrada de Mato-Dentro pelo ribeiro que desce da Ponta do Morro, entre o sítio do Capitão Antônio Ferreira Pinto e do Capitão Antônio Correia Sardinha, e faz barra no Ribeirão de São Francisco, ficando a Igreja das Catas Altas para a Vila do Carmo, e pela parte da Itaubira se faz divisão no mais alto do morro dela, e tudo o que pertence a águas vertentes para a parte do sul tocará à dita Comarca de Vila Rica, e para a parte do norte tocará à Comarca de Vila Real. O Ribeirão das Congonhas, junto do qual está um sitio chamado Casa Branca, servirá de divisão entre as Comarcas de Vila Rica e de São João d'El-Rei, devendo tocar a Vila Rica tudo o que se compreende até ela vindo do dito ribeirão para as Minas Gerais; e do mesmo pertencerá à Comarca de São João d'El-Rei tudo o que vai até à Vila de Guaratinguetá pela Serra da Mantiqueira. Presidiu a esta repartição o Governador D. Brás Baltezar da Silveira, e assinaram nela todos os Procuradores das Vilas. Consta do Livro dos Termos na Secretaria do Governo, à fl.36.

#### Série dos Governadores

Tornando a série dos Governadores que ou entraram nas Minas, tendo anexas as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, ou que particular e sepa radamente as governaram, a que aludiu o Autor naquele verso.- Fernando, Artur e D. Rodrigo, o morto - é sem dúvida que deixados alguns governos interinos de ordem d'El-Rei, ou sem ela, sucederam na administração das Minas Gerais todos os que se apontaram cronologicamente no Canto IX.

Recolhia-se Fernão Dias Paes a enviar a El-Rei as mostras das esmeraldas, e deixando a seu genro Manuel de Borba Gato, morador no Rio das Velhas, a pólvora e o chumbo, e mais petrechos e ferramenta da sua laboreação para tornar às Minas logo que recebesse as Reais Ordens. Saía D. Rodrigo por este tempo (que seria pouco mais ou menos na era de 1681) acompanhado de alguns Paulistas, como foram Matias Cardoso, Domingos do Prado, João Saraiva de Moraes, Manuel Francisco, pai de Salvador Cardoso, Domingos do Prado, pai de Genuário Cardoso, e vários outros que tinham a prática dos sertões das Minas.

Avizinhando-se D. Rodrigo ao Borba, no intento de querer passar às minas das esmeraldas, lhe mandou pedir o socorro, que precisava de pólvora e chumbo, e dos mais instrumentos de ferro: repugnou o Borba, a pretexto da espera em que estava de seu sogro Fernão Dias Paes; e querendo os que acompanhavam ao Fidalgo ir à força despojar o Borba do que pediam, pacificou D. Rodrigo este primeiro ímpeto, tomando sobre si a consecução do negócio por meios menos arriscados.

Desordenou a imprudência de um ameaço toda a felicidade do empenho; e ainda que sem mandato expresso do Borba, foi morto D. Rodrigo nessa ocasião por uns pajens, ou bastardos, que viviam agregados a ele: a esta morte se seguiu salvar-se engenhosamente o Borba, afetando a repentina chegada de Fernão Dias Paes; e em consequência da fugida, em que para logo se puseram os Paulistas acima nomeados, foram eles os primeiros que se entranharam pelo Rio de São Francisco, e povoaram e encheram de gados as suas margens, de que hoje se sustenta o grande corpo de Minas Gerais; nem mais quiseram voltar para a Pátria, envergonhados do engano em que haviam caído.

Temeroso o Borba de que o buscassem as justiças, e que sobre a sua prisão fizesse El-Rei as maiores diligências, se meteu aos sertões do Rio Doce com alguns Índios domésticos da sua comitiva: aí viveu vários anos respeitado por Cacique, sem mais lei, ou civilidade, que aquela que podia permitir uma comunicação entre bárbaros.

Estimulado contudo dos remorsos da consciência, cuidou em mandar dous Índios práticos a São Paulo a tomar alguma inteligência dos seus parentes sobre o estado em que se achava o seu crime; estes lhe facilitaram o acesso ao Governador Artur de Sá e Menezes, recentemente chegado àquela Capitania; falou-lhe Artur de Sá com afabilidade e lhe prometeu o perdão em nome d'El-Rei, contanto que ele fizesse certo o descobrimento que denunciava do Rio das Velhas.

Bem se pode considerar o estado em que se achariam as Minas por todo este tempo, em que só o despotismo e a liberdade dos facinorosos punham e revogavam as leis a seu arbítrio. O interesse regulava as ações, e só se cuidava em avultar em riquezas, sem se consultarem os meios proporcionados a uma aquisição inocente. A soberba, a lascívia, a ambição, o orgulho e o atrevimento tinham chegado ao último ponto.

Aprestado o Borba, e socorrido de muitos parentes e amigos, acompanhou a Artur de Sá, chegou ao Rio das Velhas; deu ao manifesto este descobrimento, e se fez digno, pela grandeza das suas faisqueiras, que o Governador o premiasse com a patente de Tenente-General de uma das praças do Rio de Janeiro.

Pouco tempo se demorou Artur de Sá no Rio das Velhas; lavrado o mais fácil daqueles ribeiros, se retirou outra vez para São Paulo, substituindo-lhe uma espécie de jurisdição no Cível e no Crime o Mestre de Campo dos Auxiliares, Domingos da Silva Bueno, Guarda-Mor das Repartições das Terras e Datas Mineraias, criado pelo mesmo Governador.

Com a ausência de Artur de Sá, como corpo sem cabeça, tornaram as Minas à primeira desordem: as distâncias das quatro Comarcas já penetradas, e cheias de um grande número de povoadores de diferentes Capitánias, que tinham entrado, dificultavam as providências de um só homem, em quem ainda não acabavam de reconhecer os povos a jurisdição de que estava encarregado.

Por este tempo se começaram a suscitar os ódios entre os filhos de São Paulo e os naturais de Portugal, que eles denominavam Buabas. Dous religiosos, cujos nomes e religiões se não declaram por se evitar o escândalo, fomentaram todo o calor desta desunião. Viviam eles na liberdade que permitia o País, e a impulsos de uma desordenada ambição atravessara com três arrobas de ouro o fumo e a cachaça, ou aguardente da terra, para a venderem monopolizadamente pelo mais alto preço. Quiseram logo praticar o mesmo com a carne dos gados, e encontrando a oposição dos Paulistas, resolveram acabar com eles, expelindo-os de uma vez das Minas, que eles haviam conquistado, e em que estavam estabelecidos com as suas famílias e fábricas.

Sucedendo uns fatos a outros, e tomando corpo a emulação, conseguiram os Europeus a expulsão e despejo dos Paulistas pelos anos de 1709 para 1710, regendo-os nesta ação os dous Chefes, Manuel Nunes Viana, com o caráter de Governador, com que o decoravam os seus, e Antônio Francisco, com o de Mestre de Campo, por nomeação do mesmo Viana.

Quais fossem estes dous homens, o dão bem a conhecer as notas que se ajuntaram ao Canto Quinto e Sexto e, posto que pelo que respeita a Viana se citasse só o testemunho do Conde de Assumar em uma carta registada no Livro nº 7 da Secretaria do Governo das Minas Gerais, no mesmo Livro se encontram infinitas outras, que accusam as intrigas, sublevações e desordens que ele continuava a maquirar nos distritos, onde vivia, do Rio das Velhas, as quais por brevidade se não transcrevem. Quanto a Antônio Francisco, o mesmo Conde dá um testemunho do seu caráter na carta escrita ao Doutor Valério da Costa Gouvea, Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, datada em 14 de março de 1718, páginas 22 e 23; nela se lêem estas palavras:

Eu não sei se me expliquei bem, quando falava a V. Mcê. na minha antecedente no extermínio deste homem, porque, se queria saber de V. Mcê. o partido com que aí me achava, era julgando ser precisa a prisão, porque bem sabia eu que os perturbadores e sediciosos não só podiam, mas deviam ser expulsados; a dificuldade só que se me oferecia era no modo de o fazer, porque a desgraça deste País é tal, que sendo de tão baixo nascimento este homem é daqueles que se não prendem para se soltarem.

Fazendo, porém, justiça, é certo que entre os rebeldes e levantados daquele tempo, tinha melhor índole que todos o suposto Governador Manuel Nunes Viana: não consta que cometesse, por si ou por algum de seus confidentes, positivamente ação alguma nociva ao próximo; desejava reger com igualdade o desordenado corpo que se lhe ajuntara; acolhia afavelmente a uns e a outros; socorria-os com os seus cabedais; apaziguava-os, compunha-os, e os serenava com bastante prudência; ardia porém por ser Governador das Minas e, se tivesse letras, se podia dizer que trazia em lembrança a máxima de César - Si violandum est jus, regnandi gratia violandum est.

Este projeto lhe desordenava a serenidade do ânimo, e o punha na consternação de dissimular os insultos daqueles a quem era devedor do mesmo lugar que ocupava: sobre este artigo é que o Autor o acusa nesta obra; sendo certo que a obediência aos Soberanos se deve tributar sem algum rebuço, e que nada tão sagradamente deve respeitar um fiel Vassalo. Atormentavam os ouvidos de D. Fernando Martins de Mascarenhas os tumultos e desordens em que estavam as Minas, e querendo pessoalmente sossegá-las, marchou para elas desde o Rio de Janeiro em o mês de junho de 1710. Chegou ao Rio das Mortes com o intento de passar ao Ouro Preto, aonde residiam principalmente os Chefes dos levantados: ofereceram-se-lhe alguns Paulistas e filhos de Portugal mais bem intencionados para o acompanharem nesta diligência; ele,



porém, não consentiu no obséquio, por evitar assim algum ruído maior entre os sublevados; não cessaram, contudo, eles de fazer espalhar a notícia de que D. Fernando trazia cargas de correntes e outros instrumentos de ferro para punir aos cúmplices do levantamento e conspiração contra os Paulistas.

Derramada esta voz pelas Gerais, se dispôs Manuel Nunes Viana a disputar-lhe a entrada; armou então de política e cortejo um grande número de homens de cavalo, e repartiu ordens por todos os distritos circunvizinhos ao Ouro Preto, que com pena de morte se aprontassem aqueles moradores para uma diligência. Chegava D. Fernando ao Arraial das Congonhas, distante oito léguas de Vila Rica, quando os que acompanhavam a Viana, avistando de longe ao Governador, clamaram em altas vozes: Viva o nosso Governador Manuel Nunes Viana, e morra D. Fernando, se não quiser voltar para o Rio de Janeiro!

Alguns se querem persuadir que Manuel Nunes Viana entrara violentado nesta ação, e ele se pertendeu escusar do conceito de rebelde e sublevado, passando ocultamente na noite seguinte a falar a D. Fernando, protestando-lhe estar pronto para entregar o governo quanto à sua parte, e de tudo isto lhe pediu por escrito uma atestação.

Assustou-se o Governador com a inesperada saudação dos rebeldes, e pediu oito dias para se retirar: concederam-se-lhe estes, mas não se aproveitou D. Fernando do benefício, porque sem muita demora deu as costas às Minas e voltou para São Paulo; aí trabalhava ansiosamente em se reforçar com os Paulistas, para vir sobre os levantados, fazendo comua a afronta deles, e meditando para o seu despique puxar as tropas do Rio e Bahia, e juntos por uma parte e outra atacarem todos ao mesmo tempo as Minas.

Chegou ao Rio de Janeiro a frota de Portugal, e nela veio render a D. Fernando o Governador e Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, por patente datada em Lisboa em 23 de novembro de 1709.

Sem perda de tempo se pôs em marcha para as Minas, e levando a resolução de entrar nelas disfarçado como qualquer particular, buscou o Arraial do Caeté a avistar-se com um Sebastião Pereira de Aguiar, filho da Bahia, homem rico e poderoso, de conhecido valor e espírito, que tinha por então tomado sobre si atacar a Manuel Nunes Viana e todos os seus parciais pelas injustiças e violências que praticavam, especialmente com os filhos do Brasil de qualquer Província, a quem tinha transcendido o ódio conciliado contra os Paulistas.

Consta que o dito Sebastião Pereira de Aguiar escrevera a São Paulo a D. Fernando Martins de Mascarenhas, oferecendo-se-lhe para lhe segurar o governo com o poder de muitas armas e gentes que tinha já adquirido; e talvez foi este o motivo que obrigou a Albuquerque a buscar na sua entrada aquele distrito do Caeté, hoje Vila Nova da Rainha.

Na passagem que fez a comitiva de Albuquerque pelos levantados, foi conhecido de Antônio Francisco o Capitão José de Souza, que vinha na sua guarda: cumprimentaram-se sem algum susto, por ter servido o dito Antônio Francisco de soldado na praça da Colônia, na Companhia do mesmo Capitão. Este lhe deu a notícia de haver entrado já nas Minas o Governador, e o capacitou com fortes persuasões a que o buscassem, e se lançassem a seus pés os Chefes dos levantados, se queriam melhorar de semblante na sua causa.

A perturbação em que se via posto o governo de Viana, combatido pela parcialidade avultada de Sebastião Pereira de Aguiar, e os ameaços de um formidável castigo, que de ordem d'El-Rei acabava de insinuar o Capitão José de Souza, obrigaram a Manuel Nunes Viana, a Antônio Francisco e a muitos outros cabeças do levantamento a partirem sem demora para o Arraial do Caeté: aí se achava hospedado o Governador em casa de uns três irmãos, naturais também da Bahia, que eram José de Miranda Pereira, Antônio de Miranda Pereira e Miguel Alves Pereira, talvez parentes ou amigos de Sebastião Pereira de Aguiar.

Prostraram-se aos pés de Albuquerque os rebeldes, e desculparam como lhes foi possível os seus crimes: o Governador os recebeu afavelmente, não querendo usar do poder e das ordens de que vinha fortalecido; segurou a todos o perdão pela emenda que dessem a conhecer para o futuro; e não tardou a capacitar a Manuel Nunes e Antônio Francisco que não convinha a assistência deles nas Minas Gerais, por sossegar de uma vez o tumulto dos povos.

Retiraram-se com este conselho os dous para as fazendas que tinham nos Sertões: sossegou o povo com a ausência dos Patronos, e prosseguiu Albuquerque na criação das Vilas e estabelecimento da Capitania. Bem é de ver quanto suor e fadigas empregaria o prudente General em segurar o fim de uma tão escabrosa como interessante empresa. Foi ele o primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo; que pisou as Minas com luzimento e firmeza do caráter, em que El-Rei o pusera; que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar neste Continente o seu nome. Esta a heroicidade que

Ihe considera o Autor por virtude da qual o contempla digno do elogio com que honra Solis ao seu Cortês:

Admirável conquista, e sempre ilustre Capitão! Daqueles que vagarosamente produzem os séculos, e de que há raros exemplos na História!

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sucedeu D. Brás Baltezar da Silveira, o qual tomou posse na Comarca de São Paulo, em 1713, e passou para as Minas nos fins de setembro do dito ano.

A este sucedeu em 1717 o Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, que passou para as Minas em setembro do dito ano. Foi o seu governo bastante crítico por encontrar a oposição dos povos na criação das Casas da Fundação. Subjugou heroicamente alguns levantados e sublevações, principalmente os de Pitangui, fulminados por Domingos Rodrigues do Prado, e o de Vila Rica, que foi ter a Mariana em 28 de junho do ano de 1720: aqui se lhe fez preciso prender a uns e castigar a outros com a última pena.

Estes procedimentos lhe adquiriram o nome de tirano nas Minas; mas à sua constância e resolução deve Portugal a inteira sujeição da Capitania; o exemplar castigo acabou de aterrar os ânimos de um povo tantas vezes rebelde e segurou de uma vez a Real Autoridade.

Quod si non aliam venturo fata Neroni

Invenere viam, magno que Eterna parantur

Regna Deis, Cêlumque suo servire Tonanti

Non nisi se vorum potuit post bella Gigantum

jam nihil, ó Superi, querimur, scelera ista nefasque Hac mercede placent.

LUCANO, Pharsal., Liv. 1, v. 33.

Durou o governo do Conde de Assumar até o ano de 1721, em que o substituiu D. Lourenço de Almeida, que foi o primeiro Governador positivo das Minas, porque nele se separou a Capitania de São Paulo em governo à parte, ficando os Generais respectivos só com sujeição aos Vice-Reis do Estado.

Tomou D. Lourenço de Almeida posse na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ouro Preto, com assistência da Câmara, em 18 de agosto de 1721.

A D. Lourenço de Almeida sucedeu o Conde das Galveas, André de Melo e Castro, que tomou posse em 10 de setembro de 1732, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.

O Conde das Galveas deu posse a Gomes Freire de Andrada, em 26 de março de 1735.

Mediaram alguns governos, como foi o de Martinho de Mendonça Pina e Melo na ida que fez o dito Conde de Bobadela ao Rio de Janeiro, em 15 de março de 1736; foi outra vez levantado o pleito de homenagem em 26 de dezembro de 1737.

Pelos tempos em que se deteve no Uruguai com a Real Comissão do Tratado de Limites, substituiu seu irmão José Antônio Freire de Andrada, Conde atual de Bobadela, o governo das Minas. Igualmente falecendo em o 1.º de janeiro de 1763, se praticou a via de sucessão no Exmo. Bispo D. Frei Antônio do Desterro, e nos mais chamados por ela, te que no ano de 1763, em 28 de dezembro, entrou no governo o General Luiz Diogo Lobo da Silva.

Este Governador, enchendo de merecimento os dias do seu governo, deu a posse ao Exmo. Conde de Valadares, em 16 de julho de 1768.

Descobrimento das esmeraldas, de que se faz menção no Canto Oitavo

Dá o autor uma idéia deste descobrimento, conforme o que leu em um Poema manuscrito de Diogo Grasson Tinoco, feito no ano de 1689; e mostra quanto trabalhou nesta empresa Fernão Dias Paes, natural de São Paulo.

A 27 de setembro de 1664, cometeu o Senhor Rei D. Afonso VI a Agostinho Barbalho a empresa do descobrimento das esmeraldas, facilitando-lhe o fim deste negócio com uma carta, que escreveu o mesmo Senhor a Fernão Dias Paes, cujo zelo e capacidade já era bem conhecida naquela Corte, na qual lhe ordenava desse todo o socorro necessário para a conclusão deste particular. Esta carta fez tanta impressão no espírito generoso de Fernão Dias Paes, como se pode coligir da presteza com que satisfez as primeiras ordens que nela se continham, e bem o refere Diogo Grasson na oitava 27 do seu panagórico ao mesmo Fernão Dias.

Lendo-a Fernão, achou que EI-Rei mandava

Dar-lhe ajuda, e favor para esta empresa,

E em juntar mantimentos se empenhava

Com zelo liberal, rara grandeza;  
 Mas porque exausta a terra então se achava,  
 E convinha o socorro ir com presteza,  
 Mandou-lhe só cem negros carregados  
 À custa de seus bens, e seus cuidados.

Depois de passados alguns anos, tempo em que já estava no Trono o Senhor D. Pedro ii, sabendo Fernão Dias que com a morte de Agostinho Barbalho não tiveram efeito as ordens que trouxera, se quis encarregar voluntariamente da execução delas, escrevendo primeiro a Afonso Furtado de Mendonça, Governador que era então daqueles Estados, e tinha a sua residência na Bahia, oferecendo-se-lhe para este fim com a sua pessoa, e com todos os seus bens: mandou-lhe Afonso Furtado uma patente de primeiro Chefe daquela empresa aos 30 de abril de 1672. Nos princípios do ano de 1673 se pôs Fernão Dias em marcha com vários parentes e amigos seus, demandando a altura em que Marcos de Azeredo fazia certo o descobrimento das esmeraldas, em cuja diligência sofreu trabalhos infinitos, como testifica o seu panagerista na oitava 35.

Parte enfim para os serros pertendidos,  
 Deixando a Pátria transformada em fontes,  
 Por termos nunca usados, nem sabidos,  
 Cortando matos, e arrasando montes;  
 Os rios vadeando mais temidos  
 Em jangadas, canoas, balsas, pontes,  
 Sofrendo calmas, padecendo frios  
 Por montes, campos, serras, vales, rios.

Desta sorte chegou à paragem chamada pelos naturais Anhonhecanhuva, que quer dizer água que se some, e entre nós tem o nome de sumidouro. Aqui se deteve Fernão Dias por espaço de quatro anos com pouca diferença, e fez várias entradas no Sobra Bussu, que val o mesmo que cousa felpuda, e é uma serra de altura desmarcada, que está vizinha ao Sumidouro, a qual chamam todos hoje Comarca do Sabará. Nela achou diversa qualidade de pedras, que por falta de prática se lhes não soube dar o valor de que talvez eram dignas. Da demora que aqui teve Fernão Dias, e do muito que aqui

sofreu, teve origem a discórdia entre muitos dos seus companheiros, pois quase todos conspiraram contra a sua vida, e por último o deixaram só.

Vendo-se Fernão Dias neste desamparo, não esmorece, antes entra a cuidar na brevidade da sua derrota, com ânimo de buscar a endireitura chamada Vupabussu, que soa na nossa língua lago grande, e junto deste é que se supunham os socavões das esmeraldas. Achava-se Fernão Dias falto do necessário para adiantar o giro desta expedição. Escreve à Pátria e ordena à mulher não se lhe negue cousa alguma do que pede. Assim o diz a oitava 4 do seu elogio.

Isto suposto, já para a jornada  
 Manda à Pátria buscar quanto a seu cargo  
 Incumbe, pois que a fábrica guiada  
 Destruída se vê do tempo largo.  
 Determiria à fiel consorte amada  
 Que a nada, do que pede, ponha embargo,  
 Inda que sejam por tal fim vendidas  
 Das filhinas as jóias mais queridas.

Com efeito chegou o postilhão, e trouxe consigo o que Fernão Dias pedia. Puseram-se a caminho e foram percorrendo por uma dilatada montanha, até que chegaram a Tucambira, que quer dizer papo de tucano, e deixando todo este espaço avassalado, partiram para a Itamirindiba, que é rio muito fértil de peixe e significa propriamente pedra pequenina e buliçosa. Aqui pararam por algum tempo, e se proveram de forma que lhes não fosse danosa qualquer invasão do Gentio: ultimamente buscaram o rumo do Norte, e que, depois de atravessarem uma parte dos Sertões incultos, chegaram águas do Vupabussu.

Aqui cuidou Fernão Dias logo em expedir cem bastardos dos que trazia, a fim de examinar a formalidade das terras circunvizinhas a este lago, a ver se achavam algum língua que os informasse melhor do que buscavam. Na verdade não se frustrou de toda esta diligência, porque sobre o cume de uma montanha, vendo os bastardos muita gente daquela que podia dar notícia das pedras pretendidas, investiram a ela, e apenas seguraram um que, sendo trazido à presença de Fernão Dias, mandou este que com toda

a humanidade fosse tratado entre os seus. Era ele de um ânimo seguro, conforme o pinta Diogo Grasson na oitava 61.

Era o Silvestre moço valeroso,  
Sobre nervudo, de perfidia alheio,  
O gesto respirava um ar brioso,  
Que nunca conhecera o vão receio:  
Pintado de urutu vinha pomposo,  
E o lábio baixo roto pelo meio,  
Com três penas de arara laureado,  
De flechas, de arco e de garrote armado.

Foi este o que descobriu os socavões de Marcos de Azeredo junto a um serro que corre do Norte para o Sul. Mas quanto não custou a Fernão Dias este descobrimento? Trabalhou sete anos nesta empresa. Foi-lhe preciso muitas vezes romper por todas as resoluções dos seus, que só o aconselhavam se retirasse para Itamirindiba, e deixasse para melhor tempo o descobrimento pretendido, certificando-o de que os matos circunvizinhos a Vupabussu exalavam de si um hálito pestilento, e que toda a sua demora ali não podia ser proveitosa. Ultimamente mandou enforcar à vista de todos os seus soldados um filho bastardo, que mais estimava, por lhe constar que conspirava contra a sua vida. Chegou enfim a ver o que tanto desejava, e fazendo-se na volta de São Paulo, donde era natural, não quis o Céu que ele tivesse a glória de apresentar ao seu Soberano o testemunho do seu zelo e da sua lealdade. Morreu junto ao Guaiaiqui, que entre nós vale o mesmo que rio das velhas. Isto é tudo quanto sabemos do descobrimento das esmeraldas, sem que possamos afirmar o rumo, altura e os graus certos em que foram descobertas estas pedras.